

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE ENSINO SUPERIOR
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

Março/2015

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE ENSINO SUPERIOR
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

Relatório de Gestão do Exercício de 2014 apresentado à Sociedade e aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinária anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, alterado pela IN 72/2013, da Decisão Normativa TCU 134/2013, 139/2014 e da Portaria-TCU nº 90/2014.

Elaboração: Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional com a colaboração das demais unidades.

Vitória - Espírito Santo

2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

REINALDO CENTODUCATTE

Reitor

ETHEL LEONOR NOIA MACIEL

Vice-Reitora

EDEBRANDE CAVALIERE

Chefe de Gabinete do Reitor

PRÓ-REITORES

EUSTÁQUIO VINÍCIUS RIBEIRO DE CASTRO

Pró-Reitor de Administração

ANGÉLICA ESPINOSA BARBOSA MIRANDA

Pró-Reitora de Extensão

MARIA AUXILIADORA DE CARVALHO CORASSA

Pró-Reitora de Graduação

MARIA LUCIA CASATE

Pró-Reitora de Gestão de Pessoas

JACQUELINE DE OLIVEIRA SILVA

Pró-Reitora de Assistência Estudantil e Cidadania

MAXIMILIAN SERGUEI MESQUITA

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

NEYVAL COSTA REIS JUNIOR

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014

EQUIPE RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO:

ANILTON SALLES GARCIA

DÉBORAH PROVETTI SCARDINI NACARI

JAIME SOUZA SALES JUNIOR

MANOEL FERNANDES NERY

APRESENTAÇÃO

A Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) apresenta o seu Relatório de Gestão de 2014 no formato Individual. Ao final do Relatório, também são apresentados os tópicos de responsabilidade do Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes – HUCAM, Órgão Suplementar da Universidade, em processo de absorção pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEH. O Relatório de Gestão da UFES procura retratar as principais realizações, tendo no Plano de Desenvolvimento Institucional – 2010-2014 as linhas mestras para condução das atividades-fim e meio da Instituição, em estreita sintonia com as Ações de governo, as quais visam cumprir os objetivos e alavancar o ensino superior no Brasil. O Relatório constitui referencial significativo para avaliar as ações da Administração, mensurar os avanços e evidenciar as principais dificuldades que envolvem a gestão de uma Instituição que é complexa pela sua diversidade e heterogeneidade, possibilitando, também, aos Órgãos de Controle Interno – Controladoria Geral da União (CGU) e Controle Externo – Tribunal de Contas da União (TCU), e à sociedade como um todo, avaliar os resultados obtidos e contribuir para o aprimoramento do processo de gestão.

Para a construção do Relatório, contribuiu a Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (PROPLAN), coordenando o processo de elaboração e consolidando as informações apresentadas pelas demais Unidades Administrativas e Acadêmicas, configurando-se no instrumento que ora é disponibilizado. O Relatório faz um resumo de todas as ações desenvolvidas nas diversas áreas de atuação da Universidade, contendo uma avaliação realista que serve como instrumento para identificar e, caso necessário, reorientar o curso de ação da Universidade, constituindo-se, dessa forma, de planejamento, de resultados e oportunidade de mudança.

Enfim, gerir os recursos com transparência, otimizando seu uso e buscar o alcance dos Objetivos Estratégicos para disponibilizar serviços e produtos de qualidade para a sociedade que a mantém, constitui compromisso e meta maior da Gestão.

Reinaldo Centoducatte

Reitor

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 1 - TABELA DE ATENDIMENTOS	39
TABELA 2 - ABSENTEÍSMO POR FALTAS – 2012 - 2014.....	121
TABELA 3 - ABSENTEÍSMO POR LICENÇA MÉDICA – 2012 – 2014	121
TABELA 4 - ACIDENTES DE TRABALHO E DOENÇAS OCUPACIONAIS – 2012 – 2014.....	122
TABELA 5 - ROTATIVIDADE (<i>TURNOVER</i>) – 2012 – 2014	123
TABELA 6 – EDUCAÇÃO CONTINUADA - 2012 - 2014.....	123
TABELA 7 - DISCIPLINA – 2012 - 2014	124
TABELA 8 - FROTA DE VEÍCULOS DA UFES	128
TABELA 9 - QUILÔMETROS RODADOS POR UNIDADE ADMINISTRATIVA.....	131
TABELA 10 - DADOS DA MACROFUNÇÃO 02330	185
TABELA 11 - FROTA DE VEÍCULOS DO HUCAM	225

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL	18
QUADRO 2 - INFORMAÇÕES SOBRE ÁREAS OU SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS	21
QUADRO 3 - MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS.....	23
QUADRO 4 - SERVIDORES DA AUDIN	29
QUADRO 5 - DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PLANO ANUAL DE AUDITORIA.....	31
QUADRO 6 - PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES – SERVIDORES CIVIS	54
QUADRO 7 - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATÓRIOS)....	55
QUADRO 8 - CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS DECORRENTE DO PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS E REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR.....	55
QUADRO 9 - PENSÕES DECORRENTES DE LEGISLAÇÃO ESPECIAL E/OU DECISÕES JUDICIAIS.....	56
QUADRO 10 - APOIO À CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE PROFESSORES, PROFISSIONAIS, FUNCIONÁRIOS E GESTORES PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA.	56
QUADRO 11 - FOMENTO ÀS AÇÕES DE GRADUAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO, ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	58
QUADRO 12 - FUNCIONAMENTO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR	60
QUADRO 13 - CRONOGRAMA DE CRIAÇÃO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO NO CCA	63
QUADRO 14 - CURSOS, CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO E DESEMPENHO DA PÓS-GRADUAÇÃO	64
QUADRO 15 - ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE DE ENSINO SUPERIOR.....	67
QUADRO 16 - UNIVERSIDADE ABERTA E A DISTÂNCIA	69
QUADRO 17 - REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR...	71
QUADRO 18 - ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES.....	72
QUADRO 19 - PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIÃO	73
QUADRO 20 - ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITARES.....	73
QUADRO 21 - AUXÍLIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS CIVIS, EMPREGADOS E MILITARES	74
QUADRO 22 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITARES	74
QUADRO 23 CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO.	75
QUADRO 24 – BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DECORRENTES DO AUXÍLIO FUNERAL E NATALIDADE	77
QUADRO 25 - CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS.....	77
QUADRO 103 - INDICADORES DE GESTÃO E SUAS FÓRMULAS	80
QUADRO 104 - VARIÁVEIS UTILIZADAS NO CÔMPUTO DO CUSTO CORRENTE	83
QUADRO 105 - VARIÁVEIS ASSOCIADAS AO NÚMERO DE ALUNOS DE GRADUAÇÃO E PARÂMETRO AG83	
QUADRO 106 - VARIÁVEIS ASSOCIADAS AO NÚMERO DE ALUNOS DE PÓS-GRADUAÇÃO E PARÂMETRO APG	84
QUADRO 107 - VARIÁVEIS ASSOCIADAS AO NÚMERO DE DOCENTES E SEU REGIME DE TRABALHO..	84
QUADRO 108 - VARIÁVEIS ASSOCIADAS AO NÚMERO DE DOCENTES E SUA TITULAÇÃO	84

QUADRO 109 - VARIÁVEIS ASSOCIADAS AO NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS E SEU REGIME DE TRABALHO – INCLUSIVE PESSOAL TERCEIRIZADO	84
QUADRO 110 - AVALIAÇÃO CAPES	85
QUADRO 111 - RESULTADOS DOS INDICADORES PRIMÁRIOS – DECISÃO TCU N.º 408/2002 (B.66.1).....	85
QUADRO 112 - RESULTADOS DOS INDICADORES DA DECISÃO TCU N.º 408/2002 (B.66.2)	86
QUADRO 26 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS (A.6.1.1)	92
QUADRO 27 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INTERNA POR GRUPO DE DESPESA (A.6.1.2.1).....	93
QUADRO 28 - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA EXTERNA POR GRUPO DE DESPESA (A.6.1.2.2).....	96
QUADRO 29 - ESPESAS TOTAIS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – TOTAL (A.6.1.3.1).....	97
QUADRO 30 - DESPESAS EXECUTADAS DIRETAMENTE PELA UJ, POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS (A.6.1.3.2).....	98
QUADRO 31 – DESPESA POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS –TOTAL (A.6.1.3.3).....	101
QUADRO 32 – DESPESAS EXECUTADAS DIRETAMENTE PELA UJ - CRÉDITOS ORIGINÁRIOS (A.6.1.3.4)103	
QUADRO 33 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO (A.6.1.3.5).....	105
QUADRO 34 - DESPESA POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO (A.6.1.3.6).....	106
QUADRO 35 – DESPESA COM PUBLICIDADE (A.6.2)	109
QUADRO 36 - RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIO ANTERIORES (A.6.4).....	109
QUADRO 37 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA VIGENTES NO EXERCÍCIO	110
QUADRO 38 - RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS ÚLTIMOS TRÊS EXERCÍCIOS (A.6.5.2).....	110
QUADRO 39 - RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E CONTRATO DE REPASSE(A.6.5.3).....	111
QUADRO 40 - VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE (A.6.5.4).....	112
QUADRO 41 - CONCESSÃO DE SUPRIMENTOS DE FUNDOS (A.6.6.1)	113
QUADRO 42 - UTILIZAÇÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (A.6.6.2).....	113
QUADRO 43 - CLASSIFICAÇÃO DOS GASTOS COM SUPRIMENTO DE FUNDOS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (A.6.6.3)	113
QUADRO 44 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ (A.7.1.1.1).....	114
QUADRO 45 – DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA (A.7.1.1.2).....	114
QUADRO 46 - DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (A.7.1.1.3).....	115
QUADRO 47 – CUSTOS DO PESSOAL (A.7.1.3).....	118
QUADRO 48 – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA (A.7.2.1).....	124
QUADRO 49 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA (A.7.2.1).....	125
QUADRO 50 – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA (A.7.2.2)125	
QUADRO 51 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA (A.7.2.2)126	
QUADRO 52 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA (A.7.2.2)126	

QUADRO 53 - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO (A.8.2.1)	134
QUADRO 54 – MÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL (A.8.2.2.1)	135
QUADRO 55 - CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO EM IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UJ	135
QUADRO 56 - CONTRATOS NA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EM 2014 (A.9.1)	144
QUADRO 57 - ASPECTOS DA GESTÃO AMBIENTAL (A.10.1)	150
QUADRO 58 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO (A11.1.1)	151
QUADRO 59 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO (A.11.2.1).....	155
QUADRO 60 - SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO (A.11.2.2)	160
QUADRO 61 - DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR (A.11.3.).....	179
QUADRO 62 -MEDIDAS ADOTADAS EM CASO DE DANO AO ERÁRIO EM 2014.....	180
QUADRO 63 - DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVAS SOBRE A FIDEDIGNIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	192
QUADRO 64 – INFORMAÇÕES SOBRE ÁREAS OU SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS	195
QUADRO 65 - MACROPROCESSO FINALÍSTICO	197
QUADRO 66 - AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ	198
QUADRO 67 - DADOS ESTATÍSTICOS DE 2014.....	200
QUADRO 68 - BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DECORRENTES DO AUXÍLIO-FUNERAL E NATALIDADE... 203	
QUADRO 69 - PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - SERVIDORES CIVIS.....	204
QUADRO 70 - CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS	204
QUADRO 71 - ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MILITARES E SEUS DEPENDENTES	205
QUADRO 72 – ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITARES	205
QUADRO 73 - AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITARES	206
QUADRO 74 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITARES	206
QUADRO 75 - REESTRUTURAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE INSTITUIÇÕES HOSPITALARES FEDERAIS	207
QUADRO 76 - PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIÃO	208
QUADRO 77 - INDICADORES DE DESEMPENHO	208
QUADRO 78 - PROGRAMAÇÃO DA DESPESA (A.6.6.1)	209
QUADRO 79 MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INTERNA POR GRUPO DE DESPESA (A.6.1.2.1).....	210
QUADRO 80 - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA EXTERNA POR GRUPO DE DESPESA (A.6.1.2.2).....	211
QUADRO 81 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – TOTAL (A.6.1.3.1).....	211
QUADRO 82 - DESPESAS EXECUTADAS DIRETAMENTE PELA UJ, POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS (A.6.1.3.1.2).....	212
QUADRO 83 - DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – TOTAL (A.6.1.3.3).....	213
QUADRO 84 - DESPESAS EXECUTADAS DIRETAMENTE PELA UJ – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS.....	214

QUADRO 85 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO (A.6.1.3.5).....	215
QUADRO 86- DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO (A.6.1.3.6).....	216
QUADRO 87 - RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (A.6.4).....	217
QUADRO 88 - CONCESSÃO DE SUPRIMENTOS DE FUNDOS.....	217
QUADRO 89 - UTILIZAÇÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (A.6.2).....	217
QUADRO 90 - CLASSIFICAÇÃO DOS GASTOS COM SUPRIMENTO DE FUNDOS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA.....	218
QUADRO 91 - FORÇA DE TRABALHO DO HUCAM (A.7.1.1.1).....	220
QUADRO 92 - DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA (A.7.1.1.2).....	220
QUADRO 93 - DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÕES E FUNÇÕES GRATIFICADAS (A.7.1.1.3).....	221
QUADRO 94 - CUSTOS DO PESSOAL (VALORES EM R\$) – SOMENTE SERVIDORES VINCULADOS A UNIDADE PAGADORA DO HUCAM (A.7.1.3).....	222
QUADRO 95 - CARGOS E ATIVIDADES INERENTES A CATEGORIAS FUNCIONAIS DO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE JURISDICIONADA	223
QUADRO 96 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA (A.7.2.1).....	224
QUADRO 97 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	224
QUADRO 98 - ASPECTOS DA GESTÃO AMBIENTAL (A.10.1).....	226
QUADRO 99 – DECLARAÇÃO DO CONTADOR.....	229
QUADRO 100 - RELAÇÃO DE PROJETOS DESENVOLVIDOS PELAS FUNDAÇÕES DE APOIO (B.64.1-A) ..	242
QUADRO 101 - RELAÇÃO DE PROJETOS DESENVOLVIDOS PELAS FUNDAÇÕES DE APOIO (B.64.1-B) ..	246
QUADRO 102 - RELAÇÃO DE PROJETOS DESENVOLVIDOS PELAS FUNDAÇÕES DE APOIO (B.64.1-C) ..	250

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1 - EVOLUÇÃO DO CUSTO CORRENTE COM E SEM HU	86
FIGURA 2 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE PROFESSORES E SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EQUIVALENTES	87
FIGURA 3 - EVOLUÇÃO DOS INDICADORES ALUNO TEMPO INTEGRAL POR: PROFESSORES EQUIVALENTES, SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS COM, E SERVIDORES TÉCNICOADMINISTRATIVOS SEM O HUCAM.....	87
FIGURA 4 - EVOLUÇÃO DO CUSTO CORRENTE POR ALUNO EQUIVALENTE	88
FIGURA 5 - GRAU DE PARTICIPATAÇÃO ESTUDANTIL	88
FIGURA 6 - FUNCIONÁRIO COM E SEM HU/PROFESSOR	89
FIGURA 7 - GRAU DE ENVOLVIMENTO COM A PÓS-GRADUAÇÃO	89
FIGURA 8 - CONCEITO DA CAPES	90
FIGURA 9 – QUALIFICAÇÃO DO CORPO DOCENTE	90
FIGURA 10 - TAXA DE SUCESSO NA GRADUAÇÃO.....	91

LISTA DE ANEXOS

ANEXO I – PAD E SINDICÂNCIAS ADMINISTRATIVAS.....	232
ANEXO II – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO – UG – 153046 – UFES (A.2.4)	240
ANEXO III – PROJETOS DESENVOLVIDOS COM FUNDAÇÕES DE APOIO.....	242

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1 IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO	18
1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada	18
1.2 Finalidades e Competências Institucionais	19
1.2.1 Competências	19
1.2.2 Finalidades.....	19
1.2.3 Orientação filosófica e Intenções	19
1.3 Organograma Funcional	20
1.4 Macroprocessos Finalísticos	23
1.4.1 Condução dos Macroprocessos	25
1.4.2 Principais Parceiros	27
2 INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA.....	28
2.1 Estrutura de Governança.....	28
2.2 Atuação da Unidade de Auditoria Geral.....	28
2.3 Sistema de Correição	33
2.4 Avaliação do Sistema de Controles Internos	33
3 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	39
3.1 Canais de Acesso do Cidadão	39
3.2 Carta de Serviços ao Cidadão	41
3.3 Mecanismos Para Medir a Satisfação de Usuários e Serviços.....	41
3.4 Acesso às Informações da Unidade Jurisdicionada	42
3.5 Avaliação do Desempenho da Unidade Jurisdicionada	42
3.6 Medidas Relativas à Acessibilidade	42
4 AMBIENTE DE ATUAÇÃO	44
4.1 Informações Sobre o Ambiente de Atuação da Unidade Jurisdicionada.....	44
5 PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS.....	47
5.1 Planejamento da Unidade	47
5.1.1 Objetivos Estratégicos	47
5.2 Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados	53
5.2.1 Programa Temático	53
5.2.2 Objetivo	53
5.2.3 Programas que Vinculam e as Respectivas Ações Executadas pela UFES na LOA 2014.....	53

5.3	Informações Sobre Outros Resultados da Gestão.....	78
5.4	Informações Sobre Indicadores de Desempenho Operacional	78
5.4.1	Indicadores Institucionais de Gestão / Indicadores TCU	79
5.5	Informações Sobre Custos de Produtos e Serviços.....	91
6	TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	92
6.1	Programação e Execução das Despesas.....	92
6.1.1	Programação das Despesas.....	92
6.1.2	Movimentação de Créditos Interna e Externa	93
6.1.3	Realização da Despesa	97
6.2	Despesas com Ações de Publicidade e Propaganda	109
6.3	Reconhecimento de Passivos Por Insuficiência de Créditos ou Recursos.....	109
6.3.1	Análise Crítica.....	109
6.4	Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	109
6.4.1	Análise Crítica.....	110
6.5	Transferência de Recursos	110
6.5.1	Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício.....	110
6.5.2	Quantidade de Instrumentos de Transferência Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios.....	110
6.5.3	Informações Sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios e Contratos de Repasse.....	111
6.5.4	Informações Sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse ..	112
6.5.5	Análise Crítica.....	113
6.6	Suprimento de Fundos	113
6.6.1	Concessão de Suprimento de Fundos	113
6.6.2	Utilização de Suprimento de Fundos.....	113
6.6.3	Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos	113
6.6.4	Análise Crítica.....	113
6.7	Renúncias Sob a Gestão da UJ	113
6.8	Gestão de Precatórios.....	113
6.9	Informações Sobre Projetos Desenvolvidos Pelas Fundações de Apoio.....	113
7	GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS	114
7.1	Estrutura de Pessoal da Unidade.....	114
7.1.1	Demonstração e Distribuição da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada.....	114
7.1.2	Qualificação e Capacitação da Força de Trabalho	116
7.1.3	Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada	118
7.1.4	Irregularidades na Área de Pessoal.....	119
7.1.5	Riscos Identificados na Gestão de Pessoas.....	120

7.1.6	Indicadores Gerenciais de Recursos Humanos.....	121
7.2	Contratação de Mão de Obra de Apoio e de Estagiários	124
7.2.1	Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância.....	124
7.2.2	Locação de Mão de Obras para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão	125
7.2.3	Análise Crítica.....	127
7.2.4	Contratação de Estagiários	127
7.3	Demonstração das Medidas Adotadas Para Revisão dos Contratos e Desoneração da Folha de Pagamentos Propiciada pela Lei. 12.546/2011 e Decreto 7.828/2012 – DN – 139/2014.....	127
8	GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO	128
8.1	Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros.....	128
8.2	Gestão do Patrimônio Imobiliário.....	134
8.2.1	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial.....	134
8.2.2	Imóveis sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel Funcional	135
8.2.3	Imóveis Funcionais da União sob a Responsabilidade da UJ.....	140
8.2.4	Análise Crítica.....	140
8.3	Bens Imóveis Locados de Terceiros	140
9	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	141
9.1	Gestão da Tecnologia da Informação (TI).....	141
10	GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	146
10.1	Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental.....	146
11	ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE	151
11.1	Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU.....	151
11.1.1	Deliberações do TCU Atendidas no Exercício.....	151
11.1.2	Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	154
11.2	Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI)	154
11.2.1	Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício.....	154
11.2.2	Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	160
11.3	Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93	179
11.3.1	Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93	179
11.3.2	Situação do Cumprimento das Obrigações.....	179
11.4	Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário	180
11.5	Alimentação SIASG E SICONV – UG – 153046 - UFES	181
12	INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	185
12.1	Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público	185

12.2	Apuração dos Custos dos Programas e das Unidades Administrativas	187
12.3	Conformidade Contábil.....	187
12.4	Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis	192
12.4.1	Declaração Plena	192
12.4.2	Declaração com Ressalva.....	192
12.5	Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008	193
12.6	Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976	193
12.7	Composição Acionária das Empresas Estatais	193
12.8	Relatório de Auditor Independente Sobre as Demonstrações Contábeis, Caso Tenha Havido a Contratação Desse Serviço pela Unidade Jurisdicionada.	193
13	OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO.....	194
13.1	Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ.....	194
13.2	Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes	194
13.2.1	Finalidades e Competências	195
13.2.2	Governança.....	198
13.2.3	Relacionamento com a Sociedade	199
13.2.4	Ambiente de Atuação	201
13.2.5	Planejamento da Unidade e Resultados Alcançados	202
13.2.6	Informações Sobre Indicadores de Desempenho.....	208
13.2.7	Informações Sobre Custo de Produtos e Serviços	209
13.2.8	Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira.....	209
13.2.9	Suprimento de Fundos.....	217
13.2.10	Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados.	218
13.2.11	Irregularidades na área de pessoal	223
13.2.12	Riscos identificados na gestão de pessoas.....	223
13.2.13	Indicadores gerenciais sobre recursos humanos	223
13.2.14	Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário.....	225
13.2.15	Gestão da Tecnologia da Informação	226
13.2.16	Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental.....	226
13.2.17	Atendimento de Demandas de Órgãos de Controle.....	226
13.2.18	Informações Contábeis	227
14	GESTÃO DE FUNDOS DO CONTEXTO DE ATUAÇÃO DA UNIVERSIDADE.....	230
15	CONSIDERAÇÕES FINAIS	231

INTRODUÇÃO

A Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) é uma Instituição de Ensino Superior vinculada ao Ministério da Educação e tem como missão: “Gerar avanços científicos, tecnológicos, artísticos e culturais, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, produzindo e socializando conhecimento para formar cidadãos com capacidade de implementar soluções que promovam o desenvolvimento humano sustentável” (Plano de Desenvolvimento Institucional 2010-2014).

Nesses 60 anos de história, a UFES tem se constituído na principal Instituição de ensino superior do Espírito Santo, atuando em todas as áreas do saber e é, reconhecidamente, uma das bem conceituada do País. Por ser uma das mais sólidas instituições públicas do Estado, é responsável por exercer um papel de grande relevância no seu desenvolvimento. Assim, desenvolve com esmero as atividades de ensino, pesquisa, extensão, cultura e inovação tecnológica, cujos resultados são apresentados nos tópicos correspondentes.

Em atendimento e conformidade com as disposições contidas nas Instruções Normativas nº 63, de 06 de setembro de 2010, nº 72, de 20 de maio de 2013; Decisões Normativas nº 134, de 04 de dezembro de 2013, e nº139, de 24 de setembro de 2014, e, ainda, da Portaria nº 90, de 15 de abril de 2014, do Tribunal de Contas da União; bem como a Portaria nº 522, de 04 de março de 2015, da Controladoria Geral da União; a UFES vem apresentar o Relatório de Gestão de 2014, no formato Individual, bem como os quadros e informações específicas do Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes, que se encontra em fase de absorção pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEH.

O Relatório de Gestão foi elaborado com base em relatórios de atividades realizadas no exercício, impactadas, também, por ações e recursos oriundos de exercícios anteriores, nos diversos Setores e Unidades que compõem a estrutura organizacional e administrativa da Instituição, a partir das diretrizes gerais estabelecidas nos documentos que norteiam a execução dessas atividades. As informações contidas neste Relatório, contudo, não privilegiam tão somente as ações consideradas importantes pela atual gestão, mas contemplam o conjunto das atividades desenvolvidas no referido período, visando atender aos requisitos formais da Legislação e aos objetivos de prestação pública de contas da Instituição.

O Relatório de Gestão traz informações do desempenho da Unidade Orçamentária UFES, permitindo uma avaliação da gestão, ou seja, dos avanços e das dificuldades. No tópico 13.2, do Capítulo 13, reitera-se, é apresentado o Relatório da Unidade Orçamentária - Hospital Universitário, encampado pela EBSEH, com os tópicos elencados pela direção do Hucam como inerentes ao mesmo, o que permite também a especificidade e avaliação da Gestão daquela Unidade Hospitalar. As informações utilizadas no Relatório de Gestão têm como fontes o Sistema de Informações do MEC-SIMEC, o Sistema de Administração Financeira (SIAFI), Sistema Integrado de Administração de Pessoal (SIAPE) e outros Sistemas de governo que disponibilizam informações relevantes para a Gestão da UFES, bem como são geradas nas Unidades da Instituição.

Isso posto, registra-se que todos os tópicos do Capítulo 1 – Identificação e Atributos das Unidades Jurisdicionadas Cujas Gestões Compõem o Relatório de Gestão, configurado como Relatório Individual; Capítulo 3 - Relacionamento com a Sociedade; Capítulo 4 – Ambiente de Atuação; Capítulo 9 - Gestão da Tecnologia da Informação; e, Capítulo 10 – Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental estão totalmente contemplados no Relatório. No Capítulo 2 - Informações Sobre a Governança, não há menção ao tópico 2.5 e seus subtópicos, pois não se aplicam à Universidade. No Capítulo 5 – Planejamento da Unidade e Resultados Alcançados estão presentes os tópicos 5.1, 5.2, 5.3, 5.4 e 5.5. Porém, há menção de que não se executam os subtópicos 5.2.1 – Programa Temático e 5.2.2 – Objetivo, além de se descrever, somente, o subtópico 5.2.3.1, que se refere à Ação – OFSS, executada pela Universidade, embora se assinale

comentário sobre os Restos a Pagar Não Processados, de Ações não constantes da LOA de 2014. No Capítulo 6 – Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira são apresentados os tópicos 6.1, 6.2, 6.3, 6.4, 6.5, 6.6, 6.7, 6.8 e 6.9, registrando-se a informação de que o tópico 6.3 não ocorreu, realizando-se, ainda, somente a execução dos subtópicos 6.5.3, 6.5.4 e 6.5.5, do tópico 6.5; e da não ocorrência dos tópicos 6.6 e seus subtópicos, assim como dos tópicos 6.7 e 6.8, do referido Capítulo. No capítulo 7 – Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados, estão presentes os tópicos 7.1, 7.2 e 7.3, este último contemplado pela DN 139, sendo que no tópico 7.2, não ocorreu o subtópico 7.2.4. No Capítulo 8 – Gestão do Patrimônio Imobiliário, ressalta-se a ocorrência dos tópicos 8.1 e 8.2, sem ocorrência do subtópico 8.2.3 e do tópico 8.3. No Capítulo 11– Atendimento de Demandas de Órgão de Controle, assinala-se a presença do tópico 11.1, com menção sobre a inexistência de informações sobre pendência, do subtópico 11.1.2, bem como a presença dos tópicos 11.2, 11.3, 11.4 e 11.5. No Capítulo 12 – Informações Contábeis, presentes estão os tópicos 12.1, 12.2, 12.3, 12.4, 12.5, 12.6, 12.7 e 12.8, fazendo-se menção de que o subtópico 12.4.1 não ocorreu e que os quatro últimos tópicos não se aplicam à Universidade. Em síntese, alguns tópicos e subtópicos aparecem no Relatório de Gestão, mas não se aplicam ou não ocorreram, enquanto outros não estão contemplados pela mesma razão.

No Capítulo 13, são feitos ligeiros comentários a respeito de Outras Informações Sobre a Gestão, complementado pelo tópico do Hospital Universitário. Ao final desses Capítulos, os anexos I, II e III, este último correspondente ao subtópico que trata das Fundações de Apoio.

Assegura-se que os Restos a Pagar Não Processados, de Ações não constantes da LOA de 2014, não influenciaram ativamente a execução das Ações, enquanto aos Restos a Pagar do exercício de 2013 foram associados alguns resultados do ano de 2014. Já os Restos a Pagar Não Processados de 2014, apresentados em quadro próprio, tem análise crítica específica.

Por fim, foram observadas diretrizes quanto à formatação, seguindo-se as orientações emanadas da legislação pertinente.

1 IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO

1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

QUADRO 1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Educação			Código SIORG: 244
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Universidade Federal do Espírito Santo			
Denominação Abreviada: UFES			
Código SIORG: 00425	Código LOA: 0032		Código SIAFI: 26.234
Natureza Jurídica: Autarquia em regime especial		CNPJ: 32.479.123/0001-43	
Principal Atividade: Educação superior – Graduação			Código CNAE: 85.31-7-00
Telefones/Fax de contato:	(027) 4009-2207	(027) 4009-2818	(027) 4009-2770
Endereço Eletrônico: reitor@reitoria.ufes.br			
Página na Internet: http://www.ufes.br			
Endereço Postal: Av. Fernando Ferrari, 514, Campus Universitário, Goiabeiras, Vitória/ES, 29075-910.			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
A UFES foi fundada em 5 de maio de 1954, como Universidade do Espírito Santo, por meio da Lei Estadual nº 806, sancionada pelo então governador Jones dos Santos Neves. Posteriormente, foi incluída no sistema federal de ensino, já com o nome de Universidade Federal do Espírito Santo, por meio da Lei nº 3.868, de 30 de janeiro de 1961, sancionada pelo então Presidente Juscelino Kubitschek.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
As competências e estrutura organizacional* da UFES estão estabelecidas no seu Estatuto, aprovado pela Portaria Ministerial nº 4.083, de 30 de dezembro de 2002, publicada no DOU em 31 de dezembro de 2002, Seção 1, Página 42.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
O Estatuto da UFES pode ser encontrado no sítio eletrônico da Universidade na Internet.			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
153046	Universidade Federal do Espírito Santo		
153047	Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes		
153048	Restaurante Central da UFES		
153049	Centro Universitário Norte do Espírito Santo		
153050	Centro de Ciências Agrárias		
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
15225	Universidade Federal do Espírito Santo		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão		
153046	15225		
153047	15225		
153048	15225		
153049	15225		
153050	15225		
Unidades Orçamentárias Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
26234	Universidade Federal do Espírito Santo		

*A UFES teve nova estrutura organizacional aprovada pela Resolução 08, de 2014, do Conselho Universitário.

1.2 Finalidades e Competências Institucionais

1.2.1 Competências

A Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) é uma Instituição de Ensino Superior, de natureza autárquica, ligada ao Ministério da Educação (MEC), que goza de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedece ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. No exercício de sua autonomia, observadas as normas vigentes, pode criar, organizar e extinguir, em seu domínio, cursos e programas de educação superior; fixar os currículos dos seus cursos e programas; estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artístico-cultural e atividades de extensão; definir oferta de vagas, conferir graus, diplomas e outros títulos; celebrar acordos e convênios; reformar seu estatuto e regimento; aprovar planos e projetos de investimentos; e, receber doações resultantes de convênios com entidades públicas e privadas.

1.2.2 Finalidades

A UFES possuiu vocação e atua em todas as áreas do saber, tendo as seguintes finalidades estatutárias:

- Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- Formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais, para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira e para colaborar na sua formação contínua;
- Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e das pesquisas científica e tecnológica geradas na Instituição.

1.2.3 Orientação filosófica e Intenções

A Gestão da Universidade, orientada por princípios de gestão estratégica, envolve ciclos periódicos de planejamento, execução, monitoramento, avaliação e revisão. Esses princípios preconizados no Plano de Desenvolvimento Institucional – 2010-2014 - constituem elementos norteadores das Ações executadas pela UFES.

Ademais, a UFES, enquanto Instituição universitária, de caráter público, e de excelência acadêmica, requer, em função do contexto contemporâneo de suas relações, que os ideais e valores que a consubstanciam lhe permitam pensar e atuar com inserção política e atitude ética, tendo como princípio pedagógico institucional e como fundamento do projeto pedagógico de cada curso, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Historicamente situada, tende a expressar as complexas e contraditórias relações que constituem a sociedade da qual emerge. Fundamentalmente, no entanto, porque pensa e atua, tem que transcender esse nível de relação e contribuir para a definição de políticas rigorosas, coerentes e articuladas com uma sociedade diferenciada em seus princípios e valores humanos.

Sua competência científica e técnica se fortalecem pela sua interlocução com as necessidades da sociedade, não apenas pelo viés de interlocução estreita e mercadológica de formação superior ou de treinamento técnico, mas no sentido pleno da produção da cultura, do fazer ciência, do desenvolvimento e transferência da tecnologia e da responsabilidade social. Nesse cenário, tem-se marcada atenção e preocupação para com a elitização da academia, em especial pela perspectiva de impedir que se aparte do contexto local e se isole estrategicamente.

A produção de conhecimento demanda intercâmbio e trabalho coletivo permanente, com a compreensão de que as unidades acadêmicas de produção de conhecimento não atuam isoladas, mas como rede, relacionando-se com unidades congêneres; seja pela troca de informações impressas ou eletrônicas ou por meio de publicações científicas, seja pela participação em congressos e similares ou por conferências gerais, de alcance nacional e internacional; seja por visitas a laboratórios ou outros espaços de pesquisa. Essa rede pode incluir entre seus participantes: estagiários, estudantes de outras instituições, técnicos, pesquisadores, docentes, sociedade.

Sistemas contemporâneos de conhecimento são inter-relacionados. Nesse cenário, a aprendizagem de uma profissão exige qualificação complexa, apreendida e exercitada em suas múltiplas relações. Pressupõe e implica, portanto, capacidade de discernir o significado dos acontecimentos e dos fatos, de avaliar o seu significado prático e simbólico, e de selecionar e produzir respostas pertinentes.

Essa formulação se constitui e se reflete tanto na capacidade de inserção e trânsito na rede de conhecimentos historicamente acumulados, quanto na capacidade de sua reorganização, como resultado da estimulação e do desenvolvimento no corpo discente do exercício crítico, da investigação e da proposição de soluções.

Assim, a Universidade ultrapassa seus limites de ser transmissora de informações para qualificar-se, em processo de constituição e superação de si mesma, fundamentalmente com a busca da verdade, com o exercício da ética e pela perspectiva da produção de novas formas de existência coletiva. Concordar com essa formulação de proposta acadêmica é conceber que a Universidade é uma Instituição social e, portanto, insere-se num contexto pleno de sociedade múltipla e complexa; que a Universidade não é o único espaço de produção e de disseminação do conhecimento e que a sala de aula não é um espaço circunscrito a sua disposição física.

Por ser a única Universidade pública no Estado do Espírito Santo, a UFES, além de cumprir o seu papel como Instituição voltada ao desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão, tem o compromisso e o dever de contribuir para o progresso do Estado. Para tanto, assegura a oferta de cursos de graduação em todas as áreas do saber nas habilitações de bacharelado, licenciatura e tecnólogo. Estes cursos, nas modalidades presenciais e a distância, têm como objetivo principal garantir a formação integral e crítica para os discentes como forma de capacitá-los para o exercício da cidadania, formação para o trabalho e o seu pleno desenvolvimento pessoal. Todas as modalidades de ensino da Universidade devem ser voltadas para a busca, produção e socialização de conhecimentos e técnicas, e devem ser utilizadas como recurso de educação, destinadas à formação ética, crítica, técnica, científica, cultural e artística.

1.3 Organograma Funcional

A Universidade tem sua administração distribuída em dois níveis: Superior e dos Centros. A Administração Superior é exercida pelo Conselho Universitário, órgão superior de deliberação e de consulta em matéria de política universitária e administrativa, financeira, estudantil e de

planejamento, ao qual se vincula a Auditoria Geral; pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, órgão central de supervisão do ensino, da pesquisa e da extensão, com funções deliberativas e consultivas; pelo Conselho de Curadores, órgão deliberativo e consultivo em matéria de fiscalização econômico-financeira, os quais contam com o apoio do Departamento de Administração dos Órgãos Colegiados Superiores; e pela Reitoria, órgão executivo da Administração Superior da Universidade. À Reitoria, na execução das Ações institucionais, vincula-se mais diretamente a Vice-Reitoria, o Gabinete do Reitor, a Procuradoria Federal, a Secretaria Geral de Apoio, as Assessorias, além de contar com Pró-Reitorias, Secretarias, Superintendência de Cultura e Comunicação e Órgãos Suplementares, valendo citar, entre estes últimos, às atividades desenvolvidas pela Prefeitura Universitária, Biblioteca Central, Instituto de Tecnologia, Instituto de Odontologia, Núcleo de Tecnologia da Informação, além do Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes, que mesmo sendo encampado pela EBSEH, mantém o vínculo de Órgão Suplementar.

Em 2014, por meio da Resolução nº 08/2014, do Conselho Universitário, a UFES promoveu uma grande Reestruturação Organizacional visando adequar a sua estrutura às orientações do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, promover um maior equilíbrio interno; flexibilizar e dinamizar suas atribuições.

QUADRO 2 - INFORMAÇÕES SOBRE ÁREAS OU SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Reitoria	Atua na interface com os Conselhos Superiores e os Centros Acadêmicos, além de observar e orientar às Unidades vinculadas quanto às diretrizes que norteiam a gestão da Instituição.	Reinaldo Centoducatte	Reitor	01.01.2014 a 31.12.2104
Vice-Reitoria	Atua consoante às orientações e em harmonia com a Reitoria	Ethel Leonor Noia Maciel	Vice-Reitora	01.01.2014 a 31.12.2014
Pró-Reitoria de Graduação	Responde pela gestão da graduação, pela emissão de diplomas para a graduação na UFES e instituições particulares, além de gerir programas de bolsas e de aprimoramento da graduação.	Maria Auxiliadora de Carvalho Corassa	Pró-Reitora	01.01.2014 a 31.12.2014
Pró-Reitoria de Extensão	Responde pela gestão da extensão, que abarca programas, projetos, cursos, palestras e prestação de serviços, ancorados no intercâmbio entre a Instituição e a sociedade.	José Cirilo	Pró-Reitor	01.01.2014 a 20.02.2014.
		Angélica Espinosa Barbosa Miranda	Pró-Reitora	21.02.2014 a 31.12.2014
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação	Responde pela gestão das atividades de pós-graduação, pesquisa e inovação, comprometida com a formação de profissionais qualificados, de	Neyval Costa Reis Junior	Pró-Reitor	01.01.2014 a 31.12.2014

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
	docentes para o ensino médio e superior, a produção do conhecimento, publicações científicas, patente registrada e/ou comercializada e transferência de tecnologia para o setor privado.			
Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Cidadania	Promove a inclusão e contribui para a conquista da cidadania, assegurando a permanência e o desenvolvimento ao conjunto de alunos em situação de risco, por meio da assistência e do acompanhamento sócio-psicológico, esportivo e cultural.	Jaqueline de Oliveira Silva	Pró-Reitora	24.04.2014 a 31.12.2014
Pró-Reitoria de Administração	Um dos responsáveis pela ordenação de despesas, responde também pelo suprimento e controle de grande parte das demandas da Universidade, o controle e gestão de bens móveis, a elaboração e execução de convênios, contratos e termos de cooperação, e a execução do orçamento.	Amarílio Ferreira Neto	Pró-Reitor	01.01.2014 a 05.03.2014
		Eustáquio Vinícius Ribeiro de Castro	Pró-Reitor	06.03.2014 a 31.12.2014
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas	É responsável pela gestão e desenvolvimento de pessoas, além de prestar assistência à saúde dos servidores e dar suporte a assistência estudantil pela vinculação do Departamento de Gestão de Restaurantes.	Maria Lucia Casate	Pró-Reitora	01.01.2014 a 31.12.2014
Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional	Em interface com as diversas Unidades, abarca as atividades de gestão da informação, de planejamento e desenvolvimento institucional, passando, também, em 2014, a responder pela gestão do orçamento.	Maximilian Serguei Mesquita	Pró-Reitor	01.01.2014 a 15.10.2014
Prefeitura Universitária	Responde pelo controle e conservação dos bens imóveis, a manutenção das áreas físicas dos <i>campi</i> , bens móveis, serviços de transportes, controle de pragas, vigilância e limpeza, redes elétricas e hidráulicas, além de licitar e gerenciar contratos de obras e serviços e autorizar concessão de espaços físicos.	Renato Carlos Schuab Alves	Prefeito Universitário	01.01.2014 A 31.12.2014
Núcleo de Tecnologia da Informação	Responde pela política de desenvolvimento, manutenção e segurança da informação e expansão da base informacional da UFES, além de desenvolver aplicativos para Web, presença Web, acesso a <i>internet</i> , telefonia IP, suporte a eventos e periódicos, autenticação a recursos externos e <i>internet</i> sem fio.	Hans Jorg Andreas Schneebeli	Diretor	01.12.2014 a 31.12.2014

Além dessas Unidades, ressalta-se o importante trabalho desenvolvido pelo Gabinete do Reitor, que age nas questões diretamente relacionadas à Reitoria e na interface com as distintas Unidades da Instituição com o apoio da Secretaria do Gabinete; a Procuradoria Federal, que é responsável pela emissão dos pareceres de apoio às licitações, contratos, convênios e congêneres e apoio jurídico em geral, observando a legislação vigente; a Auditoria Geral, que tem suas atividades pautadas pelas orientações que emanam do seu Regimento Interno e a partir das diretrizes do Órgão de Controle Interno, sobretudo por meio do PAINT - Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna; a Secretaria de Relações Internacionais, que tem como finalidade dinamizar e potencializar os intercâmbios com instituições estrangeiras, como a atuação no Projeto Ciência Sem Fronteiras; a Secretaria de Educação a Distância, que visa promover as ações educativas e de formação a distância; a Secretaria de Avaliação Institucional, criada para promover a avaliação institucional; as Assessorias, que dão suporte direto e indireto às atividades da Reitoria; enquanto a Superintendência de Cultura e Comunicação procura dinamizar e integrar a cultura e a comunicação e facilitar a comunicação interna e com a sociedade.

Os demais Órgãos Suplementares, isto é, o Instituto de Tecnologia e o Instituto de Odontologia atuam dando suporte às atividades-fim do Centro Tecnológico e do Centro de Ciências da Saúde, enquanto o Hospital Universitário, Unidade Orçamentária em fase de absorção pela EBSEH, tem o seu Relatório específico apresentado adiante. Já a Biblioteca Central atua para garantir o suprimento técnico das demandas de informações necessárias às atividades de Ensino, de Pesquisa, de Extensão e de Administração da UFES. O SIB/UFES se mantém em constante processo de atualização para que sejam providas informações atualizadas e adequadas às necessidades institucionais

O segundo nível de administração da UFES é realizado no âmbito dos dez Centros Acadêmicos (Centro de Artes, Centro de Ciências da Saúde, Centro de Ciências Agrárias, Centro de Ciências Exatas, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Centro de Educação, Centro de Educação Física e Desportos, Centro Tecnológico, Centro Universitário Norte do Espírito Santo), constituídos por Conselhos Departamentais, Departamentos Acadêmicos e Secretarias de Apoio, além das Coordenações dos Colegiados de Cursos, sendo os Centros Acadêmicos os responsáveis diretos pelas atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas na Instituição.

1.4 Macroprocessos Finalísticos

QUADRO 3 - MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Ensino de Graduação	a) Este macroprocesso constitui-se de ações que compreendem desde o processo seletivo, o registro acadêmico dos estudantes (matrícula), seu acompanhamento durante a formação, a colação de grau (após a integralização do curso) e a emissão do diploma. Nele, ações que possibilitem a não retenção, a não evasão e a integralização do curso no menor tempo previsto são empreendidas, visando otimização da ocupação das vagas e bons índices de alunos diplomados. b) Desenvolvimento de atividades	Alunos diplomados	Alunos da graduação	Pró-Reitoria de Graduação; Colegiados de Cursos de Graduação.

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
	de assessoria acompanhamento, orientação, produção, registro e guarda de documentos com o fim de possibilitar a participação qualificada dos cursos da UFES no ENADE 2014.	Alunos preparados para o ENADE	Estudantes e Equipes dos Colegiados de Cursos do Ciclo ENADE 2014	Departamento de Desenvolvimento Pedagógico e Colegiados de Cursos do Ciclo ENADE 2014
Registro de diplomas das IES particulares	Este macroprocesso constitui-se de ações que consistem no registro de diplomas das Instituições privadas de Ensino Superior do Espírito Santo, em etapas que iniciam com orientação às secretarias destas IES, a protocolização da documentação na Pró-Reitoria de Graduação, a verificação da documentação, o registro dos diplomas com escrituração em livros próprios e a devolução dos referidos diplomas às IES para disponibilização aos diplomados por elas.	Diplomas registrados	Instituições de Ensino Superior particulares (clientes externos à UJ)	Pró-Reitoria de Graduação - Departamento de Registro e Controle Acadêmico - É responsável pelas ações técnicas que vinculam o estudante à IES, os acompanham e finalizam sua vinculação à UFES, quer seja pela integralização de curso/colação de grau, quer seja pela desvinculação por desligamento ou outras formas de evasão.
Extensão Universitária	O macroprocesso, articulado ao ensino e à pesquisa, compõe-se das atividades de registro, acompanhamento, monitoramento, fomento e avaliação de Programas, Projetos, Cursos, Palestras, Eventos e Prestação de Serviços ofertados à sociedade a nível, local, regional e nacional.	Programas, Projetos, Cursos, Palestras, Eventos e Prestação de Serviços.	Sociedade	Departamento de Gestão da Extensão, Departamento de Políticas Extensionistas e Assessoria de Programas Institucionais.
Ensino de Pós-graduação	- Apoio e acompanhamento dos cursos de pós-graduação lato sensu (especializações) e stricto sensu (mestrados e doutorados); - Registro Acadêmico.	- Formação de Profissional Altamente qualificado; - Formação de docente para o Ensino Superior e Ensino Médio; - Formação de pesquisadores.	- Comunidade em geral; - Comunidade acadêmica.	Departamento de Pós-graduação
Pesquisa e Inovação	Apoio, acompanhamento e registro de grupos e projetos de pesquisa; - Gestão da propriedade intelectual gerada pela Universidade.	Produção de conhecimento; - Profissional altamente qualificado; - Publicações científicas; - Patente registrada e/ou	Comunidade em geral; - Comunidade acadêmica; - Empresas públicas; - Empresas privadas	- Departamento de Pesquisa - Instituto de Inovação Tecnológica

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
		comercializada; - Transferência de tecnologia para o setor privado.		
Ampliação do acesso e fortalecimento para permanência no ensino de graduação.	Desenvolvimento de programas e linhas de ações que favorecem a democratização do acesso e a permanência, que contribuem para o êxito no processo formativo de pessoas em situações de vulnerabilidade, fortalecendo a cidadania, a otimização do desempenho acadêmico e a qualidade de vida.	Aluno assistido	Estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica	Departamento de Assistência Estudantil, Departamento de Projetos e Acompanhamento ao Estudante, Departamento de Cidadania e Direitos Humanos.

1.4.1 Condução dos Macroprocessos

O Macroprocesso Ensino de Graduação foi conduzido visando assegurar o preenchimento total das vagas disponibilizadas, de forma a otimizar a capacidade instalada da Universidade, o acompanhamento acadêmico e assistencial ao estudante para garantir a permanência, evitando a retenção e a evasão, bem como assegurar que os estudantes tenham seus cursos concluídos no prazo previsto, o que contribui para beneficiar a Instituição, o aluno e promover mais rapidamente o retorno do investimento social. Adicionalmente, a ação para participação no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE foi conduzida para assegurar a participação dos estudantes da UFES no processo de avaliação realizado pelo INEP/MEC, garantindo, assim, uma participação qualificada, o que pode contribuir para melhoria nos conceitos dos cursos de graduação da Universidade, constituindo-se em um diferencial atrativo para os novos ingressantes na Instituição, além de oportunizar maior projeção da Universidade. Quanto ao Macroprocesso Registro de Diplomas, procura-se assegurar que essas atividades, que consomem bastante tempo, evitem atrasos e causem prejuízos aos alunos dos cursos das IES particulares pela falta de diplomas.

O Macroprocesso ensino de pós-graduação foi conduzido visando à melhoria da qualidade dos Programas de Pós-Graduação da Instituição, referenciado pelo conceito CAPES de cada curso. Nos últimos anos, a pós-graduação da UFES apresentou um crescimento significativo. Em sete anos, o número de cursos de mestrado na UFES passou de 19 para 52, crescimento de 173%, e os de doutorado de 5 para 22, crescimento de 340 %. No último triênio, o número de programas de pós-graduação da UFES aumentou 31%, superando significativamente a média nacional de 23% e seguindo a tendência de crescimento acima da média. Nesse contexto, são necessárias ações e estratégias para consolidar os cursos criados. Um Plano Estratégico para a melhoria dos cursos de pós-graduação foi construído em duas etapas. Primeiramente, os colegiados de cada Programa de Pós-graduação (PPG) produziram documentos contendo análises sobre o desempenho de cada PPG e das estratégias de apoio da administração central, recomendando diversas ações relacionadas ao funcionamento dos PPGs e da Instituição. Tais ações variam desde a atualização de parques de informática à criação de programa institucional específico para a tradução de artigos para periódicos. Em uma segunda etapa, os documentos produzidos pelos Programas de Pós-Graduação foram analisados por uma equipe de pesquisadores, de elevado desempenho acadêmico, fornecendo estratégias de consolidação e melhoria para os PPGs e a administração.

Quanto ao macroprocesso pesquisa e inovação, as políticas e estratégias visam incrementar as atividades de pesquisa e inovação na Instituição. Para as atividades de pesquisa e inovação conduzidas no âmbito dos programas de pós-graduação, que representam a maior parte das pesquisas realizadas na Universidade, seu desenvolvimento está diretamente ligado ao Plano Estratégico de melhoria da Pós-Graduação, criando estratégias específicas para o incremento dessas atividades desenvolvidas pelos programas. Para as atividades de pesquisa conduzidas fora do âmbito dos programas de pós-graduação, as estratégias foram elaboradas de maneira a ampliar a capacidade de pesquisa dos docentes envolvidos, com vistas a incluí-los também no ensino de pós-graduação e melhorar os laços entre graduação e pós-graduação, efetivando a melhoria de qualidade da pesquisa e ensino de graduação e pós-graduação. Especificamente para o macroprocesso de inovação, as estratégias institucionais foram, em grande parte, voltadas à difusão dos conceitos ligados à inovação e à proteção da propriedade intelectual, objetivando difundir a cultura da inovação na Instituição. Neste contexto, a Universidade lançou editais com bolsas para alunos de graduação atuarem no tema, novamente fortalecendo os laços entre inovação, pesquisa e o ensino de graduação e pós-graduação.

A condução do macroprocesso Extensão teve como pressuposto uma relação interativa estabelecida entre a Universidade e a sociedade, que pode ser compreendida como uma relação social de impacto e de transformação, na qual, ambas, a sociedade e a Universidade, buscam eleger questões prioritárias, formular soluções e compromissos pessoais e institucionais para a mudança social. Assim, os interesses e as necessidades são compartilhados e buscam a melhoria da qualidade de vida. Para tal melhoria, é necessário que as diferentes áreas do conhecimento se pensem de modo articulado e não hierárquico. A interdisciplinaridade deve caracterizar-se pela interação de modelos e conceitos complementares; na mediação de materiais e metodologias, buscando consistência teórica e operacional que estruture o trabalho dos atores do processo social e que conduza à interinstitucionalidade, construída na interação de organizações, profissionais e pessoas.

Assim, ao longo do exercício desenvolveram-se ações voltadas à consolidação das ações de extensão em realização na UFES e o acompanhamento por meio de relatórios e atividades de divulgação de resultados, de forma a permitir uma avaliação focada também nos aspectos subjetivos da ação extensionista. Para tanto, além desses relatórios anuais e outros instrumentos de avaliação, tem-se como prioridade para 2015 o estabelecimento de instrumentalização e critérios de avaliação envolvendo equipes e públicos atendidos, cujos resultados serão disponibilizados ao público e servirão de base para os próximos planejamentos da Extensão.

No macroprocesso Assistência Estudantil, coube à recém-criada Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Cidadania – PROAECI, manter o funcionamento dos instrumentos já existentes, repensando-os e reajustando-os dentro da nova estrutura definida pela Resolução nº 08/2014, do Conselho Universitário, que promoveu alterações na estrutura organizacional da UFES.

Os novos Editais do PROAES buscaram reduzir o volume de documentos exigidos aos alunos, simplificando o processo de seleção de alunos assistidos. O foco nos resultados ensejou a construção de instrumentos de acompanhamento e de monitoramento, com a geração de dados e indicadores que permitam melhorar eficiência e eficácia das políticas de acesso e permanência por meio da assistência estudantil, reconhecendo-se que esse processo carece de maior aprimoramento. Ademais, no Sistema de Reserva de Vagas, o processo de seleção exige a submissão do aluno ao processo de avaliação socioeconômica, enquanto no Programa Incluir, a criação de condições que proporcionem maior acessibilidade aos alunos portadores de deficiências exige não só o diagnóstico do perfil desses alunos, mas também ações integradas com outras atividades.

Buscou-se, também a criação de ambiente propício à análise socioeconômica; adesão ao Cadastro Único (Cadúnico) do Ministério do Desenvolvimento; realização de minucioso check-list da documentação apresentada; qualificação de pessoal para melhorar o nível de execução das atividades; e, revisão e controle dos editais publicados.

Recursos próprios da Universidade são aplicados nos macroprocessos finalísticos, alguns dos quais obtidos no próprio macroprocesso, e contribuem para potencializar as ações desenvolvidas no âmbito dos mesmos. Entretanto, a falta do sistema de apuração de custos dificulta mensurar os valores aplicados em cada macroprocesso.

1.4.2 Principais Parceiros

São muitos os parceiros e as parcerias que apoiam o desenvolvimento da atividade institucional. No âmbito interno, no contexto da graduação, são parceiros todos os Colegiados de Cursos de Graduação e Centros de Ensino, ressaltando-se que nesses últimos se encontra a infraestrutura física e de pessoal para que o ensino de graduação se efetive. No âmbito externo, sob a forma de Convênios, Projetos e Acordos, ocorrem importantes interfaces com o setor público e o setor privado para o desenvolvimento de estágios curriculares, para possibilitar aos estudantes vivenciar experiências nas escolas e nas organizações (Vale, Arcelor Mittal, Fíbria, Petrobrás), e para emissão de diplomas para estudantes de instituições privadas que não possuem *status* de Universidade. Na pesquisa e pós-graduação, internamente, sobressaem as parcerias com os Programas de Pós-Graduação e, no âmbito externo, com órgãos de fomento e apoio à pós-graduação, à pesquisa e inovação tecnológica, tais como: CAPES, FINEP, FAPES, CNPq e FACITEC, além de entidades privadas que subsidiam tais atividades e instituições que desenvolvem pesquisas.

No âmbito da extensão, são parceiros internos os departamentos, docentes, discentes e técnico-administrativos que participam das atividades extensionistas. Já no escopo de parceiros externos, destaque para o envolvimento de onze ministérios, órgãos de fomento, FINEP, governo do estado, prefeituras municipais, setor privado e organizações não governamentais, entre outras. Na assistência estudantil, ações transversais junto às Pró-Reitorias, Centros Acadêmicos e Órgãos Suplementares contribuem para viabilizar a atividade, enquanto no âmbito externo há que se ressaltar o financiamento da assistência por meio dos recursos alocados ao Plano Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, além de interfaces, sobretudo, com o Ministério do Desenvolvimento Social, Secretarias Estaduais de Ação Social, Educação e da Justiça, bem como de organizações não governamentais que atuam com a temática da assistência e cidadania.

Nos Centros de Ensino do Interior, ou seja, no Centro de Ciências Agrárias, localizado em Alegre, há que se ressaltar parceiros locais como a Prefeitura Municipal de Alegre, Prefeitura Municipal de Jerônimo Monteiro e Prefeitura Municipal de Castelo, enquanto no Centro Universitário Norte do Espírito Santo, enfatiza-se a parceria com a Prefeitura Municipal de São Mateus e Petrobrás.

Considera-se, por fim, que toda sociedade capixaba se sinta parceira da Instituição, reconhecendo-se também importante o trabalho de orientação, cobrança e fiscalização da CGU, do TCU, do Ministério do Planejamento e do Ministério Público Federal.

2 INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA

2.1 Estrutura de Governança

A estrutura orgânica de apoio e de controle interno no âmbito da UFES é constituída pelo Conselho de Curadores, pela AUDIN – Auditoria Geral e pelo Órgão de Correição, ou seja, a Coordenação de Procedimentos Disciplinares, antes denominada Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, além do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação, criado pela Resolução nº 26/2011, do Conselho Universitário.

O Conselho de Curadores é o órgão deliberativo e consultivo em matéria de fiscalização econômico-financeira, tendo como competência básica: i) aprovar as normas do seu funcionamento; ii) acompanhar e fiscalizar a execução orçamentária através da documentação a ele encaminhada pelo órgão de auditoria financeira da Reitoria; iii) aprovar a prestação de contas anual da Universidade, apresentada pelo Reitor, a fim de ser enviada ao Ministério da Educação; iv) elaborar, em reunião conjunta com o Conselho Universitário e com o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, as listas de nomes destinados à escolha do Reitor e do Vice-Reitor pelo Presidente da República, e v) deliberar sobre outras matérias de sua competência.

2.2 Atuação da Unidade de Auditoria Geral

A Auditoria Interna foi criada através da Resolução nº. 02, de 26.01.2004, do Conselho Universitário. Com a reestruturação organizacional da UFES ocorrida no exercício de 2014, através de Resolução nº 08/2014-Consuni, passou a denominar-se Auditoria Geral.

Desde sua criação, a Auditoria está vinculada diretamente ao Conselho Universitário, órgão superior da Instituição e tem por finalidades básicas assessorar e fortalecer a gestão e racionalizar as ações de controle, bem como prestar apoio aos órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal (CGU) e do Controle Externo (TCU), no âmbito da Universidade Federal do Espírito Santo, respeitada a legislação vigente.

O Regimento Interno foi aprovado pelo Conselho Universitário através da Resolução nº 48, de 27.12.2010, tendo como objetivos:

- I – A regularidade da administração orçamentária, financeira e patrimonial da Universidade Federal do Espírito Santo;
- II – A adequação e a regularidade das contas, bem como a eficiência e eficácia na aplicação dos recursos disponíveis, observando os princípios da legalidade, legitimidade e economicidade;
- III – A racionalização e a execução das receitas e despesas, de forma a garantir a aplicação regular e utilização racional dos recursos e bens disponíveis;
- IV – O cumprimento das leis, normas e regulamentos, bem como a eficiência e a qualidade técnica dos controles contábeis, financeiros e patrimoniais da UFES;
- V – As informações oportunas aos órgãos responsáveis pela administração, planejamento, orçamento e programação financeira da UFES, de forma a permitir o contínuo aperfeiçoamento das atividades.

Atualmente o quadro funcional da AUDIN é composto por seis servidores, conforme **Quadro 4**.

QUADRO 4 - SERVIDORES DA AUDIN

CPF	SIAPE	NOME	CARGO/ FUNÇÃO	FORMAÇÃO
574.985.207-53	0294532	Santinha Maria Girardi Gottlieb	Contador/Chefe da Auditoria Geral	Bacharel em Ciências Contábeis/Pós Graduação em Controle da Administração Pública e Contabilidade Gerencial.
080.801.687-33	2075908	Marcilene Sonara Bridi	Assistente em Administração/ Secretária Administrativa	Farmacêutica/Pós Graduação em Saúde Pública com Ênfase no Programa de Saúde Pública
093.289.887-48	2680623	Débora Ceciliotti Barcelos	Auditor	Direito/Pós Graduação em Direito Público/ Mestre em Direito Processual Civil
073.080.587-51	1654238	Fabiana Venturini Rossoni	Assistente em Administração	Bacharel em Ciências Contábeis/Pós Graduação em Controle da Administração Pública e Auditoria de Negócios/ Mestre em Ciências Contábeis.
096.942.877-40	1836292	Juliana Cruz Alves	Auditor	Bacharel em Direito/ Pós Graduação em Direito Público/ Mestre em Gestão Pública
093.692.357-10	1879461	Richard Cardozo de Rezende	Contador	Bacharel em Ciências Contábeis/ Pós Graduação em Controladoria e Finanças/ Mestrando em Gestão Pública

Em conformidade com o Decreto nº. 3.591/2000, e ainda, em adequação aos procedimentos contidos na Instrução Normativa CGU/PR nº. 07/2006, anualmente é elaborado o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna-PAINT e o Relatório Anual das Atividades de Auditoria Interna-RAINT, que são encaminhados ao Conselho Universitário e à Controladoria-Geral da União no Estado do Espírito Santo.

Além do cumprimento das metas estabelecidas no PAINT, no exercício de 2014 foram desenvolvidas ações de assessoramento à Administração Superior no encaminhamento, atendimento e monitoramento interno das diligências, e na implementação das recomendações e determinações da Controladoria Geral da União, do Tribunal de Contas da União e da própria Auditoria Geral.

Os trabalhos de auditoria são realizados com base no PAINT, e durante o exercício, a chefe da Auditoria Geral emite Ordem de Serviço aos auditores, a fim de orientá-los e acompanhá-los nos trabalhos, visando ao cumprimento do PAINT. Os trabalhos de auditoria são realizados por meio de amostragem, selecionada com base em critérios de materialidade, risco e relevância. Não obstante, além das auditorias planejadas, os auditores emitem, quando solicitados, pareceres/despachos para esclarecimentos de dúvidas e orientações.

Os relatórios produzidos são enviados primeiramente ao dirigente máximo da Instituição que os encaminha à Unidade auditada. Também foram enviados à Controladoria Geral da União no Estado do Espírito Santo, em atendimento ao artigo 8º, da Instrução Normativa/CGU nº. 07, de 29.12.2006.

Com relação às recomendações expedidas pela Auditoria Geral, esta Unidade vem adotando procedimentos/rotinas para um controle sistemático das suas recomendações referentes aos seus Relatórios. Como sistemática de monitoramento dos resultados dos trabalhos de auditoria, a equipe emite o Plano de Providências Permanente – PPP, com o objetivo de monitorar as ações que foram implementadas, justificativas para o seu não cumprimento e prazo para cumprimento.

Não há, no entanto, um sistema informatizado que possa subsidiar e possibilitar um controle efetivo das atividades desenvolvidas. Esse monitoramento está sendo efetuado pelos técnicos responsáveis pelos relatórios/áreas e lançado em planilhas de Excel, onde são registradas as providências adotadas pelos gestores.

As atividades executadas no exercício tiveram como base as ações previstas no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna, porém não foi possível cumprir todas as ações previstas devido à alteração no quadro da equipe técnica, dentre as quais podemos citar:

a) No período de 07.04.14 a 07.07.14, uma servidora esteve em licença capacitação para conclusão do Mestrado em Gestão Pública;

b) No período de 03.06.14 a 29.11.14, outra servidora esteve em licença gestante e de 01.12.14 a 28.02.15 entrou de licença capacitação. Contando com o período de férias regulamentares, praticamente, trabalhou-se sempre com três técnicos.

Para a consecução dos trabalhos de auditoria, a Universidade oferece estrutura física com sala, armários com fechaduras, computadores, impressoras/copiadoras/scanner e está instalada no prédio da Reitoria. A equipe técnica tem acesso aos sistemas corporativos tais como SIAFI, SIAPE, SICAF, SIASG, SCDP, etc.

Com relação a eventuais redesenhos na estrutura organizacional, houve a mudança de nomenclatura, passando a se chamar Auditoria Geral e foi contemplada com a criação da Secretaria Administrativa da Auditoria, com a função FG-5.

Com relação aos controles internos, nas áreas que foram objeto de auditorias, bem como naquelas em que houve acompanhamento em relação às diligências, recomendações e determinações dos órgãos de controle interno e externo, foram verificadas fragilidades nos controles primários, conforme apontado nos relatórios elaborados pela Auditoria Interna.

Cabe salientar e enfatizar que dentre as deficiências encontradas, pode-se citar como uma das causas, a ausência de normas internas e manuais específicos direcionados aos setores de apoio operacional, contemplando definições, orientações, limites, competências, que são de suma importância para o bom desenvolvimento das rotinas internas dos setores da Instituição.

A ausência de tais normas sobrecarrega ainda mais alguns setores da Instituição, uma vez que rotinas que poderiam estar muito bem definidas em normas internas acabam sendo refeitas por outros setores, gerando um retrabalho desnecessário. Tal fato merece atenção, pois corrobora por fragilizar as rotinas internas da instituição.

Há necessidade de aprimoramento, com vistas a mitigar as ocorrências apontadas nos relatórios de auditoria referente às recomendações efetuadas pela Auditoria Geral.

É possível verificar que no âmbito da Instituição há segregação de funções, prevendo a separação entre as funções de autorização ou aprovação de operações, execução, controle e contabilização.

QUADRO 5 - DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PLANO ANUAL DE AUDITORIA

Ação planejada	Escopo	Ação executada ou justificativa pela não realização
1.1. Atuação do TCU	Verificar o efetivo cumprimento pelos setores envolvidos quanto às determinações e recomendações do Tribunal de Contas da União.	As determinações e recomendações do TCU têm sido acompanhadas pela AG as quais foram atendidas pelos gestores.
1.2. Atuação da CGU	Acompanhar e dar assistência necessária aos auditores externos. Auxiliar os gestores na busca de soluções em relação às falhas apontadas.	As ações tomadas pelos gestores com relação à atuação da CGU foram acompanhadas por meio do Plano de Providências Permanente.
1.3. Elaboração do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna/2015	Descrever o planejamento das ações previstas nas áreas de controle da gestão, orçamentária, financeira, patrimonial e de recursos humanos a serem executadas no exercício de 2015.	Encaminhado à CGU-ES para análise prévia por meio do Ofício nº 013/2014 – AUDIN, de 31.10.2014. Após análise o PAINT foi submetido à apreciação do Conselho Universitário e aprovado através da Resolução nº 55/2014, de 12.12.2014.
1.4. Elaboração do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna do exercício de 2013	Relatar as atividades executadas/recomendações/implementações nas áreas auditadas, conforme programado no PAINT.	O RAIN/2013 foi elaborado e enviado ao Conselho Universitário e à Controladoria Geral da União/ES.
1.5. Processo de Contas Anual: Relatório de Gestão e Parecer nas contas 2013	Verificar se o Processo de Contas Anual/2014 está em conformidade com as normas emanadas do TCU e CGU e apresentar ao Conselho de Curadores para apreciação.	Emitido o Parecer nº. 001/2014/AUDIN, de 12.03.14 referente à Prestação de Contas Anual da UFES do exercício de 2013. O parecer, apensado ao processo nº. 23068.002502/2014-08.
1.6. Meios de Transporte	Examinar os controles implementados pelo Setor de Transporte em atendimento às recomendações da AUDIN no exercício de 2012.	Relatório de Auditoria nº 01/2014, de 15.07.14 – UG 153046 (UFES). Relatório de Auditoria nº 02/2014, de 22.07.2014 – UG 153049 (CEUNES). Relatório de Auditoria nº 03/2014, de 30.07.14 – UG 153050 (CCA).
1.7 Sustentabilidade Ambiental	Verificar se foi exigido critérios de sustentabilidade ambiental na especificação técnica do serviço ou produto ou nas obrigações da contratada.	Esta ação foi substituída pelo Relatório de Auditoria Especial nº 01/2014 e também pelo reduzido nº de servidores.
1.8 Gerenciamento de Estoques/Almoxarifado	Examinar os controles de registro de estoque de materiais de entrada e saída do Almoxarifado. Verificar a forma de armazenamento, as condições ambientais e inspeção física dos materiais estocados. Visitar os <i>campi</i> do Centro de Ciências Agrárias e do Centro Universitário Norte do ES –CEUNES.	Ação não realizada em virtude de a equipe técnica ter sido reduzida em duas servidoras: uma de licença maternidade e outra de licença capacitação para conclusão de mestrado. Esta ação está sendo contemplada no PAINT/2015.
1.9 Regularidade dos Processos Licitatórios	Acompanhamento tempestivo dos principais processos licitatórios, em todas as modalidades, por meio da análise documental, verificando a formalização dos certames à legislação vigente, considerando os critérios de materialidade e grau de criticidade.	Relatório de Auditoria nº 05/2014
1.10 Contratos	Os exames serão realizados por amostragem, verificando os aspectos da legalidade, economicidade, boas práticas na fiscalização e regularidade na execução dos contratos.	Relatório de Auditoria nº 04/2014, de 28.08.2014. Relatório de Auditoria nº 06/2014, de 19.12.2014.

Ação planejada	Escopo	Ação executada ou justificativa pela não realização
		Relatório de Auditoria nº 07/2014, de 09.01.2015.
1.11 Concessão e Permissão de Uso de Bens Imóveis e Espaço Físico.	Examinar os registros dos bens imóveis nos sistemas informatizados, os gastos com a manutenção. Verificar a legalidade de permissão de uso dos imóveis e o sistema de cobrança mensal e das dívidas pendentes.	A auditoria correspondente a essa ação foi iniciada no mês de dezembro e esta sendo finalizada em 2015.
1.12 Concessão de Diárias e Passagens - SCDP	Os exames serão realizados por amostragem, nos que envolvam a concessão de diárias e passagens.	Essa ação não foi realizada tendo em vista que a equipe técnica ficou reduzida em dois servidores e avaliou-se, também, que a ação oferecia baixa criticidade.
1.13 Assistência Estudantil	Os exames serão realizados por amostragem, de acordo com o auxílio ou benefício concedido: alimentação, moradia, transporte, material de consumo.	Ação não realizada em virtude de a equipe técnica ter sido reduzida em dois servidores: uma de licença maternidade e outra de licença capacitação para conclusão de mestrado. Esta ação está sendo contemplada no PAINT/2015.
1.15 Avaliação da Estrutura de Controles Internos	Verificar os controles internos da Pró-Reitoria de Administração e Prefeitura Universitária.	A verificação/avaliação dos controles internos ocorreu simultaneamente à realização das auditorias.
1.16 Transferências mediante Convênios	Os trabalhos serão realizados por amostragem, considerando os critérios de materialidade, grau de criticidade e envolverão análise dos processos, conjuntamente com o acompanhamento ao sistema SIASG, SIAFI e SICONV.	Foi substituída por outra demanda: Relatório de Auditoria Especial nº 01/2014.
1.17 Reestruturação da AUDIN	Elaboração do Manual de Auditoria Interna; Código de Ética e revisão do Regimento Interno; Planejamento e aperfeiçoamento dos papéis de trabalho e <i>checklist</i> .	Revisão do Regimento Interno encaminhado para apreciação e aprovação do Conselho Universitário, Memorando nº086/2014-AG–Processo 23068.019680/2014-60. Elaboração do Código de Ética dos Servidores da Auditoria Geral, encaminhado para apreciação e aprovação do Conselho Universitário, Memorando nº 087/2014-AG–Processo nº 23068.19681/2014-12. Aperfeiçoados e organizados os papéis de trabalho, atualização e adequação dos <i>checklists</i> . A elaboração do Manual de Auditoria foi iniciada, porém não foi totalmente concluído, visto que há a expectativa de implantação de um sistema de auditoria interna.
1.18 Monitoramento das recomendações da AUDIN	Elaborar o Plano de Providências referentes aos relatórios de auditoria.	O monitoramento das recomendações exaradas nos relatórios de auditoria foi realizado por meio do Plano de Providências Permanente.

Ação planejada	Escopo	Ação executada ou justificativa pela não realização
1.19 Capacitação	Buscar os conhecimentos das normas de auditoria, principalmente em relação ao COSO I e II, bem como aprimoramento da equipe técnica nas áreas de licitação, obras, SIAFI Gerencial e recursos humanos.	Realizadas diversas capacitações pela equipe da Auditoria, totalizando aproximadamente 700 horas entre presenciais e à distância.

No período compreendido entre 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2014, a Auditoria Geral elaborou 07 (sete) Relatórios de atividades previstos no PAINT, além de um relatório referente à Auditoria Especial em atendimento à solicitação da Controladoria Geral da União, efetuada através do Ofício nº 38161/DSEDU I/DS/SFC/CGU-PR, datado de 16.12.2013.

2.3 Sistema de Correição

A Coordenação de Procedimentos Disciplinares, antes denominada Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, é um órgão administrativo vinculado ao Gabinete do Reitor, cuja criação, estrutura, funcionamento e competências são definidos pelo Regimento Interno e pela Portaria nº 059, de 19 de janeiro de 1998, tendo como finalidade básica: i) apurar irregularidades administrativas e funcionais que ocorrem na Instituição e suas responsabilidades, por meio de Sindicância Administrativa e Processo Administrativo Disciplinar, de acordo com a Lei 8112/90, conforme designação por Portaria, do Magnífico Reitor; ii) atuar no auxílio às Comissões de Inquérito Administrativo, instauradas para apuração de responsabilidades do corpo discente da UFES, observando o regimento interno da Instituição, bem como às Sindicâncias Administrativas, quando estas são realizadas no âmbito dos Centros Acadêmicos e Órgãos Suplementares da IFES. A Coordenação de Procedimentos Disciplinares é composta, atualmente, de 05 (cinco) membros efetivos, todos servidores técnico-administrativos efetivos da UFES, com designação de um Coordenador e uma secretária.

Em relação aos registros dos procedimentos disciplinares (PAD e Sindicâncias Administrativas), no Sistema CGU/PAD, o procedimento referente ao ano de 2014 foi regularizado, conforme anexo I, além de estar em curso uma ação para regularização dos registros pertinentes aos anos anteriores. Ressalta-se que a Coordenação de Procedimentos disciplinares não possui atribuição para abertura de Tomadas de Contas Especial e adoção de procedimentos quanto ao ressarcimento ao erário.

A Coordenação de Procedimentos Disciplinares, por meio de Comissões específicas, atua, ainda, em demandas de Órgãos de Controle Interno e Externo, como consequência de Auditorias da Controladoria Geral da União – CGU e do Tribunal de Contas da União – TCU e oriundas de Procedimentos Administrativos do Ministério Público da União – MPU.

2.4 Avaliação do Sistema de Controles Internos

Em relação aos itens que constam do quadro Avaliação do Sistema de Controles Internos, a UFES tem procurado conjugar os componentes dessa matriz e, a partir da avaliação da sua implementação nos macroprocessos e seus respectivos processos, mensurar o desenvolvimento nesses quesitos.

Nesse sentido, no âmbito do Macroprocesso Finalístico Ensino de Graduação, visando a assegurar o alcance das metas, há que se ressaltar a realização de reuniões com estudantes e coordenadores de cursos para alinhamento de ações, e a adoção de medidas de divulgação por meio impresso, e-mails e memorandos, além do assessoramento prévio, com monitoramento do cronograma, que visava garantir a participação dos estudantes no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes –

ENADE 2014, promovido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Essas iniciativas possibilitam melhorar as avaliações dos cursos de graduação. Na gestão da graduação, propriamente dita, atividades complementares procuram assegurar mais eficácia no fluxo dos cursos, notadamente, no que diz respeito à vinculação, manutenção e desvinculação dos estudantes em relação à UFES, destacando-se: i) elaboração/atualização do Manual sobre as rotinas acadêmicas do Departamento de Matrícula e Controle Acadêmico, para ser disponibilizado aos coordenadores de cursos; ii) elaboração de Manual de Rotinas da Divisão de Matrícula e Controle Acadêmico, que contém os procedimentos necessários para cadastro do número de vagas oferecido pelos processos seletivos em cada curso e modalidade de reserva de vagas, cadastro e matrícula dos ingressantes e relatórios de matrícula; iii) execução, por meio do Núcleo de Tecnologia da Informação, de melhorias no Sistema de Informação do Ensino, para dar mais celeridade no processo de cadastro e matrícula dos ingressantes e criar facilidades de acesso às funcionalidades; iv) otimização na execução dos processos seletivos realizados em 2014, a saber : Vestibular, Remanejamento, Sistema de Seleção Unificado - SISU, Novo Curso, Remoção e Reopção) e Educação do Campo – EDUCAMPO. Somam-se a essas, medidas adotadas na modalidade Educação a Distância – EAD; Processo Seletivo de Vagas Surgidas – PSVS; as alterações realizadas na Instrução Normativa 001/2013 – PROGRAD, pela elaboração da Instrução Normativa 001/2014 – PROGRAD, que normatiza as solicitações de antecipação de colação de grau em curso de graduação da UFES; a edição da Instrução Normativa 002/2014 – PROGRAD, que normatiza os procedimentos complementares para marcação, análise, elaboração e envio da documentação de Colação de Grau aos órgãos competentes; elaboração de documento sugerindo alterações no histórico Escolar dos estudantes da UFES; realização de reuniões com Coordenadores de Cursos (História, Geografia, Ciências Sociais, Filosofia, Ciências Biológicas, Matemática, Física e Química), visando a separação dos cursos no vestibular e manutenção de vínculo.

Em relação ao Registro de Diplomas, organizaram-se escala de recebimento de processos para registro, promoção de cursos para capacitações de secretarias das Instituições de Ensino Superior privadas, calendário de reuniões mensais, consulta à Procuradoria Federal sobre casos omissos ou fora do abrigo da legislação, todas as iniciativas visando à otimização do fluxo de trabalho e maior efetividade nos resultados.

Cabe, ainda, ressaltar, a normatização interna pela definição de regras e procedimentos que facilitam a execução dos fluxos operacionais, a uniformização de informações, introjeção do componente ético, segregação de funções para atender plenamente as necessidades e demandas dos clientes internos e externos. Ademais, procura-se promover uma comunicação tempestiva dos fatos para que todos os servidores tenham conhecimento, promovem-se reuniões de autoavaliação, além de revisão contínua dos mecanismos de controle. Também os Programas geridos no âmbito da graduação estão recebendo atenção especial quanto a riscos, inconsistências, intercorrências e outras variáveis que possam comprometer a plena execução, exigindo, portanto, ações que minorem e/ou eliminem os gargalos e fatores restritivos.

No âmbito dos Macroprocessos Finalístico Ensino de Pós-Graduação e de Pesquisa e Inovação, os controles foram estabelecidos em dois níveis. O primeiro está voltado especificamente para as atividades e processos administrativos internos da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação e consiste em reuniões periódicas entre o Pró-Reitor e os diretores de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação para identificar os gargalos e ineficiências existentes e, por meio de ações preditivas, concretizar as metas planejadas. O segundo nível está voltado ao acompanhamento dos Programas de Pós-Graduação, participando desse processo, além do Pró-Reitor e diretores, um Comitê de acompanhamento formado por pesquisadores de reconhecido desempenho acadêmico e com grande experiência na avaliação de cursos. O Comitê avalia o desempenho acadêmico de cada Programa de

Pós-Graduação e com base nessas avaliações formulam estratégias para a melhoria e consolidação dos mesmos.

No Macroprocesso Finalístico Extensão, realizou-se minucioso levantamento no banco de dados do Sistema de Informações da Extensão - SIEX, bem como consultas nos arquivos físicos da Câmara de Extensão objetivando o cadastro das atividades com *status* de “expiradas”, e identificação de ações com informações desatualizadas. Outras medidas adotadas foram: i) visita aos Centros de Ensino do campus de Goiabeiras e de Maruípe, com reuniões itinerantes da Câmara de Extensão, para promover a integração e reforçar a importância do registro das ações, além do Centro Universitário de São Mateus (CEUNES) e Centro de Ciências Agrárias (CCA), com orientações e assessoramento quanto aos registros, formulação de propostas, elaboração de projetos, divulgação de fontes de fomento, catálogo de extensão e alteração de resoluções que envolvem a extensão.

No sentido de aperfeiçoar e intensificar a comunicação sobre as atividades de extensão criou-se o setor de Gestão da informação. Esta comunicação se dá tanto para a comunidade interna, incentivando alunos, docentes e técnicos a criarem e participarem de projetos, programas e eventos de extensão, quanto para a comunidade externa, na divulgação das ações como forma de troca de conhecimento entre comunidade acadêmica e sociedade. Desenvolve-se, também, uma nova logomarca e material de papelaria. Um novo *site* foi construído e foi lançada a *fanpage* da Proex no facebook, a fim de aperfeiçoar as ferramentas de comunicação existentes.

Tem-se realizado reuniões periódicas da equipe de trabalho e da Câmara de Extensão a fim de compreender melhor o papel e a abrangência da Pró-Reitoria de Extensão nas atividades da Universidade. Essas reuniões visam a conhecer melhor os pontos fortes e limitações a fim de melhorar a qualidade do atendimento ao público. Durante as reuniões discutem-se uma forma de monitorar os sucessos e falhas na atuação.

No círculo do Macroprocesso Assistência Estudantil, adotaram-se também importantes medidas de controle. O pagamento dos auxílios passou por constante monitoramento, procurando identificar e resolver problemas bancários e acadêmicos. A essas medidas, somam-se outras que buscam melhorar a efetividade da ação no campo da assistência, e dentre as quais vale citar: i) maior interlocução institucional entre o departamento responsável pela seleção de alunos e o departamento responsável pelo pagamento e acompanhamento (monitoramento) dos estudantes; ii) conscientização interna da necessidade de constantes estudos de impactos orçamentários e financeiros, mediante qualquer alteração na política (novos editais, novos auxílios, etc.), buscando sempre compatibilizar meta física com a contrapartida orçamentária; iii) estabelecimento de prioridade na solução de problemas relacionados ao pagamento de auxílios, como aqueles decorrentes de Ordens Bancárias canceladas, por exemplo; iv) Adesão ao Cadastro Único (CadÚnico) do Ministério do Desenvolvimento; e, v) aprofundamento da discussão entre o melhor instrumento de monitoramento da situação acadêmica do aluno assistido, diagnosticando com maior rapidez aqueles em situação irregular de matrícula, cancelando-se, temporária ou definitivamente, o pagamento do benefício ao aluno. Outras medidas, dizem respeito ao estabelecimento de rotinas, horários, atividades administrativas e comprometimento dos servidores com a função de assistência, evitando atrasos nas publicações dos editais, na realização dos eventos, bem como a redução do contingente de servidores em períodos de atendimento.

No contexto da gestão, são inúmeras as medidas que visam melhorar a eficiência, a eficácia e a efetividade na operacionalização das ações da Instituição.

Na gestão de Convênios, Contratos e Instrumentos congêneres, busca-se uma maior celeridade nas tramitações e maior clareza na definição de responsabilidades, o que beneficia a fiscalização e controle dos diversos instrumentos nos quais a UFES é signatária. Na fase inicial de elaboração de

Instrumentos Jurídicos, trabalha-se no aprimoramento de um Manual, já existente, para melhor atender aos avanços legislativos, visto que o atual documento foi elaborado há oito anos. Soma-se a isso o esforço em elaborar fluxogramas de tramitação de processos, de acordo com cada procedimento mais comum da UFES, como os Contratos com Fundações de Apoio, desejando-se a sua integração ao Sistema de Informações para o Ensino – SIE, o que permitiria maior transparência e acesso aos arquivos. Planeja-se sugerir ao Conselho Universitário aprovar Resolução contendo todas as normas e procedimentos que dizem respeito à prestação de contas dos contratos e convênios gerenciados pelas fundações de apoio, visando garantir o efetivo controle dos recursos públicos investidos nestes projetos.

Na atividade de suprimentos a elaboração de cronograma de compras seletivo por programa, convênio e projeto; reavaliação e redimensionamento das rotinas e procedimentos com a consequente padronização e manualização de todos os processos; reavaliação e atualização dos fluxos de processos de aquisição, implantação de novos módulos do SIE (Materiais, Almoxarifado, Patrimônio, Compras, Importação Registro de Preços); capacitação dos requisitantes na elaboração de termo de referência e da equipe de especificação; orientação aos requisitantes nos aspectos técnico e legal da elaboração de especificação; reavaliação das especificações do catálogo de materiais; implementação da qualificação de produtos; realização de inventários rotativos e mensais; aplicação de parâmetros de ressurgimento no controle de estoque; e utilização de registro de preços para todos os itens do estoque do almoxarifado; são algumas das medidas que visa a assegurar um melhor nível de controle dessa atividade.

No nível de controle e gestão patrimonial de bens móveis, elaborou-se e foi distribuído o Manual do Usuário de Bens Patrimoniais. Planeja-se, para o próximo exercício, a realização de um seminário interno, objetivando oferecer às demais unidades informações e orientações para nortear suas ações. A ampliação e adequação do depósito de bens móveis e a agilização do processo de recolhimento, remanejamento e alienação de bens recolhidos contribuirá para melhorar a gestão de bens imóveis. Adicionalmente, tem-se mantido contatos permanentes com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), com a Fundação Espírito-Santense de Tecnologia (FEST), com a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES) e com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), visando agilizar a entrega de documentação para facilitar a prestação de contas do pesquisador, além de viabilizar a identificação e controle dos bens e posterior tombamento ao patrimônio UFES, depois de findo o período da pesquisa e feita a devida doação. Somam-se a essas medidas, a localização e o emplaquetamento dos bens oriundos de comodato e doação, a redefinição dos processos que envolvem a gestão de bens móveis, objetivando minimizar os riscos de insucessos, além de se adotar medidas que assegurem maior sintonia entre os servidores envolvidos e o conjunto de clientes internos e externos.

No âmbito da gestão de pessoas, busca-se efetivar concursos públicos com mais frequência visando à reposição imediata das vacâncias, a fim de reduzir os danos causados pela rotatividade; capacitação permanente e atualização constante, objetivando qualificar os novos servidores; reavaliação dos fluxos dos processos e investimentos em sistemas comunicação de forma constante e dinâmica; planejar a execução das atividades que dependem dos sistemas, nos períodos de menores riscos de instabilidade dos mesmos; e fazer gestão junto ao Ministério do Planejamento para que o suporte prestado aos usuários dos respectivos sistemas seja mais eficiente. Além dessas medidas, são importantes a pactuação das demandas de capacitação junto às chefias; ampliar a divulgação dos cursos e promover cursos direcionados às demandas específicas das Unidades, bem como a elaboração de relatório de atividades pela Comissão de Dimensionamento, com sugestão à Administração Central para que realize o mapeamento de processos.

Na gestão e execução do orçamento vale destacar a preocupação com a adequação da equipe às novas tecnologias, com foco nos objetivos e busca por excelência; o controle de rotinas e sistematização das atividades; o apelo ao comprometimento ético; a profissionalização e capacitação das chefias; a qualificação da equipe com claras definições de competências e atribuições; o livre acesso à informação para melhor desenvolvimento das atividades; responsabilização dos servidores; observância das normas e orientações legais e manuais de contabilidade pública do governo federal; observância na conformidade dos atos; definição de prioridades e gastos no âmbito institucional; busca de economicidade e excelência na execução; efetivação dos gastos em sintonia com a finalidade da Instituição; e, divulgação do orçamento e maior transparência na execução.

Em aspectos relacionados à gestão dos bens imóveis, ressaltam-se medidas para regularização dos imóveis da Universidade; licenciamento de novas obras; emissão de alvará de localização e funcionamento; análise do Plano Diretor Físico, com a definição da Zona de Equipamento Especial e da Zona de Proteção Ambiental; e, a redefinição dos processos de trabalho, com a adoção de novos fluxos para a gestão da infraestrutura física da Universidade e de padrões para manualização. Mantém-se e alimenta-se o Sistema de Informações do MEC (SIMEC), que gerencia as obras, construções e reformas executadas, estando em fase de análise e diagnóstico a utilização da ferramenta de gestão de projetos e obras (REDMINE) para o gerenciamento das novas edificações, desde a elaboração dos estudos de impacto e análise de risco, elaboração de projetos, licitação e contratação, construção e recebimento definitivo. No que tange à manutenção e conservação predial, está em fase final de implantação um sistema de gerenciamento de manutenção on-line, que foi customizado pelo Núcleo de Tecnologia da Informação desta Universidade por meio de um software livre, chamado GLPI (Gestão Livre de Parque de Informática).

Na gestão de frotas foram estabelecidos novos processos de trabalho e normatização de uso por meio de portarias e a elaboração de um sistema de gestão eletrônico.

Face à complexidade que envolve as reposições do acervo, o Sistema Integrado de Bibliotecas (SIB), articula-se com atores no ambiente interno e externo contemplando variáveis, tais como: disponibilidade orçamentária, pesquisa bibliográfica junto às Unidades Acadêmicas da UFES, elaboração do Termo de Referência, além da realização de todo o processo licitatório que antecede a entrega dos materiais adquiridos, catalogação e disponibilização aos usuários. A possibilidade de frustrações do processo tem sido minorada por meio de definições de procedimentos necessários e antecedência possível à sua realização; elaboração de Termo de Referência com informações detalhadas e consistentes; identificação dos papéis e responsabilidades dos setores envolvidos em cada etapa do processo, bem como dos recursos necessários ao monitoramento de sua execução.

No processo de gestão da tecnologia de informação e comunicação, tem-se observado na contratação de bens e serviços os preceitos da IN 04/2010, realizando-se a análise de risco em todos os contratos de bens e serviços de TIC que ultrapassem o valor estabelecido no art. 24 da Lei 8.666/1993. São considerados os casos usuais em processos licitatórios como licitação deserta, fornecedor inidôneo, atrasos no fornecimento, produtos de má qualidade. Contudo, existem problemas na implantação de medidas de contorno decorrente de restrições legais. A segurança da informação é viabilizada por meio da Política de Segurança de Informação, que está atualmente em processo de revisão. Neste documento, estão mapeados os riscos relativos à perda de informação e/ou divulgação de informações pessoais. Entre os aspectos analisados estão a segurança física dos sistemas de armazenamento e processamento de informações que não estão de acordo com as políticas e práticas estabelecidas pela legislação e normas técnicas. Já no desenvolvimento de software existe um processo de formalização sistemática de desenvolvimento de *software*, que

inclui a análise dos riscos envolvidos. Dentre estes, está a recusa de uso devido à ausência de procedimentos estabelecidos que fundamentem a implementação.

Na gestão dos Restaurantes, em resposta aos riscos, trabalha-se a necessidade de reciclagem de servidores; o planejamento para otimização dos gastos, a elaboração de manuais e documentos que estabeleçam as rotinas inerentes ao setor e atribuições de cada servidor; a aquisição de equipamentos que assegurem o funcionamento normal dos restaurantes; e o replanejamento das atividades dessa Unidade.

No contexto da educação a distância, mensura-se como riscos potencial à execução dos Sistema UAB o fato de 80% dos recursos destinados ao financiamento das atividades estar vinculado a um Programa de Governo – UAB, evidenciando a necessidade de constituir dotação orçamentária permanente. Nos procedimentos de controle há segregação de funções; as conformidades no sistema são consideradas imprescindíveis para que haja fomento da CAPES, são observados os *feedbacks* em relação ao alcance das metas; utilização de sistema informatizado com *backup* das informações; processo de comunicação horizontal e vertical formal e informal; e, monitoramento referente aos objetivos, indicadores e metas pactuadas.

No âmbito dos Centros do Interior do Estado, predominam também a preocupação com a eficiência e a efetividade na aplicação dos recursos. No Centro de Ciências Agrárias, localizado ao sul, no município de Alegre, o planejamento dos gastos com aquisições e os dispêndios orçamentários são algumas das medidas adotadas para otimizar a aplicação dos recursos, evitar desperdícios e facilitar o controle. Esse procedimento, ou seja, o planejamento também é aplicado às viagens necessárias à realização das disciplinas e ao uso dos veículos, pois as viagens são realizadas segundo critérios aprovados no Conselho departamental desde 2010.

No Centro Universitário Norte do Espírito Santo – CEUNES, os controles internos observados, alinhados ao planejamento, têm contribuído para auxiliar o gestor na condução ordenada da Unidade, possibilitando comparar o planejamento e a execução, sendo possível afirmar que os resultados obtidos no ano de 2014 com a execução das ações inerentes ao plano de metas foram satisfatórios e estão compatíveis com os objetivos estratégicos do Centro e em sintonia com as diretrizes da UFES.

Isso posto, a percepção institucional quanto ao funcionamento do controle interno é de que eles são fundamentais para assessorar e orientar a administração no processo de gestão institucional e que devem ter as suas atuações potencializadas, no sentido de alcançar maior eficácia e efetividade na execução das ações da Instituição. Quanto aos mecanismos institucionais que permitam avaliar o desempenho, esses estão sendo trabalhados no contexto do Plano de Desenvolvimento Institucional integrados aos Macroprocessos Finalísticos e aos Macroprocessos de Apoio e, no futuro, contribuirão para aprimorar a gestão do desempenho da Universidade.

A partir dessa perspectiva e do conjunto de elementos conjugados (ambiente de controle, procedimentos de controle, informação e comunicação e monitoramento) retrata-se, no Anexo II, o nível de intensidade e de inserção desses mecanismos no contexto da Instituição.

3 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

3.1 Canais de Acesso do Cidadão

Dentre os canais de acesso do cidadão, há que se enfatizar o papel da Ouvidoria, que tem primado pela solução frente ao inquérito e sanção e, principalmente, promover a educação em todos os sentidos. A Ouvidoria tem mantido as orientações jurídicas de cunho interno, a informação das condutas e o acompanhamento dos interessados junto aos órgãos/departamentos internos solicitados, motivando sempre o comportamento educativo da Ouvidoria.

Embora se registre, em 2014, um maior número de atendimentos, necessariamente não significa o aumento de demandas, mas sim a maior disponibilidade de atendimento da Ouvidoria Geral.

TABELA 1 - TABELA DE ATENDIMENTOS

DEMANDAS	Formulário	36
	Email	76
CONSUTAS	Pessoal	956
	Telefone	1907
	Email	687

Os atendimentos aos cidadãos também podem ocorrer diretamente pelas Unidades e/ou por meio de outros canais, a saber:

As questões sobre o ensino de graduação e registro de diplomas podem ser equacionadas por meio de acesso à página da Universidade e da página da Pró-Reitoria de Graduação: www.prograd.ufes.br/controle, onde constam seus setores, os telefones e e-mails das pessoas responsáveis pelas informações, e também são respondidas diretamente pela Ouvidoria, por meio digital e por memorando. Adicionalmente, demandas feitas por telefone são respondidas, quando possível, no ato, embora não se realizem registros para fins estatísticos, e via Reitoria, quando esta redireciona solicitações dos cidadãos. Nos casos de acompanhamento acadêmico, os canais de acesso do cidadão, para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões, dentre outras, contemplam o próprio setor, dentro do horário de funcionamento, de segunda a sexta. Atende-se pelo e-mail daa@prograd.ufes.br e pelo telefone 4009-2411.

No que tange à gestão da Pós-Graduação, da pesquisa científica e da inovação, as informações e dúvidas podem ser sanadas no sítio eletrônico da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação: www.prppg.ufes.br, e no email: faleconosco.prppg@ufes.br.

Na extensão, as informações podem ser obtidas no site da Pró-Reitoria de Extensão: www.proex.ufes.br. O site da Proex conta com notícias das ações de extensão que acontecem nos quatro *campi* da Universidade, lançamento de editais, além de informações sobre a equipe de trabalho, documentos que regulamentem a extensão, acesso ao Sistema de informação da extensão, entre outros. O email institucional está disponível na página para contatos. Além disso, estão disponíveis na página os nomes, telefones e endereços eletrônicos dos membros da equipe.

Fanpage da proex: A utilização de mídias sociais para divulgação das ações de extensão também é um instrumento utilizado pela Proex. A *fanpage* Proex Ufes está cada vez mais acessada, com índice de visualizações crescente.

Caixa de sugestões e reclamações: A Caixa de sugestões se encontra na recepção da Proex e é uma forma do cidadão demonstrar sua satisfação ou insatisfação com os serviços prestados pela Pró-Reitoria de Extensão. Soma-se a esses, o Fale Conosco: Canal direto de comunicação do público com a Proex, a ferramenta fale conosco está colocada no site da Proex.

Nas questões de assistência, as informações são prestadas pela Secretaria da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantil e Cidadania, que atende presencialmente ao público diariamente das 8:00 Hs às 20:00 Hs, e, via telefone, por meio do ‘Fale Conosco’ nesse mesmo período. Presencialmente, é possível protocolar reclamações, DENÚNCIAS, sugestões e dúvidas, enquanto por intermédio da linha telefônica disponível (4009-2265), presta informações diversas.

Pela internet, são desenvolvidas diferentes estratégias. O contato pode ser dar por meio do sítio da PROAECI: www.proaeci.ufes.br e também pela página oficial da Pró-reitoria no *Facebook*: www.facebook.com/proaeciufes. O sítio virtual possibilita à comunidade se informar acerca de ações administrativas diversas da PROAECI. A página do Facebook é fruto do projeto ‘Comunica Proaeci’. Nela, são divulgadas informações de utilidade ao estudante, enquanto cidadão possuidor de direitos e participante ativo da Instituição.

Informações, também podem ser obtidas por meio da equipe ‘Comunica PROAECI’, que é formada por técnico-administrativos e bolsistas, tendo como objetivo desenvolver um conjunto de ações de comunicação, possibilitando à comunidade universitária o acesso à informação rápida, objetiva e de fácil compreensão no que tange às diferentes políticas de acesso e permanência em vigor na universidade. São divulgadas ações da Pró-Reitoria, coberturas fotográficas, produção de audiovisuais (parte conta com tradução das mensagens em línguas de sinais – LIBRAS), campanhas temáticas, dentre outras atividades.

Na gestão de pessoas, os canais de comunicação são voltados para a comunidade universitária, tendo em vista o público-alvo dos serviços prestados. As solicitações de informações de usuários externos são eventuais e, em sua maioria, encaminhadas pela Ouvidoria Geral da UFES.

A Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas disponibiliza, em seu endereço eletrônico www.progprep.ufes.br, informações sobre os serviços prestados pelos departamentos e divisões que compõem a Pró-Reitoria, assim como legislações e orientações que tratam de assuntos de interesses dos servidores. Consta ainda no endereço eletrônico toda a estrutura da Pró-Reitoria para facilitar o acesso dos usuários.

As reclamações, denúncias e sugestões são encaminhadas tanto por meio eletrônico, através dos e-mails dos departamentos, divisões e da própria Pró-Reitoria, como por meio de protocolo. A Pró-Reitoria tem se empenhado para atender, dentro de suas possibilidades, as demandas apresentadas pelos usuários, mas não realiza controle estatístico sobre as mesmas.

As informações acerca dos serviços e produtos do Sistema de Bibliotecas, bem como do funcionamento das unidades estão disponíveis no endereço www.bc.ufes.br, em cujo website é possível acessar diversos serviços disponíveis *online*, tais como: pesquisa em bases de dados, consulta a e-books e periódicos; consulta ao catálogo, reserva e renovação de materiais; verificação de débitos; acesso a tutoriais hospedados nos sítios eletrônicos Youtube e SlideShare. Os usuários do sistema podem ainda acessar a agenda do “Programa de Desenvolvimento de Competências

Informacionais em Ambiente Virtual” (PDCIAV), por meio do qual os Bibliotecários da Biblioteca Central oferecem capacitação gratuita à comunidade universitária (estudantes, pesquisadores, professores e técnico-administrativos), para o desenvolvimento de habilidades de pesquisa e de estratégias de busca na utilização dos recursos informacionais disponíveis em rede. Também estão sendo realizados testes para a implantação de novas ferramentas de busca que integrarão as diversas fontes de pesquisa, otimizando a localização dos conteúdos disponibilizados pela Ufes, assim como os de acesso livre (busca integrada).

Pelo site também é possível o acesso com a finalidade de efetuar comentários e sugestões pelos usuários, sendo que os relatórios dessas informações são acompanhados periodicamente pela administração da Biblioteca Central. Por esse mecanismo são recebidas, da comunidade universitária, sugestões para aquisição e incorporação de obras ao acervo.

As bibliotecas disponibilizam a normalização de trabalhos acadêmicos às comunidades, interna e externa, por meio de dois manuais impressos, de responsabilidade da Biblioteca. Ambos os manuais serão disponibilizados nos formatos impresso e digital (a ser armazenado no Repositório Institucional da Ufes), ampliando dessa forma o acesso a seus conteúdos, inclusive pelo Ensino à Distância.

O atendimento ao público pela Biblioteca Central é realizado no Campus de Goiabeiras, de segunda a sexta feira, das 7h às 21h e aos sábados, das 7h às 13h, sendo praticado horário especial durante o recesso acadêmico. A partir do mês de dezembro de 2014, as sessões de “Coleções Especiais” e de “Periódicos”, anteriormente funcionando até 18h, tiveram seu horário de atendimento expandido para o período noturno, oportunizando, dessa forma, o acesso e consulta aos usuários até 21h. As Bibliotecas Setoriais atendem de segunda a sexta feira em horários específicos divulgados no *site*.

Os canais de acesso com a Secretaria de Comunicação a Distância para fins de solicitação, reclamações, denúncias e sugestões são: o contato pessoal, telefone, correio eletrônico, chats, conferência *online*, emails de colaboradores e através da Ouvidoria Geral da UFES, no site da UFES www.ufes.br e no endereço eletrônico www.neaad.ufes.br.

3.2 Carta de Serviços ao Cidadão

Em relação à carta de Serviços ao Cidadão, está disponibilizado um sistema de registro de informações sobre serviços, auxiliado por um sistema de busca. Esse sistema está disponível em www.servicos.ufes.br. Nesse sistema, cada setor pode disponibilizar a lista de seus serviços e as informações necessárias para que a comunidade possa requisitá-los. É possível, a partir dessas informações, montar uma publicação com todos os serviços oferecidos pela UFES, agrupados por setor, localidade ou tipo de serviço. Foi realizado um treinamento para servidores de diversos setores para a inserção correta de informações.

Ressalta-se que a Carta de Serviços ao Cidadão carece de atualização, em decorrência de mudanças recentes operacionalizadas na estrutura organizacional da UFES.

3.3 Mecanismos Para Medir a Satisfação de Usuários e Serviços

A Ufes realizou junto à comunidade universitária, em 2013, por meio da Comissão Própria de Avaliação, diagnóstico sobre as dimensões qualitativas da Avaliação Institucional, observando as diretrizes da Lei nº 10.861, de 14 de abril, de 2004, que trata da avaliação do ensino superior. Esses resultados foram publicados em 2014 e vem se constituindo em subsídios para a ação institucional. Todavia, não há uma pesquisa ampla de satisfação que envolva a comunidade interna e externa à Universidade.

3.4 Acesso às Informações da Unidade Jurisdicionada

As informações essenciais elencadas neste tópico podem ser obtidas acessando o endereço eletrônico www.ufes.gov.br e pelo site www.proplan.ufes.br.

3.5 Avaliação do Desempenho da Unidade Jurisdicionada

Embora não tenha institucionalizado pesquisa para medir a satisfação dos usuários, no ranking folha publicado em 2014, que retrata o desempenho das Instituições de Ensino Superior, a UFES classificou-se em 31º lugar, entre cerca de duzentas universidades avaliadas, configurando uma posição satisfatória, embora esforços devam ser envidados para melhorar essa posição.

3.6 Medidas Relativas à Acessibilidade

Em relação às medidas de acessibilidade ao atendimento da gestão da graduação, a estrutura da Pró-Reitoria de Graduação encontra-se adequada, com rampa de acesso de pequena inclinação e banheiros adaptados no salão de atendimento ao público. Quanto à acessibilidade que impacta o Ensino de Graduação, ou seja, nas estruturas que apoiam e nas quais ocorrem os Cursos de Graduação, todos os esforços tem sido envidados para a construção e finalização de obras pertinentes, tais como: rampas e passarelas de acesso e, na impossibilidade da instalação das mesmas, instalação de elevadores e construção de banheiros adaptados, em todos os Centros de Ensino e em todos os campi. Entretanto, enfrentam-se dificuldades decorrentes dos processos licitatórios, quando empresas não honram seus compromissos e os prazos acordados, situação às vezes agravada pelo abandono da obra e processos daí decorrentes.

Também o Programa Incluir – Acessibilidade na Educação Superior, executado pela UFES, propõe a execução de ações que garantam o acesso pleno e permanência de pessoas com deficiência às instituições federais de ensino superior e tem como principal objetivo fomentar a criação e a consolidação de Núcleos de Acessibilidade nas Ifes, os quais devem responder pela organização de ações institucionais que garantam a integração de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras comportamentais, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicação. O Programa Incluir é parte integrante do Plano Viver sem Limite, instituído pelo Decreto nº 7.612/2011, elaborado com base na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da ONU.

No atendimento à gestão da Pós-Graduação e da Pesquisa e Inovação, visando a garantir a acessibilidade de pessoas portadoras de necessidades especiais aos serviços oferecidos, reformou-se o espaço da Pró-Reitoria com a construção de rampas de acesso, além da disponibilização, quando necessário, de intérprete de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para atuar juntos aos Programas de Pós-graduação.

Na Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Cidadania, promoveu-se a adequação dos canais de informação ao paradigma de inclusão de pessoas portadoras de deficiência vigente na UFES, evidenciado pela aquisição de três intérpretes de LIBRAS para a divulgação dos trabalhos realizados. Desde então, as notícias veiculadas nas diversas mídias utilizadas, contam com tradução que proporciona a compreensão das informações ao público surdo-mudo. Parte dos vídeos produzidos pela equipe de comunicação, contou com a participação ativa do Núcleo de Acessibilidade, atuando na tradução das mensagens em línguas de sinais - LIBRAS, possibilitando assim, a real efetivação dos anseios em tornar cada vez mais acessível a todas e a todos o acesso a informações diversificadas.

A gestão de pessoas, no quesito acessibilidade, tem buscado, por meio de seus departamentos, criar condições que possibilitem a transposição dos entraves que representam as barreiras para a efetiva participação de todos aos serviços oferecidos pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas. O

Departamento de Gestão de Pessoas segue rigorosamente todas as disposições legais relacionadas aos Portadores de Necessidades Especiais nos concursos para ingresso de novos servidores. A Pró-Reitoria conta, ainda, com a Equipe Multidisciplinar para acompanhar esses servidores em seus locais de trabalho durante todo o processo de estágio probatório. Além disso, foram realizadas adequações estruturais no Departamento de Atenção à Saúde, porta de acesso e no banheiro do departamento, e construída nova rampa de acesso ao Restaurante Universitário do campus de Goiabeiras.

Em relação à gestão da extensão, a estrutura física da Pró-Reitoria de Extensão está sendo preparada para atender aos portadores de necessidades especiais. O prédio fica todo em piso térreo, com corredores amplos e os banheiros passam por reformas.

De uma forma geral, há uma grande preocupação institucional em assegurar a acessibilidade e promover a inclusão social.

4 AMBIENTE DE ATUAÇÃO

4.1 Informações Sobre o Ambiente de Atuação da Unidade Jurisdicionada

No ensino de graduação, o mercado caracteriza-se por uma ampliação crescente e acelerada de oferta de Instituições de Ensino Superior e de cursos de graduação, não restritas à esfera pública, apesar da presença e da atuação forte da UFES no âmbito do estado do Espírito Santo, uma presença que se consolida ao norte com o Centro Universitário Norte do Espírito Santo – CEUNES e ao sul com o Centro de Ciências Agrárias. Sabe-se que, aumentando-se a oferta, pulveriza-se a procura pelos cursos da UFES, o que também poderá se constituir em uma ameaça para nossa IES. De qualquer forma, a diplomação na graduação dos cursos ofertados pela UFES continua um diferencial no mercado de trabalho no Espírito Santo e no Brasil como, por exemplo, a boa *performance* de nossos ex-alunos das Engenharias em concursos recentes para ingresso na Petrobrás.

Além das várias faculdades existentes no Espírito Santo, tem-se a presença da Universidade de Vila Velha-ES, entre outras, que ofertam vários cursos de graduação e possuem processos similares aos da UFES para seleção, cadastramento, matrícula, acompanhamento dos estudantes, emissão de diplomas.

Apesar de se observar um crescimento grande e acelerado de criação /ou expansão de IES tanto públicas quanto privadas, a UFES ainda detém grande importância no cenário estadual, considerando todos os seus *campi* e os cursos ofertados, alguns dos quais só ofertados pela Instituição. Entretanto, sua atratividade pode estar sendo prejudicada devido a não flexibilização das ofertas aqui praticadas (horários de aula), que tem inviabilizado a participação de expressivo segmento da sociedade que, não podendo contar exclusivamente com os apoios institucionais para sua manutenção e sobrevivência, precisam desenvolver atividades laborativas remuneradas. Acredita-se que isto também se constitua em uma ameaça à UFES.

Apesar de ser uma IES sexagenária, existem problemas relacionados à agilidade na tomada de decisões, na correção de rumos, principalmente pela dificuldade da comunidade universitária aceitar a mudança de paradigmas em relação à formação universitária no século XXI, constituindo-se a imobilidade ou a morosidade na discussão, aceitação e implementação de mudanças, em séria ameaça à UFES.

No campo da pesquisa e pós-graduação, a UFES é a principal Instituição do estado do Espírito Santo, sendo responsável por mais de 77% dos programas de pós-graduação *strictu-senso* oferecidos no estado, e mais de 88% dos cursos de doutorado.

A importância da instituição para o desenvolvimento do Espírito é incontestável, não apenas sendo responsável pela maior parcela de formação da mão de obra altamente qualificada disponibilizada no Estado, por meio de seus cursos de Pós-Graduação, mas também abrigando a maior parte dos pesquisadores científicos do estado, ou seja, 85% dos pesquisadores bolsistas de produtividade do CNPq no ES atuam na UFES.

A atuação da UFES em pesquisa e pós-graduação é, sem dúvida, um importante instrumento de desenvolvimento do Estado.

No que tange à extensão, pode-se afirmar que a extensão universitária na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) é responsável pela inter-relação da Universidade com os outros setores da sociedade. É o canal de ligação com a sociedade. A UFES é a Instituição do Estado com o maior

número de ações de extensão ofertadas, além de se constituir na principal parceira do Estado do Espírito Santo e suas Secretarias de Estado, assim como de diversos municípios do Estado, Organizações não governamentais e setor privado. As ações de extensão para a comunidade externa têm como objetivo uma atuação transformadora, voltada para os interesses e necessidades da maioria da população, propiciadora do desenvolvimento social e regional, assim como contribuir para o aprimoramento das políticas públicas no Estado.

No viés assistencial, no que se refere à 'distribuição de renda', o Espírito Santo se destaca em relação aos demais estados da federação. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) indicam que o estado ficou com o quarto menor 'Índice de Gini' para o rendimento médio mensal de todos os trabalhos das pessoas de 15 anos ou mais de idade, sendo este de 0,453. Assim, o estado ficou atrás, apenas, de Santa Catarina (0,436), Rondônia (0,442) e Acre (0,452). O que demonstra significativos avanços, uma vez que, em 2012, o mesmo foi de 0,475 e o estado ficou na 11ª posição do ranking, empatado com outros estados da federação.

Segundo, ainda, os dados da PNAD, o estado ocupa o 3º lugar em qualidade de vida, atrás, apenas, do estado de São Paulo e Distrito Federal. O levantamento aponta que, 82,86% dos capixabas têm acesso a saneamento básico, enquanto a média nacional é de cerca de 30%, e que 88,53% das residências possuem abastecimento de água, ocupando o 4º lugar nesse quesito. No Espírito Santo, mais de 90% tem lixo coletado e apresenta apenas 6,6% de déficit habitacional, sendo assim, ranqueado na 2ª posição.

Apesar dos indicadores favoráveis, dados divulgados pelo Ministério da Educação revelam que o Espírito Santo não atingiu metas propostas para o ensino médio e o ciclo final do fundamental em 2013. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), referente a 2013, revela que o estado superou as metas na educação propostas pelo Ministério no ciclo inicial do ensino fundamental (de 1º ao 5º ano), mas ficou abaixo da meta projetada no ciclo final do ensino fundamental (6º ao 9º ano) e no ensino médio. Nas escolas estaduais, o Ideb registrado para o ciclo inicial do ensino fundamental foi de 5,3 em 2013, sendo 5,0 em 2011 e superando a meta projetada pelo MEC, de 4,8 pontos. Na avaliação de 6º ao 9º ano, o Índice foi de 4,0 em 2013, superando a avaliação anterior, que foi 3,7, mas ficando abaixo da meta esperada pelo Ministério da Educação, de 4,4 pontos. Para o ensino médio, o Ideb foi de 3,4 pontos no ano passado, ultrapassando os 3,3 de 2011, mas não superou a meta do MEC, de 3,6 pontos.

Os indicadores do ensino médio e fundamental sinalizam a necessidade de ações que assegurem a permanência, sobretudo, aos estudantes oriundos de camadas sociais menos favorecidas, a criação de oportunidades de inserção social.

A UFES, por ser a única Universidade Federal do estado, desperta nos estudantes do estado um diferencial atrativo, mantendo com esses um bom relacionamento o que se estende aos governos estadual e municipal, às instituições públicas, privadas além das ONGS.

É possível, também afirmar, em relação ao contexto de atuação, que a presença da Universidade Federal do Espírito Santo vem contribuindo diretamente para o desenvolvimento das regiões norte e sul do estado, ao norte pela presença do Centro Universitário Norte do Espírito Santo - CEUNES, localizado em São Mateus, e ao sul, pela presença do Centro de Ciências Agrárias - CCA. Essas Unidades têm sido facilitadoras do processo de inserção, ao possibilitar àquelas comunidades capixabas o acesso ao ensino superior público, gerando também empregos de forma direta e indireta para a população local. O êxito dessas Unidades pode ser mensurado pelo alcance das metas traçadas e, sobretudo pela qualidade dos serviços ofertados em termos de ensino, pesquisa e extensão universitária.

Além dessa atuação, a UFES se faz presente nos 78 municípios capixabas, ofertando também cursos em vinte e seis polos municipais de educação a distância, distribuídos geograficamente, reduzindo assim a distância entre o cidadão e a Universidade. Essa inserção é acentuada pela Ação de Apoio à Capacitação de Professores e Gestores da Educação Básica, por meio de cursos de formação inicial e continuada, em estreita parceria com as secretarias de educação estadual e dos municípios.

A UFES, portanto, tem um escopo de ações e de interlocuções com a sociedade que a distingue das demais instituições de ensino localizadas no estado do Espírito Santo.

5 PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS

5.1 Planejamento da Unidade

As ações da Instituição, no ano de 2014, continuam permeadas pelos Objetivos Estratégicos estabelecidos no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2010-2014, em sintonia com as diretrizes oriundas das Ações do PPA do governo federal. Nesse sentido, os Macroprocessos desenvolvidos pela Universidade, guardam aderência com esse conjunto de orientações e diretrizes.

5.1.1 *Objetivos Estratégicos*

A Universidade Federal do Espírito Santo, enquanto Instituição voltada ao desenvolvimento do ensino, da pesquisa, da extensão, da cultura e da inovação tecnológica; e enquanto Entidade comprometida com os princípios da boa gestão pública e com mecanismos de busca da equidade e da inclusão social, de forma harmoniosa e equilibrada, tem cinco grandes objetivos estratégicos, a saber:

- Ensino: “Expandir, fortalecer e integrar os ensinamentos de graduação e pós-graduação, assegurando a excelência acadêmica, para formar cidadãos capazes de propor e implementar soluções para as demandas da sociedade”.
- Pesquisa: “Realizar pesquisas em todas as áreas do saber, buscando a excelência e expressando o compromisso com o desenvolvimento sustentável”.
- Extensão: “Ampliar a relação da Universidade com a sociedade, desenvolvendo processos educativos, culturais e científicos, articulados com o ensino, a pesquisa, voltados à solução de questões locais, regionais e nacionais”.
- Assistência: “Prestar melhores serviços à sociedade, integrando-se ao ensino, à pesquisa e à extensão, contribuindo para o atendimento de necessidades das comunidades interna e externa”.
- Gestão: “Promover mecanismos de gestão para viabilizarem e potencializarem as atividades de ensino, pesquisa e extensão e assistência de forma eficiente, eficaz e transparente”.

A esses grandes Objetivos, portanto, os quais integram os documentos balizadores da direção e do pilar de desenvolvimento institucional, juntamente com as metas governamentais, são direcionados à consecução das Ações e atividades institucionais em nível estratégico, que procuram assegurar a essência da finalidade institucional; em nível tático, que tem por responsabilidade dar suporte à viabilização das atividades fim da Instituição; e em nível operacional, cuja execução deve estar integrada aos demais níveis. Desse modo, todos os níveis estão comprometidos com a perspectiva de melhor custo, eficácia e efetividade, visando atender, de forma adequada, às demandas legais e às expectativas sociais.

O Plano de Desenvolvimento Institucional 2010-2014 retrata o momento da Instituição, ao mesmo tempo em que a projeta para o futuro, e foi elaborado segundo as finalidades e competências institucionais estabelecidas no Estatuto, além de observar orientações contidas na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, e do Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, considerando também documentos referentes às “Diretrizes para a Avaliação das Instituições de Educação Superior”; da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior; “Avaliação Externa das Instituições de Educação Superior: Diretrizes e Instrumento”, do INEP/MEC, e Resoluções dos Conselhos Superiores e demais documentos oficiais.

Como Unidade Jurisdicionada vinculada ao Ministério da Educação, a Universidade Federal do Espírito Santo desenvolve Ações vinculadas a Programas Temáticos, Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado e Programas Vinculados a Operações Especiais, todas as Ações executadas em sintonia com as orientações que emanam da Lei que rege o Plano Plurianual 2012-

2015, sobretudo suas metas quantitativas e qualitativas, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual. Enfatiza-se, ainda, que a UFES insere-se plenamente nas Ações de governo que procuram expandir e resgatar o papel da educação no cenário nacional. Logo, atua consoante ao Plano de Desenvolvimento da Educação, contribuindo para expandir o leque de oportunidades, como também, em igual relevância, promove o desenvolvimento do país e oportuniza uma melhor repartição da riqueza nacional.

Ressaltados tais aspectos, em estratégico, no contexto da gestão, mantém-se o compromisso em assegurar a integração entre a gestão acadêmica e a gestão administrativa, o financiamento das atividades da Instituição, a expansão do acervo bibliográfico, a melhoria da infraestrutura física e operacional, a elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional, a ampliação do processo de avaliação institucional, com a criação da Secretaria de Avaliação Institucional – SEAVIN, e a intensificação das ações afirmativas de permanência e inclusão social, com a criação da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Cidadania. A essas se somam medidas na área de gestão de pessoas, sobretudo iniciativas que envolvem a melhoria no atendimento, a adoção do ponto eletrônico, disciplinando internamente o horário de trabalho dos servidores técnico-administrativos, a realização de concursos públicos para reduzir os impactos da rotatividade e a permanente qualificação dos servidores. Nesse contexto, as ações de planejamento são priorizadas e a organização administrativa ganha ênfase, pois constituem o mecanismo capaz de dar resposta os desafios que estão postos.

Na questão específica do Plano de Desenvolvimento Institucional 2010-2014, ressalta-se a aderência das ações desenvolvidas com o PDI, e faz-se o registro de que está sendo trabalhado o Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2019, que orientará as ações da Universidade nesse horizonte.

Há, ainda, que se ressaltar, o Objetivo Estratégico de gestão, a profunda reestruturação organizacional realizada em 2014, por meio da Resolução nº 08, do Conselho Universitário, que teve como elemento norteador as concepções do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que buscou equilibrar a estrutura para melhor definição das atribuições e execução das atividades no contexto da Instituição.

No que diz respeito ao objetivo da graduação, enfatiza-se a busca pelo melhor funcionamento do ensino de graduação e ocupação de vagas ofertadas, principalmente, pela divulgação dos cursos, destacando-se a realização da Feira de Cursos, divulgação na mídia, divulgação na Página da UFES/meio digital, entre outros, ampliando-se esta divulgação com uso de outras mídias (rádio) em todo o Espírito Santo. Paralelamente, foram realizadas todas as matrículas de forma simultânea, para otimizar a ocupação de vagas, além da discussão sobre a adesão total ao Sistema de Seleção Unificada – SISU. Ademais, segue-se com a política de equipar os laboratórios de graduação, melhorar as salas de aulas e adotar medidas que levem à melhoria qualitativa do ensino de graduação.

A pós-graduação e a pesquisa e inovação continuam norteadas pelos resultados do programa de melhoria dos cursos de pós-graduação da UFES, isto é, o PROPOS/UFES, que visa auxiliar a elaboração de projetos estruturantes, elencando os pontos importantes a serem atacados para a consolidação e melhoria do conceito na CAPES. As ações e/ou demandas levantadas durante a execução do PROPOS/UFES constituem-se no plano estratégico de atividades da PRPPG para o Biênio.

No contexto do objetivo extensão, a meta de crescimento das ações de extensão e do acompanhamento foi ancorada na mobilização e incentivo aos registros de projetos, por meio de

informes, oficinas, treinamentos e atendimentos personalizados aos usuários visando a alimentar o banco de dados. A meta proposta foi a de aumentar em 100% o número de registros de ações com *status* de “ativas” no SIEX, visto que a maioria das ações de 2013 estava com *status* de “expiradas” e poderiam comprometer a meta física de 2014. No primeiro semestre de 2014 contava-se com 380 registros atualizados, passando a 764 no final do exercício. Em decorrência dessas medidas, reduziu-se o tempo gasto para a solução dos problemas referentes à ativação das ações, ampliou-se o contingente de extensionistas atendidos, além de aumentar em 10%, em relação ao ano anterior, os novos cadastros junto ao SIEX.

No contexto do objetivo assistência, tem-se como essência a ampliação do acesso e o fortalecimento da permanência no ensino de graduação. Esse objetivo guarda, portanto, consistência com o objetivo constante do PPA 2012-2015, de somar forças ao “desafio da continuidade da expansão da oferta de vagas e matrículas na graduação”, objetivando tanto a inclusão econômica, com a oferta crescente de mão de obra qualificada, como também a inclusão social, com a ampliação de acesso de todos os segmentos populacionais ao ensino superior público, por meio do “apoio à permanência dos estudantes de baixa renda, de forma a reduzir a evasão”.

Esse escopo de atuação foi ampliado para o apoio à cidadania e, para além das necessidades básicas (eixo permanente), as ações programáticas envolvem acolhimento, interação, diálogo multicultural, reconhecimento e provimento de necessidades objetivas e subjetivas, demandando integração com unidades internas, governos, agências de fomento e organizações civis.

Assim, os projetos e ações são elaborados em consonância com o Programa Nacional de Assistência Estudantil e seus principais princípios norteadores que são: i) compromisso com a qualidade de educação, conhecimento, inovação e cidadania; ii) democratização das condições para o acesso, permanência e conclusão de cursos de graduação presenciais; iii) liberdade de pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; iv) orientação humanista e preparação para o exercício pleno da cidadania; v) defesa da justiça social e eliminação de todas as formas de preconceito; e, vi) a assistência estudantil reconhecida como dever do Estado e como direito dos estudantes que comprovem situação de vulnerabilidade socioeconômica segundo critérios adotados pela Instituição.

Na área de tecnologia de informação e comunicação, as ações realizadas derivam do Plano Diretor de Tecnologia de Informação e Comunicação, norteadas pelas orientações que emanam da Secretaria de Logística e Tecnologia de Informação, do MPOG, e dentre as principais realizações de 2014, se destacam: o início da cobertura WiFi em todos os *campi*, sendo que a UFES passará ter um canal de comunicação com a Internet ampliado de 600Mbps para 10Gbps, aumentando a eficiência e qualidade no serviço prestado; início da implantação do *Redmine* como ferramenta padrão para gerenciamento de projetos de desenvolvimento de sistemas; modernização dos portais de aluno, professor e servidor para nova arquitetura de desenvolvimento Java, Spring, JPA, a fim de melhorar a segurança e desempenho; desenvolvimento do módulo de projetos institucionais para WEB; automatização na coleta de informações acadêmicas para o Portal de transparência; refinamento e acerto de inconsistências do Banco de Dados para coleta do Censo; implantação de novos módulos administrativos, com ênfase no sistema de compras; concepção no SIE de novo módulo de gestão de projetos de extensão, visando a integração das informações em um banco de dados único; desenvolvimento do sistema de registro de reclamações, sugestões, críticas através do Protocolo – WEB, para Ouvidoria Geral; atualização do módulo de assistência estudantil com novos critérios adotados, para acompanhamento do aluno; novo sistema de controle acadêmico dos cursos de especialização, integrados ao Banco de Dados único; atualização do sistema *Pergamun*, de gerenciamento do acervo bibliográfico, para plataforma WEB; e, atualização da plataforma *Drupal* para integrar ao Banco de Dados da Instituição e tornar os “*sites*” dinâmicos. Essas ações realizadas

nas atividades fim e meio da Universidade potencializam e alavancam o desenvolvimento da Instituição. Há que se registrar, também, os avanços informacionais operados no âmbito do Centro de Ciência Agrárias – CCA e no Centro Universitário Norte do Espírito Santo – CEUNES, localizados no interior do estado.

Ainda, em nível estratégico, há que se enfatizar as ações da Prefeitura Universitária que consistem em identificar as necessidades de infraestrutura física, implementando soluções globais e interligadas; desenvolver programas de manutenção para equipamentos, voltados para o desenvolvimento da pesquisa; criar espaços de vivência em todos os *campi*, e garantir condições de saúde e segurança no ambiente e estudo.

O Departamento de Desenvolvimento de Pessoas (DDP) é responsável por gerir os processos de qualificação, capacitação e gestão de desempenho, tendo como base a identificação das necessidades de educação para o trabalho da Instituição e da legislação vigente, além do conduzir o dimensionamento da força de trabalho dos TAEs na UFES.

Em nível tático, sobressaem diversas ações de planejamento que se integram ao nível estratégico da Instituição. Nesse âmbito, no Departamento de Desenvolvimento de Pessoas, ressalta-se a atribuição do Departamento, que é de gerir as ações de capacitação e qualificação, as quais são balizadas pelo Plano Anual de Capacitação, elaborado, de forma democrática e participativa, com fundamento nas necessidades institucionais, nas necessidades de aprimoramento da gestão pública, e direcionado à eficiência e a eficácia dos serviços prestados pela Ufes. As Ações previstas no Plano são classificadas segundo as linhas de desenvolvimento propostas no Decreto nº 5825/06: Iniciação ao serviço público; Formação geral; Educação Formal; Gestão; Inter-relação entre ambientes e Formação Específica.

A ética na gestão pública; leis das carreiras dos técnico-administrativos em educação e professor do magistério superior; licenças; estágio probatório; regime de previdência; atendimento ao público; gestão e elaboração de projetos; sustentabilidade: consciência e prática; sistema de protocolo no Sistema de Informações do Ensino – SIE; desenvolvimento gerencial; construção de indicadores de desempenho; preparação para a aposentadoria; alimentação saudável e qualidade de vida; além de cursos em *company* para atender demandas específicas, são alguns dos cursos realizados com foco na qualificação e capacitação dos servidores.

No âmbito do Departamento de Administração, em parceria com o Núcleo de Tecnologia da Informação, na programação e controle de suprimentos e aquisições internacionais, atua-se para implantar novos módulos administrativos com ênfase no sistema de compras, migrando-se todos os produtos da universidade com o desenvolvimento de um portal administrativo para requisição de produtos e acompanhamento pelo usuário. Tem-se, ainda, a perspectiva de implantar módulos de Almoxarifado, Patrimônio e Licitação. Paralelamente, melhora-se a gestão de bens móveis com a elaboração do Manual de Bens Patrimoniais; amplia-se o espaço destinado à guarda de bens, agilizando-se o processo de recolhimento; melhora-se o controle da prestação de contas dos pesquisadores e a incorporação de bens tombado, após a finalização da pesquisa; promovendo-se, também, a localização e o emplaquetamento dos bens oriundos de comodato.

No Departamento de Contratos e Convênios envidam-se esforços para criação de normas e instruções que definam com clareza os procedimentos, atribuições e responsabilidades na execução dos Convênios, Contratos e instrumentos congêneres, que assegure o alcance dos objetivos e metas da Instituição. Busca-se também dar maior celeridade na tramitação desses instrumentos, o que beneficia a fiscalização e o controle dos diversos instrumentos dos quais a UFES é signatária. Ademais, objetiva-se implantar módulo administrativo de contratos e convênios e criar mecanismos

abrangentes que diminuam os riscos inerentes aos objetivos estabelecidos, adotando-se práticas mais eficazes e canais de comunicação para melhorar os controles internos.

O Departamento de Gestão de Restaurante complementa, com os atendimentos realizados a estudantes, a política de assistência promovida pela Universidade, elencando os riscos que podem comprometer o funcionamento da Unidade, ou seja, a carência e a necessidade constante de reciclagem do pessoal, a necessidade de se manter estoque de segurança, a necessidade de instalação de gerador para não haver perdas com as câmaras frigoríficas e garantir o funcionamento dos equipamentos e o funcionamento noturno; planejamento orçamentário para maior controle de gastos; ressaltando, ainda, a constatação de que a exigência de atendimento às normas de desenvolvimento sustentável e de sustentabilidade ambiental tem limitado o número de licitantes, pois a maioria dos fornecedores não atende a essas normas. Caso fossem exigidas tais normas, não seria possível adquirir diversos produtos necessários para o funcionamento dos restaurantes, como produtos químicos e de consumo diverso.

No contexto do Departamento de Contabilidade e Finanças, as ações são orientadas para a coordenação, orientação, execução e controle das operações de natureza orçamentária, financeira e contábil, que são realizadas para garantir a integração e supervisão das atividades contábeis, assegurando a integridade, adequação, eficiência e eficácia nos processos.

O Sistema de Bibliotecas, unidade que também integra o nível tático, tem um papel relevante, pelo fato de responder pelo suprimento técnico das demandas de informações necessárias às atividades de Ensino, Pesquisa, Extensão e de Administração da Ufes. Dessa forma, exige, pois, atualização constante para assegurar informações atuais e adequadas às necessidades institucionais, além de pautar suas ações na ampliação dos acessos aos canais de recursos informacionais em formato digital; na realização de programação cultural; na cobrança de materiais bibliográficos não devolvidos, na aplicação de multa por dano ou atraso na devolução; no atendimento do Escritório de Direitos Autorais (EDA), na capacitação de servidores e usuários para subsidiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Além de dados quantitativos e qualitativos, vale enfatizar o convênio firmado entre a Ufes e a Fundação Biblioteca Nacional, em que a Biblioteca Central configura como órgão oficial representante do Estado do Espírito Santo, disponibilizando à comunidade em geral o serviço de registro autoral, com a finalidade dar segurança ao autor quanto ao direito sobre sua obra, conforme a Lei nº 9.610/98. Ao longo do ano de 2014, foram realizados pelo Escritório de Direitos Autorais (EDA), 527 registros de diversos gêneros de obras, como textos, fotografias, desenhos, letras de músicas, partituras e outros. Adicionalmente, a parceria com a Superintendência de Cultura e Comunicação (SUPPEC) oportuniza ofertar ao público uma programação cultural diversificada. Dessa forma, foram exibidos nove filmes no Programa “Curta Quarta”, realizaram-se palestras, apresentações de coral, além de três exposições de arte, ampliando a circulação de visitantes e transformando o espaço em local de encontro e cultura.

A Superintendência de Cultura e Comunicação tem possibilitado aprofundar a inserção cultural da Universidade no contexto de atuação e melhorar a visibilidade, ampliando a oferta e o atendimento de bens e serviços culturais e de comunicação à comunidade universitária e externa; promovendo a catalogação, a conservação e a disponibilização de acervos culturais e artísticos; realizando ações de valorização da cultura, tais como mostras, festivais, seminários e afins; e, estimulando a formação da sensibilidade e da competência crítica junto à comunidade universitária e externa, a partir do contato com comunidades, práticas e produtos culturais.

A Secretaria de Relações Internacionais tem atuado no processo de internacionalização da Universidade, por meio do Projeto “Ciências Sem Fronteiras” e da ampliação de intercâmbio com instituições estrangeiras, que potencializam o desenvolvimento da UFES, dos estudantes que participa do Programa e do próprio País.

A Secretaria de Educação a Distância – SEAD, tem como orientação democratizar o acesso ao ensino superior e à qualificação profissional de cidadãos, através da promoção de ações educativas e de formação nas quais a mediação didático-pedagógica dos processos de ensino e de aprendizagem ocorra por meio da utilização das tecnologias de informação e da comunicação, nos ambientes virtuais de aprendizagens e presencialmente, nos polos municipais de apoio presencial da Universidade Aberta do Brasil. A atuação da Unidade esteve voltada para garantir a oferta dos cursos previstos para 2014 e participação na concorrência pública visando a habilitar a UFES na Rede UMA-SUS vinculada ao Ministério da Saúde, com forma de propiciar a expansão e diversificação das atividades da Secretaria, bem como viabilizar a melhoria da Secretaria em termos de estrutura, processos e tecnologia.

A Secretaria de Avaliação Institucional – SEAVIN, criada em abril de 2014, tem atuado em conjunto com a Comissão Própria de Avaliação – CPA, com o intuito de promover e assegurar, de forma permanente, o processo de avaliação institucional. A ação da Secretaria, para uma atuação, de forma mais institucionalizada e sistematizada, está em fase de estruturação e visa ao atendimento das demandas de avaliação interna e externa.

Relevância, também, ganha o trabalho da Ouvidoria Geral que, em 2014, inovou na forma de atendimento aos demandantes. Através do sistema informatizado possibilitou que os demandantes acessassem aos serviços da Ouvidoria Geral de qualquer lugar ou horário, racionalizando e dinamizando a prestação do serviço de atendimento, reduzindo o tempo de atendimento e o acesso por memorando e impressos e ampliando o acesso por via eletrônica.

Em relação aos Centros Acadêmicos do interior do estado, no Centro de Ciências Agrárias, localizado em Alegre, sul do estado, o planejamento estratégico, alinhado ao Plano de Desenvolvimento Institucional, é desenvolvido em consonância com os departamentos e as demais unidades, e direcionado para a missão do CCA que é de formar profissionais de qualidade nas diversas áreas do conhecimento e contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas e da sustentabilidade do país. Procura-se, assim, viabilizar a essência das atividades da Instituição, isto é, ensino, pesquisa e extensão, procurando assegurar que os cursos possam realizar as atividades previstas nos seus Projetos Pedagógicos.

O planejamento do Centro Universitário Norte do Espírito Santo (CEUNES), está alinhado com os objetivos estratégicos da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), ou seja, voltado ao desenvolvimento do ensino, da pesquisa, da extensão, da cultura e da inovação tecnológica, dando transparência e eficiência à gestão, e direcionando o desenvolvimento ordenado do Centro. Nesse sentido, as ações institucionais pertinentes ao ano de 2014 foram norteadas pelas diretrizes gerais e objetivos estabelecidos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade Federal do Espírito Santo.

As atividades desenvolvidas em nível operacional concorrem para e complementam as ações realizadas nos níveis tático e estratégico da Instituição.

Esse espectro de atuação, ora descrito, será complementado pelo desempenho quantitativo e pelo relato qualitativo das Ações que são apresentados no próximo tópico, ou seja, no item de Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados. De qualquer forma, admite-se

que, não obstante, os avanços observados, resultados dos esforços da gestão, a resistência interna à mudança, o ambiente de incerteza econômica que se instalou no País, com o conseqüente aprofundamento do quadro de restrições de natureza orçamentária, a carência de pessoal em algumas áreas específicas, e as restrições legais passam a impactar o desempenho da gestão e configuram uma séria ameaça à manutenção e ao funcionamento normal da Instituição.

5.2 Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados

Neste tópico, de forma mais detalhada e de natureza Individual, são apresentados os valores oriundos do SIAFI executados nas Ações do PPA, que podem ser complementados por informações do Sistema de Informações do MEC – SIMEC, dados do SIAPE e de outros Sistemas governamentais que disponibilizam informações gerenciais. Concomitantemente, são apresentados os resultados das metas físicas alcançadas pela Instituição, em geral instituídas com base em critérios históricos, e os relatos qualitativos das Ações constantes do Plano Plurianual de Governo, vinculadas a Programas Temáticos, Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado e Programa Vinculado a Operações Especiais. Ressalta-se que a Universidade executa apenas Ações do PPA, algumas das quais apresentadas por registrarem Restos a Pagar, não executando Programas e Objetivos, valendo frisar que muitas das ações planejadas não se limitam ao exercício, projetando-se para horizontes mais amplos. As Ações do PPA estão em estreita sintonia com outras ações desenvolvidas pela Instituição.

5.2.1 Programa Temático

A UFES não executa programa.

5.2.2 Objetivo

A UFES não executa objetivos.

5.2.3 Programas que Vinculam e as Respectivas Ações Executadas pela UFES na LOA 2014

a) Programa 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União

a.1) Ação 0181 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis

b) Programa 0901 – Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais

b.1) Ação 0005 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios);

b.2) Ação 00G5 – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações Para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor;

c) Programa 0909 – Outros Encargos Especiais

c.1) Ação 0536 - Pensões Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais

d) Programa 2030 – Educação Básica

d.1) Ação 20 RJ – Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais, Funcionários e Gestores para a Educação Básica.

e) Programa 2032 – Educação Superior – Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

- e.1) Ação 20 GK – Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão;
- e.2) Ação 20 RK – Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior;
- e.3) Ação 4002 – Assistência ao Estudante de Ensino Superior;
- e.4) Ação 6328 – Universidade Aberta e a Distância;
- e.5) Ação 8282 – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais.

f) Programa 2109 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação

- f.1) Ação 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes;
- f.2) Ação 20TP – Pagamento de Pessoal Ativo da União;
- f.3) Ação 2010 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares;
- f.4) Ação 2011 – Auxílio Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares;
- f.5) Ação 2012 – Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares;
- f.6) Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação;
- f.8) Ação 00M1 – Benefícios Assistenciais Decorrentes do Auxílio Funeral e Natalidade;
- f.9) Ação 09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais.

5.2.3.1 Ação 0181 PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS

QUADRO 6 - PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES – SERVIDORES CIVIS

Identificação da Ação						
Código	0181		Tipo: OP			
Título	Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis					
Programa	Previdência de Inativos e Pensionistas da União		Código:	0089	Tipo: OP	
Unidade Orçamentária	26234					
Ação Prioritária	() Sim (X)Não		Caso positivo:	()PAC	() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
153.107.184,00	176.252.582,00	176.231.179,24	176.231.179,24	176.231.179,24	-	-

Esta Ação é custeada essencialmente com recursos da União e tem possibilitado à Universidade cumprir o compromisso com o pagamento de aposentadorias e pensões devidas a servidores civis que contribuíram direta ou indiretamente, em diferentes momentos, para o sucesso da Instituição ao longo do tempo.

5.2.3.2 Ação 0005 Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios)

QUADRO 7 - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATÓRIOS)

Identificação da Ação						
Código	0005		Tipo: OP			
Título	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios)					
Programa	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais Código: 0901 Tipo: OP					
Unidade Orçamentária	26234					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não		Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria			
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
3.932.351,00	4.023.851,00	4.023.851,00	3.695.297,20	3.695.297,20	-	328.553,80

Esta Ação é custeada totalmente com recursos da União. A Ação de Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas vem sendo fielmente executada, sob a forma de repasses para o Tribunal Regional do Trabalho e Tribunal Regional Federal, dentro das disponibilidades e liberações orçamentárias do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. A Ação cumpre a sua finalidade ao permitir o resgate de passivos, direito reconhecido, beneficiando diretamente o servidor.

5.2.3.3 Ação 00G5 – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações Para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais Decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor.

QUADRO 8 - CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS DECORRENTE DO PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS E REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR.

Identificação da Ação						
Código	00G5		Tipo: OP			
Título	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações Para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais Decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor.					
Programa	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais Código: 0901 Tipo: OP					
Unidade Orçamentária	26234					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não		Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria			
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
297.815,00	297.815,00	152.737,34	152.737,34	152.737,34	-	-

A contribuição patronal da União, prevista no art. 8º, da Lei nº 10.887/2004 e Resolução nº 122, do Conselho da Justiça Federal, de 28.10.2010, está sendo realizada normalmente conforme legislação em vigor.

5.2.3.4 Ação 0536 Pensões Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais

QUADRO 9 - PENSÕES DECORRENTES DE LEGISLAÇÃO ESPECIAL E/OU DECISÕES JUDICIAIS

Identificação da Ação						
Código	0536		Tipo: OP			
Título	Pensões Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais					
Programa	Outros Encargos Especiais Código: 0909 Tipo: OP					
Unidade Orçamentária	26234					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
3.900,00	3.900,00	2.896,56	2.896,56	2.896,56	-	-

Os pagamentos estão sendo realizados conforme previsão.

5.2.3.5 Ação 20 RJ – Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais, Funcionários e Gestores para a Educação Básica.

QUADRO 10 - APOIO À CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE PROFESSORES, PROFISSIONAIS, FUNCIONÁRIOS E GESTORES PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA.

Identificação da Ação						
Código	20 RJ		Tipo: A			
Título	Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais, Funcionários e Gestores para a Educação Básica.					
Iniciativa	Consolidação da política nacional de formação, promovendo a formação inicial e continuada de profissionais e a pesquisa, a produção e a disseminação de conhecimento na educação básica, com apoio técnico, financeiro e pedagógico, nas modalidades presencial e à distância, considerando programas específicos, como para professores indígenas, do campo e quilombolas, a formação para a docência intercultural, a educação bilíngue, o ensino da história e cultura indígena, afro-brasileira e africana, o atendimento educacional especializado, a alfabetização e letramento, a educação em tempo integral, a educação de jovens e adultos, a educação em direitos humanos, a sustentabilidade socioambiental, as relações etnicorraciais, de gênero, diversidade sexual e direitos da criança e do adolescente.					
Objetivo	Promover, em articulação com os sistemas de ensino estaduais e municipais, a valorização dos profissionais da educação. Código: 0597					
Programa	Educação Básica Código: 2030 Tipo: Programa Temático					
Unidade Orçamentária	26234					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
7.119.826,00	7.119.826,00	2.980.504,13	2.301.996,04	2.296.500,24	-	678.508,09
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Pessoa beneficiada		Unidade	13.012	13.012	13.831	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
2.254.096,50	1.936.122,27	300.000,00	Pessoa beneficiada	Unidade	2515	

Essa Ação, na UFES, tem sido realizada, notadamente, por meio da implementação (a partir de 2011) e consolidação da Rede Nacional de Formação Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública (Renaform), instituída por meio da Portaria MEC n. 1.328, de 23 de setembro de 2011; da adesão ao Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, instituído por meio da Portaria MEC 867, de 04 de julho de 2012; da adesão ao Pacto pelo Fortalecimento do Ensino Médio, instituído por meio da Portaria MEC 1.140, de 22 de novembro de 2013; e pela participação em programas de formação inicial, especificamente, a adesão ao Edital de Seleção 02/2012 SESu/Setec/Secadi/MEC, de 31 de agosto de 2012 (com resultado publicado por meio da Portaria Secadi/MEC 72, de 21 de dezembro de 2012) para implementação de Licenciatura em Educação do Campo, nos *Campi* de Vitória e São Mateus.

Em termos gerais, considerando cursos em oferta, finalizados e ainda não iniciados atingir-se-ia em 2014 o quantitativo de 19.390 vagas planejadas. Destaca-se o fato de a UFES envidar esforços para implementação total das vagas planejadas. Entretanto, a rejeição de ofertas de vagas pelo MEC; o atraso ou morosidade na tramitação de projetos internamente; e, a falta de limites disponíveis para efetivação de empenho, de cursos com destaques orçamentários já realizados; implicou em uma redução significativa no planejamento de vagas, alcançando-se ao final de 2014, considerando as matrículas efetivadas e as matrículas ativas em dezembro com recursos da matriz 2014, atingiu-se o quantitativo de 13.831, que ainda coloca o resultado acima da meta prevista. Fica evidenciado, contudo, que o quadro econômico-financeiro vivenciado pelo Brasil e, em especial, pelo governo, começa a impactar Ações de grande relevância social e institucional.

Deve ser enfatizado, ainda, que, pela natureza dos cursos, alguns extrapolam o exercício financeiro. Isso implica assinalar que há cursos fomentados com recursos da matriz 2013, que estão em fase de realização (cursos de especialização levam em média dois anos para serem concluídos) ou, ainda, mantém-se ativo em razão do modo como foi aprovada a oferta pelo MEC (no caso, com a oferta de curso de aperfeiçoamento com duas turmas consecutivas).

Isso significa que, além dos resultados obtidos em 2014, registra-se 4.151 matrículas de cursos de matrizes anteriores e 2.515 alunos formados dessa matriz no presente exercício, que foram associados a Restos a Pagar dos exercícios anteriores.

Entre, as principais dificuldades enfrentadas pelo Comfor, podem ser destacadas: i) a mudança de procedimentos nas orientações gerais de tramitação (pelo MEC). As mudanças foram boas, mas houve pouca agilidade (por parte do MEC) na ampla divulgação dessas mudanças; ii) o abandono dos cronogramas de trabalho 2014 e 2015; iii) a dificuldade de identificação e mobilização orgânica e institucional das pessoas envolvidas em diferentes estágios do processo; iv) a inobservância e/ou desconhecimento dos procedimentos estabelecidos e acordados (tanto por setores do MEC como por professores da UFES); v) questões específicas em diferentes cursos (ligados à execução e gerência de recursos; à atribuição de carga horária para os professores, à mobilização de equipe, à seleção e formação de tutores, de relacionamento com órgãos externos, entre outros); e, a impossibilidade circunstancial de dedicação exclusiva da Coordenação às atividades do Comfor. Ratifica-se, também, a necessidade de se implementar uma Secretaria de Apoio; finalizar a Resolução de criação do Comfor na UFES; elaborar o regimento Interno; organizar uma agenda de trabalho sistemática e orquestrada com os membros do Comfor/Ufes, com os Coordenadores de Curso de Formação Continuada; e adensar uma agenda de trabalho de articulação com as Prefeituras e Secretarias de Municipais de Educação em parceria com o Fepad/ES.

São pontos facilitadores no desenvolvimento da Ação: i) O reconhecimento da importância da proposição articuladora dos Comfors na consubstancialização e consecução da Política Nacional de

Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica (Decreto Nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009); ii) a mobilização e articulação política em torno da plena realização da Ponafor e do novo Plano Nacional de Educação; iii) a disponibilidade da Secretaria de Educação a Distância – SEAD, em socializar a experiência acumulada na implementação dos cursos SECADI e na gestão de demais cursos na modalidade EAD; iv) a pronta resposta de Coordenadores em perceber e colaborar com a nova configuração da gestão e a disponibilidade da Reitoria, que foi acessível e sensível a várias demandas do Comfor; v) a boa relação de trabalho estabelecida ao longo do processo com o FEPAD, com determinados setores do MEC e entre os Coordenadores dos Comitês Gestores de Formação Continuada - Comfors das instituições formadoras; vi) as reuniões técnicas convocadas pelo MEC; e, vii) a articulação dos Coordenadores Comfors no Fórum Nacional Permanente de Coordenadores Comfor (ForComfor), com a realização de encontros nacionais e a publicação de cartas sínteses endereçadas ao Conafor, à Andifes e ao Conif.

5.2.3.6 Ação 20 GK – Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

QUADRO 11 - FOMENTO ÀS AÇÕES DE GRADUAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO, ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Identificação da Ação						
Código	20 GK		Tipo: A			
Título	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão					
Iniciativa	Concessão de bolsas, auxílios e outros mecanismos, no país e no exterior, para a formação, valorização e capacitação de recursos humanos e para promover cooperação internacional no Sistema Nacional de Pós- Graduação, em áreas de interesse nacional e regional, inclusive formação de professores, garantida equidade étnico-racial e de gênero.					
Objetivo	Apoiar a formação de pessoal qualificado em nível superior para fortalecer do sistema nacional de educação. Código: 0803					
Programa	Educação Superior – Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão. Código: 2032 Tipo: Programa Temático					
Unidade Orçamentária	26234					
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
13.751.442,00	15.362.021,00	9.427.783,09	9.042.700,61	9.042.700,61	-	385.082,48
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Projeto Apoiado		Unidade	700	700	700	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
2.526.989,16	2.197.079,52	353.758,86	Projeto Apoiado		Unidade	100

Os resultados obtidos na execução da Ação em 2014 demonstram o comprometimento de todos (docentes, discentes e técnicos) em fazer da extensão um importante instrumento de visibilidade do compromisso social e evidencia a percepção de todos quanto aos impactos que ela pode gerar na sociedade. Numa breve análise dos dados de produção apresentados pode-se constatar um crescente movimento de ampliação e consolidação da Extensão Universitária na UFES.

Dessa forma, os dados quantitativos e qualitativos da atividade de extensão sinalizam a realização de 100 Programas e 170 Projetos vinculados, alcançando um total de 487.087 atendimentos nas áreas de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção e trabalho. Já os Projetos não vinculados, desenvolvidos nas mesmas áreas, totalizaram 327, alcançando um total de 1.538.179 pessoas. A esses, somam-se 98 eventos, incluindo-se, congressos, seminários, ciclo de debates, exposições e outros, com 62.831 participantes, além de 69 cursos ofertados na modalidade presencial, para um público de 10.290 cursistas e 364 participantes ministrantes e colaboradores, e 06 cursos não presenciais com 2.340 concluintes. Esse conjunto de eventos totaliza 2.100.727 atendimentos e um desempenho que totaliza 770 Projetos Apoiados, ou seja, bem acima da meta prevista.

Em relação aos Restos a Pagar, foram associados ao exercício anterior a execução de 158 projetos, dos quais 100 realizados no primeiro semestre. Além desses resultados, a extensão emitiu 9816 certificados para o curso de línguas no ano de 2014, que é um Projeto de Extensão relevante desenvolvido pela Universidade.

Nos projetos desenvolvidos, podem ser destacados, na interface com o ensino básico, diversos projetos, dentre os quais sobressaem: a coordenação do Projeto Escola que Protege; assessoria junto ao estado e municípios nas temáticas de Educação, Educação em Direitos Humanos e Direitos Humanos; participação em grupos de trabalho interinstitucional, envolvendo o estado, municípios do ES e Brasília na elaboração de planos, programas e projetos de políticas públicas de Educação e Socioeducação; planejamento e realização de seminários, audiências públicas, projetos e palestras em eventos de formação de educadores; palestras nos cursos e eventos de formação de educadores, estudantes e profissionais das políticas públicas, diversidade religiosa e direitos humanos; elaboração de Pareceres junto a SECADI/MEC - Recursos Didáticos – Projeto Escola que Protege; e, coordenação da elaboração e produção de material didático-pedagógico relacionados à promoção e defesa dos direitos da criança e adolescente SECADI/MEC.

A extensão, a título de comunicação com o público, lançou o Catálogo da Extensão, tanto em formato impresso quanto digital, onde podem ser encontrados os principais programas e projetos com cadastros atualizados no Sistema de Informação da Extensão (SIEX). O catálogo está disponível no site da PROEX. A esse, soma-se a Revista Guará que, lançada em 2013, possui periodicidade semestral. Cada número abarca uma área específica da extensão, com artigos de universidades de todo o Brasil. Também em 2014, realizou-se a revisão da Resolução que define as normas da extensão universitária na UFES, que datava de 1997. A Resolução foi submetida e aprovada pelo Conselho de Ensino e Extensão (CEPE) da UFES.

A transparência na execução das atividades tem sido estimulada com a abertura de editais internos de fomento aos projetos de extensão e de bolsas de extensão, além do apoio à participação em editais externos de fomento à extensão.

As maiores dificuldades foram decorrentes da desconfiança dos usuários quanto à funcionalidade do Sistema SIEX e problemas técnicos que nele ocorreram, mas que foram sanados por meio de iniciativas e medidas de comunicação e de atendimento personalizados aos usuários do Sistema.

A UFES também não conseguiu executar o Programa Viver Sem Limite – Educação Bilíngue, cujo Plano Orçamentário - 0001 está associado à Ação de Extensão, mas vincula-se, de fato, ao Projeto de Libras e não foi executado por falta de limite orçamentário.

Os resultados dos demais projetos estão consistentes com as expectativas estabelecidas, notadamente o PROEXT – Plano Orçamentário 0002, também associado à Ação 20 GK, da Extensão, com 14 propostas de extensão apoiadas, ressaltando-se a importância desse Programa

para a UFES, e os impactos na formação dos alunos, além dos benefícios gerados para as diversas comunidades interna e externa.

O PROEXT é um instrumento que abrange, portanto, programas e projetos de extensão universitária, com ênfase na formação dos alunos e na inclusão social nas suas mais diversas dimensões, visando aprofundar ações políticas que venham fortalecer a institucionalização da extensão no âmbito das Instituições. O Programa envolveu 191 docentes, 747 discentes da graduação, 89 discentes da pós-graduação, 102 técnico-administrativos e 110.817 pessoas das comunidades externa. Ademais, além de potencializar e ampliar os patamares de qualidade da extensão na formação dos alunos, associando a sua natureza pedagógica à missão da UFES, contribui para a melhoria da educação brasileira por meio do contato direto dos estudantes extensionistas com a realidade do Espírito Santo.

A aplicação dos recursos do PROEXT tem encontrado dificuldades, notadamente, em relação aos gastos com materiais e equipamentos destinados aos projetos.

5.2.3.7 Ação 20 RK – Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior.

QUADRO 12 - FUNCIONAMENTO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR

Identificação da Ação						
Código	20 RK		Tipo: A			
Título	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior					
Iniciativa	Expansão, reestruturação, interiorização e manutenção da Rede Federal de Educação Superior, com diversificação da oferta de cursos em consonância com as necessidades do mundo do trabalho, otimização da capacidade instalada das estruturas físicas e de recursos humanos, e promoção de pesquisa, ensino e extensão visando a qualidade e garantindo condições de acessibilidade.					
Objetivo	Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federa de ensino superior. Código: 0841					
Programa	Educação Superior – Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão. Código: 2032 Tipo: Programa Temático					
Unidade Orçamentária	26234					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
118.781.277,00	154.890.807,00	92.739.954,2	81.931.961,91	81.771.322,05	-	10.807.992,35
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Aluno Matriculado		Unidade	19502	19502	21.842	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
21.244.685,38	17.456.973,20	2.225.939,67	Aluno Matriculado	Unidade	20939	

Essa Ação, a qual direciona recursos à Graduação, Pós-Graduação, Pesquisa e Acervo Bibliográfico possibilitou, considerando o pico da graduação e da pós-graduação no ano, a matrícula de 21.842 alunos, dos quais 18.635 na graduação presencial, considerando nesse quantitativo os alunos que

solicitaram colação de grau, e 3.207 na pós-graduação *stricto sensu*, assim distribuídas: 2.143 nos mestrados acadêmicos (46), 321 nos mestrados profissionais (06) e 743 nos 22 cursos de doutorado. Esse resultado, portanto, supera a meta estabelecida. Aos Restos a Pagar do exercício anterior, foi associado todo o conjunto de estudantes matriculados no mesmo exercício.

Não obstante o resultado alcançado, o desempenho da graduação enseja medidas que a potencializem, notadamente iniciativa para ampliar o número de vagas ocupadas, reduzir a retenção, a evasão e melhorar os indicadores de sucesso da graduação. Nesse sentido, ampliaram-se as ações de parceria com a Secretaria de Estadual de Educação do Espírito Santo-SEDU, para maior divulgação dos cursos junto às escolas públicas, que constituem 50% do nosso público alvo e futuros clientes; realização de Web conferências em parceria com a SEDU (quatro com todas as Superintendências Regionais de Educação); produção de mini vídeos pela Superintendência de Cultura e Comunicação e posterior encaminhamento à SEDU para divulgação em seus meio de comunicação com os estudantes, quais sejam: página da SEDU, tweeter, facebook, ação esta empreendida em parceria com a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Cidadania; participação na comissão de estudos para apreciação da possibilidade de adesão total ao Sistema de Seleção Unificada – Sisu; continuidade das ações de avaliação de cursos em parceria com o Mestrado em Gestão Pública/CCJE, por meio das dissertações defendidas e pesquisas em andamento, que aprofundam as análises iniciadas em 2012 e desenvolvidas/aprofundadas no decorrer de 2013, visando melhoria dos índices de ocupação e da taxa de sucesso na graduação.

Cabe assinalar, também, os Programas e Projetos que são geridos no contexto da graduação, e que afetam direta ou indiretamente o conjunto dos estudantes, e dentre os quais vale citar: Programa Integrado de Bolsas – PIB; Programa de Educação Tutorial – PET; Acompanhamento de Estudantes em Situação de Desligamento; Programa Andifes de Mobilidade Acadêmica – PMA; Feira de Cursos; Programa de Acompanhamento de Estudantes Egresso – PAEEg; Estágios Curriculares Supervisionados Obrigatórios e não Obrigatório; Programa de Iniciação Científica à Docência – PIBID; e, Jovens Talentos Para a Ciência – PJTC; os quais exigem ações efetivas que assegurem os objetivos alvos que os configuram. Ademais, foram emitidos 7.977 diplomas de curso superior, dos quais 3052 da UFES, além do registro de 199 diplomas de pós-graduação de IES particulares.

Considera-se relevante, conforme relato apresentado no contexto de atuação, adotar medidas que flexibilizem a oferta de cursos, a mobilidade acadêmica, e a oferta de disciplinas em horários que facilite o desenvolvimento de atividades laborativas pelos estudantes, e a criação de mecanismos que deem mais agilidade na tomada de decisões e, principalmente, que promovam o rompimento com o paradigma vigente e que se constitui empecilho a mudanças mais efetivas.

Em relação à pós-graduação, no exercício anterior constatou-se que, no triênio 2010-2012, a expansão no número de Programas de Pós-Graduação alcançou 31% contra a média nacional, que é 23%, o foco principal em 2014 foi analisar os pareceres e avaliações apresentados pela CAPES para o triênio 2010-2012 e revisar as estratégias da Instituição para ações até a próxima avaliação em 2017. A essência é, portanto, melhorar o Conceito CAPES. com 13 cursos melhorando o conceito

Ressalta-se que 13 cursos melhoraram o Conceitos CAPES e que os Programas com conceito 4 e 5 já representam 52%, indicando a consolidação da pesquisa e pós-graduação na Instituição. A ampla maioria dos cursos que não melhorou o conceito é formada por cursos de implantação recente, ou seja, ainda encontra-se em consolidação. Ademais, no exercício de 2014 passou-se a contar com 52 Programas de Pós-Graduação e foram criados 07 novos cursos de Pós-Graduação na UFES, quais sejam: doutorados em Administração, Educação Física e Química e os mestrados em Engenharia Química, Ensino na Educação Básica, Comunicação e Ciências Farmacêuticas. O modelo de gestão

estratégica baseado na elaboração do PROPOS/UFES foi determinante na obtenção de tais resultados.

Na Pós-Graduação Lato Sensu foram registradas 1041 matrículas. Registra-se, ainda, no segundo semestre, 2.300 pesquisas em andamento, das quais 1.148 relacionadas a Projetos de Iniciação Científica, contabilizando-se também 683 publicações (artigos e periódicos) na base *SCOPUS*. De acordo com o *SCOPUS*, a UFES agora está entre as Top 100 universidades Ibero-latino-americanas em produção científica indexada. Ainda no quesito produção científica, o número de estudantes matriculados e titulados aumentou expressivamente.

No que tange ao Sistema Integrado de Biblioteca, este tem como meta essencial o desenvolvimento do acervo que, além do crescimento, prevê a atualização, controle, remanejamento, conservação e renovação de seus itens. Tais atividades estão condicionadas a fatores diversos: a definição de normas de empréstimo adequadas, higienização das obras e do ambiente, descarte de obras inservíveis ou obsoletas, e, principalmente, existência de uma estrutura física adequada, com manutenção constante das edificações utilizadas para as atividades de biblioteca. O Sistema é composto pela Biblioteca Central – Órgão Suplementar da UFES e Coordenadora do Sistema – e por 07 (sete) Bibliotecas Setoriais (Biblioteca Setorial Tecnológica, Biblioteca Setorial de Ciências da Saúde, Biblioteca Setorial CEUNES, Biblioteca Setorial de Ciências Agrárias, Biblioteca Setorial de Artes, Biblioteca Setorial de Educação e Biblioteca Setorial Nedtec).

A expansão do acervo se dá a partir da incorporação de novos itens, advindos de compras e de doações de obras, sendo que os recursos alocados às aquisições tem origem no Tesouro e na arrecadação da própria Biblioteca. Já as doações de obras estão sujeitas às ofertas de editoras, de instituições públicas e dos próprios usuários, assinalando-se que as doações de itens usados, somente são recebidas após análise prévia pelas bibliotecas (através do envio da descrição dos livros por e-mail) para se verificar a obsolescência de seu conteúdo e a saturação do acervo.

Assim sendo, estima-se que os recursos aplicados em 2014 possibilitará ao Sistema Integrado de Bibliotecas expandir o acervo em 4.600 títulos e aproximadamente 16.630 exemplares, o que elevaria o acervo para 154.042 títulos 342.792 exemplares de materiais impressos, entre livros, teses, dissertações e multimeios. Quanto ao acervo de periódicos, esse responde por 2.704 títulos, com 133.317 fascículos.

Além das medidas associadas à expansão do acervo e melhorias do acesso ao Sistema, a interação com outros segmentos e setores da comunidade universitária, e também exterior à Ufes, possibilitou à Biblioteca Central a diversificação e aprimoramento de suas atividades, notadamente como espaço de atividade cultural.

Cabe, também, ressaltar a participação de servidores em cursos como os de “Atualização em Catalogação de Recursos Bibliográficos: AACR2R em MARC 21”, “Conservação de Materiais Bibliográficos”, e do curso de “Fontes de Informações *Online*”, ministrado por dois bibliotecários da Biblioteca Central, pois, tem sido marca a preocupação com a capacitação do pessoal para melhorar a oferta de serviços prestados. Ressalta-se que, nesse último curso, pelo "Programa de Desenvolvimento de Competência Informacional em Ambientes Virtuais" (PDCIAV), foram capacitados 1600 usuários, além de registrar-se a participação de seis servidores das Bibliotecas no Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU), ocorrido na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em novembro de 2014.

Entre os principais fatores que dificultaram a execução das tarefas no ano de 2014, encontra-se o próprio espaço físico da Biblioteca Central (prédio sede e anexo), cuja estrutura existente já não

atende adequadamente à realização de suas atividades, em função de limitações relacionadas à adequação e manutenção das instalações. Também se faz necessária a redistribuição dos espaços internos, adequação do mobiliário, climatização, consolidação da rede Wi-Fi, dedetização, higienização do acervo, gerenciamento da rede e assistência técnica permanente aos equipamentos de informática disponibilizados, em conformidade com as normas de segurança e de acessibilidade.

Urge, portanto, a necessidade de se elaborar projeto de reforma dos prédios e realizar as devidas adequações, além de contratar serviço de higienização do acervo e alocar técnico de informática a Biblioteca Central.

A execução dessa Ação, considerada a principal da UFES, foi extremamente prejudicada pela contenção de limites, além da liberação de recursos aquém das necessidades da Instituição.

Os Centros de Ensino da UFES no Interior do Estado

1) Centro de Ciências Agrárias - CCA

O Centro de Ciências Agrárias (CCA), sediado na cidade de Alegre, no sul do Espírito Santo, é uma unidade da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). O Centro surgiu da incorporação da Escola Superior de Agronomia do Espírito Santo (ESAES), criada em 1971. A partir de 1976, a ESAES passou a ser chamado de Centro Agropecuário da UFES (CA-UFES) e em 1999, com a criação de três novos cursos de graduação (Engenharia Florestal, Medicina Veterinária e Zootecnia), o centro de ensino passou a ser denominado Centro de Ciências Agrárias da UFES (CCA-UFES).

A partir dessa data, foram criados mais treze cursos de graduação, conforme Quadro 13, totalizando atualmente 17 cursos de graduação, constituindo-se o CCA no maior Centro da UFES em termos de número de cursos de graduação ofertados. É relevante frisar que dos 17 cursos de graduação, seis são ofertados no período noturno (Licenciaturas em Biologia, Física, Matemática e Química, além dos cursos de Farmácia e Sistemas de Informação), o que demonstra a preocupação da comunidade universitária do CCA com a ampliação do acesso à universidade, ofertando-se um total de 860 vagas anuais.

QUADRO 13 - CRONOGRAMA DE CRIAÇÃO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO NO CCA

1971	Agronomia
1999	Medicina Veterinária, Engenharia Florestal, Zootecnia
2006 – Programa de Expansão e Interiorização da Graduação Presencial	Geologia, Nutrição, Engenharia Industrial Madeireira, Ciências Biológicas, Engenharia de Alimentos
2009 – Programa de Reestruturação e Expansão das IFES – REUNI	Farmácia, Ciência da Computação, Sistemas de Informação, Licenciatura em Biologia, Licenciatura em Matemática, Licenciatura em Química e Licenciatura em Física

A pós-graduação do CCA, que teve início em 2002, com a criação do Programa de Pós-Graduação em Produção Vegetal, em nível de Mestrado, já contabiliza seis Programas de Pós-Graduação, conforme Quadro 14. Assim, atualmente, no ano de 2014, o CCA oferece seis cursos de pós-graduação em nível de Mestrado e três de Doutorado.

QUADRO 14 - CURSOS, CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO E DESEMPENHO DA PÓS-GRADUAÇÃO

Mestrado			Doutorado		
	N. alunos matriculados	Defesa de tese		N. alunos matriculados	Defesa de teses
2002- Produção Vegetal-	35	26	2010 Produção Vegetal	40	12
2008 - Ciências Florestais	32	27	2012 - Ciências Florestais*	11	-
2008 - Ciências Veterinárias	13	16	-	-	-
2011 - Ciência e Tecnologia de Alimentos	28	12	-	-	-
2012 - Genética e Melhoramento*	28	-	2012 - Genética e Melhoramento*	13	-
2013 -Engenharia Química **	3	-	-	-	-
Total	111	81		64	12

*Iniciados em março de 2013

** Iniciado em março de 2014

O CCA teve uma significativa expansão em obras civis nos últimos anos, tendo aproximadamente, no município de Alegre 23075,74 m²; área experimental de Rive - 8152,98 m²; município de Jerônimo Monteiro 353,8 m² e no município de São José do Calçado 1328,6 m², totalizando 38910,6 m² em obras concluídas e em andamento.

Os esforços e os investimentos que visam a consolidar e expandir a atuação do CCA devem ser analisados com uma visão holística, uma vez que o processo de interiorização da UFES está contribuindo para o desenvolvimento dos municípios da região sul do Estado do Espírito Santo, bem como no âmbito das políticas de desenvolvimento de todo o Estado, com reflexos, inclusive, nos estados da Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro, entre outros.

A não liberação de recursos governamentais impõe riscos à execução das atividades planejadas pelo Centro que é descentralizado, ou seja, fica a 220 km da Capital, sede da UFES, e também porque desenvolve atividades em três municípios do Estado do Espírito Santo: Alegre, Jerônimo Monteiro e São José do Calçado. Para tanto, o CCA tem procurado aprimorar o sistema de logística de atendimento das demandas, pois, em função das características dos cursos ofertados pelo CCA muitas viagens de campo são realizadas durante o período letivo. Também tem se constituído um fator de risco a dependência excessiva do CCA da Prefeitura Universitária, em projetos e obras e serviços de engenharia.

O CCA tem procurado aprimorar internamente o fluxo de comunicações através da divulgação dos resultados das reuniões quinzenais do Conselho Departamental. Essas informações, que são de natureza administrativa e acadêmica, são repassadas aos departamentos, colegiados e programas também via memorandos.

Demandas como reformas de laboratórios, salas de aula e de ampliação da rede elétrica de edificações foram atendidas no decorrer do ano para o bom funcionamento dos equipamentos e dos aparelhos, contribuindo para a melhoria das condições dos ambientes destinados a prática do

ensino. Como aspecto facilitador das atividades, deve-se ressaltar a manutenção predial viabilizada pela UFES nas dependências das edificações do CCA, nos municípios de Alegre, Jerônimo Monteiro e São José do Calçado.

Vale, ainda, destacar no quesito qualidade do ensino os resultados alcançados por cursos ofertados pelo CCA na última avaliação do Exame Nacional do Desempenho de Estudantes - Enade. O Enade, que é um instrumento importante, porque se trata de uma avaliação externa, tem dois instrumentos avaliativos: um questionário sobre a infraestrutura do curso e a prova objetiva, ambos compõem o conceito dos cursos. Dos três cursos ofertados pela UFES que obtiveram avaliação máxima (nota 5), dois são do CCA: Medicina Veterinária e Zootecnia, enquanto que dos dez cursos que obtiveram avaliação com nota 4, dois são ofertados no CCA - Agronomia e Farmácia.

Também as Áreas experimentais do CCA revestem-se de grande relevância, uma vez que as aulas práticas dos cursos da área de Ciências Agrárias são ministradas nessas localidades. Para tanto, foi realizada manutenção nas cercas e divisões de pastos; reforma e construção de novas estradas internas; preparo do solo para plantio de forrageiras; concretagem do piso dos currais; construção de abrigos para caprinos, construção de tanque de decantação dos dejetos oriundos da suinocultura; limpeza das represas de água e construção de um poço artesiano tubular profundo de 100 m para fornecimento de água para o estábulo, hospital veterinário e irrigação das casas de vegetação.

Os bons resultados obtidos, reitera-se, decorrem, sobretudo, do Planejamento que direciona as atividades do CCA. Além disso, apesar de não ser numerosa, conta-se com uma equipe de profissionais preparados tecnicamente, com treinamentos e capacitação para atuarem nos diversos setores do Centro.

2) Centro Universitário Norte do Espírito Santo – CEUNES

O Centro Universitário Norte do Espírito Santo (CEUNES), unidade gestora descentralizada da Universidade Federal do Espírito Santo, foi criado por decisão conjunta do Conselho Universitário e do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFES, pela Resolução nº. 01/2005, de 17 de novembro, com a finalidade de “possibilitar à comunidade do norte capixaba o acesso à Instituição de ensino superior pública”, ou seja, com essa iniciativa a UFES exerce o seu papel e amplia a sua contribuição ao desenvolvimento do Estado. O CEUNES iniciou suas atividades em 07 de agosto de 2006, no município de São Mateus.

O relatório do CEUNES foi elaborado com base em relatórios de atividades realizadas nos diversos setores e departamentos que compõem o Centro, cuja estrutura organizacional foi alterada pela Resolução nº 08/2014, do Conselho Universitário, a partir das diretrizes gerais estabelecidas nos documentos que norteiam a execução dessas atividades.

A estrutura organizacional do CEUNES congrega unidades de funções acadêmico-administrativas com destaque para as atividades desenvolvidas pelo Conselho Departamental, a Direção e Vice-Direção do CEUNES, os Colegiados de Cursos de Graduação (16), os Departamentos Acadêmicos (07), as Coordenações dos Programas de Pós-Graduação (04), a Fazenda Experimental, as Secretarias de Relações Institucionais e Diálogo com a Comunidade, de Apoio à Graduação, de apoio à Pós-Graduação, a Gerência Administrativa, a Coordenação de Contabilidade e Finanças, a Coordenação de Tecnologia da Informação e Comunicação, a Coordenação de Recursos Materiais e Patrimoniais, a Coordenação de Projetos e Obras, a Seção de Transporte e Logística, a Biblioteca, a Sub-Prefeitura e a Coordenação de Atenção à Saúde. No desenvolvimento de suas atividades o CEUNES conta com uma infraestrutura de 86.644,95 m², considerando construções não visíveis e

construções visíveis de instalações administrativas e acadêmicas que dão sustentação ao funcionamento da Unidade.

A biblioteca setorial do CEUNES, que é vinculada ao Sistema Integrado de Bibliotecas, assinala um acervo total de 26.113 exemplares, sendo composto por livros, periódicos, Fitas VHS e CD-ROMs, todos em bom estado de conservação para atender à comunidade acadêmica do CEUNES e a comunidade externa, somente consulta, incorporando-se 770 novos exemplares.

Além dessas Unidades, o CEUNES conta com um Restaurante Universitário vinculado, por função, ao Departamento de Gestão de Restaurantes da UFES, que hierarquicamente se vincula à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, fornecendo uma média de 657 refeições/dia.

A Fazenda Experimental conta com três prédios entregues recentemente, sendo uma sede administrativa onde estão localizadas a sala da administração, a sala da equipe técnica, duas salas de aula e o almoxarifado, desenvolvendo em seu âmbito relevantes atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Os Macroprocessos de Apoio compreendem um conjunto de processos que dão suporte às atividades-fim e ao desenvolvimento das competências do Centro Universitário Norte do Espírito Santo.

Os principais parceiros do Centro Universitário Norte do Espírito Santo que colaboram direta ou indiretamente na consecução dos objetivos institucionais são o Governo Federal, por meio do Ministério da Educação, e os demais Ministérios que fomentam e financiam as atividades do Centro, Governo do Estado do Espírito Santo, Prefeitura Municipal de São Mateus, Petrobrás, e entidades do setor privado e do terceiro setor que apoiam a realização de estágios curriculares e os projetos de pesquisa, bem como a FINEP que apoia atividades realizadas na Fazenda Experimental.

Para viabilizar seu planejamento e concretizar suas metas o CEUNES contou com um corpo docente efetivo de 172 servidores, em regime de 40 horas semanais, com dedicação exclusiva, e com 98 servidores técnico-administrativos distribuídos em diferentes categorias e cargos.

Atualmente, o CEUNES oferta 17 cursos de graduação, sendo que o Curso de Matemática – Bacharelado, está fase de finalização, ou seja, brevemente deixará de ser ofertado, contando o CEUNES com 1.700 matrículas na graduação. Conta também o Centro com 04 Programas de Pós-Graduação, que respondem pelos mestrados em agricultura tropical, biodiversidade tropical, energia, ensino na educação básica, respondendo por uma matrícula de 131 alunos regulares no segundo semestre e por 36 em regime especial, formando 33 mestres no mesmo exercício, além do curso de especialização em ensino na educação básica. Ainda no exercício, o CEUNES contemplou 796 (Setecentos e noventa e seis) alunos nos programas de orientação, bolsas e monitorias.

A Produção científica ocorrida no âmbito dos departamentos de Ciências da Saúde, Ciências Agrárias e Biológicas, Ciências Naturais, Matemática Aplicada, Engenharia e Tecnologia, Computação Eletrônica e Educação e Ciências Humanas totalizou 470 produções científicas, além da realização de 257 projetos de pesquisa, e participação em 410 eventos (congresso, bancas e congêneres).

No exercício de 2014 foram adotados nos editais de licitação do CEUNES/UFES os critérios de sustentabilidade ambiental, conforme a Instrução Normativa nº. 01/2010 e Portaria nº. 02/2010, ambas da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

Ainda, em conformidade com o Decreto 5940/2006 e com as premissas da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), os resíduos sólidos recicláveis são doados a associação de catadores do Bairro Vitória, do Município de São Mateus, sendo que tais resíduos são transportados pela Prefeitura Municipal de São Mateus até as áreas de tratamento.

Há, no CEUNES, uma preocupação com a infraestrutura ao observar a norma da ABNT NBR 5674, preconizando que as edificações devem ter programas de manutenção preventiva. A elaboração e a implantação de programa de manutenção corretiva e preventiva nas edificações, além de ser importante para a segurança e qualidade de vida dos usuários, é essencial para a manutenção dos níveis de desempenho ao longo da vida útil.

Ressalta-se que, em 2012, foi implantada a Unidade SIASS UFES/CEUNES, que se encontra sediada nas dependências do CASAS. A Unidade atende a todos os servidores das instituições partícipes localizadas no norte do Espírito Santo e que assinaram o Acordo de Cooperação Técnica. Os profissionais do CASAS têm realizado atendimento as demandas do SIASS, desde o registro de atestados, agendamento de perícias médicas, intervenção da equipe multiprofissional no apoio à perícia médica e encaminhamento de casos as equipes psicossociais das instituições partícipes.

Em síntese, em 2014, o CEUNES buscou, sobretudo, a ampliação do número de matrículas visando a contribuir para a redistribuição inter-regional do desenvolvimento, conforme delineado no Plano de Expansão e Consolidação da Interiorização Presencial da UFES, aprovado pelo Conselho Universitário desta Universidade em 2005, consolidando a presença da UFES e os vínculos do CEUNES em todo o contexto de atuação.

5.2.3.8 Ação 4002 – Assistência ao Estudante de Ensino Superior

QUADRO 15 - ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE DE ENSINO SUPERIOR

Identificação da Ação						
Código	4002			Tipo: A		
Título	Assistência ao Estudante de Ensino Superior					
Iniciativa	Ampliação do acesso, da permanência e da taxa de sucesso dos estudantes na educação superior, em instituições públicas e privadas, inclusive por meio de financiamento estudantil, com promoção da elevação da eficiência acadêmica, da qualidade, da equidade e da inclusão, considerando, inclusive, especificidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes e das pessoas com deficiência.					
Objetivo	Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federa de ensino superior. Código: 0841					
Programa	Educação Superior – Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão. Código: 2032 Tipo: Programa Temático					
Unidade Orçamentária	26234					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
18.485.883,00	19.875.304,00	15.404.073,98	14.285.025,17	14.283.865,97	-	1.119.048,81
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Benefício Concedido		Unidade	13.466	13.466	228.587	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						

Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
1.127.135,77	916.462,92	204.314,69	Aluno Assistido	Unidade	2250

A atividade assistencial é, agora, atribuição da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Cidadania (PROAECI), criada pela Resolução nº 08 do Conselho Universitário da UFES, em abril de 2014, como parte da nova estrutura administrativa. Esse trabalho é complementando pelo atendimento realizado ao estudante pelo Departamento de Gestão de Restaurantes.

Destaca-se que para ampliação do acesso ao ensino de graduação oferecido pela UFES, a principal política utilizada é o Sistema de Reserva de Vagas instituído pela Lei nº 12.711/2012, regulamentada pelo Decreto nº 7.824/2012, pela Portaria Normativa MEC nº 18/2012 e pela Resolução CEPE/UFES nº 35/2012. Ressalta-se, ainda, que, a Política de Assistência Estudantil abrange, através de seus programas, todos os estudantes regularmente matriculados, com ênfase no corpo discente, cuja renda familiar per capita seja de até um salário mínimo e meio vigente, de acordo com os regulamentos vigentes.

Em 2014, as ações estiveram voltadas para dar continuidade aos programas e projetos assistenciais em execução, como também para a implantação de uma nova política de assistência estudantil na Universidade Federal do Espírito Santo, em estreita consonância com as políticas nacionais de combate à pobreza, por meio de políticas educacionais de ampliação do acesso aos cursos de graduação oferecidos pelas universidades federais e de fortalecimento da permanência e combate à evasão escolar, de alunos ingressantes pelo Sistema de Reserva de Vagas, portadores de deficiências físicas e mentais e de alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Essa nova política orienta-se pelos princípios de gratuidade, subsidiariedade e solidariedade na geração, distribuição e administração dos recursos, potencializando o acesso a oportunidades, direitos e serviços internos e externos da universidade.

Como eixos organizadores da ação, pauta-se pela sociabilidade no fortalecimento de identidades coletivas em espaços para agendamento de temas e de demandas articuladas aos atores e movimentos sociais. Isso implica o cuidado consigo mesmo, com o outro e com o mundo, na promoção da vida saudável; na convivência entre os diferentes, contribuindo para o combate aos preconceitos e ao incremento da cultura da paz; e na autonomia, estimulando a superação das tutelas e clientelismos, investindo no protagonismo dos estudantes, no desenvolvimento de competências múltiplas e na superação das carências.

Considerando-se, pois, no pico, a concessão dos auxílios para os alunos dos cursos de graduação da UFES, em situação de vulnerabilidade socioeconômica, atingiu-se no primeiro semestre 21.085 benefícios concedidos, sendo 3442 auxílios-transporte, 1904 auxílios-moradia e 5148 auxílios-material de consumo e 10.591 refeições servidas nos Restaurantes. No segundo semestre, tem-se 2087 auxílios-moradia, 2.846 auxílios-transporte, 4.147 auxílios material de consumo, além da concessão de 445 auxílios língua estrangeira, que somados aos auxílios alimentação, em torno de 218.912, totalizam 228.437 benefícios concedidos, bem acima, portanto, da meta prevista. A esse resultado deve ser acrescido 150 acessibilidades promovidas no Programa Incluir, o que eleva o número para 228.587. Ressalta-se que cada refeição servida a aluno beneficiado com isenção total e/ou desconto foi considerada um benefício, além do fato de ter sido associado aos Restos a Pagar 2.250 alunos beneficiados, que correspondia à unidade de medida do exercício anterior. Ainda, em relação ao desempenho, optou-se por apresentar no quadro os dados do segundo semestre.

Com o início de cada semestre, novos estudantes e estudantes veteranos não cadastrados no Programa de Assistência Estudantil - PROAES realizam sua solicitação junto ao Programa.

Aos serviços já abordados, pode ser adicionado o serviço de assistência social, notadamente pelo Projeto “Atenção psicossocial e pedagógica” a ser realizado nos quatro *campi*, com vistas ao acompanhamento continuado aos estudantes e incidência sobre os indicadores de desempenho e permanência, o acolhimento e acompanhamento psicossocial, ações de acessibilidade, já mencionadas, projetando-se, todavia, novas ações no sentido de promover a acessibilidade de mobilidade e inclusiva.

Outras atividades desenvolvidas e que mantém consistência com os objetivos gerais da ação estão o Projeto Ufes de Portas Abertas, que consiste em visitas programadas de alunos do ensino médio a UFES, para melhor conhecer a universidade, os cursos, bem como os programas de acesso e permanência da UFES, a participação na Feira de Cursos, a recepção aos estudantes.

No contexto do Viver Sem Limite - Programa Incluir, além das atividades realizadas no primeiro semestre, tais como a construção de 02 banheiros acessíveis, rampas e calçadas de acesso ao prédio do Restaurante Universitário, no segundo semestre foram implementadas novas políticas dependentes diretamente de verbas do Programa Incluir, tais como a contratação de estagiários tradutores de Libras para atender ao público portador de deficiência auditiva. Ademais, durante o período foram adquiridos 06 (seis) scanners de voz, dispositivo eletrônico pelo qual estudantes portadores de deficiência visual podem ter acesso às informações contidas em folha papel, suporte físico que até então era inatingível a tal público. A meta da acessibilidade, Plano Orçamentário - 0001, associado à Ação, ou seja, 150 acessibilidades promovidas foram alcançadas.

Dentre as dificuldades, cumpre assinalar os vários problemas estruturais decorrente da instalação da PROAECI em prédio inadequado, o que dificulta o acesso do público aos serviços prestados, dificultando também o trabalho dos servidores. Soma-se a isso, o fato de se herdar uma perspectiva limitada sobre a assistência estudantil, que não era tratada de forma global e contextualizada, uma vez que esta política desenvolvia-se em conjunto com a gestão de pessoas.

5.2.3.9 Ação 6328 – Universidade Aberta e a Distância

QUADRO 16 - UNIVERSIDADE ABERTA E A DISTÂNCIA

Identificação da Ação		
Código	6328	Tipo: A
Título	Universidade Aberta e a Distância	
Iniciativa	Ampliação do acesso, da permanência e da taxa de sucesso dos estudantes na educação superior, em instituições públicas e privadas, inclusive por meio de financiamento estudantil, com promoção da elevação da eficiência acadêmica, da qualidade, da equidade e da inclusão, considerando, inclusive, especificidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes e das pessoas com deficiência.	
Objetivo	Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federa de ensino superior. Código: 0841	
Programa	Educação Superior – Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão. Código: 2032 Tipo: Programa Temático	
Unidade Orçamentária	26234	
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2014		
Execução Orçamentária e Financeira		
Dotação	Despesa	Restos a Pagar inscritos 2014

Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
156.931,00	156.931,00	93.118,96	69.223,13	69.223,13	-	23.895,83
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Vaga Disponibilizada			Unidade	5840	5840	3.174
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
69.000,00	69.000,00	-	Vaga Disponibilizada	Unidade	201	

Em 2014, por meio do Edital 01/2014-PS-EAD/UFES foram ofertadas na graduação 2056 vagas. Já o Edital 022/2014 ofertou cursos de Aperfeiçoamento em Dimensões da Humanização: Filosofia, Psicanálise e Medicina, na modalidade a distância, disponibilizando 256 e vagas. O Edital 032/2014, disponibilizou 360 vagas para o curso de Especialização em Gestão em Saúde (340). Além desses, foram ofertados os cursos de especialização no Ensino de Matemática (150) vagas e Filosofia e Psicanálise (352), não iniciados, o que eleva o total ofertado para 3.174 vagas. Aos Restos a Pagar não Processados foram associados 201 vagas disponibilizadas.

Esse quantitativo sinaliza uma oferta abaixo da meta prevista. É pertinente considerar que alguns fatos contribuíram para retardar o início e/ou implementação dos cursos e impactaram, com alta relevância, o resultado obtido, ressaltando-se principalmente o atraso nas liberação dos recursos e o contingenciamento orçamentário aplicado.

Há que se enfatizar a iniciativa da Secretaria de Educação a Distância, responsável pela Ação, em aderir ao Sistema Universidade Aberta do SUS (UNA-SUS), atendendo chamada do Ministério da Saúde que, tendo Plano de Trabalho aprovado, passou a ser componente do Sistema, iniciando o processo de cooperação técnica para se integrar aos padrões e normas do Sistema, visando a obter qualificação para execução de futuros convênios.

A Unidade também envida esforços no sentido de melhorar as instalações, os processos e a tecnologia de apoio.

5.2.3.10 Ação 8282 – Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior

QUADRO 17 - REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR

Identificação da Ação						
Código	8282		Tipo: A			
Título	Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior					
Iniciativa	Expansão, reestruturação, interiorização e manutenção da Rede Federal de Educação Superior, com diversificação da oferta de cursos em consonância com as necessidades do mundo do trabalho, otimização da capacidade instalada das estruturas físicas e de recursos humanos, e promoção de pesquisa, ensino e extensão visando a qualidade e garantindo condições de acessibilidade.					
Objetivo	Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federa de ensino superior. Código: 0841					
Programa	Educação Superior – Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão. Código: 2032 Tipo: Programa Temático					
Unidade Orçamentária	26234					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
29.320.310,00	24.887.666,00	20.688.862,67	17.088.835,03	16.746.225,58	-	3.600.027,64
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
Projeto Viabilizado		Unidade	Previsto	Reprogramado	Realizado	
			46	46	46	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
5.155.916,87	2.531.043,25	315.613,18	Vaga Disponibilizada	Unidade	1660	

Esta Ação configura-se de grande relevância para a Universidade, pois, além de complementar o custeio institucional, contribuindo para garantir a manutenção dos serviços, cria oportunidades de investimento para a melhoria da infraestrutura, sobretudo de obras, reformas e equipamentos para laboratório de ensino e de melhoria da área meio que viabiliza a atividade fim.

A meta prevista, alterada na LOA do exercício, foi alcançada, enquanto aos Restos a Pagar foi associado todo o conjunto de alunos previstos no contexto da meta que vigia no ano anterior, pois todos os alunos são beneficiados direta ou indiretamente pelos recursos.

A execução dessa Ação, também foi muito prejudicada pela contenção de limites, além da liberação de recursos aquém das necessidades da Instituição, pois, com a expansão das atividades da UFES no Programa de Interiorização da Graduação Presencial, em 2005, e com o Programa de Reestruturação e Expansão das IFES, em 2007, as despesas de manutenção e necessidades de investimentos subiram numa proporção maior do que a correção dos recursos destinados à Ação.

5.2.3.11 Ação 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados e seus Dependentes.

QUADRO 18 - ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES.

Identificação da Ação						
Código	2004		Tipo: A			
Título	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e Seus Dependentes.					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Código: 2109 Tipo: Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado					
Unidade Orçamentária	26234					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
7.191.336,00	7.081.336,00	6.864.973,02	6.851.904,34	6.851.904,34	-	13.068,68
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
30.000,00	14.965,59	15.034,41	-	-	-	

A Ação tem como objetivo fornecer aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental, mediante a contratação de serviços médico-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato, convênio ou ressarcimento (auxílio de caráter indenizatório). A Universidade executa a ação pela concessão do valor per capita como verba indenizatória ao servidor (e seus dependentes e pensionistas). Esta Ação é importante, pois oportuniza melhor qualidade de vida aos servidores, com a adoção de medidas preventivas de atenção à saúde, afetando diretamente os índices de absenteísmos e licenças para tratamento médico.

Além disso, a Universidade Federal do Espírito Santo, através do Departamento de Atenção à Saúde – DAS, oferece à comunidade acadêmica (alunos e servidores) atendimento médico e odontológico, contribuindo ainda mais para a manutenção e melhoria da qualidade de vida dos servidores.

5.2.3.12 Ação 20TP – Pagamento de Pessoal Ativo da União

QUADRO 19 - PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIÃO

Identificação da Ação						
Código	20TP		Tipo: A			
Título	Pagamento de Pessoal Ativo da União					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Código: 2109 Tipo: Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado					
Unidade Orçamentária	26234					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não		Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria			
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
274.622.630,00	319.166.415,00	317.149.508,91	317.017.864,14	317.017.864,14	-	131.644,77

Os pagamentos continuam sendo realizados normalmente, observando-se o calendário de pagamento estabelecido pelo Governo Federal.

5.2.3.13 Ação 2010 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares

QUADRO 20 - ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITARES.

Identificação da Ação						
Código	2010		Tipo: A			
Título	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Código: 2109 Tipo: Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado					
Unidade Orçamentária	26234					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não		Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria			
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
298.440,00	359.440,00	349.478,98	349.478,98	349.478,98	-	-
Execução Física						

A concessão do benefício de assistência pré-escolar é realizada aos servidores e empregados que tenham filhos em idade pré-escolar, conforme dispõe o Decreto nº 977/93. A Ação cumpre relevante papel social e visa dotar o órgão de meios administrativos para o alcance de seus objetivos e finalidades, oferecendo aos seus servidores, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes. Os pagamentos do auxílio pré-escolar foram realizados satisfatoriamente e de acordo com as legislações vigentes, e a partir da solicitação, via processo administrativo, do servidor interessado.

5.2.3.14 Ação 2011 – Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados Civis, Empregados e Militares

QUADRO 21 - AUXÍLIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS CIVIS, EMPREGADOS E MILITARES

Identificação da Ação						
Código	2011		Tipo: A			
Título	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Código: 2109 Tipo: Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado					
Unidade Orçamentária	26234					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
96.828,00	96.828,00	59.927,99	59.927,99	59.927,99	-	-

Esta Ação atua como parte dos meios necessários para que a Instituição possa alcançar seus objetivos e finalidades, assegurando os deslocamentos dos servidores de suas residências para os locais de trabalho e o retorno. Os reajustes no vencimento básico dos servidores por progressões ou por aumento salarial são variáveis que proporcionam alterações na execução da Ação.

5.2.3.15 Ação 2012 – Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares

QUADRO 22 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITARES

Identificação da Ação						
Código	2012		Tipo: A			
Título	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Código: 2109 Tipo: Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado					
Unidade Orçamentária	26234					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
12.840.000,00	13.840.000,00	13.751.230,76	13.751.230,76	13.751.230,76	-	-

A Ação foi realizada com sucesso, por meio da concessão do auxílio em caráter indenizatório e sob a forma de pecúnia, de acordo com a Lei nº 9.527/97. Esta ação fornece condições para melhor qualidade de vida das famílias dos servidores por meio da alimentação e nutrição.

5.2.3.16 Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.

QUADRO 23 CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO.

Identificação da Ação						
Código	4572		Tipo: A			
Título	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Código: 2109 Tipo: Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado					
Unidade Orçamentária	26234					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
700.000,00	700.000,00	557.991,57	536.886,57	536.886,57	-	21.105,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Servidor Capacitado		Unidade	2200	2200	1565	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
92.370,00	86.960,00	6.100,00	Servidor Capacitado	Unidade	146	

A execução da Ação tem como diretriz balizadora o Plano de Capacitação dos Servidores Técnico-Administrativos. Os resultados sinalizam que, com os recursos da Ação, foram realizados 85 cursos, com 1565 certificações, o que representa 74% da meta prevista. Foram contempladas temáticas diversificadas, tais como: atendimento ao público, atualização em informática, banco de dados, gestão por competências, elaboração de projetos, inglês instrumental, português instrumental, raciocínio lógico, e outros. Do total de 85 cursos, 7 (sete) foram ministrados em São Mateus e 1(um) em Alegre. Os demais ocorreram em Vitória. Apesar dos resultados apresentados, a meta para o ano de 2015 foi revista, considerando que, em análises anteriores, foi identificado um superdimensionamento na meta, em face de novos arranjos organizacionais, além da necessidade de se rever internamente o conceito de servidor capacitado.

Em 2014, uma das metas previstas no Plano era capacitar 100% dos servidores ingressantes na linha de iniciação ao serviço público. Para tanto, organizou-se “Seminários de Integração”, três edições, com a participação de 86% das convocações, visando acolhimento e contextualização ao servidor ingressante, abordando-se também assuntos tais como: ética na gestão pública; leis das carreiras dos técnico-administrativos em educação e professor do magistério superior; licenças; estágio probatório; regime de previdência, entre outros direitos e deveres dos servidores. Além do Seminário, os servidores técnico-administrativos ingressantes realizaram complementarmente os cursos “Atendimento ao Público”, “Gestão e Elaboração de Projetos”, “Sustentabilidade: Consciência e Prática”, “Ética no serviço Público” e “Sistema de Protocolo SIE”. Outro evento realizado, mas direcionado a todos os servidores, foi o “Seminário de atualização na carreira”, com a participação de 215 servidores, abordando-se, ainda, aspectos relativos à saúde ocupacional. Aos Restos a Pagar não Processados, foram associados 146 capacitações.

Outra meta do Plano previa a capacitação de 25% (vinte e cinco) dos gestores cursos de aperfeiçoamento e desenvolvimento, capacitando-se 143, ou seja, 28%, com destaque para os cursos “Desenvolvimento Gerencial” e “Construção de Indicadores de Desempenho”, para gestores dos níveis tático e operacional.

Ênfase foi dada à melhoria da qualidade de vida dos servidores nos cursos: i) preparação para a aposentadoria (duas turmas); e, ii) alimentação saudável e qualidade de vida, todos muito bem avaliados e com boa adesão dos servidores. Destaca-se, ainda, a participação da equipe psicossocial em um curso direcionado à elaboração de projetos de promoção de qualidade de vida para os colaboradores, visando à ampliação de ofertas com esta proposta.

Também foram realizadas contratações de cursos para atender necessidades específicas dos setores, com destaque para os cursos: “Secretarias Acadêmicas Digitais”; “Elaboração de Planos de Capacitação”, “SIAPE – Cadastro”; “SIAPE – Folha”, “SIAPE – Extrator de Dados e DW”, em parceria com a ENAP e o Programa de Multiplicadores do Ministério do Planejamento; “SIAFI Gerencial” e “SIAFI Operacional”; além dos cursos “Elaboração de Manual de Boas Práticas” e “Treinamento para utilização de fornos combinados”.

Paralelamente à contratação de cursos *in company*, outra modalidade de capacitação adotada foi o custeio de inscrições, diárias e passagens para viabilizar a participação dos servidores em congressos e cursos de curta duração no país. Em 2014 foram contemplados 270 (duzentos e setenta) servidores de setores diversos da Universidade, inclusive servidores dos campi de Alegre e São Mateus que se deslocaram para participarem de cursos ofertados na sede do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas em Vitória. Ofertam-se, também, semestralmente, bolsas para o estudo de idiomas, em parceria com o Centro de Línguas para a Comunidade/UFES, oferecendo oportunidades em: Inglês; francês; espanhol; italiano e alemão. Em 2014 o departamento contou com 400 (quatrocentas) bolsas concedidas/renovadas.

No tocante à qualificação dos servidores técnico-administrativos, em educação, atualmente 76% (setenta e seis por cento) dos servidores ativos possuem nível de escolaridade acima do exigido para ingresso no cargo.

A distribuição dos Técnico-administrativos pelos níveis de classificação e escolaridade demonstra uma elevada taxa de servidores com qualificação superior à exigência do cargo, destacando o nível “E” (cargos de nível superior) com 81% (oitenta e um por cento) e a classe “D” (cargos de nível médio) com 70% (setenta por cento).

Outro dado relevante sobre a qualificação dos servidores Técnico-administrativos lotados na UFES é o percentual de Especialistas e Mestres: 48% (quarenta e oito por cento) dos servidores possuem o título de especialista ou mestre. A UFES conta com 252 (duzentos e cinquenta e dois) Mestres e 26 (vinte e seis) Doutores, pertencentes ao quadro técnico-administrativo.

5.2.3.17 Ação 00M1 – Benefícios Assistenciais Decorrentes do Auxílio Funeral e Natalidade

QUADRO 24 – BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DECORRENTES DO AUXÍLIO FUNERAL E NATALIDADE

Identificação da Ação						
Código	00M1		Tipo: OP			
Título	Benefícios Assistenciais Decorrentes do Auxílio Funeral e Natalidade					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Código: 2109 Tipo: Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado					
Unidade Orçamentária	26234					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
164.259,00	224.259,00	187.307,70	187.307,70	187.307,70	-	-

Os pagamentos foram realizados normalmente.

5.2.3.18 Ação 09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais.

QUADRO 25 - CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS.

Identificação da Ação						
Código	09HB		Tipo: OP			
Título	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Código: 2109 Tipo: Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado					
Unidade Orçamentária	26234					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
62.354.284,00	68.256.580,00	67.707.859,85	67.707.859,85	67.707.859,85	-	-

Esta Ação vem cumprindo a sua finalidade, uma vez que os recolhimentos das contribuições vêm sendo realizada de forma normal, observando a legislação pertinente. Os recolhimentos se constituem relevantes na medida em que asseguram ao trabalhador uma justa aposentadoria, após longo tempo de contribuição.

Ações não Previstas na LOA 2014 – Restos a Pagar não Processados

Em 2014, a UFES executou Restos a Pagar não processados nas seguintes Ações: 11GA – Readequação da Infraestrutura da Universidade Federal do Espírito Santo – REUNI; 1 H92 – Expansão do Ensino Superior – Campus de Alegre; 4009 – Funcionamento de Cursos de Graduação; e, 6373 – Modernização e Recuperação da Infraestrutura Física das Instituições Federais de Ensino Superior e dos Hospital de Ensino, mas esses valores não foram considerados

expressivos. Ressalta-se que, embora não tenha havida movimentação na Ação 6373, o saldo vigente no exercício totaliza R\$ 314.141,61 (trezentos e quatorze mil cento e quarenta e um reais, sessenta e um centavos).

5.3 Informações Sobre Outros Resultados da Gestão

As Ações executadas pela Universidade tem caráter contínuo. Logo, os resultados das Ações extrapolam o exercício, impactando, por conseguinte, os exercícios futuros, em plena sintonia com os objetivos estratégicos.

5.4 Informações Sobre Indicadores de Desempenho Operacional

A UFES trabalha alguns indicadores, porém não usa a metodologia apresentada no quadro do tópico. Dentre esses, os próprios Indicadores do Tribunal de Contas da União tem servido de referência para a busca de maior eficiência, eficácia e efetividade das ações da Instituição, além daqueles que são trabalhados em algumas áreas, como se pode constatar a seguir.

No endereço www.proplan.ufes.br podem ser encontrados alguns indicadores que se referem ao desempenho da graduação, a saber:

- 1) Taxa de Preenchimento de Vagas, que mede a atratividade dos cursos da Instituição apurado através da razão entre nº de ingressantes e o número de vagas ofertadas;
- 2) Taxa de Conclusão de Curso, que mede a razão entre a quantidade de alunos que se formara e os que ingressaram no semestre de referência;
- 3) Taxa de Evasão que mede o percentual de desistência de alunos, razão entre os alunos evadidos e matriculados;
- 4) Relação Diplomados Evadidos, que faz uma comparação entre alunos diplomados e evadidos, indicando quantos alunos são formados para cada aluno evadido do curso sob análise;
- 5) Tempo Médio de Conclusão e Tempo Médio de Retenção do Curso: o tempo médio de conclusão é a média aritmética da quantidade de semestres que os alunos de um determinado curso utilizaram para se diplomar. O tempo de retenção é a diferença, em semestres, entre o tempo médio de conclusão do curso e o tempo sugerido para a conclusão do curso.

Não pós-graduação, por exemplo, constituem referência para monitoramento e avaliação o número de programas de Pós-Graduação da Instituição; o número de vagas ofertadas pelos programas de pós-graduação da Instituição; o Conceito CAPES dos programas de pós-graduação; e, o número de artigos publicados em periódicos indexados.

Na educação a distância, trabalha-se quatro objetivos:

- i) Garantir a qualidade do processo ensino—aprendizagem, com ênfase na melhoria contínua. Nesse quesito, constata-se elevado percentual de satisfação com a atuação dos tutores, professores, instalações físicas e suporte técnico, com baixo nível de reclamações, ações corretivas e demandas de revisão.

ii) Possibilitar aos alunos a obtenção de conhecimentos que facilitem a realização pessoal e a inserção no mercado de trabalho. Esse objetivo repete o desempenho do anterior, registrando alto nível de satisfação, com os cursos obtendo bom desempenho no Índice Geral de Cursos (IGC) com conceitos 4 e 5.

iii) No objetivo prestar serviços que agreguem valor com ênfase na proatividade e eficácia das soluções, é possível registrar alto nível de satisfação com a gestão financeira, cumprimento dos prazos para distribuição do material didático, execução das tarefas, disponibilidade dos sistemas, resolutividade das demandas tecnológicas, qualidade dos materiais disponibilizados, bem como elevado estímulo dos alunos pelo curso.

iv) No objetivo de assegurar aos docentes e colaboradores administrativos oportunidades de atualização e desenvolvimento compatíveis com suas responsabilidades, esse atributo tem sido constatado com alto nível de realização das atividades de capacitação planejadas.

É oportuno informar que, no Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2019, trabalham-se diversos indicadores associados, notadamente, aos Projetos Estratégicos da Área fim, desejando-se que se tornem melhor referência para o desenvolvimento e avanço da Universidade no campo do ensino, pesquisa, inovação, extensão, gestão e assistência.

5.4.1 Indicadores Institucionais de Gestão / Indicadores TCU

Nesta seção, apresentam-se os indicadores de gestão da Universidade propostos para as IFES pelo TCU, na Decisão do TCU nº 408/2002-Plenário. Os indicadores foram computados em conformidade com as Decisões Normativas nº 134, de dezembro de 2013, alterado pela Decisão Normativa nº 139, de 24 de setembro de 2014, e, ainda, da Portaria nº 90, de 16 de abril de 2014, do Tribunal de Contas da União.

Reitera-se que, preliminarmente, a UFES desenvolveu alguns indicadores de Gestão de Pessoas apresentados no Tópico 7, e alguns indicadores relacionados à graduação, conforme acima. Isto posto, considera-se que os indicadores construídos a partir das matrizes elaboradas pelo TCU constituem uma referência sobre a gestão e o desempenho das IFES. Estes indicadores, entre outros, espelham o custo/aluno com e sem o Hospital Universitário; a evolução qualitativa do corpo docente; a evolução quantitativa do corpo docente e técnico-administrativo, e sua relação com o corpo discente. Os indicadores, portanto, medem níveis de eficiência, eficácia e efetividade no desempenho da UFES, além de agregar aspectos referentes à utilidade e mensurabilidade.

5.4.1.1 Fórmulas de cálculo dos Indicadores de Gestão e método de obtenção dos valores dos parâmetros

Nesta seção, são apresentadas as fórmulas de cálculo dos indicadores, a descrição dos seus parâmetros e o método usado para obtenção dos valores de seus parâmetros.

As fórmulas usadas para medir cada um dos Indicadores de Gestão são as apresentadas a seguir.

QUADRO 26 - INDICADORES DE GESTÃO E SUAS FÓRMULAS

INDICADOR	FÓRMULA
I-A – Custo Corrente (incluindo o HU) / Aluno Equivalente	$\frac{\text{Custo Corrente (incluindo HU)}}{\text{AgE} + \text{ApgTI} + \text{ArTI}}$
I-B – Custo Corrente (excluindo o HU) / Aluno Equivalente	$\frac{\text{Custo Corrente (excluindo HU)}}{\text{AgE} + \text{ApgTI} + \text{ArTI}}$
II – Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente	$\frac{\text{AgTI} + \text{ApgTI} + \text{ArTI}}{\text{N}^\circ \text{ de Professores Equivalentes}}$
III-A – Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente (incluindo o HU)	$\frac{\text{AgTI} + \text{ApgTI} + \text{ArTI}}{\text{N}^\circ \text{ de Funcionários Equivalentes (incluindo HU)}}$
III-B – Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente (excluindo o HU)	$\frac{\text{AgTI} + \text{ApgTI} + \text{ArTI}}{\text{N}^\circ \text{ de Funcionários Equivalentes (excluindo HU)}}$
IV-A – Funcionário Equivalente (incluindo HU) / Professor Equivalente	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de Funcionários Equivalentes (incluindo HU)}}{\text{N}^\circ \text{ de Professores Equivalentes}}$
IV-B – Funcionário Equivalente (excluindo HU) / Professor Equivalente	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de Funcionários Equivalentes (excluindo HU)}}{\text{N}^\circ \text{ de Professores Equivalentes}}$
V – Grau de Participação Estudantil	$\frac{\text{AgTI}}{\text{Ag}}$
VI – Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação	$\frac{\text{Apg}}{\text{Ag} + \text{Apg}}$
VII – Conceito CAPES / MEC para a Pós-Graduação	$\frac{\text{Somatório dos conceitos de todos os programas de Pós-Graduação}}{\text{N}^\circ \text{ de programas de Pós-Graduação}}$
VIII – Índice de Qualificação do Corpo Docente	$\frac{5D+3M+2E+G}{D+M+E+G}$
IX – Taxa de Sucesso na Graduação	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de Diplomados (Ndi)}}{\text{N}^\circ \text{ total de alunos ingressantes}}$

Fonte: TCU nº 408/2002-Plenário.

A descrição dos parâmetros das fórmulas do Quadro 67 é apresentada abaixo. Um maior detalhamento dos mesmos pode ser encontrado no documento: Tribunal de Contas da União – TCU, Secretaria de Educação Superior – SESu/MEC, Secretaria Federal de Controle Interno – SFC, “Orientações para o Cálculo dos Indicadores de Gestão”, versão revisada em janeiro/2007.

5.4.1.1.1 Custo Corrente

O Custo Corrente, que pode incluir ou não o HU, é igual ao primeiro item da lista abaixo (indicado com sinal +) subtraído dos demais (com sinal -).

- (+) Despesas correntes da UFES e suas UGs, podendo incluir ou não o HU
- (-) 65% das despesas correntes totais do HU, quando o Custo Corrente inclui o HU, e 100% quando exclui o HU
- (-) Aposentadorias
- (-) Pensões
- (-) Sentenças Judiciais
- (-) Despesas com pessoal cedido
- (-) Despesa com afastamentos no País e no Exterior

5.4.1.1.2 AGE

Número de Alunos Equivalentes da Graduação (AGE):

$$A_{GE} = \sum_{\text{todos os cursos}} \left\{ (N_{DI} * D_{PC})(1 + [\text{Fator de Retenção}]) + ((N_1 - N_{DI})/4) * D_{PC} \right\} * [\text{Peso do grupo em que se insere o curso}]$$

Onde:

NDI = Número de diplomados, no ano letivo referente ao exercício, em cada curso;

DPC = Duração padrão do curso de acordo com a tabela da SESu;

NI = Número de alunos que ingressaram, no ano letivo relativo ao exercício, em cada curso;

Fator de Retenção e Peso do grupo calculados de acordo com metodologia da SESu.

5.4.1.2 APGTI

Número de Alunos Tempo Integral de Pós-Graduação (APGTI)

$$APGTI = 2 * APG$$

Onde:

APG = Total de alunos efetivamente matriculados na pós-graduação *stricto sensu*, incluindo-se alunos de mestrado e de doutorado.

5.4.1.2.1 ArTI

Número de Alunos de Residência Médica (ARTI)

$$ARTI = 2 * AR$$

Onde:

AR = Alunos de residência médica.

5.4.1.2.2 AGTI

Número de Alunos da Graduação em Tempo Integral (AGTI):

$$AGTI = \sum_{\text{todos os cursos}} \left\{ (N_{DI} * D_{PC}) (1 + [\text{Fator de Retenção}]) + ((N_I - N_{DI}) / 4) * D_{PC} \right\}$$

Onde:

- N_{DI} = Número de diplomados, no ano letivo referente ao exercício, em cada curso;
- D_{PC} = Duração padrão do curso, de acordo com a tabela da SESu;
- N_I = Número de alunos que ingressaram, no ano letivo relativo ao exercício, em cada curso (não são considerados os ingressantes de cursos novos que ainda não tiveram turmas regulares de concluintes);
- Fator de Retenção calculado de acordo com metodologia da SESu.

5.4.1.2.3 Número de Professores Equivalentes

O número de professores equivalentes é igual:

(+) Professores em exercício efetivo no ensino superior (graduação, pós-graduação *stricto sensu* e residência médica), inclusive, ocupantes de funções gratificadas e cargos comissionados;

(+) Substitutos e visitantes;

(-) Professores afastados para capacitação e mandato eletivo ou cedidos para outros órgãos e/ou entidades da administração pública em 31/12 do exercício.

Obs: O total de professores 20h é multiplicado por 0,5.

5.4.1.2.4 Número de Funcionários Equivalentes

O número de funcionários equivalentes pode incluir ou não os servidores técnico-administrativos do HU e é igual:

(+) professores que atuam exclusivamente no ensino médio e/ou fundamental;
(+) servidores técnico-administrativos vinculados à Universidade, podendo incluir ou não os lotados no HU;

(+) contratados sob a forma de serviços terceirizados (limpeza, vigilância, etc.), contabilizados em postos de trabalho de 8 horas diárias ou de 6 horas, em caso de exigência legal;

(-) funcionários afastados para capacitação e mandato eletivo ou cedidos para outros órgãos e/ou entidades da administração pública em 31/12 do exercício.

Obs: O número de professores ou funcionários de 20h é multiplicado por 0,5 e o de 30h por 0,75.

5.4.1.2.5 A_G

A_G = Total de alunos efetivamente matriculados na graduação.

5.4.1.2.6 A_{PG}

A_{PG} = Total de alunos efetivamente matriculados na pós-graduação stricto sensu, incluindo-se alunos de mestrado e de doutorado.

5.4.1.2.7 Conceito CAPES para Programas de Pós-Graduação

Foi considerado o conceito da última avaliação realizada pela CAPES, cujos valores podem variar de 1 a 7, sendo que, para os programas que oferecem apenas o Mestrado, a nota máxima é 5, enquanto que, para os programas que também oferecem Doutorado, a nota máxima é 7. É importante observar que, segundo orientação do TCU, são considerados apenas os programas com alunos matriculados.

5.4.1.2.8 Parâmetros do Índice de Qualificação do Corpo Docente (D, M, E e G)

Para qualificar o corpo docente, foi aplicada ao número de professores (professores em exercício efetivo + substitutos + visitantes - professores afastados para capacitação ou cedidos para outros órgãos e/ou entidades da administração pública em 31/12 do exercício) a seguinte ponderação, sem considerar o regime de trabalho (20 h ou 40 h semanais):

QUALIFICAÇÃO	PESO
Docentes doutores (D)	5
Docentes mestres (M)	3
Docentes com especialização (E)	2
Docentes graduados (G)	1

5.4.1.2.9 N_{DI}

N_{DI} = Número de diplomados, no ano letivo referente ao exercício, em cada curso.

5.4.1.2.10 Número de alunos ingressantes

Para o cálculo dos ingressantes foi considerado o ano ou semestre do ingresso dos estudantes que se graduaram no exercício, com base na duração padrão prevista para cada curso.

5.4.1.2.11 Método de apuração dos dados

Os dados referentes a cada parâmetro de cada fórmula foram buscados juntos aos setores responsáveis por eles, através de comunicação formal (memorando). Por exemplo, o número de docentes e a qualificação deles, bem como o regime de trabalho foram solicitados à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas.

5.4.1.3 Indicadores de Gestão 2014 e cálculo dos índices

Nesta seção apresentam-se os valores dos parâmetros utilizados para o cômputo dos Indicadores de Gestão 2014 da UFES e os valores dos índices dos Indicadores de Gestão.

5.4.1.3.1 Valores dos parâmetros

O valor das variáveis utilizadas no cômputo dos parâmetros dos Indicadores de Gestão 2014 e os valores destes parâmetros são apresentados nos quadros a seguir.

QUADRO 27 - VARIÁVEIS UTILIZADAS NO CÔMPUTO DO CUSTO CORRENTE

Componentes	Ano	
	2013	2014
Despesas correntes da Universidade (conta nº 3300000) - Conta Geral	804.487.494,46	890.272.837,57
65% das despesas correntes do Hospital Universitário	111.048.919,21	108.994.580,77
100% das despesas correntes do Hospital Universitário	170.844.491,09	167.683.970,41
Aposentadorias e Reformas (conta nº 3319001)	143.264.430,34	170.119.525,55
Pensões (conta nº 3319003)	23.903.098,41	28.106.634,15
Sentenças Judiciais (conta nº 3319091)	1.363.102,42	1.462.195,18
Despesas com pessoal cedido (docente)	525.873,42	1.611.279,66
Despesas com pessoal cedido (técnico-administrativo)	1.223.861,72	3.117.176,49
Despesas com afastamento do País/Exterior (docente)	625.404,96	1.041.684,24
Despesas com afastamento do País/Exterior (técnico-administrativo)	105.307,19	200.306,90

QUADRO 28 - VARIÁVEIS ASSOCIADAS AO NÚMERO DE ALUNOS DE GRADUAÇÃO E PARÂMETRO AG

Universo	Ano	
	2013	2014
Nº de Alunos Matriculados na Graduação no 1º Semestre	18.114	18.291
Nº de Alunos Matriculados na Graduação no 2º Semestre	18.271	18.266
Nº de Alunos Diplomados na Graduação no Ano	2.330	2.298
Nº de Alunos Regularmente Matriculados na Graduação – AG	18.193	18.279

QUADRO 29 - VARIÁVEIS ASSOCIADAS AO NÚMERO DE ALUNOS DE PÓS-GRADUAÇÃO E PARÂMETRO APG

Universo	Ano	
	2013	2014
Nº de Alunos Matriculados no Mestrado no 1º Semestre*	1.991	1.927
Nº de Alunos Matriculados no Mestrado no 2º Semestre*	1.661	1.730
Nº de Alunos Matriculados no Doutorado no 1º Semestre	629	663
Nº de Alunos Matriculados no Doutorado no 2º Semestre	597	656
Nº de Residentes Médicos no 1º Semestre	139	138
Nº de Residentes Médicos no 2º Semestre	139	138
Nº de Alunos na Pós-Graduação – APG	2.439	2.488

* Não incluídos os mestrados profissionais

QUADRO 30 - VARIÁVEIS ASSOCIADAS AO NÚMERO DE DOCENTES E SEU REGIME DE TRABALHO

Universo	Ano	
	2013	2014
Nº de Docentes com Regime de Trabalho em 20h	111	100
Nº de Docentes com Regime de Trabalho em 40h	179	203
Nº de Docentes com Regime de Trabalho em DE	1.346	1340
Nº Total de Docentes	1.636	1.643

QUADRO 31 - VARIÁVEIS ASSOCIADAS AO NÚMERO DE DOCENTES E SUA TITULAÇÃO

Universo	Ano	
	2013	2014
Nº de Docentes com Titulação de Doutorado	1.120	1179
Nº de Docentes com Titulação de Mestrado	339	344
Nº de Docentes com Titulação de Especialização	52	55
Nº de Docentes com Titulação de Graduação	125	65
Nº Total de Docentes	1.636	1.643

QUADRO 32 - VARIÁVEIS ASSOCIADAS AO NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS E SEU REGIME DE TRABALHO – INCLUSIVE PESSOAL TERCEIRIZADO

Universo	2013		2014	
	Com o HU	Sem o HU	Com o HU	Sem o HU
Nº de Técnico-Administrativos em Regime de 20h.	97	5	115	7
Nº de Técnico-Administrativos em Regime de 24h.	13	1	21	1
Nº de Técnico-Administrativos em Regime de 25h.	5	5	7	7
Nº de Técnico-Administrativos em Regime de 30h.	17	13	22	12
Nº de Técnico-Administrativos em Regime de 36h.			3	0
Nº de Técnico-Administrativos em Regime de 40h.	2.893	2.208	3.319	2.218
Nº de Técnico-Administrativos	3.025	2.232	3.487	2.245

QUADRO 33 - AVALIAÇÃO CAPES

Item	Ano	
	2013	2014
Média dos Conceitos dos Programas de Pós-Graduação obtidos na última Avaliação Realizada pela CAPES	3,45	3,67

QUADRO 34 - RESULTADOS DOS INDICADORES PRIMÁRIOS – DECISÃO TCU N.º 408/2002 (B.66.1)

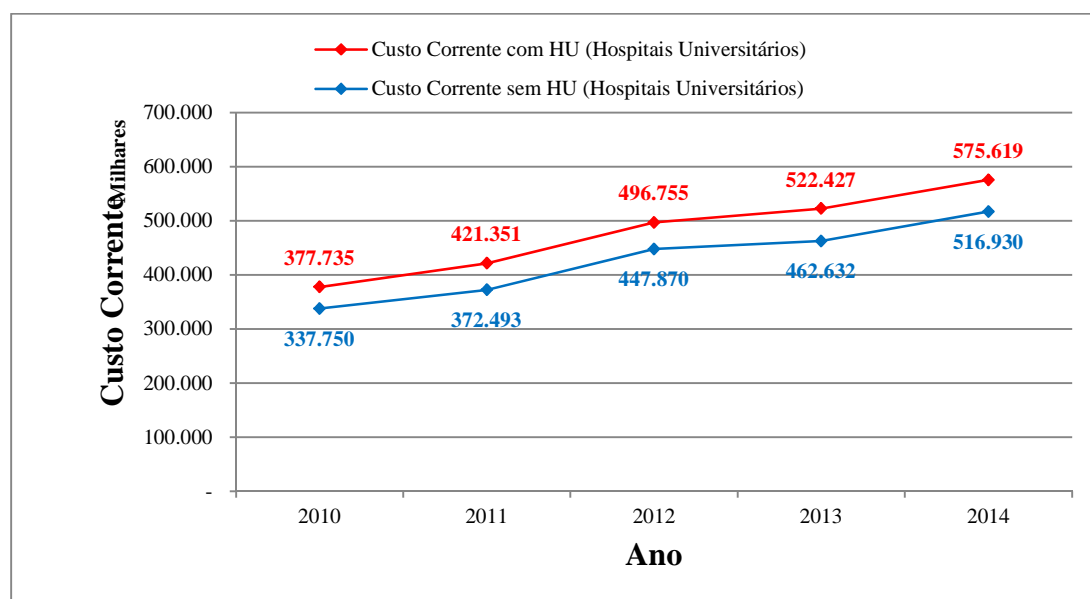
INDICADORES PRIMÁRIOS	EXERCÍCIOS				
	2010	2011	2012	2013	2014
Custo Corrente com HU (Hospitais Universitários)	377.735.247,66	421.351.124,44	496.754.766,30	522.427.496,79	575.619.454,63
Custo Corrente sem HU (Hospitais Universitários)	337.750.460,04	372.493.367,24	447.870.362,48	462.631.924,91	516.930.064,99
Número de Professores Equivalentes	1.448,00	1.590,00	1.536,00	1.580,50	1.593,00
Número de Funcionários Equivalentes com HU (Hospitais Universitários)	2.704,23	2.787,50	2.923,93	2.965,18	3.412,68
Número de Funcionários Equivalentes sem HU (Hospitais Universitários)	1.842,73	2.060,85	2.105,63	2.223,98	2.235,48
Total de Alunos Regularmente Matriculados na Graduação (AG)	16.230,50	17.295,00	18.091,00	18.193,00	18.278,50
Total de Alunos na Pós-graduação <i>stricto sensu</i> , incluindo-se alunos de mestrado e de doutorado (APG)	1.836,50	2.087,50	2.303,00	2.439,00	2.488,00
Alunos de Residência Médica (AR)	133,00	142,00	144,00	139,00	138,00
Número de Alunos Equivalentes da Graduação (AGE)	22.282,45	22.173,28	23.487,66	23.267,51	22.979,72
Número de Alunos da Graduação em Tempo Integral (AGTI)	12.958,42	13.041,61	13.491,18	13.585,07	13.508,03
Número de Alunos da Pós-graduação em Tempo Integral (APGTI)	3.673,00	4.175,00	4.606,00	4.878,00	4.976,00
Número de Alunos de Residência Médica em Tempo Integral (ARTI)	266,00	284,00	288,00	278,00	276,00

QUADRO 35 - RESULTADOS DOS INDICADORES DA DECISÃO TCU N.º 408/2002 (B.66.2)

Indicadores Decisão TCU 408/2002 - P	EXERCÍCIOS				
	2010	2011	2012	2013	2014
Custo Corrente com HU / Aluno Equivalente	14.405,58	15.821,07	17.502,67	18.380,12	20.389,10
Custo Corrente sem HU / Aluno Equivalente	12.880,69	13.986,54	15.780,28	16.276,38	18.310,25
Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente	11,67	11,01	11,97	11,86	11,78
Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente com HU	6,25	6,28	6,29	6,32	5,50
Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente sem HU	9,17	8,50	8,73	8,43	8,39
Funcionário Equivalente com HU / Professor Equivalente	1,87	1,75	1,91	1,88	2,14
Funcionário Equivalente sem HU / Professor Equivalente	1,27	1,30	1,38	1,41	1,40
Grau de Participação Estudantil (GPE)	0,80	0,75	0,75	0,75	0,74
Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (CEPG)	0,10	0,11	0,11	0,12	0,12
Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação	3,35	3,44	3,43	3,45	3,67
Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)	4,15	4,06	4,16	4,18	4,32
Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)	65,00	58,44	64,14	52,70	51,25

5.4.1.4 Análises sobre os indicadores e seus componentes.

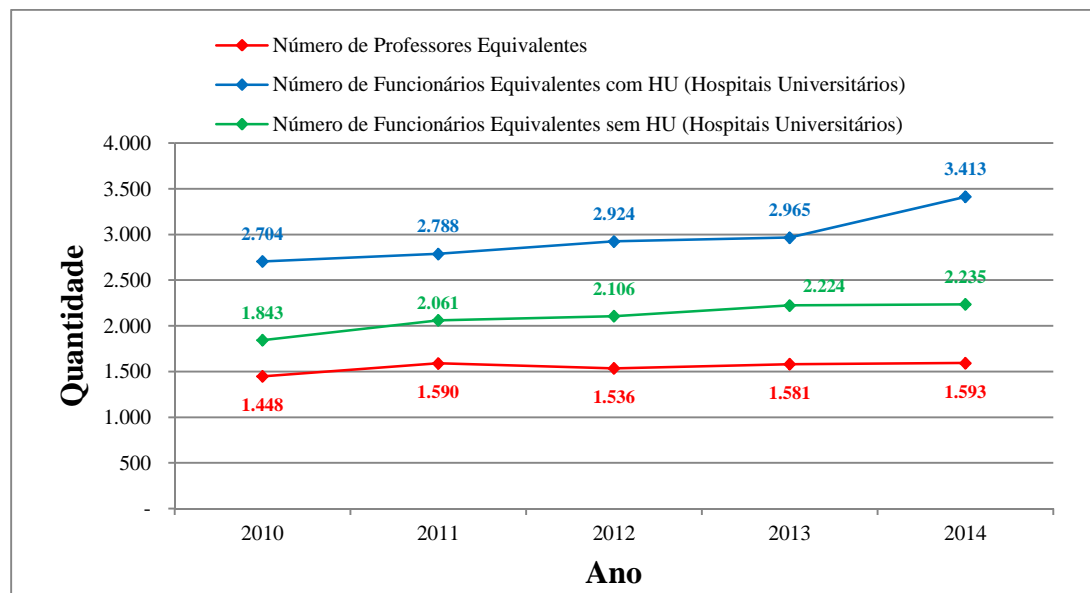
FIGURA 1 - EVOLUÇÃO DO CUSTO CORRENTE COM E SEM HU



A Figura 1 apresenta a evolução do custo corrente da UFES, com e sem o Hospital Universitário (HU). Como o gráfico evidencia, a tendência de crescimento do custo corrente com e sem HU foi

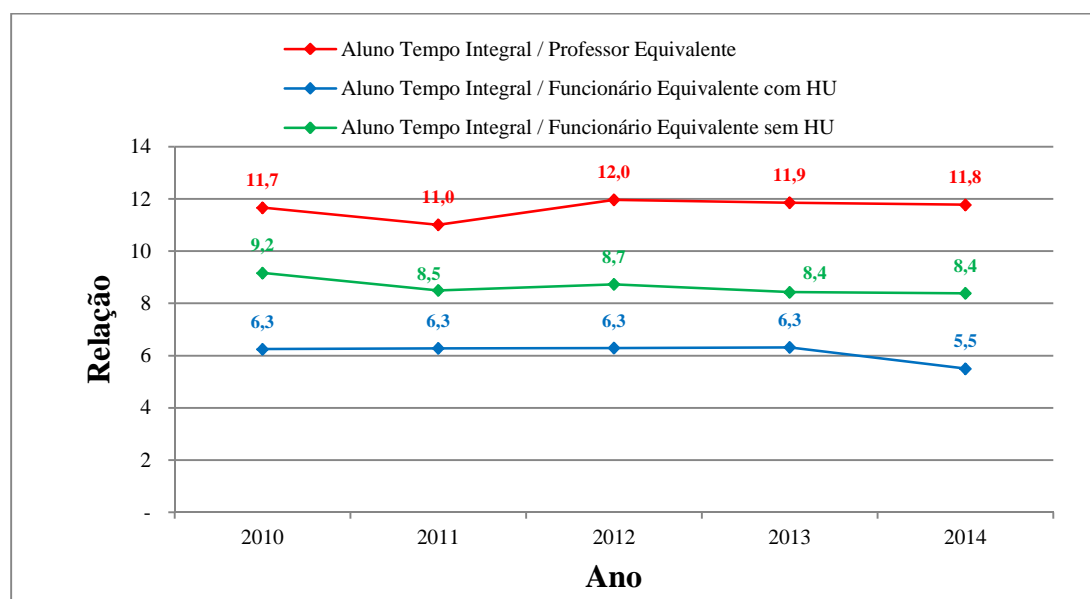
mantida e com um acréscimo em seus percentuais com relação à variação de 2013/2012. A variação passou de 5% em 2012/2013 para 10% em 2013/2014.

FIGURA 2 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE PROFESSORES E SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EQUIVALENTES



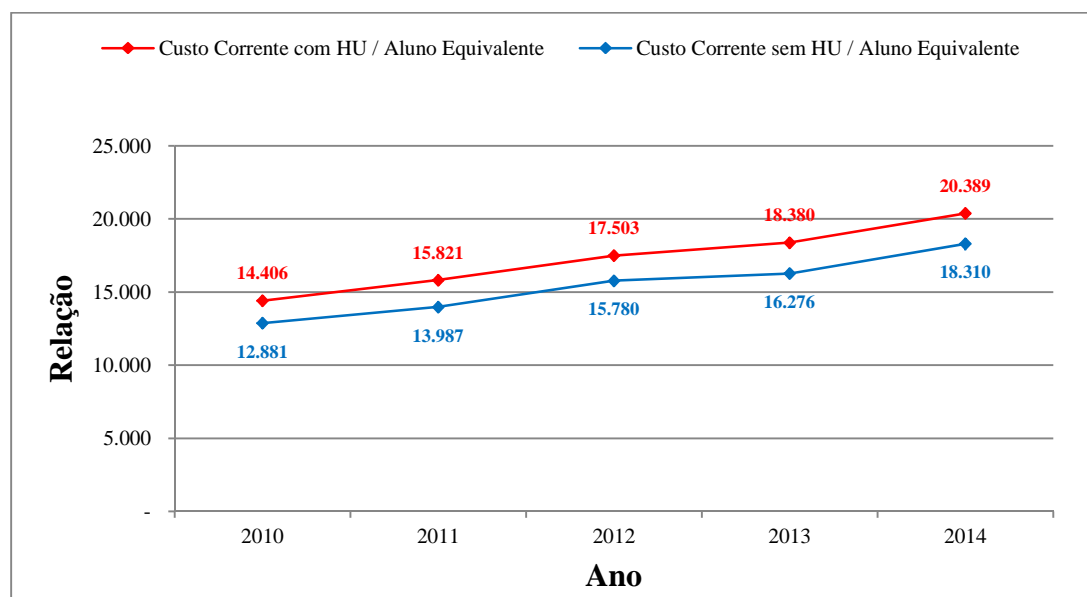
A Figura 2 mostra o aumento de todos os indicadores em análise desde 2010. Chama a atenção o número de funcionários equivalentes com HU, que apresentou uma taxa de crescimento muito maior que os outros indicadores, concomitantemente com as taxas que vinham sendo observadas nos anos anteriores.

FIGURA 3 - EVOLUÇÃO DOS INDICADORES ALUNO TEMPO INTEGRAL POR: PROFESSORES EQUIVALENTES, SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS COM, E SERVIDORES TÉCNICOADMINISTRATIVOS SEM O HUCAM.



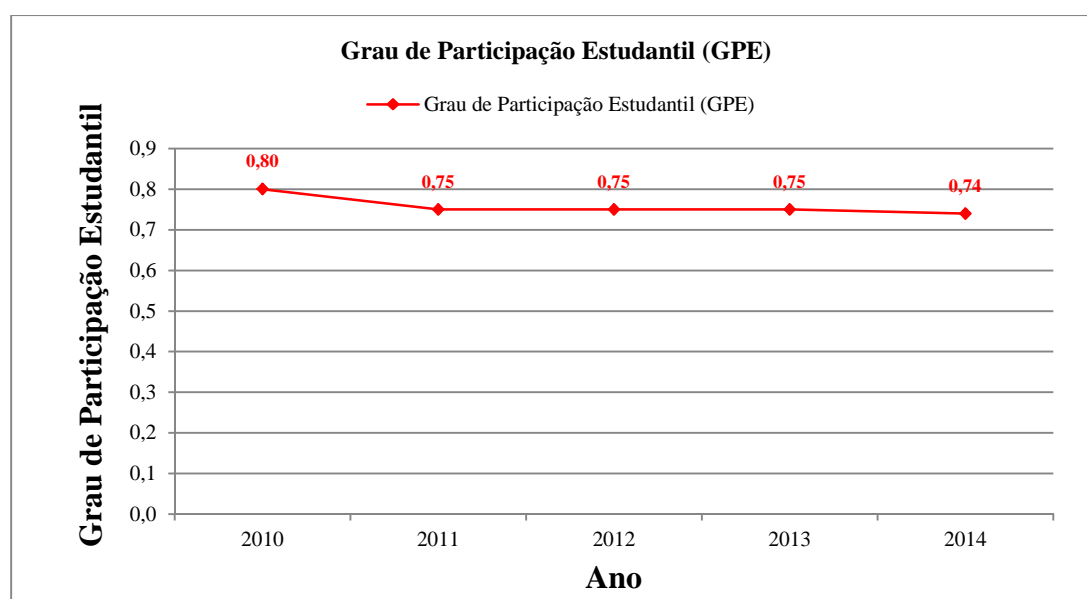
A Figura 3 mostra que, ao longo do tempo, está acontecendo um aumento do número de professores e técnico-administrativos numa proporção maior do que o aumento do número de alunos em tempo integral.

FIGURA 4 - EVOLUÇÃO DO CUSTO CORRENTE POR ALUNO EQUIVALENTE



A Figura 4 mostra um constante crescimento na relação custo corrente/aluno, ou seja, ao longo do período as taxas de crescimento do custo corrente (com e sem HU) foram maiores que a taxa de crescimento do número de alunos equivalentes, resultado do incremento nas despesas de pessoal e custeio.

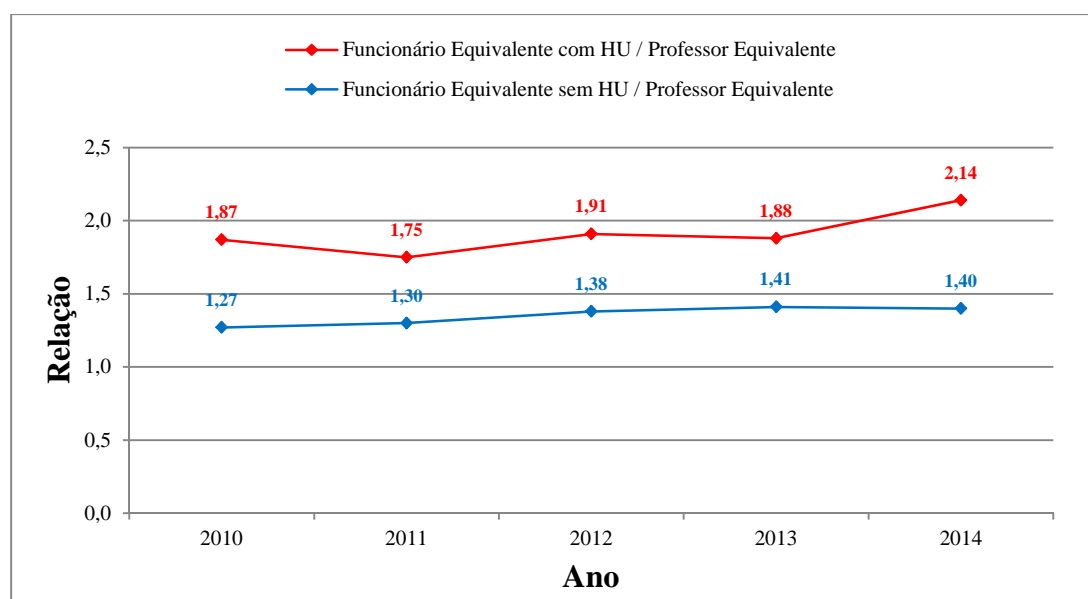
FIGURA 5 - GRAU DE PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL



A Figura 5 apresenta a evolução do grau de participação estudantil medido segundo a formulação do TCU, observando-se que, nos últimos quatro anos, este indicador se manteve praticamente

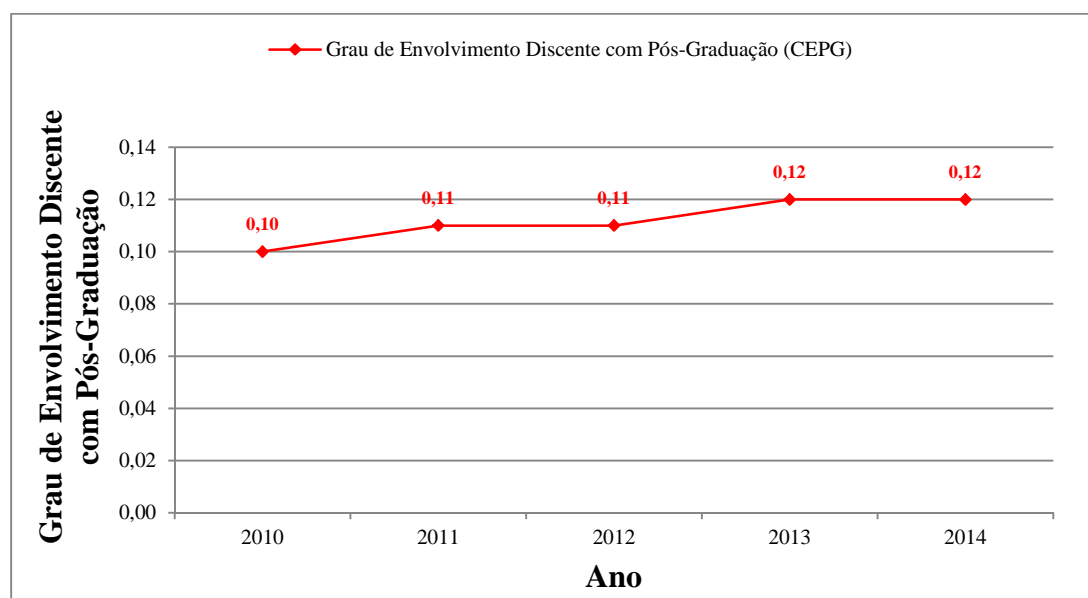
estável, com uma pequena queda no último ano. Este indicador demonstra que os alunos da instituição estão dedicando seus estudos em tempo integral.

FIGURA 6 - FUNCIONÁRIO COM E SEM HU/PROFESSOR



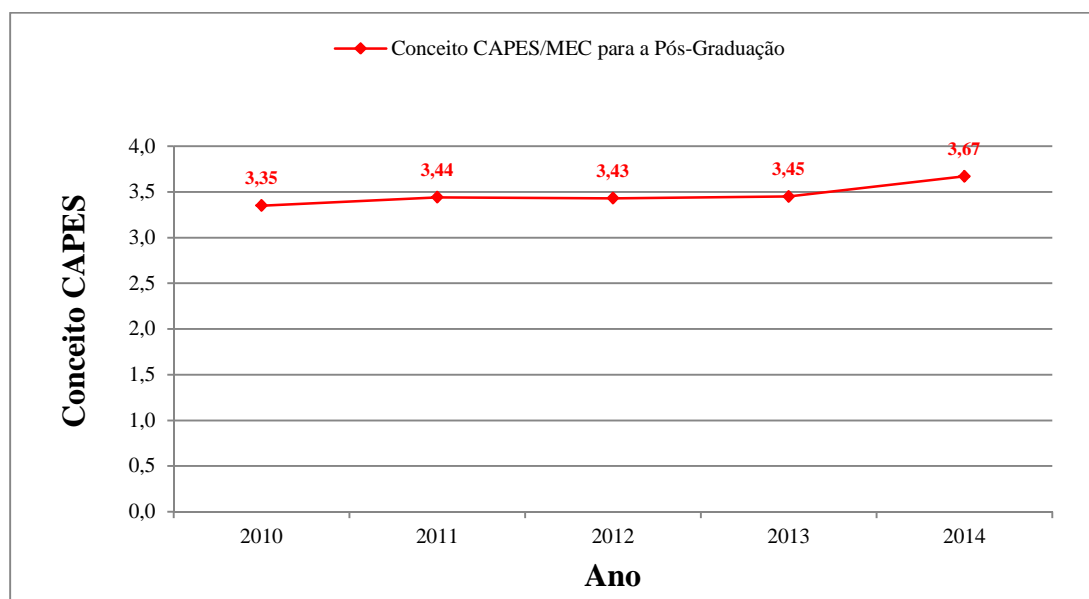
A Figura 6 mostra que, ao longo do período em análise, houve um aumento proporcional no número de funcionários equivalentes ante o número de professores equivalentes. E ao consideramos o HU, esta proporção se mostra mais instável, apresentando um salto no último ano.

FIGURA 7 - GRAU DE ENVOLVIMENTO COM A PÓS-GRADUAÇÃO



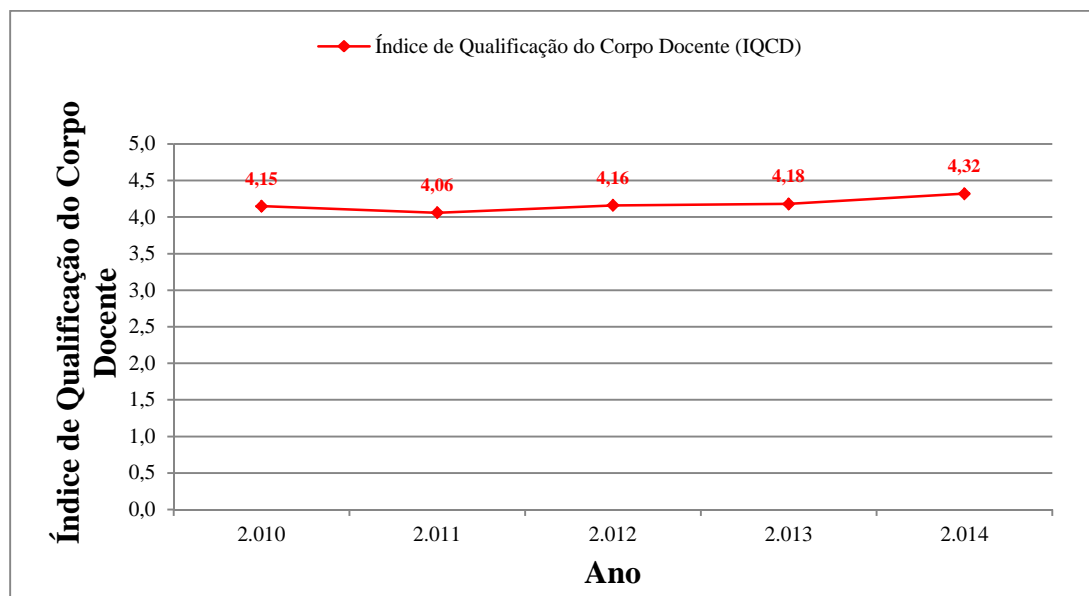
A figura 7 mostra que, ao longo do tempo, vem acontecendo um aumento do envolvimento dos discentes da instituição com a pós-graduação nos últimos anos, tendo se estabilizado em 0,12 no último ano. Este indicador reflete o esforço da UFES em produzir ciência e conhecimento.

FIGURA 8 - CONCEITO DA CAPES



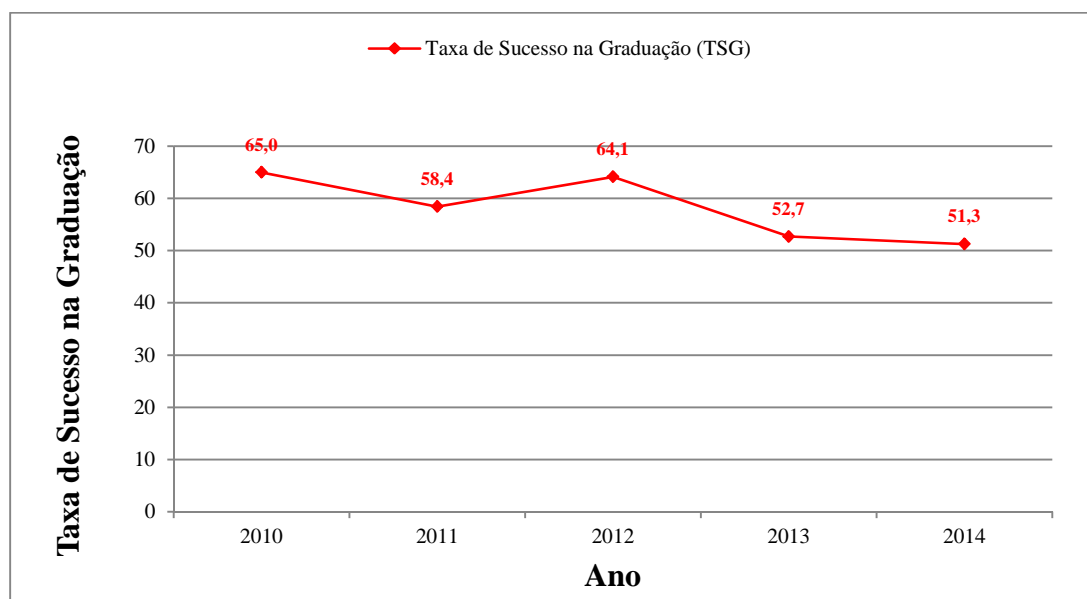
A Figura 8 mostra o conceito CAPES da Instituição. A partir de 2012 inicia um crescimento, o qual se intensifica, de forma significativa, em 2014.

FIGURA 9 – QUALIFICAÇÃO DO CORPO DOCENTE



Na Figura 9 é apresentada a evolução da qualificação do corpo docente da UFES, segundo a formulação proposta pelo TCU. A figura evidencia a manutenção do aumento da qualificação dos docentes da Instituição, que ocorre, principalmente, por causa do aumento, ano a ano, do número de doutores do quadro.

FIGURA 10 - TAXA DE SUCESSO NA GRADUAÇÃO



A Figura 10 apresenta a evolução do indicador taxa de sucesso na graduação. Como se pode constatar, a taxa de sucesso na graduação tem oscilado e apresentou uma queda nos últimos dois anos. Considerando que não há disponibilidade da informação sobre os alunos concluintes do segundo semestre de 2014, utilizou-se, segundo orientação para o cálculo dos indicadores de gestão do TCU-SESu/MEC-CGU, o número de alunos concluintes no segundo semestre de 2013, devido a incompatibilidade do calendário acadêmico, alterado pela greve, influenciando na taxa de sucesso na graduação. Este procedimento pode ter afetado em alguma medida esta diminuição. Além disso, possíveis evasões e retenções de alunos impactam negativamente neste indicador.

5.5 Informações Sobre Custos de Produtos e Serviços

A UFES não dispõe, nesse momento, de um Sistema institucionalizado para apuração dos custos de produtos e serviços, embora seja possível constatar iniciativas pulverizadas em alguns setores. Pela complexidade, natureza dos serviços e produtos da Instituição, um Sistema de Custo deve ser bem elaborado e ser capaz de espelhar o conjunto de despesas atrelado a esses produtos e serviços. Discute-se a criação do SAC – Sistema de Apuração de Custos que poderá, no futuro, tornar possível a apuração de todos os custos de produtos e serviços fornecidos e/ou prestados pela Instituição.

6 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

6.1 Programação e Execução das Despesas

6.1.1 Programação das Despesas

QUADRO 36 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS (A.6.1.1)

Unidade Orçamentária:		Código UO:26234		UGO: 153046	
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Correntes			
		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes	
DOTAÇÃO INICIAL		494.249.640,00		146.845.486,00	
CRÉDITOS	Suplementares	74.120.579,00		40.692.053,00	
	Especiais	Abertos			
		Reabertos			
	Extraordinários	Abertos			
		Reabertos			
	Créditos Cancelados		500.000,00		580.000,00
Outras Operações					
Dotação final 2014 (A)		567.870.219,00		186.957.539,00	
Dotação final 2013(B)		509.706.965,00		167.894.547,00	
Variação (A/B-1)*100		11,41		11,35	
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Capital			9 - Reserva de Contingência
		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida	
DOTAÇÃO INICIAL		62.129.570,00			
CRÉDITOS	Suplementares	11.721.886,00			
	Especiais	Abertos			
		Reabertos			
	Extraordinários	Abertos			
		Reabertos			
	Créditos Cancelados		16.083.653,00		
Outras Operações					
Dotação final 2014 (A)		57.767.803,00			
Dotação final 2013(B)		43.061.060,00			
Variação (A/B-1)*100		34,15			

6.1.1.1 Análise Crítica

As dotações orçamentárias da Universidade Federal do Espírito Santo, no exercício de 2014, totalizam R\$ 494.249.640,00 para pessoal, R\$146.845.486,00 para custeio e R\$ 62.129.570,00 para investimentos, alcançando a cifra de R\$ 703.224.696,00. Para o funcionamento e alocação mínima

destinada ao cumprimento das atividades programadas dentro do grupo de despesa de pessoal, custeio e investimentos, foram necessários à suplementação de crédito no valor de R\$ 126.534.518,00 no exercício, evidenciando alterações da proposta originária da UJ, no âmbito do próprio Poder Executivo, bem como alterações ocorridas nas dotações do exercício em relação ao exercício anterior. A proposta orçamentária da UFES é elaborada a partir dos limites estabelecidos pelo Ministério da Educação nas diversas Ações, com exceção dos recursos alocados no grupo Despesas com Pessoal e Encargos. Em termos nominais, a dotação de pessoal de 2014 apresenta um aumento de 11,41%, enquanto que o custeio apresentou um crescimento de 11,35%, em relação ao exercício anterior. Já o montante de investimento, comparando os dois exercícios, evidenciou um crescimento de aproximadamente 33,15%. Além dessas questões, destaca-se no exercício de 2014 o aumento das despesas com custeio como, por exemplo, água e esgoto, apoio administrativo técnico operacional, energia, limpeza, conservação, locação de veículos, manutenção e conservação de bens imóveis, serviços de processamento de dados, telecomunicações e vigilância, decorrentes do processo de expansão da IFES. Assim, para cumprir os compromissos do exercício, a Universidade Federal do Espírito Santo precisou alocar recursos próprios e originários de superávits para cumprir as obrigações, evidenciando que os recursos alocados pelo governo não foram suficientes para assegurar o funcionamento normal da Instituição. Reitera-se, portanto, o impacto crescente que a contratação de serviços básicos como vigilância, apoio administrativo, limpeza e conservação vem tendo sobre o valor alocado para custeio pela LOA, pois, a expansão da despesa e os dissídios coletivos são superiores ao incremento do orçamento destinado à UFES.

6.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa

QUADRO 37 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INTERNA POR GRUPO DE DESPESA (A.6.1.2.1)

Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	153046	153048	12364203220GK0032			943,60
			12364203220RK0032			3.362,98
			12364203240020032			5.676.053,55
			12368203020RJ0032			259.127,27
		153049	12364203220GK0032			19.364,22
			12364203220RK0032			825.704,79
			12364203282820032			226.792,84
			12368203020RJ0032			225.123,10
		153050	12364203220GK0032			43.609,57
			12364203220RK0032			3.187.173,16
			12364203282820032			88.194,34
		153047	12364203220RK0032			87.225,43
		Recebidos				
Origem da	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		

Movimentação	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	153046	153048	12364203220RK0032	299.032,12		
			12364203240020032	319.964,91		
		153049	12364203220GK0032	115.000,52		
			12364203220RK0032	394.820,51		
			12364203282820032	273.822,98		
		153050	12364203220GK0032	90.933,65		
			12364203220RK0032	44.604,02		
			12364203282820032	188.336,65		
		Recebidos				

Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedido	153046	114702	12128210945720032			2.800,00
		153032	12128210945720032			1.841,20
		153035	12364203220RK0032			879,12
		153036	12364203220RK0032			1.416,92
		153037	12364203220RK0032			1.217,43
		153056	12364203220RK0032			2.638,78
		153061	12364203220RK0032			2.526,91
		153062	12364203220RK0032			9.116,73
		153065	12364203220RK0032			1.346,00
		153080	12364203220RK0032			1.206,32
		153114	12128210945720032			1.841,20
		153115	12364203220RK0032			5.466,45
		153163	12364203220RK0032			1.219,02
		153167	12364203220RK0032			1.674,57
		154034	12364203220RK0032			1.373,65
		154040	12364203220RK0032			1.212,67
		154043	12364203220RK0032			1.220,61
		154046	12364203220RK0032			2.619,68
		154048	12364203220RK0032			3.740,00
		154049	12364203220RK0032			2.257,76
		154051	12364203220RK0032			4.061,04
		154069	12364203220RK0032			2.574,73
		158139	12128210945720032			1.841,20
		158151	12364203220RK0032			13.453,58
		344042	12128210945720032			2.025,32

Recebidos					
Concedido	153037		12364203220RK0027		292,04
	153103		12364203220RK0024		2.217,42
	153114		12364203220RK0043		1.014,25
	153163		12364203220RK0042		2.216,77
	153036		12364203220RK0031		3.403,70
	153028		12364203220RK0031		839,16
	153031		12364203220RK0035		360,00
	152435	153046	12128210945720053		6.000,00
	154042		12364203220RK0043		847,80
	154043		12364203220RK0031		220,00
	154044		12364203220GK0012		1.048,99
	154045		12364203220RK0051		1.318,73
	154051		12364203220RK0031		7.099,02
	154069		12364203220RK0031		1.531,20
	153978		12368203020RM0001		143.000,00
	153173	153048	12306203087440001		19.799,52
		153046	12368203020RS0001		856.400,00
	154003	153046	12364203204870001		2.540.301,94
		153046	12368203020RJ0001		2.048.205,12
	158092	153046	12128210945720029		1.688,41
	158151	153046	12363203120RL0032		70.616,73
	158151	153046	12363203120RL0031		3.930,00

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	153978	153049	12368203020RM0001	72.960,00		
	154003	153046	12364203220GK0001	1.943.340,70		
Recebidos						

QUADRO 38 - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA EXTERNA POR GRUPO DE DESPESA (A.6.1.2.2)

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	240901	153046	19753202141560001			705.543,74
	150014		12364203220GK0001			40.000,00
	200246		14422206020R90001			303.680,00
	257001		10128201520YD0001			224.050,00
			10301201520YI0001			500.000,00
			10303201542950001			1.000.000,00
			10305201520YJ0001			8.356.000,00
	340002		13392202720ZF0032			100.000,00
	201002		04122203820U10001			3.200,00
	180077		27812203520JQ0001			57.250,00
	200016		14422206488100001			249.087,00
	80021		12128210945720032			2.324,10
Recebidos						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	340002	153046	13392202720ZF7030	80.000,00		
	180077		27811203520YA0001	537.686,68		
Recebidos						

O Quadro denominado Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa refere-se às transferências realizadas no contexto da Própria UJ e contribuem para viabilizar as ações das UGs vinculadas à Universidade. Já o quadro Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa compreende os créditos orçamentários concedidos ou recebidos de Instituições não vinculadas à UFES. A Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), portanto, movimenta recursos internamente para potencializar suas ações e atividades e recebe recursos de órgãos vinculados ao MEC e de outros órgãos federais, buscando cumprir sua função, utilizando do seu corpo docente, discente e técnico, atuando em projetos de ensino, pesquisa e extensão. O resumo consolidado desta movimentação pode ser constatado nos quadros A.6.1.2.1 e A.6.1.2.2. Destaca-se que as movimentações internas da UFES são diretamente relacionadas aos Centros de São Mateus (CEUNES), Alegre (CCA), e Restaurante Universitário (RU).

6.1.3 Realização da Despesa

6.1.3.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total

QUADRO 39 - ESPESAS TOTAIS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – TOTAL (A.6.1.3.1)

Unidade Orçamentária:	Código UO: 26234		UGO: 153046	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2014	2013	2014	2013
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	64.581.047,52	64.535.190,31	64.076.555,88	63.128.815,37
a) Convite				
b) Tomada de Preços	69.086,99	330.463,95	69.086,99	140.450,54
c) Concorrência	217.944,53	1.580.854,00	217.944,53	1.580.854,00
d) Pregão	64.294.016,00	62.623.872,36	63.789.524,36	61.407.510,83
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
2. Contratações Diretas (h+i)	39.157.965,92	28.536.146,05	39.157.467,18	27.483.817,72
h) Dispensa	31.746.910,09	23.115.553,70	31.746.910,09	22.236.400,91
i) Inexigibilidade	7.411.055,83	5.420.592,35	7.410.557,09	5.247.416,81
3. Regime de Execução Especial	0,00	0,00	0,00	0,00
j) Suprimento de Fundos				
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	566.457.004,39	496.114.491,88	566.457.004,39	496.112.309,56
k) Pagamento em Folha	564.688.355,48	494.504.477,73	564.688.355,48	494.504.477,73
l) Diárias	1.768.648,91	1.610.014,15	1.768.648,91	1.607.831,83
5. Outros	41.068.294,73	38.018.224,62	41.063.380,80	38.018.224,62
6. Total (1+2+3+4+5)	711.264.312,56	627.204.052,86	710.754.408,25	624.743.167,27

O Quadro denominado Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ - Total, é formatado considerando a totalidade dos recursos da UO, mesmo que a unidade jurisdicionada não seja responsável pela totalidade de sua execução direta. Na análise sobre Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Originários observa-se que houve um crescimento de 13,40% nas contratações por modalidade de licitações, na comparação entre 2014 com 2013, ou seja, passando respectivamente de 2013 para 2014 de R\$ 627.204.052,86 para R\$ 711.264.312,56, destacando-se o esforço da Instituição para realizar suas despesas através de processos licitatórios. No tocante às contratações diretas, obtém-se que a soma das dispensa e das inexigibilidades cresceram em torno de 37%, em relação ao ano de 2013, o que pode ter ocorrido face ao aumento nas despesas de custeio, principalmente com energia, água e recursos oriundos do fundo nacional de saúde para atender programas destinados à saúde coletiva.

6.1.3.2 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados Diretamente pela UJ

QUADRO 40 - DESPESAS EXECUTADAS DIRETAMENTE PELA UJ, POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS (A.6.1.3.2)

Unidade Orçamentária:	Código UO: 26234		UGO: 153046	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2014	2013	2014	2013
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	55.744.033,95	56.854.212,33	55.402.965,43	55.957.801,56
a) Convite				
b) Tomada de Preços	69.086,99	330.463,95	69.086,99	140.450,54
c) Concorrência	217.944,53	1.404.155,51	217.944,53	1.404.155,51
d) Pregão	55.457.002,43	55.119.592,87	55.115.933,91	54.413.195,51
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
2. Contratações Diretas (h+i)	38.857.482,72	28.275.477,79	38.856.983,98	27.232.577,01
h) Dispensa	31.588.435,04	22.969.851,91	31.588.435,04	22.091.593,12
i) Inexigibilidade	7.269.047,68	5.305.625,88	7.268.548,94	5.140.983,89
3. Regime de Execução Especial	0,00	0,00	0,00	0,00
j) Suprimento de Fundos				
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	562.725.552,14	491.518.973,41	562.725.552,14	491.516.791,09
k) Pagamento em Folha	560.956.903,23	489.908.959,26	560.956.903,23	489.908.959,26
l) Diárias	1.768.648,91	1.610.014,15	1.768.648,91	1.607.831,83
5. Outros	40.575.478,90	36.752.499,74	40.570.564,97	36.752.494,74
6. Total (1+2+3+4+5)	697.902.547,71	613.401.163,27	697.556.066,52	611.459.664,40

Unidade Orçamentária:	Código UO: 26234		UGO: 153047	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2014	2013	2014	2013
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	0,00	0,00	0,00	0,00
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência				
d) Pregão				
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
2. Contratações Diretas (h+i)	0,00	0,00	0,00	0,00
h) Dispensa				
i) Inexigibilidade				

3. Regime de Execução Especial	0,00	0,00	0,00	0,00
j) Suprimento de Fundos				
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	0,00	0,00	0,00	0,00
k) Pagamento em Folha				
l) Diárias				
5. Outros	87.225,43	96.286,66	87.225,43	96.286,66
6. Total (1+2+3+4+5)	87.225,43	96.286,66	87.225,43	96.286,66

Unidade Orçamentária:	Código UO: 26234		UGO: 153048	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2014	2013	2014	2013
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	5.811.682,13	5.913.799,20	5.800.037,13	5.462.851,88
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência				
d) Pregão	5.811.682,13	5.913.799,20	5.800.037,13	5.462.851,88
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
2. Contratações Diretas (h+i)	35.186,95	18.763,84	35.186,95	17.869,84
h) Dispensa	17.720,00	18.763,84	17.720,00	17.869,84
i) Inexigibilidade	17.466,95		17.466,95	
3. Regime de Execução Especial	0,00	0,00	0,00	0,00
j) Suprimento de Fundos				
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	0,00	0,00	0,00	0,00
k) Pagamento em Folha				
l) Diárias				
5. Outros				
6. Total (1+2+3+4+5)	5.846.869,08	5.932.563,04	5.835.224,08	5.480.721,72

Unidade Orçamentária:	Código UO: 26234		UGO: 153049	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2014	2013	2014	2013
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	848.612,00	523.303,04	825.723,08	523.303,04
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência		176.698,49		176.698,49
d) Pregão	848.612,00	346.604,55	825.723,08	346.604,55
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
2. Contratações Diretas (h+i)	26.752,76	2.358,80	26.752,76	2.358,80

h) Dispensa	26.752,76	2.358,80	26.752,76	2.358,80
i) Inexigibilidade	0,00		0,00	
3. Regime de Execução Especial	0,00	0,00	0,00	0,00
j) Suprimento de Fundos				
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	0,00	0,00	0,00	0,00
k) Pagamento em Folha				
l) Diárias				
5. Outros	55.881,83	3.437,33	55.881,83	3.437,33
6. Total (1+2+3+4+5)	931.246,59	529.099,17	908.357,67	529.099,17

Unidade Orçamentária:	Código UO: 26234		UGO: 153050	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2014	2013	2014	2013
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	2.176.719,44	1.243.875,74	2.047.830,24	1.004.858,89
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência				
d) Pregão	2.176.719,44	1.243.875,74	2.047.830,24	1.004.858,89
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
2. Contratações Diretas (h+i)	238.543,49	238.331,40	238.543,49	229.797,85
h) Dispensa	114.002,29	123.364,93	114.002,29	123.364,93
i) Inexigibilidade	124.541,20	114.966,47	124.541,20	106.432,92
3. Regime de Execução Especial	0,00	0,00	0,00	0,00
j) Suprimento de Fundos				
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	0,00	0,00	0,00	0,00
k) Pagamento em Folha				
l) Diárias				
5. Outros	163.510,81	559,40	163.510,81	559,40
6. Total (1+2+3+4+5)	2.578.773,74	1.482.766,54	2.449.884,54	1.235.216,14

O Quadro denominado Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários refere-se aos valores executados diretamente pela UFES, ou seja, destacam-se os valores das despesas líquidas executadas pelas Unidades Descentralizadas. Os valores informados neste quadro abrangem apenas os recursos diretamente executados pela Unidade Jurisdicionada que compõem o Relatório de Gestão. Nesta análise sobre Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Originários observa-se que houve um crescimento de aproximadamente 14%.

6.1.3.3 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total

QUADRO 41 – DESPESA POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS –TOTAL (A.6.1.3.3)

Unidade Orçamentária:				Código UO: 26234		UGO: 153046		
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1. Pessoal	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
11-Venc.Vant.Fixas	303.908.940,58	231.736.391,43	303.908.940,58	231.736.391,43		500,00	303.908.940,58	267.478.779,78
01-Aposent. Rpps Reser.Remuner	151.877.628,11	128.923.000,37	151.877.628,11	128.923.000,37			151.877.628,11	128.923.000,37
13-Obrigações Patronais	68.955.659,85	61.265.215,53	68.829.315,08	60.906.681,34	126.344,77	358.534,19	68.829.315,08	60.906.681,34
Demais elementos do grupo	40.395.883,80	37.196.016,24	40.072.471,71	37.196.016,24	323.412,09		40.072.471,71	37.196.016,24
2. Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3. Outras Despesas Correntes								
39-Out.Serv.Terc.P.Juríca	57.438.385,13	56.874.983,90	52.764.292,05	46.509.191,20	4.674.093,08	10.365.792,70	52.741.072,38	45.124.749,34
37-Locação Mão Obra	27.245.016,83	27.796.146,19	27.034.956,80	2.495.530,46	210.060,03	2.840.845,73	26.955.558,70	24.813.319,40
18-Aux. Financ. Estudantes	16.545.529,37	13.802.046,79	16.523.229,37	13.767.391,31	22.300,00	34.655,48	16.519.036,04	13.767.391,31
Demais elementos do grupo	43.306.840,16	39.174.849,381	39.319.129,79	37.601.851,00	4.144.488,55	2.742.162,22	39.263.636,03	37.067.589,95
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2.014,00	2013
52-Equip. Mat. Permanente	16.396.670,16	16.145.560,28	10.483.491,05	7.290.567,31	5.913.179,11	8.854.992,97	10.135.891,60	7.128.829,09
51 - Obras e Instalações	1.986.793,90	9.494.441,01	287.031,52	2.117.876,99	1.699.762,38	7.376.564,02	287.031,52	1.879.413,58

39-Out.Serv.Terc.Pes.Jurídica	297.142,12	681.771,02	155.774,26	396.590,46	141.263,86	285.180,56	155.774,26	396.590,46
Demais elementos do grupo	18.750,00	60.806,41	8.052,24	60.806,41	10.801,76		8.052,24	60.806,41
5. Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

O Quadro denominado Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ, dispõe sobre a totalidade dos recursos consignados à UO, contemplando quatro colunas com os seguintes campos: Despesa Empenhada, Despesa Liquidada, RP não processados e Valores Pagos. Em relação às despesas de pessoal, constata-se um crescimento de aproximadamente 23,09 % de 2013 para 2014. Esse aumento pode se justificar pelo reajuste proporcionado em março de 2014 dos servidores docentes e técnico-administrativos. Em relação às despesas correntes, observa-se um incremento médio aproximado de 5% de 2013 para 2014. Destaca-se, no conjunto, o aumento das despesas com vigilância, limpeza e energia. Apesar do maior orçamento na dotação orçamentária, nas despesas empenhadas em Investimento registra-se uma queda aproximada de 29,12% de 2013 para 2014.

6.1.3.4 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores Executados Diretamente pela UJ

QUADRO 42 – DESPESAS EXECUTADAS DIRETAMENTE PELA UJ - CRÉDITOS ORIGINÁRIOS (A.6.1.3.4)

Unidade Orçamentária:					Código UO: 26234		UGO: 153046	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
1. Pessoal								
11-Vencimento e Vantagens	303.908.940,58	267.479.279,78	303.908.940,58	267.479.279,78			303.908.940,58	267.479.279,78
01-Aposent.Rpps.Reser.Remun	151.877.628,11	128.923.000,37	151.877.628,11	128.923.000,37			151.877.628,11	128.923.000,37
13-Obrigações Patronais	68.955.659,85	61.265.215,53	68.829.315,08	60.906.681,34	126.344,77		68.829.315,08	60.906.681,34
Demais elementos do grupo	36.346.319,46	32.600.497,77	36.341.019,46	32.600.497,77	5.300,00		36.341.019,46	32.600.497,77
2. Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3. Outras Despesas Correntes								
39-Out.Serv.Terc.P.Jurídica	57.438.385,13	56.874.983,90	52.764.295,05	46.509.191,20	4.674.093,08	12.648.248,52	52.741.072,38	45.124.749,34
37-Locação Mão Obra	27.245.016,83	27.796.146,19	27.034.956,80	24.955.300,46	210.060,03	1.951.932,48	26.955.558,70	24.813.319,40
18-Auxílio Financ.Estudantes	16.545.529,37	13.802.046,79	16.523.229,37	13.767.391,31	22.300,00	2.160,00	16.519.036,04	13.767.391,31
Demais elementos do grupo	43.107.451,72	39.174.849,38	39.132.929,03	33.435.190,28	3.974.519,69	3.404.355,36	39.077.438,27	35.900.929,24
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
4. Investimentos								
52-Equip. Mat. Permanente	16.396.670,16	16.145.560,28	10.483.491,05	7.290.567,31	5.913.179,11	8.492.234,17	10.135.891,60	7.128.829,09

51-Obras e Instalações	1.986.793,90	9.494.441,01	287.031,52	2.117.876,99	1.699.762,38	8.495.124,25	287.031,52	2.879.413,58
39-Out.Serv.Terc.P.Jurídica	297.142,12	681.771,02	155.774,26	396.590,46	141.367,86	823.133,79	155.774,26	396.590,46
Demais elementos do grupo	18.750,00	60.806,41	8.052,24	60.806,41	10.697,76		8.052,24	60.806,41
5. Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Repete-se aqui, a análise do quadro anterior. Assim, o Quadro denominado Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ, dispõe sobre a totalidade dos recursos consignados à UO, contemplando quatro colunas com os seguintes campos: Despesa Empenhada, Despesa Liquidada, RP não processados e Valores Pagos. Em relação às despesas de pessoal, constata-se um crescimento de aproximadamente 23,09 % de 2013 para 2014. Este aumento pode se justificar pelo reajuste proporcionado em março de 2014 dos servidores docentes e técnico-administrativos. Em relação às despesas correntes, observa-se um incremento médio aproximado de 5% de 2013 para 2014. Destaca-se, no conjunto, o aumento das despesas com vigilância, limpeza e energia. Apesar do maior orçamento na dotação orçamentária, nas despesas empenhadas em Investimento registra-se uma queda aproximada de 29,12% de 2013 para 2014.

6.1.3.5 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

QUADRO 43 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO (A.6.1.3.5)

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2014	2013	2014	2013
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	54.624.094,67	46.174.573,02	48.513.230,69	39.176.976,77
a) Convite	32.894,80	342.100,70	32.894,80	315.978,09
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência	220.491,71		0,00	
d) Pregão	54.370.708,16	45.832.472,32	48.480.335,89	38.860.998,68
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
2. Contratações Diretas (h+i)	17.094.093,52	5.374.646,16	16.917.105,14	4.835.224,66
h) Dispensa	15.451.999,03	4.128.389,66	15.280.710,65	3.604.768,16
i) Inexigibilidade	1.642.094,49	1.246.256,50	1.636.394,49	1.230.456,50
3. Regime de Execução Especial	7.596,67	6.058,81	7.596,67	6.058,81
j) Suprimento de Fundos	7.596,67	6.058,81	7.596,67	6.058,81
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	766.113,71	649.068,15	766.113,71	644.534,70
k) Pagamento em Folha				
l) Diárias	766.113,71	649.068,15	766.113,71	644.534,70
5. Outros	7.989.925,06	7.346.870,16	7.989.925,06	7.314.100,93
6. Total (1+2+3+4+5)	80.481.823,63	59.551.216,30	74.193.971,27	51.976.895,87

6.1.3.6 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

QUADRO 44 - DESPESA POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO (A.6.1.3.6)

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa			Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
1. Pessoal								
Nome 1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2. Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3. Outras Despesas Correntes								
37/30-Locação Mão Pbra/Material de Consumo	28.820.295,30	29.999.026,59	27.178.325,85	19.494.666,93		10.554.801,44	26.038.058,30	16.586.042,41
30/37-Material Consumo/Locação de Mão de Obra	25.044.011,17	27.566.286,45	20.752.271,95	21.230.860,34		6.335.426,11	16.968.538,48	17.639.714,81
39-Out. Serv.Terc.P.Jurídica	24.023.374,96	15.378.753,58	20.782.119,89	9.381.723,87		8.100.392,21	20.583.267,85	8.717.583,59

Demais elementos do grupo	10.550.654,88	9.222.068,65	10.216.101,25	9.113.609,14	124.459,51	10.214.845,15	8.871.101,31	
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
4. Investimentos								
52-Equip. Mat. Permanente	7.438.945,02	6.521.893,83	1.332.512,98	330.356,02		6.311.264,00	389.261,49	162.453,75
51-Obras e Instalações	537.686,68		220.491,71					
3º elemento de despesa	0,00		0,00				0,00	
Demais elementos do grupo								
5. Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

6.1.3.7 Análise Crítica da Realização da Despesa

A Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UFES, por Movimentação, compreendem os Quadros Despesa por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação e Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação, com a mesma estrutura de informações daqueles referentes a Créditos Originários. A diferença entre os dois conjuntos é que o primeiro se refere à execução dos créditos iniciais recebidos da LOA ou dos créditos adicionais obtidos ao longo do exercício, enquanto o segundo se refere à execução dos créditos recebidos por movimentação.

Destaca-se um aumento considerável nas despesas relacionadas a outros serviços de pessoa jurídica, passando, de 2013 para 2014 respectivamente de R\$ 15.378.753 para 24.023.374, ou seja, um aumento de 56%. Ademais, evidencia-se um gasto maior com locação de mão de obra, seguido de material de consumo, sendo que essas despesas não apresentaram variação significativa de 2013 para 2014.

6.2 Despesas com Ações de Publicidade e Propaganda

QUADRO 45 – DESPESA COM PUBLICIDADE (A.6.2)

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional			
Legal	2032/20RK	855.000,00	853.050,02
Mercadológica			
Utilidade pública			

6.3 Reconhecimento de Passivos Por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Não ocorreu.

6.3.1 Análise Crítica

Não há.

6.4 Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

QUADRO 46 - RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIO ANTERIORES (A.6.4)

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	64.283.068,02	50.596.629,37	5.710.552,60	7.975.886,05
2012	10.591.741,30	6.643.555,82	859.523,94	3.088.661,54
2011	1.343.195,83	404.607,33	918.560,05	20.028,45
2010	47.364,84		47.364,84	-
2007	1.610.588,32			1.610.588,32
...				-
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	10.389.594,22	10.274.040,48	115.553,74	-
2012	525.074,07	523.054,07		2.020,00
2011	143.143,32	2.599,99		140.543,33
2010	176,83		176,83	
2009	638,00			638,00

6.4.1 Análise Crítica

Conforme o art. 36 da Lei nº 4.320, de 17/03/1964, consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas. Restos a Pagar Processados, são as despesas legalmente empenhadas cujo objeto do empenho já foi recebido, ou seja, aquelas cujo segundo estágio da despesa (liquidação) já ocorreu, caracterizando-se como compromissos do Poder Público de efetuar os pagamentos aos fornecedores. Já os Restos a Pagar Não Processados são as despesas legalmente empenhadas, que não foram liquidadas e nem pagas até 31 de dezembro do mesmo exercício, ou seja, aquelas em que não ocorreu o recebimento de bens e serviços no exercício de emissão do empenho, tendo as empresas assumido o compromisso de entrega dos bens e serviços contratualizados. Analisando os Restos a Pagar processados fica evidenciado que o saldo a pagar em 31/12/2014 não apresentou um saldo significativo, portanto, não impactou a gestão financeira da unidade no exercício de referência. As principais razões de reinscrição dos saldos em restos a pagar não processadas foram às contratações de obras, que demandam mais tempo na execução, bem como a aquisição de equipamentos importados. A Universidade Federal do Espírito Santo tem procurado se empenhar e melhorar o controle interno e o monitoramento da despesa, inclusive, respeitando o que preconiza a Lei nº 4320/64, quando de sua inscrição, notadamente quanto à necessidade de existência de obrigação de pagamento pendente ou não de impedimento de condição, para caracterização da existência do empenho. Quanto à permanência de alguns empenhos RP não processadas fora do prazo legal, informa-se que os mesmos referem-se aos processos que se encontram em trâmite de finalização, aguardando desfecho que sinalizem a necessidade do cancelamento ou não dos referidos empenhos e/ou saldos.

6.5 Transferência de Recursos

6.5.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

QUADRO 47 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA VIGENTES NO EXERCÍCIO

Não ocorreram transferências na modalidade no exercício.

6.5.2 Quantidade de Instrumentos de Transferência Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

QUADRO 48 - RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS ÚLTIMOS TRÊS EXERCÍCIOS (A.6.5.2)

Não ocorreram.

6.5.3 Informações Sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios e Contratos de Repasse

QUADRO 49 - RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E CONTRATO DE REPASSE(A.6.5.3)

Unidade Concedente				
Nome:		UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO		
CNPJ:		32.479.123/0001-43	153046/15225	
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados	Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
		Convênios	Contratos de Repasse	
2014	Contas Prestadas	Quantidade		
		Montante Repassado		
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade		
		Montante Repassado		
2013	Contas Prestadas	Quantidade		
		Montante Repassado		
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	1	
		Montante Repassado	1.166.194,75	
2012	Contas Prestadas	Quantidade		
		Montante Repassado		
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	2	
		Montante Repassado	1.247.904,96	
Anteriores a 2012	Contas NÃO Prestadas	Quantidade		
		Montante Repassado		

6.5.4 Informações Sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

QUADRO 50 - VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE (A.6.5.4)

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO					
CNPJ: 32.479.123/0001-43			UG/GESTÃO:		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2014	Quantidade de Contas Prestadas				
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada		
			Quantidade Reprovada		
			Quantidade de TCE		
			Montante Repassado (R\$)		
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade			
		Montante Repassado (R\$)			
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada		
			Quantidade Reprovada		
			Quantidade de TCE		
			Montante Repassado (R\$)		
		Contas NÃO Analisadas	Quantidade		
Montante Repassado (R\$)					
2013	Quantidade de contas prestadas				
	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada			
		Quantidade Reprovada			
		Quantidade de TCE			
		Montante repassado			
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade			
Montante repassado (R\$)					
2012	Quantidade de Contas Prestadas				
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada			
		Quantidade Reprovada			
		Quantidade de TCE			
		Montante Repassado			

		Quantidade		
	Contas NÃO Analisadas	Montante Repassado		
Exercício Anterior a 2012		Quantidade	4	
	Contas NÃO Analisadas	Montante Repassado	1.160.900,00	

6.5.5 Análise Crítica

Em relação aos Convênios, pode-se afirmar que as prestações de contas estão quase todas em alguma fase de análise, apurando-se a única inadimplência. Além disso, não têm ocorrido oscilações significativas no volume de recursos, reconhecendo-se, contudo, a necessidade de melhorar os mecanismos de controle e acompanhamento dos recursos vinculados às transferências de quaisquer naturezas.

6.6 Suprimento de Fundos

6.6.1 Concessão de Suprimento de Fundos

QUADRO 51 - CONCESSÃO DE SUPRIMENTOS DE FUNDOS (A.6.6.1)

Não ocorreu

6.6.2 Utilização de Suprimento de Fundos

QUADRO 52 - UTILIZAÇÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (A.6.6.2)

Não ocorreu

6.6.3 Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos

QUADRO 53 - CLASSIFICAÇÃO DOS GASTOS COM SUPRIMENTO DE FUNDOS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (A.6.6.3)

Não ocorreu

6.6.4 Análise Crítica

A UFES não utilizou os mecanismos, portanto, a perspectiva crítica não se aplica.

6.7 Renúncias Sob a Gestão da UJ

Não ocorreram

6.8 Gestão de Precatórios

Não ocorreu

6.9 Informações Sobre Projetos Desenvolvidos Pelas Fundações de Apoio

As informações sobre Projetos Desenvolvidos com Fundações de Apoio encontram-se no anexo III.

7 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

7.1 Estrutura de Pessoal da Unidade

7.1.1 Demonstração e Distribuição da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

QUADRO 54 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ (A.7.1.1.1)

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	4.145	3.121	204	176
1.1. Membros de poder e agentes políticos	Não há	Não há	Não há	Não há
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	4.145	3.121	204	176
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	4.145	3.079	200	175
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	4	Não há	Não há
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	Não há	34	3	1
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não há	4	1	Não há
2. Servidores com Contratos Temporários	Não há	150	123	79
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	Não há	6	2	1
4. Total de Servidores (1+2+3)	4.145	3.273	329	256

Fonte: SIAPE.

Nota: Não foram considerados servidores lotados no HUCAM/EBSERH.

QUADRO 55 – DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA (A.7.1.1.2)

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	792	2.329
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	792	2.329
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	750	2.329
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	4	Não há
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	34	Não há
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	4	Não há
2. Servidores com Contratos Temporários	Não há	150
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	6	Não há
4. Total de Servidores (1+2+3)	798	2.479

Fonte: SIAPE.

Notas: Não foram considerados servidores lotados no HUCAM/EBSERH. Área Fim – Centros Acadêmicos. Área Meio – Administração Central, Pró-Reitorias e Órgãos Suplementares.

QUADRO 56 - DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (A.7.1.1.3)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	Não há	8	6	4
1.1. Cargos Natureza Especial	Não há	Não há	Não há	Não há
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	Não há	8	6	4
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	Não há	Não há	Não há	Não há
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há	Não há	Não há	Não há
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	Não há	2	2	1
1.2.4. Sem Vínculo	Não há	3	Não há	Não há
1.2.5. Aposentados	Não há	3	4	3
2. Funções Gratificadas	Não há	Não há	Não há	Não há
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	Não há	Não há	Não há	Não há
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há	Não há	Não há	Não há
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	Não há	Não há	Não há	Não há
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	Não há	8	6	4

Fonte: SIAPE.

Nota: Não foram considerados servidores lotados no HUCAM/EBSERH.

Deve ser enfatizado que, em 2012, foi instituída Comissão para planejamento e organização do Programa de Dimensionamento das necessidades institucionais de pessoal da Ufes. A Comissão identificou a necessidade de mapear e padronizar os processos na Instituição e desenvolver mecanismos de mensurar variáveis que possam subsidiar o dimensionamento, o que tem dificultado a conclusão dos trabalhos em virtude da complexidade que envolve a atividade, conforme exposto a seguir.

A metodologia utilizada por outras instituições que tentaram implementar o dimensionamento foi estudada e amplamente discutida pela comissão, que a adaptou à realidade da UFES, produzindo Instrumento “piloto” a ser utilizado na Universidade. Foi realizado um pré-teste desse instrumento em uma Unidade Administrativa, porém, após análise dos resultados obtidos, a comissão concluiu que o modelo não atende às necessidades institucionais, necessitando, portanto, de reavaliação.

No ano de 2014 foi realizado novo teste com matriz adaptada, a partir de metodologia utilizada pelo MEC, para cálculo do “número ideal” de servidores por Centro de Ensino da UFES, utilizando as variáveis da UFES e dos Centros. Após discussão dos resultados obtidos com a nova matriz, a comissão concluiu que aplicar o modelo já utilizado pelo MEC para cálculo do RAT e RAP para cada IFE (com base nos dados médios de todas as IFES) para dimensionar o trabalho de uma IFE é limitador, à medida que não contempla as particularidades da Instituição e, além disso, apenas ajuda a redimensionar internamente o número de servidores já ocupantes do quadro, mas não se propõe a ser um modelo que visa identificar déficit ou excesso de servidores na Instituição.

Análise Crítica

Uma das dificuldades vivenciadas na gestão de pessoas decorre da elevada rotatividade do pessoal técnico-administrativo, que migra para outros setores do setor público em busca de melhor remuneração, contribuindo para descontinuidade das atividades e perda de know-how. Para superar tais dificuldades, procura-se realizar concursos públicos com mais frequência visando à reposição imediata da vacância e promover a capacitação permanente do pessoal.

As mudanças na legislação, também constituem fatores que comprometem o desempenho individual dos servidores e são minorados com a atualização nos fluxos de processos e investimentos em sistemas que ampliam os canais de comunicação de forma sistêmica e dinâmica, além de ações que ajudam a alavancar o processo de avaliação de desempenho. Ratifica-se a necessidade e reitera-se às dificuldades inerentes ao processo de redimensionamento de pessoal e a sua importância para melhor distribuição dos servidores entre a área meio de fim da Instituição.

Em relação ao corpo docente, enfatiza-se a necessidade de melhorar o Banco de Equivalência Docente visando ao maior equilíbrio na distribuição do pessoal docente entre os diversos Departamentos e atividades da Universidade. Quanto à estrutura organizacional, a Resolução nº 08/2014, do Conselho Universitário, promoveu mudanças consideradas positivas na direção do equilíbrio e compatibilidade com as necessidades da UFES.

7.1.2 Qualificação e Capacitação da Força de Trabalho

Em relação à qualificação da força de trabalho, cabe destacar as ações de capacitação e qualificação promovidas pelo Departamento de Desenvolvimento de Pessoas (DDP/PROGEP). Essas ações são balizadas pelo Plano Anual de Capacitação (PAC), documento elaborado com fundamento nas necessidades institucionais, nas necessidades de aprimoramento da gestão pública e no pleno atendimento social da Ufes, de forma democrática e participativa, em consonância com os anseios da comunidade universitária, seus gestores, servidores, Comissão Interna de Supervisão (CIS) e Sintufes.

As ações previstas no PAC estão classificadas segundo as linhas de desenvolvimento propostas no Decreto nº 5825/06: Iniciação ao serviço público; Formação geral; Educação Formal; Gestão; Inter-relação entre ambientes e Formação Específica.

Dessa forma, em 2014 efetivaram-se 85 cursos, que correspondeu 1565 certificações. Foram contempladas temáticas diversificadas, tais como: atendimento ao público, atualização em informática, banco de dados, gestão por competências, elaboração de projetos, inglês instrumental, português instrumental, raciocínio lógico, e outros. Do total de 85 cursos, 7 (sete) foram ministrados em São Mateus e 1(um) em Alegre. Os demais ocorreram em Vitória.

Em 2014, uma das metas previstas no Plano era capacitar 100% dos servidores ingressantes na linha de iniciação ao serviço público. Para tanto, organizou-se “Seminários de Integração”, três edições, com a participação de 86% das convocações, visando acolhimento e contextualização ao servidor ingressante, abordando-se também assuntos tais como: ética na gestão pública; leis das carreiras dos técnico-administrativos em educação e professor do magistério superior; licenças; estágio probatório; regime de previdência, entre outros direitos e deveres dos servidores. Além do Seminário, os servidores técnico-administrativos ingressantes realizaram complementarmente os cursos “Atendimento ao Público”, “Gestão e Elaboração de Projetos”, “Sustentabilidade: Consciência e Prática”, “Ética no serviço Público” e “Sistema de Protocolo SIE”. Outro evento realizado, mas direcionado a todos os servidores, foi o “Seminário de atualização na carreira”, com a participação de 215 servidores, abordando-se, ainda, aspectos relativos à saúde ocupacional.

Outra meta do Plano previa a capacitação de 25% (vinte e cinco) dos gestores em cursos de aperfeiçoamento e desenvolvimento, capacitando-se 143, ou seja, 28%, com destaque para os cursos “Desenvolvimento Gerencial” e “Construção de Indicadores de Desempenho”, para gestores dos níveis tático e operacional.

Ênfase foi dada à melhoria da qualidade de vida dos servidores nos cursos: i) preparação para a aposentadoria (duas turmas); e, ii) alimentação saudável e qualidade de vida, todos muito bem avaliados e com boa adesão dos servidores. Destaca-se, ainda, a participação da equipe psicossocial em um curso direcionado à elaboração de projetos de promoção de qualidade de vida para os colaboradores, visando à ampliação de ofertas com esta proposta.

Também foram realizadas contratações de cursos para atender necessidades específicas dos setores, com destaque para os cursos: “Secretarias Acadêmicas Digitais”; “Elaboração de Planos de Capacitação”, “SIAPE – Cadastro”; “SIAPE – Folha”, “SIAPE – Extrator de Dados e DW”, em parceria com a ENAP e o Programa de Multiplicadores do Ministério do Planejamento; “SIAFI Gerencial” e “SIAFI Operacional”; além dos cursos “Elaboração de Manual de Boas Práticas” e “Treinamento para utilização de fornos combinados”.

A distribuição dos Técnico-administrativos pelos níveis de classificação e escolaridade demonstra uma elevada taxa de servidores com qualificação superior à exigência do cargo, destacando o nível “E” (cargos de nível superior) com 81% (oitenta e um por cento) e a classe “D” (cargos de nível médio) com 70% (setenta por cento).

Outro dado relevante sobre a qualificação dos servidores Técnico-administrativos lotados na UFES é o percentual de Especialistas e Mestres: 48% (quarenta e oito por cento) dos servidores possuem o título de especialista ou mestre. A UFES conta com 252 (duzentos e cinquenta e dois) Mestres e 26 (vinte e seis) Doutores, pertencentes ao quadro técnico-administrativo.

7.1.3 Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

QUADRO 57 – CUSTOS DO PESSOAL (A.7.1.3)

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis					Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários				Demais Despesas Variáveis
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2014	291.519.130,56	6.507.125,28	28.897.012,68	37.066.797,73	17.517.665,78	11.959.239,80	33.048,85	237.539,83	410.157,47	394.147.717,98
	2013	255.540.491,62	5.893.897,91	25.741.279,61	29.267.982,30	16.930.200,12	11.486.116,73	147.706,56	1.066.505,84	511.671,47	346.585.852,16
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2014	0,00	139.512,22	12.185,04	1.521,42	4.476,00	0,00	0,00	0,00	0,00	157.694,68
	2013	0,00	81.577,96	7.675,39	3.491,80	4.545,00	0,00	68,37	0,00	0,00	97.358,52
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2014	0,00	352.307,59	30.766,46	11.587,95	15.666,00	5.637,76	0,00	0,00	0,00	415.965,76
	2013	0,00	201.403,79	16.732,95	3.260,42	14.686,18	3.017,60	0,00	0,00	0,00	239.100,94
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2014	1.729.493,71	43,91	190.535,70	153.976,26	84.220,00	97.157,60	0,00	2.544,67	20.673,72	2.278.645,57
	2013	1.007.767,80	0,00	154.041,80	120.860,49	36.959,70	40.393,79	446,25	1.173,95	18.950,91	1.380.594,69
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2014	5.483.530,02	0,00	452.454,00	329.730,15	572.394,01	33.194,84	109.912,77	162,74	0,00	6.981.378,53
	2013	4.284.549,34	0,00	348.403,62	535.853,68	478.844,10	35.713,67	188.902,37	2.385,87	0,00	5.874.652,65

Fonte: DW-SIAPE.

Nota: Não foram considerados servidores lotados no HUCAM/EBSERH. Valores em R\$.

7.1.4 Irregularidades na Área de Pessoal

7.1.4.1 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Acerca deste item, como forma de controle de dados sobre acumulação de cargos, empregos e funções públicas, disciplinado no Artigo 37, incisos XVI e XVII da Constituição Federal, a Unidade de Gestão de Gestão de Pessoas, em consonância ao disposto na Portaria Normativa nº 02, da Secretaria de Gestão Pública - SEGEP/MP, publicada no Diário Oficial da União de 13 de março CE 2012, adota as seguintes providências para fins de identificação de acumulações vedadas pela legislação vigente:

a) **SERVIDOR ATIVO:** No ato da NOMEAÇÃO apresentar Declaração de Acumulação de Cargos. Caso detenha outro cargo acumulável, deverá, na posse, prestar as seguintes informações:

- I - a denominação do cargo/emprego/função que exerce;
- II - a jornada do cargo/emprego/função que exerce;
- III - a unidade da federação em que exerce o cargo/emprego/função;
- IV - o nível de escolaridade do cargo/emprego/função;
- V - a data de ingresso; e
- VI - a área de atuação do cargo (médico, saúde, magistério).

b) **SERVIDOR APOSENTADO:** No ato da APOSENTADORIA apresentar Declaração de Acumulação de Cargos. Caso detenha outro cargo público de provimento efetivo acumulável, deverá prestar as seguintes informações:

- I - a denominação do cargo/emprego/função que exerce;
- II - a jornada do cargo/emprego/função que exerce;
- III - a unidade da federação em que exerce o cargo/emprego/função;
- IV - o nível de escolaridade do cargo/emprego/função;
- V - a data de ingresso; e
- VI - a área de atuação do cargo (médico, saúde, magistério).

BENEFICIÁRIO DE PENSÃO CIVIL: No REQUERIMENTO do benefício apresentar Declaração de Acumulação de Pensão.

Conforme orientações constantes do Artigo 4º da Portaria Normativa nº 02/2012-SEGEP/MP, sendo o vínculo do servidor ativo, aposentado e beneficiário de pensão civil não pertencente ao Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE), além das informações mencionadas, o servidor deverá assinar Termo de Responsabilidade, na forma do Anexo à Portaria Normativa nº 02/2011-SEGEP/MP, comprometendo-se a fornecer comprovantes de rendimentos (contracheques) recebidos de outros entes da Federação, semestralmente (nos meses de Abril e Outubro), sempre que houver alteração no valor da remuneração e em todas as ocasiões em que for solicitado.

No ano de 2014 foram apurados 252 indícios de servidores em acumulação ilegal de cargos públicos. Desses, 202 indícios foram concluídos como infundados ou foram regularizados após a notificação dos servidores para prestar esclarecimentos. Após a notificação de todos os servidores, 40 casos foram encaminhados para abertura de processo administrativo disciplinar. Até o fim do exercício, 22 processos já foram concluídos, e 18 ainda se encontram em apuração.

Dos processos já apurados, 18 possuem decisão no sentido de arquivamento, sem aplicação de penalidade, seja por ter se concluído pela compatibilidade dos cargos, ou em decorrência de regularização ao longo da apuração. Sobram, assim, 4 processos em que foi proferida decisão para aplicação da penalidade de demissão, por ter se constatado a impossibilidade de acumulação de

cargos. Todavia, em todos esses processos foram conferidos aos servidores a possibilidade de optar por um dos cargos públicos, antes da aplicação da penalidade de fato, sendo que todos regularizaram sua situação, sem a necessidade de aplicação de demissão.

7.1.4.2 Terceirização Irregular de Cargos

A UFES não implementa terceirização irregular de cargos.

7.1.5 Riscos Identificados na Gestão de Pessoas

TABELA 2 - RISCOS IDENTIFICADOS NA GESTÃO DE PESSOAS

Evento/risco	Impacto	Resposta ao risco
Rotatividade de servidores que migram para outros setores, do serviço público, em busca de melhor remuneração.	Perda de <i>know-how</i> , gerando dificuldade na instrução dos processos, erros administrativos, demora nas análises dos processos e comprometimento de prazos com prejuízos no alcance das metas institucionais; Demora na reposição de vacâncias dos servidores.	Realização de concursos públicos com mais frequência visando a reposição imediata das vacâncias, a fim de reduzir os danos causados pela rotatividade; Capacitação permanente objetivando capacitar os novos servidores; Realização de concurso público com mais frequência.
Constantes mudanças na Legislação e normatizações que regem o serviço público federal.	Comprometimento da produtividade individual, gerando demora na conclusão dos processos, aumentando o índice de erros.	Atualização constante, reajuste nos fluxos dos processos e investimentos em sistemas visando ampliar os canais de comunicação de forma constante e dinâmica.
Instabilidade Frequente dos sistemas SIAPE, SIAPE NET e SIASS.	Limita a execução das atividades gerando demora na conclusão dos registros	Planejamento para viabilizar as atividades que dependem dos sistemas nos períodos de menores riscos de instabilidade dos mesmos; Fazer gestão junto ao Ministério do Planejamento para que o suporte prestado aos usuários dos respectivos sistemas sejam mais eficientes.
Cancelamento de cursos de capacitação por número insuficiente de inscrições.	Não cumprimento de metas estabelecidas no Plano Anual de Capacitação.	Pactuação das demandas de capacitação junto às chefias; Ampliação da divulgação dos cursos; Oferta de cursos direcionados às demandas específicas das Unidades.
Alto índice de chefias que não realizam avaliação de desempenho dos servidores no prazo estabelecido.	Alto índice de recursos; Risco de inviabilizar a progressão do servidor.	Notificação quanto ao descumprimento do prazo; Abertura de novo prazo para avaliação.
Inexistência de mapeamento de processos na Universidade.	Dificuldade de mapeamento de competências; Dificuldade de obter parâmetros fidedignos para a realização do dimensionamento da força de trabalho da UFES.	Elaboração de relatório de atividades pela Comissão de Dimensionamento, com sugestão à Administração Central que realize o mapeamento de processos.

7.1.6 Indicadores Gerenciais de Recursos Humanos

A Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas continua avaliando indicadores gerenciais de recursos humanos e sua aplicação no âmbito da UFES. Como referencial, foram utilizados temas de interesse apontados pelo TCU para constar nos Relatórios de Gestão das UJ em anos anteriores, além da existência de histórico que facilita essa construção. Diferentemente do que foi apresentado nos relatórios dos exercícios anteriores, neste não foram considerados os servidores lotados no Hospital Universitário para os cálculos dos indicadores.

a) Absenteísmo

Tem como objetivo conhecer e acompanhar a evolução dos níveis de ausências dos servidores efetivos. O indicador definido para avaliar este tema foi o Índice de Absenteísmo, calculado segundo a fórmula:

$$\text{Índice de Absenteísmo} = \left(\frac{\text{Número de dias de ausências}}{\text{Número de servidores efetivos} \times \text{Número de dias}} \right) \times 100$$

O índice de absenteísmo tradicionalmente considera o número de dias de ausências referentes à faltas. No entanto, foi considerado importante avaliar o mesmo índice em função de ausências motivadas por tratamento de saúde do servidor. Para tanto, foi realizada uma adaptação da fórmula original no intuito de obter valores mais apropriados, segundo a condição avaliada, ou seja, a fórmula adaptada considera número total de dias do ano, tendo em vista que as licenças para tratamento de saúde se estendem por períodos que incluem sábados, domingos e feriados.

TABELA 2 - ABSENTEÍSMO POR FALTAS – 2012 - 2014

ANO	Nº DE DIAS DE FALTAS*	Nº DE SERVIDORES**	NÚMERO DE DIAS (ÚTEIS)	ÍNDICE DE ABSENTEÍSMO (%)
2014	1924	3079	256	0,24
2013	559	3042	253	0,07
2012	406	2885	252	0,06

Fonte: SIE/UFES.

Notas: * Faltas Injustificadas e Faltas por Greve. ** Número de servidores efetivos do órgão no mês de dezembro.

O índice de absenteísmo por faltas do ano de 2014 (0,24%) apresentou considerável aumento em relação ao índice do ano anterior (0,07%). Esse aumento ocorreu em função de faltas por greve, registrados no exercício.

TABELA 3 - ABSENTEÍSMO POR LICENÇA MÉDICA – 2012 – 2014

ANO	Nº DE DIAS DE AUSÊNCIA POR LIC. MÉDICAS	Nº DE SERVIDORES*	NÚMERO DE DIAS**	ÍNDICE DE ABSENTEÍSMO (%)
2014	13584	3079	365	1,21
2013	14355	3042	365	1,29
2012	16269	2885	366	1,54

Fonte: SIE/UFES.

Notas: * Número de servidores efetivos do órgão no mês de dezembro. ** Número total de dias do ano.

O índice de absenteísmo por licenças médicas, do ano de 2014, foi 6,2% inferior ao de 2013. Esse resultado indica que a força de trabalho da Instituição foi reduzida em 1,21 %, ao longo do ano, em virtude de licenças para tratamento de saúde, o que reforça a importância de ampliar e aprimorar as ações de atenção à saúde dos servidores. Em comparação com os anos anteriores, o índice de 2014 foi o menor, em virtude da renovação da força de trabalho observada nos dois últimos anos.

b) Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais

Indicadores deste tema têm como objetivo conhecer e permitir o acompanhamento do número e da duração dos acidentes de trabalho ocorridos. Dessa forma, foram adotados dois índices complementares para avaliação:

- Índice de Incidência que sintetiza o número de acidentes que ocorrem por mil servidores em determinado período de tempo (um ano).
- Índice de Duração que representa o tempo médio em dias de afastamento do servidor por acidente de trabalho.

As fórmulas dos índices adotados são apresentadas a seguir:

TABELA 4 - ACIDENTES DE TRABALHO E DOENÇAS OCUPACIONAIS – 2012 – 2014

ANO	Nº DE ACIDENTES DE TRABALHO	Nº DE DIAS DE AFASTAMENTO	Nº MÉDIO DE SERVIDORES*	ÍNDICE DE INCIDÊNCIA	ÍNDICE DE DURAÇÃO
2014	2	3	3046	0,657	1,50
2013	6	6	2939	2,042	1,00
2012	4	183	2873	1,392	45,75

Fonte: SIE/UFES.

Notas: * Número médio de servidores efetivos do órgão ao longo do ano.

O índice de incidência do ano de 2014 foi o menor do período, apontando a ocorrência de menos de um acidente de trabalho para cada mil servidores efetivos ao longo do ano. Já o índice de duração, do referido ano, apresentou pequena elevação em relação ao ano de 2013, indicando que, em média, os afastamentos decorrentes de acidentes de trabalho tiveram duração de aproximadamente um dia e meio. Todavia, é possível observar que, em geral, o número de acidentes de trabalho é bastante reduzido, assim como o número de dias de afastamento, com exceção de uma licença de 180 dias ocorrida em 2012.

c) Rotatividade (*turnover*)

O objetivo deste tipo de indicador é revelar o grau de rotatividade dos recursos humanos da instituição, com base na relação entre número de ingressos e de desligamentos de servidores e o número de servidores efetivos. O objetivo deste tipo de indicador é revelar o grau de rotatividade dos recursos humanos da instituição, com base na relação entre número de ingressos e de desligamentos de servidores e o número de servidores efetivos. A fórmula adotada é apresentada a seguir:

$$\text{Índice de Rotatividade (\%)} = \frac{\left(\frac{\text{Número de Ingressos} + \text{Número de vacâncias}}{2} \right)}{\text{Número de servidores efetivos}} \times 100$$

TABELA 5 - ROTATIVIDADE (TURNOVER) – 2012 – 2014

ANO	Nº DE INGRESSOS	Nº DE VACÂNCIA	Nº DE SERVIDORES*	ÍNDICE DE ROTATIVIDADE (%)
2014	223	178	3079	6,51
2013	303	160	3042	7,61
2012	155	164	2885	5,53

Fonte: SIE/UFES.

Nota: * Número de servidores efetivos do órgão no mês de dezembro.

A variação do índice no período avaliado indica redução da rotatividade de pessoal, em relação ao ano anterior. No entanto, o índice se mantém próximo da média do período (6,55%). Embora tenha ocorrido redução do índice, deve-se destacar a elevação do número de vacâncias. Observa-se que este indicador tende a sofrer influência das vacâncias de servidores técnico-administrativos ocupantes de cargos remanescentes do PUCRCE e dos níveis de classificação A e B do PCCTAE, tendo em vista que os mesmos não têm tido reposições, uma vez que não estão incluídos no Decreto nº 7.232, de 19/07/2010 e, em sua maioria, são cargos extintos ou em extinção.

d) Educação Continuada

O indicador de educação continuada utilizado foi o percentual de servidores capacitados durante o exercício. A fórmula adotada segue abaixo:

$$\text{Servidores Capacitados (\%)} = \left(\frac{\text{Número de servidores capacitados}}{\text{Número médio de servidor no período}} \right) \times 100$$

TABELA 6 – EDUCAÇÃO CONTINUADA - 2012 - 2014

ANO	Nº DE SERVIDORES CAPACITADOS	Nº MÉDIO DE SERVIDORES	PERCENTUAL DE SERVIDORES CAPACITADOS
2014	1565	3864	40,50
2013	1941	3883	49,99
2012	1579	3770	41,88

Fonte: Plano de Capacitação/UFES.

Nota: As capacitações consideram inclusive os servidores lotados no Hospital Universitário - EBSERH

Os resultados apontam para uma redução do percentual de servidores capacitados no ano de 2014 em relação aos anos anteriores. Esses percentuais indicam uma boa taxa de qualificação e requalificação dos servidores, incluindo a capacitação continuada, na medida em que, anualmente, em termos quantitativos, aproximadamente metade do quadro efetivo participam de ações dessa natureza. No exercício de 2014, alguns importantes fatores afetaram negativamente a capacitação de servidores: baixa adesão dos servidores, agravada pela greve dos técnico-administrativos em educação (algumas turmas foram adiadas/canceladas por número insuficiente de inscritos); dificuldade de liberação por parte de algumas chefias para participação de cursos no horário de

trabalho; e, a necessidade de implantação de trilhas de desenvolvimento individual para todos os servidores.

e) **Disciplina**

O tema disciplina, na visão desta UJ, refere-se ao regime disciplinar dos servidores públicos civis da União, definido no Título IV da Lei nº 8.112/90. Como indicador deste tema foi escolhido o número total de penalidades disciplinares ocorridas durante o ano de exercício.

TABELA 7 - DISCIPLINA – 2012 - 2014

ANO	ADVERTÊNCIA	SUSPENSÃO DISCIPLINAR	SUSPENSÃO DISCIPLINAR CONVERTIDA EM MULTA	TOTAL
2014	4	0	5	9
2013	1	1	0	2
2012	2	3	0	6

Fonte: SIE/UFES.

O número de penalidades disciplinares registradas no ano de 2014 é o maior do período e indica a necessidade de ampliar a promoção de ações de orientação e prevenção de irregularidades juntos os servidores.

7.2 Contratação de Mão de Obra de Apoio e de Estagiários

7.2.1 Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância

QUADRO 58 – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA (A.7.2.1)

Unidade Contratante													
Nome: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO													
UG/Gestão:						CNPJ: 32.479.123/0001-43							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	(L)	(O)	106/2011	06.090.065/0001-51	01/09/2011	12/05/2014	223	223	11	11	0	0	(E)
2014	(L)	(E)	041/2014	36.020.014/0001-14	19/05/14	18/04/15	226	226	11	11	0	0	(P)
Observações: Limpeza e Higiene													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

QUADRO 59 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA (A.7.2.1)

Unidade Contratante													
Nome: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO													
UG/Gestão:						CNPJ: 32.479.123/0001-43							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2013	(V)	(O)	096/2013	25.183.468/0003-51	01/09/13	30/08/15	177	177	15	15	0	0	(P)
Observações: Vigilância Ostensiva													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

7.2.2 Locação de Mão de Obras para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

QUADRO 60 – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA (A.7.2.2)

Unidade Contratante													
Nome: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO													
UG/Gestão:						CNPJ: 32.479.123/0001-43							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2014	2; 4; 5; 9; 12	(E)	040/2014	17.027.806/0001-76	26/05/14	26/02/15	0	0	185	165	0	0	(P)
Observações: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO. EMPRESA CONSERVO SERVIÇOS GERAIS LTDA.													
LEGENDA					Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.								
Área:					Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.								
1. Segurança;					Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.								
2. Transportes;					Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.								
3. Informática;													
4. Copeiragem;													
5. Recepção;													
6. Reprografia;													
7. Telecomunicações;													
9. Manutenção de bens imóveis													
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes													
12. Outras													

QUADRO 61 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA (A.7.2.2)

Unidade Contratante													
Nome: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO													
UG/Gestão:						CNPJ: 32.479.123/0001-43							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2013	2; 4; 5; 9; 12	(O)	028/2013	06.090.065/0001-51	31/01/13	12/05/14	22	22	146	146	0	0	(E)
Observações: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO. EMPRESA PH SERVIÇOS E ADMINISTRAÇÃO LTDA.													
LEGENDA Área: 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 9. Manutenção de bens imóveis 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes 12. Outras						Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.							

FONTE: Gerência de Segurança Logística

QUADRO 62 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA (A.7.2.2)

Unidade Contratante													
Nome: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO													
UG/Gestão:						CNPJ: 32.479.123/0001-43							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	12	(O)	044/2009	05.276.664/0001-00	27/05/2009	23/11/2014	56	56	0	0	0	0	(E)
Observações: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PORTARIA. EMPRESA APOIO SERVIÇOS GERAIS LTDA.													
LEGENDA Área: 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 9. Manutenção de bens imóveis 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes 12. Outras						Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.							

FONTE: Gerência de Segurança Logística

7.2.3 *Análise Crítica*

Esses contratos são de grande importância para a comunidade universitária, pois se tratam de atividades meio que auxiliam as atividades fim da instituição, que são o ensino, a pesquisa e a extensão. Atividades fundamentais para o bom funcionamento da UFES como vigilância, limpeza, portaria, recepção, copeiragem, contínuo, eletricista, almoxarife, motorista, operador de trator, auxiliar de saúde bucal, piscineiro, lavador de veículos oficiais, marceneiro, mecânico, trabalhador braçal rural, entre outros.

No ano de 2014, é importante esclarecer que a empresa PH Serviços e Administração Ltda abandonou os contratos de limpeza interna das edificações e o de apoio administrativo por motivo de falência, o que determinou a necessidade de serem celebrados contratos emergenciais para que não houvesse descontinuidade dos serviços essenciais ao bom funcionamento desta Universidade.

7.2.4 *Contratação de Estagiários*

A UFES não dispõe de estagiários em seus quadros.

7.3 *Demonstração das Medidas Adotadas Para Revisão dos Contratos e Desoneração da Folha de Pagamentos Propiciada pela Lei. 12.546/2011 e Decreto 7.828/2012 – DN – 139/2014*

Em relação à demanda em pauta, a UFES vem se mobilizando para viabilizá-la. Entende-se que esse trabalho será potencializado pela reestruturação organizacional da Instituição, que proporcionará maior segregação de funções e melhor definição no nível de atribuições.

8 GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

8.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada

a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos:

Instrução Normativa Nº 03/2008 da SLTI/MPOG.

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ:

A UFES, por meio de seus diversos setores, desenvolve atividades internas e atividades acadêmicas fora dos campi, tais como: viagens para congressos; transportes de materiais; obras de artes; e, pessoas. Essas atividades requerem o emprego de veículos e não podem ser interrompidas, evidenciando a relevância e importância da frota para a Instituição.

c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral;

A Frota da UFES é composta por 99 (noventa e nove) veículos, agrupados conforme segue:

“veículos de serviços comuns” utilizados no transporte de pessoal (micro-ônibus, vans e veículos de passeio), transporte coletivo (ônibus), transporte de pessoal de cargas leves (caminhonetas e Kombis) e transporte de cargas pesadas (caminhões, tratores), conforme planilha a seguir:

TABELA 8 - FROTA DE VEÍCULOS DA UFES

FROTA DE VEÍCULOS E MOTORES ESTACIONÁRIOS DA UFES ATIVOS				
Nº	PLACA	FABRICAÇÃO	MODELO	LOTAÇÃO
1	MQL-9733	NISSAN	FRONTIER CAB. DUPLA	CCA
2	MSK-2042	FORD	VAN TRANSIT	CCA
3	MQO-7758	FIAT	VAN DUCATO	CCA
4	CCA-2010	AGRALE	TRATOR	CCA
5	VAL-7780	VALMET	TRATOR	CCA
6	VAL-6075	VALMET	TRATOR	CCA
7	TRA-2008	VALMET	TRATOR	CCA
8	MQO-7742	FIAT	PALIO	CCA
9	MTV-3745	FORD	RANGER CAB. DUPLA	CCA
10	MQS-5689	FORD	RANGER CAB. DUPLA	CCA
11	MQS-5699	VOLKSWAGEN	ÔNIBUS	CCA
12	MTB-3354	VOLKSWAGEN	PARATI	CCA
13	MTB-3356	VOLKSWAGEN	PARATI	CCA
14	MSK-2056	MARCOPOLO/VOLARE W9	MICRO-ÔNIBUS	CCA
15	MTX-5998	VOLKSWAGEN	KOMBI	CCA
16	MTX-5997	VOLKSWAGEN	PARATI	CCA
17	MTZ-8616	FORD	RANGER CAB. DUPLA	CCA
18	MTL-3975	VOLKSWAGEN	POLO	CCA
19	MRQ-3440	MERCEDES BENZ	CAMINHÃO MB BAU	CCA
20	ODR-3940	MARCOPOLO/VOLARE W9	MICRO-ÔNIBUS	CCA

21	OPR-2644	RENAULT	FLUENCE	CCA
22	OVF-6352	MERCEDES BENZ	VAN SPRINTER	CCA
23	OQM-1577	RENAULT	VAN MASTER	CCA
24	MSC-9140	MARCOPOLO/VOLARE W9	MICRO-ÔNIBUS	CCA
25	OVF-8845	FORD	RANGER CAB. DUPLA	CCHN
26	OVF-8847	FORD	RANGER CAB. DUPLA	CCHN
27	MQT-7154	NISSAN	FRONTIER CAB. DUPLA	CCHN
28	MSQ-2579	VOLKSWAGEN	KOMBI	CCS
29	MTX-6016	VOLKSWAGEN	PICK UP SAVEIRO	CCS
30	OVF-6357	MERCEDES BENZ	VAN SPRINTER	CCS
31	TRA-2001	YANMAR	TRATOR	CEUNES
32	OVF-6359	MERCEDES BENZ	VAN SPRINTER	CEUNES
33	MQS-1694	VOLKSWAGEN	PARATI	CEUNES
34	MQS-1696	VOLKSWAGEN	KOMBI	CEUNES
35	MSK-2052	FORD	VAN TRANSIT	CEUNES
36	MSO-8404	TOYOTA	HILUX CAB. DUPLA	CEUNES
37	MSO-8405	FIAT	VAN DUCATO	CEUNES
38	MSO-8406	FIAT	DOBLO	CEUNES
39	MTS-7666	AGRALE	MICRO ÔNIBUS	CEUNES
40	MRE-5530	FIAT	LINEA	CEUNES
41	ODR-3935	MARCOPOLO/VOLARE W9	MICRO-ÔNIBUS	CEUNES
FROTA DE VEÍCULOS E MOTORES ESTACIONÁRIOS DA UFES ATIVOS NA TICKET CAR				
Nº	PLACA	FABRICAÇÃO	MODELO	LOTAÇÃO
42	OPR-2693	RENAULT	FLUENCE	CEUNES
43	OQM-1599	RENAULT	VAN MASTER	CEUNES
44	MRT-2399	FORD	RANGER CAB. DUPLA	CT
45	MPV-0323	VOLKSWAGEN	PICK UP SAVEIRO	DA
46	OVF-6351	MERCEDES BENZ	VAN SPRINTER	DA
47	ODR-3926	MAHINDRA	PICK UP SCORPIO	PU/DOM
48	OVF-6358	MERCEDES BENZ	CAMINHÃO SPRINTER	PU/DOM
49	OPH-5035	IVECO CAMINHOS	CAMINHÃO DAILY BAU	PU/ST
50	MQS-5880	FIAT	VAN DUCATO	PU/ST
51	MPV-0372	VOLKSWAGEN	GOL	PU/ST
52	MPV-0373	VOLKSWAGEN	GOL	PU/ST
53	MRC-1364	VOLKSWAGEN	PARATI	PU/ST
54	MRC-1365	VOLKSWAGEN	PARATI	PU/ST
55	MSD-2963	VOLKSWAGEN	PARATI	PU/ST
56	MSD-2957	VOLKSWAGEN	PARATI	PU/ST
57	MSD-2956	VOLKSWAGEN	PARATI	PU/ST
58	MPI-6756	FORD	CAMINHÃO F.4000	PU/ST
59	MSN-9339	MARCOPOLO/VOLARE W9	MICRO-ÔNIBUS	PU/ST
60	MSE-9637	MERCEDES BENZ	ÔNIBUS	PU/ST
61	MSK-5182	PEUGEOT	VAN BOXER	PU/ST
62	MQS-1693	MERCEDES BENZ	CAMINHÃO 915C BAU	PU/ST
63	MTN-9619	FORD	RANGER CAB. DUPLA	PU/ST

64	MSW-6832	AGRALE	FURGÃO	PU/ST
65	MTV-3767	FORD	RANGER CAB. DUPLA	PU/ST
66	OCW-7933	FORD	RANGER CAB. DUPLA	PU/ST
67	MTX-6011	VOLKSWAGEN	PARATI	PU/ST
68	MTX-6004	VOLKSWAGEN	PARATI	PU/ST
69	MTX-6005	VOLKSWAGEN	PARATI	PU/ST
70	MTX-6002	VOLKSWAGEN	PARATI	PU/ST
71	ODR-3925	MAHINDRA	PICK UP SCORPIO	PU/ST
72	ODR-3927	MAHINDRA	PICK UP SCORPIO	PU/ST
73	ODR-3933	MARCOPOLO/VOLARE W9	MICRO-ÔNIBUS	PU/ST
74	ODR-3931	MARCOPOLO/VOLARE W9	MICRO-ÔNIBUS	PU/ST
75	ODR-3932	MARCOPOLO/VOLARE W9	MICRO-ÔNIBUS	PU/ST
76	ODR-3939	MARCOPOLO/VOLARE W9	MICRO-ÔNIBUS	PU/ST
77	OPR-2660	RENAULT	FLUENCE	PU/ST
78	OPR-2691	RENAULT	FLUENCE	PU/ST
79	OVF-8846	FORD	PICK UP RANGER	PU/ST
80	OVF-6353	MERCEDES BENZ	CAMINHÃO SPRINTER	PU/ST
81	OQM-1434	RENAULT	VAN MASTER	PU/ST
82	OQM-1602	RENAULT	VAN MASTER	PU/ST
83	OQM-1439	RENAULT	VAN MASTER	PU/ST
84	OQM-1573	RENAULT	VAN MASTER	PU/ST
85	MSK-2054	FORD	VAN TRANSIT	PU/ST
86	MSK-2052	FORD	VAN TRANSIT	PU/ST
87	MTY-9674	MERCEDES BENZ	CAMINHÃO BAÚ	RU
FROTA DE VEÍCULOS E MOTORES ESTACIONÁRIOS DA UFES ATIVOS NA TICKET CAR				
Nº	PLACA	FABRICAÇÃO	MODELO	LOTAÇÃO
88	MPU-2215	VOLKSWAGEN	KOMBI FURGÃO	HUCAM
89	MPV-0318	RENAULT	CLIO	HUCAM
90	MPV-0337	RENAULT	CLIO	HUCAM
91	MPV-7396	VOLKSWAGEN	GOL	HUCAM
92	MRA-3758	GENERAL MOTORS	GLASSIC	HUCAM
93	ODQ-1731	MERCEDES BENZ	CAMINHÃO SPRINTER	HUCAM
94	MPL-4992	FIAT	DOBLO	HUCAM
95	MPL-4994	FIAT	DOBLO	HUCAM
96	ODR-2172	FORD	FIESTA	HUCAM
97	MRK-2522	GENERAL MOTORS	PICK UP BAU	HUCAM
98	MPV-0525	VOLKSWAGEN	KOMBI	NDI
99	MQE-5260	VOLKSWAGEN	KOMBI	NDI

d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra;

A Frota rodou em 2014 aproximadamente de 1.183.593 Km, conforme abaixo.

TABELA 9 - QUILOMETROS RODADOS POR UNIDADE ADMINISTRATIVA

UNIDADE	QUILOMETROS RODADOS
	2014
REITORIA	67.821
PROAD	17.348
CCJE	17.022
PROEX	22.574
PROGEP	3.335
PROGRAD	6.040
CEFD	1.801
CCHN	141.040
RU	14.874
CT	21.534
CAR	7.430
SUPECC	7.314
PREFEITURA	70.473
CE	10.014
PRPPG	5.314
BIBLIOTECA	1.680
CCE	12.083
CCS	17.489
CCA	366.594
HUCAM	124
CEUNES	371.689
ITUFES	0
TOTAL	1.183.593

e) Idade média da frota, por grupo de veículos:

A idade média da Frota é de 08 (oito) anos.

f) Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros):

O gasto médio por veículo para manutenção da frota incluindo todos os custos, como combustíveis e revisões foi de R\$6.680,00 aproximadamente.

g) Plano de substituição da frota:

Em virtude da grande demanda de uso, os veículos são utilizados até o momento em que se tornam antieconômicos, sendo separados para leilão.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação:

A Frota de veículos está em bom estado de conservação e uso com resultados satisfatórios em relação à locação. Entretanto, desenvolvem-se estudos e pesquisas no sentido de identificar a melhor opção.

i) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte:

Existe um contrato de Gestão da Frota de Veículos, que vem fornecendo satisfatoriamente parâmetros de eficiência nas áreas de abastecimento, manutenção e conservação dos mesmos com índices de gastos e consumo por automóvel. Foi estabelecido um sistema de controle por meio de um programa informatizado denominado “Programação de Deslocamentos” que foi instituído pela Portaria nº 1.489/2013 e que regula a programação e o uso dos veículos da frota própria.

Frota de Veículos Automotores a Serviço da UJ, mas Contratada de Terceiros

a) Estudos técnicos realizados para a opção pela terceirização da frota e dos serviços de transporte:

A contratação do serviço de fretamento de transporte decorre da inexistência de ônibus e micro-ônibus em quantidade suficiente, bem como da quantidade insuficiente de motoristas oficiais habilitados na execução dos serviços de condução de veículos, para atender ao transporte de professores e alunos no cumprimento de atividades, demandas e rotinas essenciais ao desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão, tais como: conferências, congressos, desenvolvimento de projetos de pesquisa em campo, etc.

Na composição dessa justificativa foi levada em consideração ainda que o cargo de motorista oficial foi extinto, conforme a Lei 9.632 de 07 de maio de 1998.

b) Nome e CNPJ da empresa contratada para a prestação do serviço de transporte:

VIAÇÃO MARLIN AZUL TURISMO LTDA EPP CNPJ 03.654.966/0001-30: Fretamento de ônibus para realização de viagens interestaduais, destinado ao transporte exclusivo a serviços da UFES.

VIAÇÃO MUTUM PRETO LTDA CNPJ 27.143.205/0001-82: Fretamento de ônibus para realização de viagens intermunicipais, destinado ao transporte exclusivo a serviços da UFES.

c) Tipo de licitação efetuada, nº do contrato assinado, vigência do contrato, valor contratado e valores pagos desde a contratação até o exercício de referência do Relatório de Gestão:

O tipo de licitação efetuada foi a de menor preço na modalidade pregão eletrônico.

Contrato: 151/2012

Empresa: Viação Marlin Azul Turismo LTDA EPP CNPJ 03.654.966/0001-30

Data de início: nov/12

Data de término: nov/14

Valor total do contrato R\$ 478.400,00

A previsão é de 137.000 km no ano.

Valor médio do km rodado: R\$ 2,99

Contrato: 152/2012
Empresa: Viação Mutum Preto CNPJ 27.143.205/0001-82
Data de início: nov/12
Data de término: nov/14
Valor total do contrato R\$ 226.850,00
A previsão é de 76.000 km no ano.
Valor médio do km rodado: R\$ 3,49

d) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos:

A legislação referente à forma de utilização da frota de veículos é a Lei 9503/97 e Decreto 5992/2006 e Decreto 6443/2008, além do Decreto 5.450 de 31 de maio de 2005.

e) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ:

A importância da contratação de um serviço de fretamento de ônibus e micro-ônibus está na possibilidade de atender ao transporte de professores e alunos no cumprimento de atividades, demandas e rotinas essenciais ao desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão, tais como: conferências, congressos, desenvolvimento de projetos de pesquisa em campo, entre outros.

f) Quantidade de veículos existentes, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral:

Os contratos foram realizados por fretamento, não havendo discriminação por grupos de veículos.

g) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação referida no atendimento da letra “f” supra:

Não há esta informação. Ver observação item “f”

h) Idade média anual, por grupos de veículos:

Não há esta informação. Ver observação item “f”

i) Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros), caso tais custos não estejam incluídos no contrato firmado:

Por se tratar de um contrato de fretamento todos os custos estão incluídos no valor do quilômetro rodado.

Existem dois contratos de fretamento por KM rodado que incluem ônibus, motorista, combustível, seguro, entre outros, para viagens intermunicipais e interestaduais. O custo por km rodado do contrato para viagem intermunicipais é de R\$ 3,49 e para viagens interestaduais é de R\$ 2,99, conforme item “c”.

j) Estrutura de controle existente na UJ para assegurar a prestação do serviço de transporte de forma eficiente e de acordo com a legislação vigente:

Regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos a portaria 003/2012, instituída pelo Reitor desta Universidade, utilizando como referência à Lei 9503/97 e Decreto 5992/2006 e Decreto 6443/2008, além do Decreto 5.450 de 31 de maio de 2005.

8.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

a) A estrutura de controle e de gestão do patrimônio no âmbito da unidade jurisdicionada;

A estrutura de controle e de gestão do patrimônio imobiliário atualmente está sob a responsabilidade da Divisão de Patrimônio do Departamento de Administração da Pró-Reitoria de Administração. A UFES finalizou seu plano de gestão sustentável das edificações onde estabeleceu as seguintes cronograma para finalizar a implantação do ambiente e atividades de monitoramento e controle deste patrimônio.

8.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

QUADRO 63 - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO (A.8.2.1)

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
BRASIL		EXERCÍCIO 2014	EXERCÍCIO 2013
	Espírito Santo		
	Vitória		
	Campus Goiabeiras	01	01
	Campus Maruípe	01	01
	Antiga Politécnica	01	01
	Antigo RU	01	01
	Total Município Vitória	04	04
	Alegre		
	Campus Alegre	01	01
	Fazenda Rive	01	01
	Total Município Alegre	02	02
	São José do Calçado		
	Fazenda K8 Rocinha	01	01
	Total Município S.J. Calçado	01	01
	Jeronimo Monteiro		
	Nedtec	01	01
	Gleba BR 482	01	0
	Total Município Jeronimo Monteiro	02	01
	São Mateus		
	Ceunes – Campus Litorâneo	01	01
	Total Município São Mateus	01	01
	Subtotal Brasil	10	09
EXTERIOR			
	Subtotal Exterior	0	0
	Total (Brasil + Exterior)	0	0

Nota: Os dados deste quadro foram extraídos do cadastro SPIUnet, já atualizados em 23/03/2015. A evolução do total de imóveis deveu-se ao cadastramento do RIP: 5661.00003.500-2, denominado Gleba BR 482.

8.2.2 Imóveis sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel Funcional

QUADRO 64 – MÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL (A.8.2.2.1)

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel		
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado
153046	5603.00006.500-5 Campus Alegre	08	3	1.598.633,73	23/03/2015	12.136.448,15
153046	5603.00007.500-0 Fazenda Km 8, Rocinha S.J Calçado	08	3	407.778,22	23/03/2015	423.464,82
153046	5603.00008.500-6 Rive - Alegre	08	3	4.425.332,36	30/10/2014	4.425.332,36
153046	5661.00003.500-6 NEDTEC - Jerônimo Monteiro	03	3	10.000,00	30/10/2014	1.799.527,69
153046	5661.00006.500-2 Gleba BR 482 J. Monteiro	06	3	150.000,00	30/10/2014	150.000,00
153046	5697.00030.500-4 CEUNES	08	3	4.784.000,00	23/03/2015	15.302.997,33
153046	5705.00339.500-9 Campus Maruípe	08	3	17.332.329,67	23/03/2015	45.677.749,04
153046	5705.00346.500-7 Antiga Politécnica	07	4	2.187.020,97	30/10/2014	2.187.020,97
153046	5705.00349.500-3 Campus Goiabeiras	08	3	186.122.602,96	23/03/2015	299.022.507,54
153046	5705.00365.500-0 Antigo RU	03	5	311.417,21	30/10/2014	454.406,22

Nota: Os dados deste quadro foram extraídos do cadastro SPIUnet, já atualizados em 23/03/2015. A evolução do total de imóveis deveu-se ao cadastramento do RIP: 5661.00003.500-2, denominado Gleba BR 482.

QUADRO 65 - CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO EM IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UJ

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	5705.00349.500-3
	Endereço	AVENIDA FERNANDO FERRARI, 514, GOIABEIRAS, VITÓRIA – CEP: 29075-910
Identificação do Cessionário	CNPJ	06.229.857/0001-64
	Nome ou Razão Social	ATO SOLUÇÕES EM IMPRESSÃO
	Atividade ou Ramo de Atuação	EMPRESA ESPECIALIZADA EM CÓPIAS DE DOCUMENTOS E TEXTOS
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	LICITAÇÃO, CONCORRÊNCIA
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	CÓPIAS DE DOCUMENTOS
	Prazo da Cessão	1 ANO, PRORROGÁVEL POR MAIS 4 ANOS
	Caracterização do espaço cedido	RESPONSABILIDADE DO DCC
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	RESPONSABILIDADE DO DCC
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	RESPONSABILIDADE DO DCF

	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	<i>RESPONSABILIDADE DA PROAD / PROPLAN</i>
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	<i>RESPONSABILIDADE DA PROAD / PROPLAN</i>

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	<i>5705.00349.500-3</i>
	Endereço	<i>AVENIDA FERNANDO FERRARI, 514, GOIABEIRAS, VITÓRIA – CEP: 29075-910</i>
Identificação do Cessionário	CNPJ	<i>02.514.687/0001-09</i>
	Nome ou Razão Social	<i>SUPRICOPY COPIADORA E SERVIÇOS LTDA ME</i>
	Atividade ou Ramo de Atuação	<i>EMPRESA ESPECIALIZADA EM CÓPIAS DE DOCUMENTOS E TEXTOS</i>
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	<i>LICITAÇÃO, CONCORRÊNCIA</i>
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	<i>CÓPIA DE DOCUMENTOS</i>
	Prazo da Cessão	<i>1 ANO, PRORROGÁVEL POR MAIS 4 ANOS</i>
	Caracterização do espaço cedido	<i>RESPONSABILIDADE DO DCC</i>
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	<i>RESPONSABILIDADE DO DCC</i>
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	<i>RESPONSABILIDADE DO DCF</i>
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	<i>RESPONSABILIDADE DA PROAD / PROPLAN</i>
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	<i>RESPONSABILIDADE DA PROAD / PROPLAN</i>

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	<i>5705.00349.500-3</i>
	Endereço	<i>AVENIDA FERNANDO FERRARI, 514, GOIABEIRAS, VITÓRIA – CEP: 29075-910</i>
Identificação do Cessionário	CNPJ	<i>14.828.225/0001-09</i>
	Nome ou Razão Social	<i>ANDERSON LUIZ LIMA DOS SANTOS – LIMA LANCHONETE ME</i>
	Atividade ou Ramo de Atuação	<i>LANCHONETE/CANTINA</i>
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	<i>LICITAÇÃO, CONCORRÊNCIA</i>
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	<i>CANTINA</i>
	Prazo da Cessão	<i>1 ANO, PRORROGÁVEL POR MAIS 4 ANOS</i>
	Caracterização do espaço cedido	<i>RESPONSABILIDADE DO DCC</i>
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	<i>RESPONSABILIDADE DO DCC</i>
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	<i>RESPONSABILIDADE DO DCF</i>

	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	<i>RESPONSABILIDADE DA PROAD / PROPLAN</i>
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	<i>RESPONSABILIDADE DA PROAD / PROPLAN</i>

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	<i>5705.00349.500-3</i>
	Endereço	<i>AVENIDA FERNANDO FERRARI, 514, GOIABEIRAS, VITÓRIA – CEP: 29075-910</i>
Identificação do Cessionário	CNPJ	<i>08.390.131/0001-45</i>
	Nome ou Razão Social	<i>CAFÉ METRÓPOLIS LTDA – ME</i>
	Atividade ou Ramo de Atuação	<i>LANCHONETE/CANTINA</i>
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	<i>LICITAÇÃO, CONCORRÊNCIA</i>
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	<i>CANTINA</i>
	Prazo da Cessão	<i>1 ANO, PRORROGÁVEL POR MAIS 4 ANOS</i>
	Caracterização do espaço cedido	<i>RESPONSABILIDADE DO DCC</i>
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	<i>RESPONSABILIDADE DO DCC</i>
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	<i>RESPONSABILIDADE DO DCF</i>
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	<i>RESPONSABILIDADE DA PROAD / PROPLAN</i>
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	<i>RESPONSABILIDADE DA PROAD / PROPLAN</i>

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	<i>5705.00349.500-3</i>
	Endereço	<i>AVENIDA FERNANDO FERRARI, 514, GOIABEIRAS, VITÓRIA – CEP: 29075-910</i>
Identificação do Cessionário	CNPJ	<i>30.734.388/0001-15</i>
	Nome ou Razão Social	<i>HONOFRE EUGÊNIO DALLEPRANI – ME</i>
	Atividade ou Ramo de Atuação	<i>LANCHONETE/CANTINA</i>
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	<i>LICITAÇÃO, CONCORRÊNCIA</i>
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	<i>CANTINA</i>
	Prazo da Cessão	<i>1 ANO, PRORROGÁVEL POR MAIS 4 ANOS</i>
	Caracterização do espaço cedido	<i>RESPONSABILIDADE DO DCC</i>
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	<i>RESPONSABILIDADE DO DCC</i>
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	<i>RESPONSABILIDADE DO DCF</i>
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	<i>RESPONSABILIDADE DA PROAD / PROPLAN</i>
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	<i>RESPONSABILIDADE DA PROAD / PROPLAN</i>

Caracterização do	RIP	<i>5705.00349.500-3</i>
-------------------	-----	-------------------------

imóvel Objeto de Cessão	Endereço	<i>AVENIDA FERNANDO FERRARI, 514, GOIABEIRAS, VITÓRIA – CEP: 29075-910</i>
Identificação do Cessionário	CNPJ	<i>MARIUCHE DAMAZIO RODRIGUES ME</i>
	Nome ou Razão Social	<i>14.806.027/0001-80</i>
	Atividade ou Ramo de Atuação	<i>RESTAURANTE/LANCHONETE</i>
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	<i>LICITAÇÃO, CONCORRÊNCIA</i>
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	<i>RESTAURANTE E CANTINA</i>
	Prazo da Cessão	<i>1 ANO, PRORROGÁVEL POR MAIS 4 ANOS</i>
	Caracterização do espaço cedido	<i>RESPONSABILIDADE DO DCC</i>
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	<i>RESPONSABILIDADE DO DCC</i>
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	<i>RESPONSABILIDADE DO DCF</i>
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	<i>RESPONSABILIDADE DA PROAD / PROPLAN</i>
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	<i>RESPONSABILIDADE DA PROAD / PROPLAN</i>

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	<i>5705.00349.500-3</i>
	Endereço	<i>AVENIDA FERNANDO FERRARI, 514, GOIABEIRAS, VITÓRIA – CEP: 29075-910</i>
Identificação do Cessionário	CNPJ	<i>12.352.160/000189</i>
	Nome ou Razão Social	<i>VITALITÁ LANCHES LTDA ME</i>
	Atividade ou Ramo de Atuação	<i>LANCHONETE/CANTINA</i>
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	<i>LICITAÇÃO, CONCORRÊNCIA</i>
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	<i>CANTINA</i>
	Prazo da Cessão	<i>1 ANO, PRORROGÁVEL POR MAIS 4 ANOS</i>
	Caracterização do espaço cedido	<i>RESPONSABILIDADE DO DCC</i>
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	<i>RESPONSABILIDADE DO DCC</i>
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	<i>RESPONSABILIDADE DO DCF</i>
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	<i>RESPONSABILIDADE DA PROAD / PROPLAN</i>
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	<i>RESPONSABILIDADE DA PROAD / PROPLAN</i>

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	<i>5705.00349.500-3</i>
	Endereço	<i>AVENIDA FERNANDO FERRARI, 514, GOIABEIRAS, VITÓRIA – CEP: 29075-910</i>
Identificação do Cessionário	CNPJ	<i>05.725.292/0001-43</i>
	Nome ou Razão Social	<i>SANDRA MARIA FONSECA NOGUEIRA LTDA</i>
	Atividade ou Ramo de Atuação	<i>ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS</i>

Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	<i>LICITAÇÃO, CONCORRÊNCIA</i>
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	<i>CANTINA</i>
	Prazo da Cessão	<i>1 ANO, PRORROGÁVEL POR MAIS 4 ANOS</i>
	Caracterização do espaço cedido	<i>RESPONSABILIDADE DO DCC</i>
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	<i>RESPONSABILIDADE DO DCC</i>
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	<i>RESPONSABILIDADE DO DCF</i>
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	<i>RESPONSABILIDADE DA PROAD / PROPLAN</i>
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	<i>RESPONSABILIDADE DA PROAD / PROPLAN</i>

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	<i>5705.00349.500-3</i>
	Endereço	<i>AVENIDA FERNANDO FERRARI, 514, GOIABEIRAS, VITÓRIA – CEP: 29075-910</i>
Identificação do Cessionário	CNPJ	<i>54.394.630/0001-17</i>
	Nome ou Razão Social	<i>SBS – SPECIAL BOOK SERVICES LIVRARIA E EDITORA LTDA</i>
	Atividade ou Ramo de Atuação	<i>SERVIÇOS DE LIVRARIA</i>
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	<i>LICITAÇÃO, CONCORRÊNCIA</i>
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	<i>LIVRARIA</i>
	Prazo da Cessão	<i>1 ANO, PRORROGÁVEL POR MAIS 4 ANOS</i>
	Caracterização do espaço cedido	<i>RESPONSABILIDADE DO DCC</i>
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	<i>RESPONSABILIDADE DO DCC</i>
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	<i>RESPONSABILIDADE DO DCF</i>
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	<i>RESPONSABILIDADE DA PROAD / PROPLAN</i>
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	<i>RESPONSABILIDADE DA PROAD / PROPLAN</i>

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	<i>5705.00349.500-3</i>
	Endereço	<i>AVENIDA FERNANDO FERRARI, 514, GOIABEIRAS, VITÓRIA – CEP: 29075-910</i>
Identificação do Cessionário	CNPJ	<i>08.179.496/0001-14</i>
	Nome ou Razão Social	<i>SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE METROPOLITANO BUS DA GRANDE VITÓRIA – GVBUS</i>
	Atividade ou Ramo de Atuação	<i>CADASTRO DE USUÁRIOS E VENDA DE PASSE ESCOLAR</i>
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	<i>LICITAÇÃO, CONCORRÊNCIA</i>
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	<i>COMERCIALIZAÇÃO DE PASSE ESCOLAR</i>
	Prazo da Cessão	<i>1 ANO, PRORROGÁVEL POR MAIS 4 ANOS</i>
	Caracterização do espaço	<i>RESPONSABILIDADE DO DCC</i>

	cedido	
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	<i>RESPONSABILIDADE DO DCC</i>
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	<i>RESPONSABILIDADE DO DCF</i>
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	<i>RESPONSABILIDADE DA PROAD / PROPLAN</i>
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	<i>RESPONSABILIDADE DA PROAD / PROPLAN</i>

8.2.3 Imóveis Funcionais da União sob a Responsabilidade da UJ

Não há imóveis funcionais sob a responsabilidade da UJ.

8.2.4 Análise Crítica

O controle e a gestão do patrimônio existente na UFES são compartilhados entre a Divisão de Patrimônio – DIPAT, do Departamento de Administração - DA – que tem acesso ao SPIUnet para cadastramento e atualizações de seus imóveis, através de seus respectivos RIP's, fornecendo assim, um panorama mais generalizado dos bens imóveis da Universidade – e a Prefeitura Universitária, que aguarda a implantação do módulo patrimônio imobiliário no SIE, previsto para maio do próximo ano, para uma gestão mais individualizada das edificações da UFES, conforme proposta do Grupo de Trabalho 1 Controle de Patrimônio, Port, nº 1853 GR.

Quanto a qualidade e completude dos registros no SPIUnet, ratifica-se as limitações do sistema que fornece informações mais generalizadas dos imóveis da UFES, carecendo de detalhamento sobre as benfeitorias ou edificações.

Em relação aos registros contábeis, esse são realizados de forma automática no SIAFI, após atualizações no SPIUnet. No entanto, observa-se que as operações de atualizações nos RIP's apenas geram lançamentos de crédito nas contas imóveis SIAFI, provenientes de obras e instalações concluídas, não gerando débito automático na conta obras em andamento. Tal operação cabe atualmente ao Departamento de Contabilidade e Finanças, por solicitação da DIPAT/DA.

Os imóveis UFES cadastrados no SPIUnet estão devidamente regularizados ou em fase de regularização – entrega.

As informações sobre as cessões (onerosas) de espaço físico de responsabilidade da UJ estão descentralizadas nas unidades administrativas da Universidade. A administração central adotará medidas para o aprimoramento da gestão destes contratos, observando, inclusive, a natureza das informações demandadas pelo TCU.

Quanto as cessões (onerosas) de espaço físico de responsabilidade da UJ, estas são utilizadas para abrigar cantinas/lanchonetes, copiadoras, livrarias, entre outros serviços que são de interesse da comunidade universitária. Todos os espaços estão de acordo com as normas dos órgãos fiscalizadores e os contratos são acompanhados por servidores técnico-administrativos da Universidade designados para tal função, verificando a qualidade da prestação dos serviços e o pagamento mensal de água, energia elétrica e aluguel. Nas concessões de uso de espaço desta Universidade, os espaços são bem utilizados atendendo de forma satisfatória a comunidade universitária e a própria concessionária.

8.3 Bens Imóveis Locados de Terceiros

Não há bens imóveis locados de terceiros.

9 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

9.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

a) Relação dos sistemas e a função de cada um deles

Gestão sobre os sistemas de Informação - Sistemas implantados e administrados pelo NTI

Os sistemas descritos, abaixo, já foram publicados e como o ciclo de vida de um *software* é bastante dinâmico, com diversas alterações que surgem com o tempo, estão em constante evolução. De modo que, diversas funcionalidades são adicionadas e aprimoradas à medida que a experiência do usuário com o sistema aumenta.

1. Sistema de Registro Eletrônico de Ponto
 - i) Comunica-se com os relógios de ponto para coleta de registros e diagnóstico de funcionamento dos leitores biométricos;
 - ii) Disponibiliza para os usuários uma interface para consulta dos registros e eventuais acertos.
2. Portal RH - Férias
 - i) Portal onde são registradas as férias dos servidores da universidade.
3. Portal RH - Cursos e Concursos
 - i) Controla os pagamentos e convocações dos servidores inscritos para trabalhar nos processos seletivos da Universidade.
4. Portal do Aluno
 - i) Sistema onde os alunos podem consultar suas informações acadêmicas, alterar seus dados pessoais e realizar solicitações de matrícula.
5. Portais do Professor
 - i) Sistema onde os professores podem realizar o lançamento de notas, atualização do diário de classe e comunicam-se com os alunos das turmas de graduação.
6. Portais de Assistência Estudantil.
 - i) Controla o processo de concessão de auxílios para alunos que comprovem situação de vulnerabilidade socioeconômica.
7. SAPPG
 - i) Sistema acadêmico utilizado atualmente pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação que será substituído pelo novo sistema acadêmico.
8. Protocolo Online
 - i) Sistema para registro de documentos e tramitações. Substituirá a caixa postal do SIE, numa interface web, mais simples e estenderá sua funcionalidade para controlar a distribuição de malotes.
9. Oferta *Online*
 - i). Controla todo o ciclo de vida das turmas ofertadas pelos departamentos acadêmicos, desde a solicitação do colegiado até a tramitação das turmas para lançamento de notas.
10. Portal Administrativo – Nova funcionalidade

i) Apoia a gestão de serviços administrativos da universidade referente aos processos de compra de materiais e contratação de serviços, englobando o acompanhamento das fases de solicitação, entrega e pagamento dos mesmos.

11. Enquetes

i) Sistema que permite o usuário elaborar pesquisa eletrônica à comunidade universitária e externa. Além disso, permite acompanhar o resultado da pesquisa online.

12. Atas

i) Sistema disponível para gestão de reuniões, que possibilita a convocação, controle de presença e impressão da ATA da reunião.

13. AmbOrg

i) Sistema para cadastrar ou consultar seus dados sobre Ambiente Organizacional.

14. Sicad

i) Sistema para gerenciamento dos cursos de desenvolvimento de pessoal, onde são cadastradas turmas e seus alunos, bem como presença e avaliação. Também controla a emissão e validação dos certificados de participação.

Sistemas que foram desenvolvidos por terceiros e o NTI dá suporte

Estas ferramentas, apesar de não serem desenvolvidas pelo NTI, são de grande ajuda para atender a algumas necessidades da Universidade. São ferramentas que foram escolhidas por serem baseadas na filosofia de código fonte aberto e utilização gratuita e possuem desenvolvimento ativo.

Normalmente, o NTI dá suporte à utilização e infraestrutura utilizada por estes sistemas, entretanto, em alguns casos, como no do *Moodle* e do *Drupal*, torna-se necessário estender as funcionalidades originais para atender às particularidades dos procedimentos empreendidos pela Universidade.

01. Blog (*wordpress*)

- i) Sites pessoais que podem ser requisitados pelos servidores, para expor seus perfis e opiniões sobre determinados assuntos;
- ii) Também é possível divulgar trabalhos de laboratórios e outras iniciativas de pesquisa e extensão.

02. Eventos (*ocs*)

i) Sistema para administração e gerenciamento de eventos, seminários e congressos. Oferece funcionalidades como controle de inscrições *online* e submissões de artigos.

03. Periódicos (*ojs*)

i) Sistema para publicação de periódicos. Permite avaliação e envio de artigos online por professores e alunos, além possibilitar a montagem dinâmica dos periódicos.

04. Portais (*drupal*)

i) Sistema para publicação de conteúdo WEB. Permite que os Gestores responsáveis pela unidade administrativa publiquem informações de forma autônoma, sem intervenção do NTI.

05. Ambientes virtuais de aprendizagem (*moodle*)

- a) Plataforma de ensino a distância utilizada atualmente na universidade como:
 - i) apoio à graduação e à pós-graduação;

- ii). nos cursos do Núcleo de Educação Aberta e a Distância;
 - iii) em treinamentos de desenvolvimento de pessoal e extensão.
06. Acompanhamento de projetos de desenvolvimento (*redmine*)
- i) Permite o controle do gerenciamento de projetos, registrando tarefas e acompanhando o desenvolvimento com ao longo do tempo.
07. controle de versão de código fonte (*gitlab/ git*)
- i) Sistema de gerenciamento de versões com controle de acesso especiais.
08. sistema de gerencia de webhost (*ispconfig*)
- i). Permite o controle automatizado da criação e manutenção de sítios eletrônicos com bancos de dados e backup automatizado.
09. sistema de *backup* (*bacula*)
- i) Sistema automatizado para gerencia de backup, recuperação e verificação dos dados dos computadores através da rede.

b) Eventuais necessidades de novos sistemas informatizados ou funcionalidades, suas justificativas e as medidas programadas e/ou em curso para obtenção dos sistemas;

Os seguintes sistemas, descritos a seguir, são novos e surgiram baseados em demandas identificadas pelos usuários da comunidade acadêmica ou por necessidade de atualização tecnológica ou, ainda, visando à inovação e desenvolvimento tecnológico.

1. Novo portal do Docente
 - i) Sistema onde os professores podem consultar seus dados consolidados da graduação, pós-graduação, projetos de extensão e pesquisa.;
 - ii) Futuramente absorverá as funcionalidades e substituirá o portal do professor.
2. Novo portal do aluno e API
 - a) Disponibiliza informações acadêmicas dos alunos para consulta. Iniciativa experimental para fomentar o desenvolvimento de novas aplicações móveis na Universidade.
3. Portal de Autenticação de Documentos – nova funcionalidade
 - i) Sistema que concentrará a emissão de relatórios autenticados gerados por todos os sistemas da universidade, conferindo maior segurança e transparência sobre os documentos gerados na Universidade para a comunidade externa.
4. Novo Acadêmico da Pós-Graduação
 - i) Sistema acadêmico que está sendo construído pelo NTI para substituir o antigo trazendo mais segurança e confiabilidade para os usuários numa interface mais moderna.
5. Novo Portal do Servidor
 - i) Sistema onde os servidores podem consultar seus dados funcionais.

QUADRO 66 - CONTRATOS NA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EM 2014 (A.9.1)

Contratos de Serviços TIC - NTI/UFES - Prioridade Termo de Referência (54 meses)							
Processo	Mod. Licit.	Objeto	Empresa	Valor Contrato + Aditivos	Contrato Nº	Vigência	Meses
2010							
000799/10-35 Gestora: Aurea Adjunta: Fernanda Fiscal: Hilio Fiscal Adjunto: Renan	PE 05/2010	Serviços de Rede, Link digital dedicado, para transferência de dados interligando o NPDP/UFES ao Centro de Ciências Agrárias, em Alegre e Pólo de Jerônimo Monteiro.	DINÂMICA Telecomunicações Ltda EPP CNPJ: 39.320.478/0001-34	R\$ 598.119,24	61/2010	15/07/2010 a 15/07/2015	60
2012							
066132/12-16 Gestor: Raphael Fiscal: Luiz Otávio Fiscal Adjunto: Renan	PE 68/2012 DA	Serviços especializados de link digital. Campus ARACRUZ - ES.	DINÂMICA Telecomunicações Ltda EPP CNPJ: 39.320.478/0001-34	R\$ 519.856,80	118-2012 NPD	07/08/12 a 07/08/2015	36
006139/12-20 Gestor: Raphael Fiscal: Luiz Otávio Fiscal Adjunto: Renan	PE 69/2012 DA	Serviços especializados de link digital. Campus SÃO JOSÉ DO CALÇADO - ES.	DINÂMICA Telecomunicações Ltda EPP CNPJ: 39.320.478/0001-34	R\$ 767.094,80	120-2012 NPD	21/08/2012 a 21/08/2015	36
006143/12-98 Gestor: Raphael Fiscal: Luiz Otávio Fiscal Adjunto: Renan	PE 70/2012 DA	Serviços especializados de link digital. Campus RIVE - ES.	DINÂMICA Telecomunicações Ltda EPP CNPJ: 39.320.478/0001-34	R\$ 1.202.880,00	130-2012 NPD	27/09/12 a 27/09/2015	36
2013							

Contratos de Serviços TIC - NTI/UFES - Prioridade Termo de Referência (54 meses)

Processo	Mod. Licit.	Objeto	Empresa	Valor Contrato + Aditivos	Contrato Nº	Vigência	Meses
008255/12-83 Gestor: Fernanda Fiscal: Prof. Hans	PE 220/2012 DA	Manutenção Ponto Eletrônico item 5 da Homologação	EBALMAQ COMERCIO E INFORMATICA LTDA – ME CNPJ: 27.053.735/0001-30	R\$ 252.000,00 (7.000,00 mensais)	92-2013	10/09/2013 a 10/09/2016	36
011030/13-95 Gestor: Fernanda Fiscal: Danilo	DISPENSA 257/2013	Prestação de Serviços Técnicos em Tecnologia da Informação na área de Certificação Digital	SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO) – Regional ES. CNPJ: 33.683.111/0018-47	R\$ 68.832,00	112- 2013	31/10/2013 a 31/10/2015	24
2014							
012015/13-64 Gestor: Renan/Hilio Fiscal: Josiel/Ebert	PE 127/2013 DA	Serviço de manutenção parque informatica UFES (HELP DESK)	COMERCIAL LENA LTDA ME CNPJ: 57.135.675/0001-65	R\$ 5.398.000,00	1.011- 2014 SRP	21/02/2014 a 21/02/2015	12
2015							
017210/14-61 Gestor: Zaganelli Fiscal: Simone	INEXIBILIDADE N. 362/2014	Contratação de empresa para manutenção e suporte técnico do SIE	AVMB Consultoria e Assessoria em Informática Ltda CNPJ: 03.486.598/0001-69	R\$ 534.180,00	08-2015	09/01/2015 a 09/01/2016	12
013064/14-03 Gestor: Zaganelli Fiscal: Renan	INEXIBILIDADE N. 341/2014	Serviços de manutenção e suporte de Hardware e Software com mão de obra e peças.	HEWLETT-PACKARD BRASIL LTDA. CNPJ: 61.797.924/0002-36	R\$ 193.053,70	mai/15	29/01/2015 a 29/01/2016	12

10 GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

10.1 Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental

Com uma nova postura, a UFES, neste ano de 2014, deu um salto significativo para melhoria da política ambiental em seus *campi*.

Visando estabelecer um consenso geral para orientação, criação, gerenciamento e execução de políticas ambientais, acatando a legislação vigente, foi criada em abril deste ano a Coordenação de Meio Ambiente e Sustentabilidade, vinculado à Gerência de Planejamento Físico da Prefeitura Universitária (CMAS/GPF/PU).

A criação de um setor específico para tratar um tema considerado na atualidade de elevado nível de importância na construção da sociedade, vislumbra promover a interação transformadora entre os diversos segmentos que constituem a comunidade universitária e a sociedade como um todo, primando pelo desenvolvimento e proteção à natureza de forma simultânea em todos os aspectos: humano, ambiental, ético, econômico, cultural e social.

A gestão ambiental dentro dos *campis* da UFES deve ser de tal forma que os impactos negativos oriundos de suas atividades sejam no mínimo mitigados e/ou compensados ou até mesmo eliminados.

Dentro desta visão, a CMAS/GPF/PU já iniciou alguns projetos/ações, focados no cumprimento dos dispositivos legais existentes com relação ao tema, no que se refere a problemas e riscos socioambientais que normalmente se originam das diversas atividades desenvolvidas pela comunidade acadêmica, sempre buscando se alicerçar no princípio da sustentabilidade: ser ambientalmente correto, economicamente viável e socialmente justo.

Entre as medidas implementadas pela Instituição, por meio da Coordenação de Meio Ambiente e Sustentabilidade (CMAS/GPF/PU), cabe destacar:

a) Identificação de produtos químicos:

Foi solicitado aos responsáveis pelos laboratórios, a relação de todos os produtos químicos e formas de descartes utilizadas atualmente, com intuito de identificar possíveis riscos e desenvolver planos de ação para controle, coleta seletiva e transporte apropriado.

b) Diagnóstico da atual forma de coleta e fluxo de resíduos:

Foram solicitadas informações e realizado acompanhamento junto às empresas terceirizadas sobre a forma de limpeza e coleta de resíduos, tanto interna quanto externa, separação ou não de resíduos em geral, quantitativo, coleta, transporte e destino final dos resíduos;

c) Implementação de uma nova forma de coleta e armazenamento de lâmpadas fluorescentes:

Os trabalhadores envolvidos nesta atividade e as pessoas, de maneira geral, foram orientadas quanto aos riscos ambientais, quando da má manipulação destas lâmpadas;

d) Divulgação da CMAS/GPF/PU

Procurou-se divulgar a criação e a ação da Coordenação, tais como: Divulgação em jornal interno da UFES; reunião com os Diretores dos Centros Acadêmicos; exposição pelo Prefeito Universitário e a Gerente de Planejamento Físico em reuniões regulares com vários setores da Instituição; solicitação a todos os centros da indicação de um ou mais servidores - normalmente aqueles que têm mais interesse pelo assunto, para cooperação e atuar como representante da CMAS/GPF/PU, nas ações a serem desenvolvidas dentro do âmbito da sustentabilidade;

e) Levantamento das pesquisas que aborda o meio ambiente e sustentabilidade:

Foi solicitada a todos os centros a relação das pesquisas nestas áreas e quais estão em aplicação.

f) Curso sobre sustentabilidade:

Foi solicitada ao Departamento de Desenvolvimento de Pessoas a disponibilização de um curso sobre sustentabilidade para os servidores da UFES. Inclusive, já foi aplicado um destes cursos com participação efetiva de 20 servidores.

g) Participação em cursos

Participação de servidores no curso Políticas Públicas de Sustentabilidade nas Contratações, realizado em Brasília, pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento em parceria com a Embaixada Britânica em Brasília e o ICLEI – Governos Locais pela Sustentabilidade, com apoio do Tribunal de Contas da União. Este evento teve como objetivo discutir, disseminar e capacitar gestores sobre compras públicas sustentáveis. Além desse evento, houve a participação do Coordenador de Meio Ambiente e Sustentabilidade da UFES, no Curso de Capacitação em Sustentabilidade na Administração Pública - A3P, promovido pelo Ministério do Meio Ambiente, realizado no período de 13 a 15 de maio/2014, em Belo Horizonte/MG. A A3P visa promover a responsabilidade socioambiental e incorporar critérios de sustentabilidade no funcionamento da administração pública.

h) Diminuição de uso de papel nos trâmites de processos da UFES:

Tema em estudo. Uma equipe composta de representantes do Núcleo de Tecnologia da Informação fará uma visita técnica a uma universidade em Porto Alegre/RS, para conhecer um software já em uso naquela instituição.

i) Diminuição do uso de copos descartáveis:

Está em execução o processo para licitação de canecas individuais (retornáveis) para cada servidor.

j) Plano Diretor Físico:

Elaboração e/ou revisão do Plano Diretor Físico dos Campi da UFES, dentro de uma visão mais sustentável e de proteção ao meio ambiente.

l) Normas e procedimentos para gestão sustentável:

Por meio da Portaria nº 1592, datada de 15 de julho de 2014, foi criado um grupo de trabalho para elaboração de um manual de procedimentos e normas para gestão sustentável na construção, conservação e manutenção das edificações da UFES.

m) Licenças ambientais:

Renovação e solicitação de novas licenças, para funcionamento dos laboratórios e de outros setores caso haja necessidade.

n) Trâmite dos processos de elaboração e execução de obras na UFES:

Novos processos, produtos e serviços: A partir do mês dezembro, antes da elaboração de projetos de obras, deve-se avaliar e identificar as possíveis interações com o meio ambiente e com a segurança do trabalho, definindo ações de controle e de contingência quando necessárias.

o) Caderno de Especificações:

Foi incluído no caderno de especificações e encargos, padrão da UFES, itens relacionados à sustentabilidade e que devem ser seguidos pelos empreiteiros.

p) Adesão a programas oficiais:

A3P - Agenda Ambiental na Administração Pública (Em processo de formatação da comissão gestora de implantação e acompanhamento de programas). Para os demais programas não há uma adesão oficial, como por exemplo, o Programa de Eficiência do Gasto (PEG) e o Programa de Eficiência Energética em Prédios Públicos (Procel EPP). Entretanto, diversas medidas vêm sendo adotadas no sentido de se obter maior sustentabilidade e melhor eficiência nos gastos, como os listados neste item.

q) Consumo de papel, energia elétrica e água:

Várias ações estão previstas para acontecerem, concomitantemente, no primeiro trimestre de 2015, como, por exemplo: a eliminação do uso de copos descartáveis por parte dos servidores; a campanha de economia no consumo de papel, energia elétrica e água; a elaboração e execução de um projeto piloto para adaptação dos prédios antigos com vieses de sustentabilidade, dentre outras.

r) Coleta seletiva solidária:

Faz-se necessária a busca de alternativas que facilitem a operacionalização do sistema de coleta dos resíduos nos *campi* da UFES que, concomitantemente, atendam aos anseios da comunidade universitária, em relação à limpeza e à qualidade de vida, e ainda, tenha um viés social com a doação dos resíduos recicláveis para as cooperativas de catadores de resíduos. Encontra-se em processo de licitação o Projeto de Aquisição dos Coletores e Sacos de Lixo com as devidas identificações. Além do novo Projeto para Contratação dos Serviços de Varrição, Coleta e Transporte dos Resíduos produzidos nesta UJ.

No âmbito do Plano de Gestão de Resíduos Sólidos, foi elaborado pela CMAS/GPF/PU um esboço, para atendimento emergencial, aguardando a elaboração do plano macro dos municípios, para o devido enquadramento.

Diante destas considerações, já se conseguiu divulgar e orientar as empresas terceirizadas contratadas, quanto a noções sobre sustentabilidade e informações sobre a necessidade em atender a legislação vigente, as vantagens econômicas e sociais, no caso da coleta seletiva solidária, e ainda, alertar para o perigo da manipulação e transporte dos resíduos classe I.

Atualmente, já se realiza a coleta individualizada dos resíduos classe I, e, o seu direcionamento para empresas autorizadas em aterros sanitários e de recuperação, como os de lâmpadas fluorescentes, por exemplo;

Também foi adaptado um local com piso e cobertura, além de caixas estacionárias que servem para acondicionar provisoriamente os resíduos - denominado de área de transbordo, onde já é executada a separação de alguns resíduos recicláveis, como o papelão, a madeira, o papel e o plástico, por exemplo.

A Gerência de Gestão de Restaurantes vem adotando medidas internas no sentido de sustentabilidade e preservação do meio ambiente, tais como: campanhas de combate ao desperdício de comida junto aos usuários dos restaurantes; a correta destinação do óleo usado; a substituição dos copos descartáveis por canecas, tanto pelos usuários dos restaurantes universitários, quanto pelos servidores e terceirizados que neles atuam.

Contudo, como já mencionado, está em curso todo o processo para uma efetiva coleta seletiva para o ano de 2015, com separação dos resíduos ainda nos locais de produção, o seu transporte para a área de transbordo - devidamente apropriada e segura, e posterior envio para cooperativas de catadores daqueles materiais recicláveis, para o aterro sanitário os resíduos não recicláveis e parte dos resíduos classe I, e por fim, diretamente para empresas de reaproveitamento, devidamente licenciada, alguns resíduos também da classe I. E ainda, a partir dos próximos contratos de fornecimentos de materiais e equipamentos que produzem resíduos perigosos que se institui a logística reversa.

Foi aberto um diálogo com a Prefeitura Municipal de Vitória no sentido de colaboração, tanto em termos de transporte dos resíduos, como também no sentido de disponibilização de contentores, estacionários, específicos para coleta seletiva. A Prefeitura sinalizou positivamente quanto a estas solicitações.

s) Participação em Comitê

A UFES participa do Comitê de Coordenação de Trabalho do Plano Municipal de Saneamento Básico de Vitória. Através do Decreto nº 15.970 / 2014 da Prefeitura de Vitória e da portaria nº 005/2014 da Secretaria de Gestão Estratégica da Prefeitura de Vitória, foi instituída uma vaga para a UFES, sendo esta representada pelo Coordenador de Meio Ambiente e Sustentabilidade da Prefeitura Universitária.

QUADRO 67 - ASPECTOS DA GESTÃO AMBIENTAL (A.10.1)

ASPECTOS SOBRE A GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS		AVALIAÇÃO	
		Sim	Não
1	Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?	x	
2	Na sua unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como destinação para associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?		x
3	As contratações realizadas pela sua unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?		x
4	A sua unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.		x
5	A Comissão Gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?		x
6	O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?		x
7	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		x
	Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual o plano pode ser acessado.		
8	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na <i>Internet</i> , apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		
	Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual os resultados podem ser acessados.		
Considerações Gerais			
Item 1 = Já há um termo de adesão, mas efetivamente a agenda será implantada a partir de Março de 2015;			
Item 2= Será implementada no primeiro trimestre de 2015. Em Processo de licitação de coletores e de serviços. Hoje é separado parcialmente (na área de transbordo dentro dos campi).			
Item 3 = Parcialmente. A unidade está trabalhando para isto.			
Item 4 = Parcialmente vem praticando ações de sustentabilidade e racionalização de materiais e serviços, além de divulgação, conscientização e capacitação, como colocado no Item 10.2. do texto inicial. Os planos de trabalho estão sendo convergidos para isto.			

Em relação ao Centro Universitário Norte do Espírito Santo – CEUNES, localizado no interior do estado, assegura-se a preocupação com o meio-ambiente, por meio da implantação do Projeto de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos, desenvolvido pela Coordenação de Atenção à Saúde e Assistência Social, promovendo, dessa forma, a cultura institucional voltada para o uso racional e consciente dos recursos materiais e naturais. Uma ação que se estende à participação dos estudantes na recepção de calouros, sensibilização nas salas de aula, sobre a importância da coleta seletiva; organização da mostra de vídeo via projeto Circuito Tela Verde do Ministério do Meio Ambiente; Palestra sobre educação em saúde com estudantes de escola municipal; participação no evento Entre Comunidades/ Jornada de Extensão 2014, reuniões quinzenais de planejamento.

Já o Centro de Ciências Agrárias – CCA vem adotando critérios de sustentabilidade nos seus editais, além de promover a coleta e o armazenamento de pilhas, baterias, lâmpadas e resíduos químicos gerados nos laboratórios de aulas práticas, que são removidos por uma empresa especializada contratada por licitação para o transporte e a destinação. Os lixos orgânicos, parte deles, são aproveitados por processos químicos e aproveitados na área verde em adubação e o restante recolhido pela prefeitura municipal com destino a aterro sanitário.

11 ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE

11.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU

11.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

QUADRO 68 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO (A11.1.1)

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO					00425
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	028198/2011-5	1047/2014- Plenário	Diversos	DE	Of. 0493/2014-TCU/SECEX-ES
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO					00425
Descrição da Deliberação					
<p>9.3.1.1. pagamento de proventos de pensões e aposentadorias aos beneficiários identificados, em que foram detectados reajustes em desacordo com o art. 15 da Lei 10.887/2004, com a redação dada pela Lei 11.784/2008, excluindo-se os casos já relatados como objeto de acerto (subitens 3.1.1.1 e 3.1.1.2);</p> <p>9.3.1.2. pagamento de adicional de insalubridade/periculosidade a servidores sem os respectivos laudos periciais atinentes às concessões, ou por estar caracterizado contato apenas indireto com agentes biológicos, contrariando os artigos 2º, inciso I, e 6º, do Decreto 97.458/1989, e art. 6º c/c Anexo II da Orientação Normativa SRH/MP 2/2010 (subitem 4.1.4.2);</p> <p>9.3.1.3. indício de irregularidade no pagamento do auxílio-transporte e/ou de descumprimento da jornada de trabalho por parte de servidor (subitem 4.1.5.2);</p> <p>9.3.1.4. indício de infração do artigo 117, inciso X, da Lei 8.112/1990, por parte de 19 servidores, justificando os casos que porventura persistirem pendentes de apuração, bem como informe se os dados cadastrais dos servidores junto ao Sistema de Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, registrados na condição de administradores ou gerentes de sociedades privadas, inclusive dos que já tiveram sua situação analisada, foram devidamente regularizados (subitem 4.1.6.2); e</p> <p>9.3.1.5. concessão indevida de VPNI, prevista no artigo 62 da Lei 8.112/1990, observado o direito de ampla defesa e do contraditório, bem como eventual ressarcimento, nos termos do artigo 46 da Lei 8.112/1990, dos valores indevidamente pagos (subitem 3.1.1.7).</p> <p>9.3.2. as seguintes questões relativas ao Contrato 5/2007, firmado com a Fundação Ceciliano Abel de Almeida, tendo por objeto a prestação de apoio ao gerenciamento e execução do Projeto de Extensão dos Cursos de Língua para a Comunidade:</p> <p>9.3.2.1. resultado da análise da prestação de contas;</p> <p>9.3.2.2. se houve a devolução da quantia, até então da ordem de R\$ 286.232,32 (duzentos e oitenta e seis mil, duzentos e trinta e dois reais e trinta e dois centavos), relativa ao rendimento financeiro dos valores indevidamente sacados da conta da avença, objeto do Ofício 113/2012-GR, de 22/03/2012, reiterado pelo 281/2012-GR, de 30/05/2012;</p> <p>9.3.2.3. se houve devolução aos cofres da UFES do débito no valor original de R\$ 260.850,91 (duzentos e sessenta mil, oitocentos e cinquenta reais e noventa e um centavos), apontado pelo Conselho Universitário da UFES na Decisão 195/2011, de 07/07/2011, ao analisar as prestações de contas dos exercícios de 2007, 2008 e 2009, e objeto de cobranças endereçados à Fundação Ceciliano Abel de Almeida por meio dos Ofícios GR 382, de 08/08/2011 e 444, de 19/09/2011;</p>					

9.3.2.4. qual o saldo mantido na conta ao final do contrato e se este valor constitui somente a provisão de recursos necessária a título de Fundo de Rescisão, a ser utilizado apenas quando da ocorrência de seu fato gerador, indicando a memória de cálculo que o sustente com todas as rubricas devidamente identificadas; e

9.3.2.4. qual o mecanismo de monitoramento da conta adotado pela universidade, inclusive quanto à movimentação que advirá caso ocorra demissão dos funcionários envolvidos no projeto.

9.3.3. informações acerca da unidade de correição, na forma requerida no item 7 do Anexo II da DN 110/2010, ou da Decisão Normativa deste Tribunal que lhe suceder, a exemplo dos itens 2.1 e 2.3 do anexo II da [Decisão Normativa 134/2013](#).

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas	119983
Departamento de Contratos e Convênios	99404

Síntese da Providência Adotada

Providências adotadas pelo Deptº de Gestão de Pessoas:

9.3.1.1. As providências para correção já foram adotadas no SIAPE, salvo alguns outros casos que dependem de resposta de consulta enviada ao MEC e SEGEP/MP.

9.3.1.2. A Junta Pericial do Trabalho (JPT) está finalizando os trabalhos de revisão os laudos técnicos. Tal atraso se deve a diversos fatores, dentre esses, a necessidade de avaliação de agentes químicos por empresa terceirizada que necessitou ser contratada, além de consulta ao Departamento de Políticas de Saúde, Previdência e Benefícios do Servidor da SEGEP/MP para avaliação dos casos omissos relacionados à matéria tratada na ON nº 06/2013.

9.3.1.3. Os casos apontados foram apurados e concluídos na fase de sindicância.

9.3.1.4. Diversas situações já foram apuradas e tiveram sua situação analisada e devidamente regularizada. Alguns outros casos estão em apuração e/ou aguardando julgamento de recurso por parte do servidor.

9.3.1.5. Foi providenciada a exclusão da VPNI prevista no art. 62-A da Lei 8.112/90 dos interessados, bem como providenciado o ressarcimento ao erário, nos termos do Art. 46 da Lei 8112/90.

9.3.2.1. As prestações de contas finais relativas aos anos de 2007, 2008 e 2009 foram concluídas junto ao Conselho Universitário, culminando na Decisão nº 195/2011.

As prestações de contas final relativas ao ano de 2010 e período de 01/01 a 30/01/2011, está em análise na Divisão de Prestação de Contas do Deptº de Contratos e Convênios.

9.3.2.2. A devolução da quantia de R\$ 286.232,32 foi efetuada em conta da CEF, Agência 662, conta 9438-4, Operação 013.

9.3.2.3. O Conselho Universitário em reunião realizada no dia 25.04.2013 em análise do mérito, decidiu por unanimidade, em face do parecer da Comissão de Legislação e Normas, dar provimento a fim de ratificar a Decisão nº 195/2011-CONSUNI resultando no valor de R\$ 158.060,30. A FCAA efetivou a devolução à UFES, conforme depósito efetuado via SIAFI em 06.06.2013 através 2013RA 027954 – código de Recolhimento 28832-2.

9.3.2.4. O saldo mantido na conta final do projeto indicado pela FCAA no Contrato 005/2007 nas contas bancárias constou discriminado conforme:

Fundo de Rescisão retirado indevidamente pela FCAA (valor do principal): R\$ 774.065,34

Banco: CEF – Agência 662 – Conta 7355-7 – Operação 013

Data do depósito: 31.08.2011

Valor Relativo aos juros decorrentes do valor principal: R\$ 286.232,32

Banco: CEF – Agência 662 – Conta 9438-4 – Operação 013.

Data do depósito: 18.06.2013

9.3.2.4. Consta no processo de prestação de nº 23068.019920/2006-16 orientações no Relatório 006 (anexo 3) quanto à obrigatoriedade de abertura de conta específica de rendimento para fins de fundo de rescisão quando projetos da UFES envolverem contratação de pessoal com vínculo, que deverá ser mantido pela Fundação de Apoio apenas com a finalidade de débitos aos pagamentos de verbas rescisórias quando as mesmas ocorrerem.

9.3.3. A Ufes acatou a determinação e no Relatório de Gestão referente ao exercício de 2014 estará prestando as informações acerca da unidade de correição, na forma requerida pelas Decisões Normativas desse Tribunal.

Síntese dos Resultados Obtidos

Cumprimento das determinações do Acórdão.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

As recomendações/determinações contribuem para o aperfeiçoamento dos controles internos.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO					00425
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
02	027919/2010-2	3198/2014-1ª Câmara	9.5 e 9.6	DE	Of. 0735/2014-TCU/SECEX-ES
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO					00425
Descrição da Deliberação					
<p>9.5. Determinar à Universidade Federal do Espírito Santo que envie as providências administrativas e judiciais cabíveis para buscar o ressarcimento dos prejuízos causados, a serem cobrados dos respectivos beneficiários, ou, subsidiariamente, dos servidores responsáveis caso apurada prescrição de indébitos, pela inclusão ou ausência de expurgo, nos contratos 04/2005. 42/2007 e 34/2008, de contribuição provisória sobre movimentação financeira (CPMF), após a extinção desse tributo, conforme relatado nos itens 2.1.2.1, 5.1.4.1 e 5.4.2.1 do Relatório de Gestão 243903 da CGU;</p> <p>9.6. dar ciência à Universidade Federal do Espírito Santo que foi identificada a utilização de planilha contratual sem o devido detalhamento de todos os itens, em composição que expresse todos os custos unitários, no 2º Termo Aditivo ao Contrato nº 01/2008, o que viola o art. 7º, § 2º inciso II da Lei 8.666.1993.</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Departamento de Contratos e Convênios					99404
Prefeitura Universitária					33288
Síntese da Providência Adotada					
<p>9.5. Contrato nº 04/2005 - o desconto do valor de R\$ 4.051,18, foi efetivado quando do pagamento da Nota Fiscal nº 403, emitida em 21.06.2010 e paga em 15.07.2010, conforme previsto no 21º Termo Aditivo, firmado em 06.07.2010.</p> <p>Contrato nº 42/2007 - para que fosse efetuada a devolução da diferença apontada pela CGU em R\$ 2.481,61 considerando o valor devolvido por GRU relativo ao CPMF (0,38%) sobre o valor do custo operacional em R\$ 500,63. A FCAA apresentou os extratos bancários na vigência contratual, no qual foi procedida a análise da prestação de contas a rubrica de CPMF no contrato 042/2007, processo 23068.8166/2006-99. Conforme relatório da realização da análise da prestação de contas, foi concluído ainda pela devolução em CPMF (0,30%) o valor em R\$ 13,33, no qual foi efetuado pela FCAA através do GRU.</p> <p>Contrato 34/2008 - O valor devolvido pela FCAA por GRU foi de R\$ 95,12 refere-se ao valor percentual em 0,38% incidentes sobre o valor do custo operacional do contrato em R\$ 25.110,00, que correspondia ao período de custos a ser cobrado da UFES abarcando o exercício após a extinção da contribuição.</p> <p>Cabe destacar que a previsão de gastos com CPMF constou na planilha de orçamentação de gastos no valor a executar em R\$ 5.041,58. Contudo, na nova planilha de previsão dos gastos, que é um anexo integrante do instrumento contratual, o referido valor foi expurgado, sendo transferido e gasto com outra despesa, conforme consta na análise da prestação de contas do contrato.</p> <p>9.6. com relação a este item, a Chefe da Auditoria Geral, expediu comunicação à Prefeitura Universitária, dando ciência do seu inteiro teor a fim de evitar a ocorrência das falhas verificadas.</p>					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Cumprimento das determinações do Acórdão.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
As recomendações por si só produzem resultados positivos na medida em que se propõem a reflexão para adoção de boas práticas na gestão pública.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO					00425
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida

03	005.550/2014-9	2769/2014-Plenário	9.2	RE	Of. 1407/2014-TCU/SECEX-ES
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO					00425
Descrição da Deliberação					
9.2. com fulcro no art. 71, inciso IX, da Constituição Federal de 1988, c/c art. 45, caput, da Lei 8.443/1992, assinar prazo de 15 (quinze) dias para que a Universidade Federal do Espírito Santo adote as providências necessárias no sentido de anular o pregão eletrônico 6/2014, nos termos do art. 49 da Lei 8.666/1993, c/c art. 29 do Decreto 5.450/2005, em razão da identificação do seguinte vício no certame, a comprometer definitivamente sua isonomia e vantajosidade.					
Providências Adotadas					
Sector Responsável pela Implementação					Código SIORG
Prefeitura Universitária					33288
Síntese da Providência Adotada					
O Pregão Eletrônico nº 6/2014, foi anulado conforme aviso de anulação publicado no Diário Oficial da União – Seção 3 – Pág. 78 do dia 14.11.2014.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Cumprimento da recomendação constante do Acórdão.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
As recomendações por si só produzem resultados positivos na medida em que se propõem a reflexão para adoção de boas práticas na gestão pública.					

11.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Não há, segundo as informações disponíveis, Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento no Exercício.

11.2 Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI)

11.2.1 Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício

QUADRO 69 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO (A.11.2.1)

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO			425
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	201407317	1.1.1.1	Of. 20021/2014-CGU/REGIONAL/ES/CGU/ES
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO			425
Descrição da Recomendação			
<p>Constatação: Pagamentos de Incentivo à Qualificação e de Retribuição por Titulação e concessões de progressões funcionais sem suporte em diplomas de pós-graduação "stricto sensu".</p> <p>Recomendação 2: Abster-se, de imediato, de conceder progressões funcionais e vantagens estatutárias a docentes e servidores do PCCTAE com fundamento em diplomas de instituições estrangeiras sem revalidação por instituições de ensino brasileiras ou com fundamento tão-somente em atas de dissertação de mestrado ou doutorado, em certidões ou em declarações, uma vez que, nos termos da jurisprudência do TCU, a exemplo do Acórdão nº 3.150/2010 - Plenário, esses documentos não são aptos a fazer prova da formação obtida por seu titular, pois apenas os diplomas devidamente registrados no órgão competente são capazes de comprovar a conclusão do mestrado ou doutorado.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas			33288
Síntese da Providência Adotada			
Atendida Totalmente			
Síntese dos Resultados Obtidos			
A implementação da referida recomendação resultou em fator positivo para a gestão.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Análise positiva do fato, com o cumprimento da recomendação expedida pelo Órgão de Controle Interno.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO			425
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
02	201407317	1.1.3.1	Of. 20021/2014- CGU/REGIONAL/ES/CGU/ES
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO			425
Descrição da Recomendação			
<p>Constatação: Pagamento de adicional de plantão hospitalar - APH em desacordo com orientações do órgão central do SIPEC contidas na Nota Técnica nº 103/2013/CGNOR/DENOP/SEGEP/MP, com pagamentos indevidos no montante de R\$ 58.103,30 em 2013.</p> <p>Recomendação 1: Abster-se de realizar pagamento de adicional de plantão hospitalar a servidores sujeitos a jornada de trabalho semanal igual ou superior ao limite de 60 horas semanais, bem como a servidores com a redução de jornada prevista no artigo 3º do Decreto nº 1.590/1995, em obediência às orientações do órgão central do SIPEC contidas na Nota Técnica nº 103/2013/CGNOR/DENOP/SEGEP/MP.</p>			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas			33288
Síntese da Providência Adotada			
Atendida Totalmente. Antes de realizar o pagamento da APH, a unidade de gestão de pessoas verifica se os servidores não acumulam jornadas iguais ou superiores a 60 horas. Quanto aos servidores que estão com jornada flexibilizada em função do Decreto nº 1590/1995, o Superintendente da EBSERH foi orientado para que nenhum servidor nesta condição realize plantões além de sua jornada regular de trabalho até a devida análise e decisão conjunta UFES e EBSERH no tocante a esta recomendação.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
A implementação da referida recomendação melhorou os controles internos.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Análise positiva do fato, com o cumprimento da recomendação expedida pelo Órgão de Controle Interno.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO			425
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
03	201407317	1.1.4.1	Of. 20021/2014- CGU/REGIONAL/ES/CGU/ES
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO			425
Descrição da Recomendação			
<p>Constatação: Pagamentos indevidos de vantagens decorrentes de ações judiciais no valor de R\$ 21.199,75 no exercício de 2013.</p> <p>Recomendação 1: Corrigir os pagamentos das vantagens decorrentes das ações judiciais identificadas, após a comunicação desta constatação aos interessados e a concessão de prazo para que eles exerçam seus direitos à ampla defesa e ao contraditório.</p> <p>Recomendação 2: Ressarcir ao erário os valores pagos indevidamente aos interessados identificados nesta constatação, observando o princípio da ampla defesa e do contraditório, nos termos do artigo 46 da Lei nº 8.112/1990.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas			33288
Síntese da Providência Adotada			
Recomendação 1 e 2: Atendida totalmente. Não foi providenciada a correção da rubrica judicial apenas da matrícula 0417575, uma vez que o servidor apresentou recurso contra a decisão de exclusão da rubrica judicial (processo 23068.002675/2014-18). Os demais casos foram atendidos.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
A recomendação foi atendida visto que resultou no ressarcimento ao erário.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Por meio dessa implementação as pendências foram sanadas configurando um fator positivo para a gestão			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO			425
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
04	201407317	1.1.5.1	Of. 20021/2014- CGU/REGIONAL/ES/CGU/ES
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO			425
Descrição da Recomendação			
<p>Constatação: Ausência de implementação de ressarcimentos ao erário no montante de R\$ 31.642,40.</p> <p>Recomendação 1: Ressarcir ao erário os valores pagos indevidamente aos interessados identificados, após a prévia comunicação desta constatação e a concessão do prazo legal para que eles exerçam seus direitos à ampla defesa e ao contraditório, nos termos do artigo 46 da Lei nº 8.112/1990.</p> <p>Recomendação 2: Instaurar procedimento administrativo visando apurar as responsabilidades dos gestores pelo descumprimento, de forma imotivada, das recomendações da CGU-Regional/ES para a correção desta constatação, o que caracteriza descumprimento dos deveres funcionais previstos no artigo 143 da Lei nº 8.112/1990 e no artigo 6º, incisos V e XI, da Portaria SAF nº 978/1996.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas			33288
Síntese da Providência Adotada			
<p>Recomendação 1: Foram adotadas providências quanto à reposição ao erário de todas as matrículas mencionadas, concedendo aos interessados o direito de ampla defesa e ao contraditório. As matrículas 295264 e 2637838 encontram-se em fase de recurso.</p> <p>Recomendação 2: A Universidade adotou as medidas recomendadas, cumprindo às orientações CGU-Regional/ES, conforme mencionado na recomendação 1 deste item.</p>			
Síntese dos Resultados Obtidos			
A recomendação foi atendida visto que resultou no ressarcimento ao erário.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Análise positiva do fato, com o cumprimento da recomendação expedida pelo Órgão de Controle Interno.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO			425
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
05	201407317	2.1.2.1	Of. 20021/2014- CGU/REGIONAL/ES/CGU/ES
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO			425
Descrição da Recomendação			
<p>Constatação: Pagamentos indevidos de pensões no montante de R\$ 84.023,34 no exercício de 2013.</p> <p>Recomendação 4: Estabelecer novos controles internos, ou fortalecer os controles já existentes, com o objetivo de impedir alterações indevidas dos valores das pensões concedidas com fundamento nos artigos 2º e 15 da Lei nº 10.887/2004.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas			33288
Síntese da Providência Adotada			
Atendida Totalmente. O Siape dispõe de ferramenta de controle de pagamento das pensões em relação à aplicação dos reajustes, possibilitando o reconhecimento de alterações indevidas.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Melhoria nos controles internos.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Análise positiva do fato, com o cumprimento da recomendação expedida pelo Órgão de Controle Interno.			

11.2.2 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

QUADRO 70 - SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO (A.11.2.2)

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Universidade Federal do Espírito Santo			425
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	NA 201203181	01	Of. 22655/2012-CGU/ES
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal do Espírito Santo			425
Descrição da Recomendação			
<p>Constatação: Ausência de obtenção de Alvará junto ao órgão municipal</p> <p>Recomendação: Submeter os projetos para execução das 3 (três) obras relacionadas na constatação, à aprovação do órgão municipal competente, visando à obtenção do Alvará de Projeto, para que se possa obter as demais licenças, como por exemplo, Alvará de Execução da obra e Licença Ambiental, quando for o caso.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Prefeitura Universitária			33288
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<p>No que se refere à aprovação dos projetos para a execução das 03 (três) obras, quais sejam, os módulos do Canil Gatil e Restaurante Universitário do CCA/UFES e módulo III do CCJE, deve ser considerado o fato de que as obras já foram executadas, não sendo mais cabível a solicitação de aprovação dos projetos para execução dos mesmos junto às respectivas Prefeituras Municipais. Acatamos a recomendação para obras futuras, porém, ainda aguardamos a definição da Prefeitura Municipal de Alegre em relação aos procedimentos a serem adotados para aprovação de projetos. Atualmente, a Prefeitura daquele município não possui setor de análise e aprovação de projetos e liberação de alvarás.</p> <p>Em relação à Prefeitura Municipal de Vitória, em 02/07/2014 foi publicada a Portaria nº 1516 do Reitor, instituindo Grupo de Trabalho para tratar das pendências da UFES junto à Secretaria de Desenvolvimento da Cidade da Prefeitura Municipal de Vitória (SEDEC/PMV), sendo elas a regularização das edificações existentes, o licenciamento de novas obras, o alvará de localização e funcionamento, a análise do Plano Diretor Físico, entre outros assuntos.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A implementação em andamento da referida recomendação resultou em fator positivo para a gestão.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Universidade Federal do Espírito Santo			425
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
02	NA 201203181	02	Of. 22655/2012-CGU/ES
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal do Espírito Santo			425
Descrição da Recomendação			
<p>Constatação: Ausência de licença ambiental ou documento equivalente, emitido pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente-SEMMAM/PMV, para execução e obra.</p> <p>Recomendação: Solicitar à SEMMAM/PMV autorização ou dispensa para execução da atividade, haja vista a Análise de Impacto Ambiental da obra elaborada pela Gerência de Projetos Básicos e Orçamento da UFES, no processo nº 23068.009110/2011-19, relativo à concorrência 013/2011.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Prefeitura Universitária			33288
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<p>Na Análise de Impacto Ambiental da obra elaborada pela Gerência de Projetos Básicos e Orçamento da UFES mencionada na própria recomendação, a atividade não está sujeita ao licenciamento ambiental. Foi apenas recomendada uma consulta para avaliação da necessidade de licenciamento.</p> <p>Infelizmente, em razão do procedimento adotado pela PMV para protocolar os processos, não é possível comprovar que o processo 5197775/2010 se refere ao Módulo III do CCJE, uma vez que não há descrição do objeto no comprovante entregue ao solicitante.</p> <p>Ademais, como foi explicitado acima, foi publicada a Portaria nº 1516 do Reitor, instituindo Grupo de Trabalho para tratar das pendências da UFES junto à Secretaria de Desenvolvimento da Cidade da Prefeitura Municipal de Vitória (SEDEC/PMV), sendo elas a regularização das edificações existentes, o licenciamento de novas obras, o alvará de localização e funcionamento, a análise do Plano Diretor Físico, entre outros assuntos.</p> <p>Conforme informado pelo Coordenador do referido Grupo de Trabalho, a primeira reunião deste grupo de trabalho foi realizada em 04 de julho de 2014 e, em 16 de outubro de 2014, ata anexa a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMAM) passou a integrar o grupo de trabalho, iniciando-se a discussão sobre as questões ambientais pendentes.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A implementação em andamento da referida recomendação resultou em fator positivo para a gestão.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Universidade Federal do Espírito Santo			425
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
03	201203181	1.2.4.1.	Of. 22655/2012-CGU/ES
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal do Espírito Santo			425
Descrição da Recomendação			
Constatação: Ausência de discriminação das informações sobre a manutenção dos imóveis e de suas instalações			
Recomendação: Adotar sistema para controle e segregação de gastos com os bens imóveis da União.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Prefeitura Universitária			33288
Justificativa para o seu não Cumprimento			
A referida recomendação foi estabelecida em decorrência da constatação 46, da OS 2012203181, da ausência de discriminação das informações sobre a manutenção dos imóveis e de suas instalações.			
Dessa forma, esclarece-se que a Gerência de Manutenção de Edificações e Equipamentos da Prefeitura Universitária, juntamente com o Núcleo de Tecnologia da Informação, está desenvolvendo um Sistema de Gestão por Demandas online, baseado em tecnologia GLPI, para gerenciar todos os contratos de manutenção por demanda. No momento, estão sendo organizados treinamentos, visando a capacitar os servidores que irão interagir junto ao referido sistema, para que no primeiro semestre de 2015, o sistema entre em funcionamento.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A implementação em andamento da referida recomendação resultou em fator positivo para a gestão.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Universidade Federal do Espírito Santo			425
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
04	201214638	1.2.1.1	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal do Espírito Santo			425
Descrição da Recomendação			
<p>Constatação: Não aplicação de multa à empresa contratada pelo atraso na execução da obra, infringindo a previsão contratual.</p> <p>Recomendação: Proceder à aplicação das multas estabelecidas nos itens 9.3 e 9.5 do Contrato n.º 36/2011 à empresa contratada, fazendo constar do processo n.º 23068.012618/2011-02 toda a documentação, de modo a possibilitar sua análise pelo Controle Interno.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Prefeitura Universitária			33288
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<p>Os atrasos detectados foram decorrentes de adequações dos projetos que ocorreram durante toda a execução do contrato, porém, a obra foi iniciada e concluída dentro dos prazos de execução e vigência definidos em contrato e seus aditivos. Todas as prorrogações de prazos do contrato foram solicitadas e justificadas pela Contratante (Ufes) para atendimento a adequação técnicas ao projeto. A Contratada não deu causa à dilações dos prazos. Não houve prejuízo ao erário, tendo a Ufes se beneficiado das adequações ao projeto com acréscimos qualitativos ao objeto. A obra foi concluída em janeiro/2014e desde então a edificação está em pleno funcionamento.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
<p>A implementação da referida recomendação resultou em fator positivo para a gestão e para melhoria dos procedimentos.</p>			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Universidade Federal do Espírito Santo			425
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
05	201214638	1.2.1.1	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal do Espírito Santo			425
Descrição da Recomendação			
<p>Constatação: Não aplicação de multa à empresa contratada pelo atraso na execução da obra, infringindo a previsão contratual.</p> <p>Recomendação: Normatizar, criar rotinas e procedimentos necessários à fiscalização dos contratos da UFES, destacando que a conduta dolosa ou culposa (negligência) de fiscal da Administração na fiscalização de obra ou acompanhamento de contrato permite sua responsabilização por eventuais danos, bem como sua apenação, conforme disposto nos artigos 57 e 58 da Lei 8.443/1992..</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Prefeitura Universitária			33288
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Acatamos a recomendação e esta será incorporada no Manual de Fiscalização dos Contratos de Execução de Obras, que está sendo desenvolvido pelo Programa de Modernização da Prefeitura Universitária.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A implementação em andamento da referida recomendação resultou em fator positivo para a gestão.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Universidade Federal do Espírito Santo			425
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
06	201203182	6.1.3.21.	Of. 22655/2012-CGU/ES
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal do Espírito Santo			425
Descrição da Recomendação			
<p>Constatação: Falhas no controle dos prontuários e ausência de comprovação de uso de material cirúrgico</p> <p>Recomendação: Recomendamos ao Hospital Universitário Cassiano Antônio de Moraes - HUCAM, em consonância com o previsto nas NTs, aperfeiçoar o controle de registro e movimentação de prontuários.</p>			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Hospital Universitário Cassiano Antonio Moraes			59287
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<p>Ratificamos que a informatização do HUCAM encontra-se em andamento. Este processo de informatização teve início em dezembro de 2013 com a implantação dos primeiros módulos do AGHU – Aplicativo de Gestão para Hospitais Universitários. Na ocasião foram implantados os módulos de Pacientes, Ambulatório e Internação e em junho de 2014 o módulo Estoque.</p> <p>Em continuidade, estão programadas para março de 2015 as implantações dos módulos de Ambulatório Assistencial, Prescrição de Enfermagem, Prescrição Médica, Farmácia e Controle de Pacientes. Sendo assim, contabilizaremos quatro (04) módulos implantados e cinco (05) programados, perfazendo um total de nove (09) módulos ativos no ano de 2015. Objetivamos até o final de 2016 a implantação de todos módulos do Aplicativo. Embora o processo de informatização do HUCAM esteja em curso, este ainda não é totalmente efetivo para o controle de registro e movimentação de prontuários. Desta forma, enquanto a implantação do Aplicativo de Gestão não findar manteremos a solução de contorno, ora vigente, junto à TDA Documentos Ltda, objetivando afastar os riscos das fragilidades apontadas no relatório de auditoria para organização e guarda dos prontuários.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A implementação em andamento da referida recomendação resultou em fator positivo para a gestão.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Universidade Federal do Espírito Santo			425
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
07	201211340	1.1.1.6	6942/2013-CGU/ES
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal do Espírito Santo			425
Descrição da Recomendação			
Constatação: Falhas na elaboração dos relatórios de auditoria.			
Recomendação: Diante de um achado que enseja a aplicação de uma penalidade administrativa, a Auditoria deverá recomendar a instauração do Devido Processo Legal no âmbito administrativo, para que se apure os fatos apontados no relatório e não a aplicação direta da penalidade.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Auditoria Geral			83955
Justificativa para o seu não Cumprimento			
A equipe da Auditoria Interna acata a recomendação e esta atenta para recomendar a instauração do devido processo legal, caso se depare diante de um achado que enseja a aplicação de penalidade administrativa.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A implementação da referida recomendação resultou em fator positivo para o aprimoramento dos trabalhos da Auditoria Interna .			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Universidade Federal do Espírito Santo			425
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
08	201407317	6.1.1.2	Of. 20021/2014- CGU/REGIONAL/CGU/ES
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal do Espírito Santo			425
Descrição da Recomendação			
<p>Constatação: Ausência de controle individualizado das edificações.</p> <p>Recomendação: Adoção de sistema de controle individualizado das edificações, contendo as informações características das mesmas, bem como as despesas apropriadas a cada uma delas.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Prefeitura Universitária			33288
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<p>a. A gestão de bens imóveis desta Universidade adota sistema descentralizado, sendo que a gestão dos imóveis no SPIUnet e no Inventário Geral de Bens Imóveis é realizada pela Divisão de Patrimônio da nossa Universidade (DIPAT/UFES), e a gestão da manutenção e conservação é realizada pela Prefeitura Universitária (PU).</p> <p>b. Em razão da descentralização do sistema e da dificuldade em se congregarem dados individualizados dos vários sistemas operantes na UFES, quais sejam Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Finanças do Ministério da Educação (SIMEC), que gerencia as obras e construções e reformas vinculadas a este Ministério, Sistema Integrado da Administração Financeira (SIAFI), Sistema de Informação para Ensino (SIE), Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUNET) e o sistema informatizado do controle de obras e de manutenção das Gerências de Obras(GO/PU) e de Manutenção de Edificações e Equipamentos (GMEE/PU), foi sugerido pela Prefeitura Universitária/UFES, a formação de um Grupo de Trabalho que envolvesse os diferentes setores para a construção do Plano de Gestão Sustentável das Edificações.</p> <p>c. Dessa forma, conforme solicitação da Prefeitura Universitária/UFES, o Magnífico Reitor, por meio da Portaria nº 1592, de 15 de julho de 2014, compôs quatro grupos de trabalho, com servidores lotados na Prefeitura Universitária (PU/UFES) e no Departamento de Administração (DA/PROAD/UFES), com a finalidade de serem estabelecidos processos e normas para Gestão Sustentável da construção, conservação e manutenção das edificações da nossa Universidade, focado no controle de patrimônio/edificações, nas compras sustentáveis (equipamentos e materiais de consumo), na manutenção de equipamentos/bens móveis e na dispensação de material para a PU/UFES.</p> <p>d. O fruto do referido grupo de trabalho foi consolidado na proposta de Plano de Gestão Sustentável das Edificações, apresentado em janeiro de 2015, que será analisado pelo Magnífico Reitor para sua possível aprovação e implantação.</p> <p>Destaca-se que o controle individualizado consta no Eixo 1 - Processos de Trabalho e Cultura Organizacional, especificamente na ação tática 3 – Gestão Patrimonial das Edificações.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A implementação em andamento da referida recomendação resultou em fator positivo para a gestão.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Universidade Federal do Espírito Santo			425
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
09	201407317	6.1.1.3	Of. 20021/2014- CGU/REGIONAL/CGU/ES
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal do Espírito Santo			425
Descrição da Recomendação			
Constatação: Inconsistências nos registros contábeis de bens imóveis.			
Recomendação: Estabelecer rotinas de tratamento individualizado para as edificações tanto no SIAFI quanto no SPIUnet.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Prefeitura Universitária			33288
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<p>Destacamos que a Prefeitura Universitária, atualmente, não tem acesso aos sistemas SIAFI e SPIUnet. Como afirmamos anteriormente, a gestão de bens imóveis desta Universidade adota sistema descentralizado, sendo que a gestão dos imóveis no SPIUnet e no Inventário Geral de Bens Imóveis é realizada pela Divisão de Patrimônio da nossa Universidade (DIPAT/UFES), e a gestão da manutenção e conservação é realizada pela Prefeitura Universitária. E o sistema SIAFI é gerenciado pelos Departamentos de Contratos e Convênios (DCC/UFES) e Departamento de Contabilidade e Finanças (DCF/UFES).</p> <p>Quanto ao estabelecimento de rotinas para o tratamento individualizado para as edificações, por meio dos supracitados sistemas, está, em fase de aprovação e análise pelo Magnífico Reitor, o Plano de Gestão Sustentável das Edificações que prevê uma série de ações que poderão redefinir os processos de trabalho que envolva a gestão sustentável das edificações nos seguintes órgãos – PU, DA/PROAD, DCC/PROAD, DCF/PROAD e PROPLAN,</p> <p>Destaca-se que a referida ação consta no Eixo 1 - Processos de Trabalho e Cultura Organizacional, especificamente na ação tática 1 – Revisão de Processos de Trabalho.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A implementação em andamento da referida recomendação resultou em fator positivo para a gestão			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Universidade Federal do Espírito Santo			425
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
10	201407317	4.1.1.1	Of. 20021/2014-CGU/REGIONAL/CGU/ES
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal do Espírito Santo			425
Descrição da Recomendação			
Constatação: Quantidade significativa de processos administrativos instaurados não registrados no sistema CGU-PAD			
Recomendação: Adotar providências no sentido de efetuar o lançamento das informações dos PAD's ainda não lançados.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
UFES - Coordenação de Procedimentos Disciplinares			425
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Os PAD e Sindicâncias instaurados no ano de 2014 foram lançados no sistema CGU/PAD, à exceção de alguns procedimentos decorrentes da Solicitação de Auditoria nº201313226-21/2013-CGU, em trâmite nesta CPD. Todavia, iremos implementar os registros com a maior brevidade possível. Ressaltamos que os casos informados referem-se a processos de possível acúmulo de cargos públicos e/ou descumprimento de jornada, já em trâmite nesta Coordenação.			
Em relação aos processos (PAD/Sindicância)s referentes aos anos anteriores, esclarecemos que as medidas para o seu registro no CGU/PAD estão em curso nesta CPD.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A implementação em andamento da referida recomendação resultou em fator positivo para a gestão			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Universidade Federal do Espírito Santo			425
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
11	201407317	1.1.1.1	Of. 20021/2014-CGU/REGIONAL/CGU/ES
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal do Espírito Santo			425
Descrição da Recomendação			
<p>Constatação: Pagamentos de Incentivo à Qualificação e de Retribuição por Titulação e concessões de progressões funcionais sem suporte em diplomas de pós-graduação "stricto sensu.</p> <p>Recomendação 1: Rever, anular ou alterar, de imediato, quaisquer normas internas que autorizem a concessão de progressões funcionais ou de vantagens estatutárias em desacordo com o artigo 48 da Lei nº 9.394/1996 e com a jurisprudência do Tribunal de Contas da União, a exemplo do Acórdão nº 3.150/2010 - Plenário, item 9.5.7.</p> <p>Recomendação 3: Obter, dos servidores identificados nesta constatação, os respectivos diplomas de mestrado e/ou de doutorado, conforme o caso, devidamente registrados no órgão competente, visando ratificar o direito desses interessados às progressões e às vantagens estatutárias concedidas com fundamento tão-somente em atas de dissertação de mestrado ou doutorado, em certidões ou em declarações. Nesse trabalho de revisão da legalidade dos atos de concessão de progressões funcionais e de vantagens estatutárias, excepcionalmente, com fundamento no artigo 53, inciso VI, da Lei nº 9.394/1996, temporariamente, aceita-se a apresentação pelo servidor de certidão emitida por autoridade competente de instituição de ensino brasileira que confira grau equivalente ao título de pós-graduação "stricto sensu" de curso de mestrado e de doutorado que tenha sido autorizado/reconhecido por órgão competente do Ministério da Educação. Nos casos em que esses documentos não forem apresentados até 30/09/2014, providenciar a correção das progressões e das vantagens estatutárias concedidas, bem como o ressarcimento dos valores pagos indevidamente, obedecendo o princípio da ampla defesa e do contraditório, nos termos do artigo 46 da Lei nº 8.112/1990.</p> <p>Recomendação 4: Obter, dos servidores identificados nesta constatação, a comprovação de reconhecimento/revalidação dos diplomas emitidos por universidades estrangeiras por instituições de ensino brasileiras, visando ratificar o direito desses interessados às progressões e às vantagens estatutárias concedidas com fundamento tão-somente em declarações ou diplomas sem validade no território nacional. Nesse trabalho de revisão, excepcionalmente e de forma temporária, aceita-se a apresentação pelo servidor de declaração que comprove a formalização de procedimento administrativo de reconhecimento/revalidação do diploma estrangeiro junto a instituição de ensino brasileira. Nos casos em que esses documentos não forem apresentados até 30/09/2014, providenciar a correção das progressões e das vantagens estatutárias concedidas, bem como o ressarcimento dos valores pagos indevidamente, obedecendo o princípio da ampla defesa e do contraditório, nos termos do artigo 46 da Lei nº 8.112/1990.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas			119983
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<p>Recomendação 1: Não Acatada. A UFES admite ser razoável reconhecer a legitimidade do título para percepção dos benefícios com a apresentação por parte do interessado de declaração/certidão, na qual fique clara a inexistência de quaisquer pendências e na qual conste a informação que o diploma está em fase de confecção, como já é feito respaldado pela Resolução nº 27/2005-CUn/UFES e pelo Ofício 08/2014-MEC.</p> <p>Recomendação 3: Atendida Parcialmente. A Unidade acata tal recomendação para todos os servidores acima listados e adotará o procedimento de exigir a apresentação de diploma ou declaração/certidão na qual fique clara a inexistência de quaisquer pendências e na qual conste a informação que o diploma está em fase de confecção, conforme regulamentado pela Resolução nº 27/2005-CUn/UFES.</p>			

Recomendação 4: Atendida Parcialmente. A Universidade acata tal recomendação, no entanto, os servidores estão em fase de regularização: Matrículas 2707177, 0298133 e 2623361 apresentaram declaração que atestam o pedido de revalidação do título. Matrícula 0295827 ingressou judicialmente, obtendo decisão favorável à manutenção do Incentivo à Qualificação. A Universidade está providenciando a suspensão da RT referente à matrícula 0295827.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

As providencias adotadas pela Unidade são importantes para a melhoria do controle administrativo

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Universidade Federal do Espírito Santo			425
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
12	201407317	1.1.2.1	Of. 20021/2014-CGU/REGIONAL/CGU/ES
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal do Espírito Santo			425
Descrição da Recomendação			
<p>Constatação: Irregularidades na regulamentação da flexibilização da jornada de trabalho dos servidores da UFES.</p> <p>Recomendação 1: Alterar a redação da Resolução nº 60/2013, do Conselho Universitário da UFES, de forma a conformá-la às disposições do Decreto nº 1.590/1995, à jurisprudência do Tribunal de Contas da União e às orientações do órgão central do SIPEC contidas na Nota Técnica nº 11/2014/CGNOR/DENOP/SEGE/MP, de 13/01/2014, em especial quanto: (A) à ausência de amparo legal para o estabelecimento de jornadas diárias ininterruptas superiores a 6 (seis) horas; (B) à ausência de amparo legal para a adoção de sistema de sobreaviso, com redução da jornada de trabalho do cargo efetivo; (C) à observância dos limites mínimo e máximo de seis horas e de oito horas diárias, respectivamente, nos termos do artigo 19 da Lei nº 8.112/1990; (D) à obediência aos intervalos mínimos de repouso entre jornadas diárias de trabalho, com o objetivo de zelar pela saúde física e mental dos servidores; (E) à ausência de amparo legal para a instituição de turno ininterrupto de revezamento de 12 horas de trabalho para 60 horas de descanso para os cargos efetivos com jornada de 40 horas semanais.</p> <p>Recomendação 2: Atuar no Hospital Universitário Cassiano Antônio de Moraes com o objetivo de revogar ou de alterar a redação da Portaria nº 30/2012, que autorizou, sem amparo legal e de forma indistinta, que os servidores daquela unidade cumprissem jornada de 30 horas semanais, de seis horas diárias ou em turnos ininterruptos de revezamento de 12 horas de trabalho por 60 horas de descanso, sob pena de proporcionalização das remunerações dos servidores à fração de 30/40 avos em decorrência do descumprimento da jornada de trabalho do cargo efetivo.</p> <p>Recomendação 3: Revisar todas as autorizações de redução de jornada de 30 horas semanais concedidas aos servidores do PCCTAE com fundamento na Resolução nº 60/2013, do Conselho Universitário, com o objetivo de ratificar a ocorrência das situações excepcionais previstas no artigo 3º do Decreto nº 1.590/1995, que deverão ser documentadas para posterior análise pelos órgãos de controle.</p> <p>Recomendação 4: Atuar no Hospital Universitário Cassiano Antônio de Moraes com o objetivo de tornar excepcional, nos termos da jurisprudência do Tribunal de Contas da União, a concessão da redução de jornada prevista no artigo 3º do Decreto nº 1.590/1995, que deve ser concedida tão somente nos casos em que a adoção de turnos ininterruptos de revezamento de 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso (12 x 36), sem redução de jornada para os cargos de 40 horas semanais, não for possível ou recomendável.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG

Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas	119983
Justificativa para o seu não Cumprimento	
<p>(A) Jornada diária de trabalho de 07 (sete) horas ininterruptas - Atendida Totalmente. Encontra-se em funcionamento o Sistema de Registro Eletrônico de Ponto (SREP), nos termos da Resolução nº 60/2013-CUn/UFES, alterada pela Resolução nº 47/2014-CUn/UFES, exigindo-se dos servidores Técnico Administrativos em Educação o cumprimento de jornada de oito horas diárias com intervalo para refeições e descanso de no mínimo 1 (uma) hora e máximo 3 (três) horas, em atendimento às orientações contidas na da Nota Técnica nº 11/2014-SEGEP/MP</p> <p>(B) Redução da jornada de trabalho do cargo efetivo de servidores do PCCTAE em decorrência da adoção de sistema de sobreaviso - Atendida Parcialmente. Atuação conjunta com a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares-EBSERH para ajustar a jornada de trabalho dos servidores da UFES que atuam no HUCAM, bem como com as chefias imediatas dos servidores lotados na Universidade, para adequação da jornada de trabalho. Ressalta-se que por necessidade excepcional de serviço e em razão das peculiaridades das funções desenvolvidas, principalmente por médicos e professores, as jornadas tidas como especiais são cumpridas de forma diferenciada.</p> <p>(C) desrespeito ao limite máximo da jornada diária de trabalho imposta pelo artigo 19 da Lei nº 8.112/1990 - Atendida Parcialmente. Atuação conjunta com a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares-EBSERH para ajustar a jornada de trabalho dos servidores da UFES que atuam no HUCAM, bem como com as chefias imediatas dos servidores lotados na Universidade, para adequação da jornada de trabalho. Ressalta-se que por necessidade excepcional de serviço e em razão das peculiaridades das funções desenvolvidas, principalmente por médicos e professores, as jornadas tidas como especiais são cumpridas de forma diferenciada.</p> <p>(D) desrespeito ao intervalo de repouso entre jornadas diárias de trabalho - Atendida Parcialmente. Considerando que todos os casos apontados referem-se a servidores lotados no HUCAM, a UFES vem atuando em conjunto com a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares-EBSERH para ajustar a jornada de trabalho dos interessados.</p> <p>(E) instituição de turno ininterrupto de revezamento de 12 horas de trabalho para 60 horas (12 x 60) de repouso para os cargos do PCCTAE com jornada de 40 horas semanais - Não Atendida. Gestão junto ao MEC, uma vez que a legislação é omissa. Essa escala é uma prática comum nos Hospitais Universitários do Brasil. Assim, aguardando orientações do MEC, haja vista que não há norma específica a respeito.</p> <p>(F) ausência de controle sobre a compatibilidade dos horários de trabalho dos servidores que acumulam cargos públicos e/ou privados, com sujeição a jornada de trabalho igual ou superior ao limite de 60 horas semanais - Atendida Totalmente. A UFES vem cobrando das chefias imediatas de cada departamento, bem como vem atuando juntamente com a EBSEH, acerca da necessidade de apresentação de Declaração de Acumulação de Cargos por parte dos servidores. Com base nos dados apresentados, caso haja indício de acumulação de cargos, o caso é encaminhado para apuração disciplinar, junto à Coordenação de Procedimentos Disciplinares.</p> <p>(f) ausência de controle sobre os servidores que cumprem jornada de trabalho de 30 (trinta) horas semanais com fundamento no artigo 3º do Decreto nº 1.590/1995, ou seja, redução de jornada de 40 horas semanais para 6 horas diárias e carga horária de 30 horas semanais: embora requerido por meio do item 6.2 da Solicitação de Auditoria nº 201313226-21, de 04/12/2013. Atendida Totalmente. Por meio da Resolução nº 60/2013-CUn/UFES, alterada pela Resolução nº 47/2014-CUn/UFES, a Universidade regulamentou a jornada de trabalho dos servidores, bem como adotou Sistema de Registro Eletrônico de Ponto (SREP) para fins de controle de frequência.</p> <p>A nova regulamentação estabeleceu procedimentos para adoção da flexibilização de jornada disposta no artigo 3º do Decreto nº 1.590/1995, dispondo de um rito interno para enquadramento dos setores solicitantes aos requisitos legais. Assim, estamos em processo de atendimento à nova regulamentação.</p>	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
A implementação em andamento da referida recomendação resultou em fator positivo para a gestão.	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Universidade Federal do Espírito Santo			425
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
13	201407317	1.1.3.1	Of. 20021/2014-CGU/REGIONAL/CGU/ES
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal do Espírito Santo			425
Descrição da Recomendação			
<p>Constatação: Pagamento de adicional de plantão hospitalar - APH em desacordo com orientações do órgão central do SIPEC contidas na Nota Técnica nº 103/2013/CGNOR/DENOP/SEGEP/MP, com pagamentos indevidos no montante de R\$ 58.103,30 em 2013.</p> <p>Recomendação 2: Ressarcir ao erário os valores de adicional de plantão hospitalar pagos indevidamente aos servidores identificados nesta constatação, após a comunicação desta constatação aos interessados e a concessão de prazo para que eles exerçam seus direitos à ampla defesa e ao contraditório.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas			119983
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<p>Não Acatada. Entende-se que o APH efetuado aos servidores cuja jornada de trabalho semanal é igual ou superior a 60 horas não pode ser ressarcido, uma vez que os servidores efetivamente realizaram o trabalho e essa atitude poderia ter consequências ainda mais prejudiciais a Instituição. Quanto aos servidores que estavam atuando em jornada flexibilizada, autorizados pela Portaria 30/2012, a UFES entende que os servidores nesta condição não poderão realizar plantão hospitalar além da carga horária normal de trabalho, contudo os efeitos ocorrerão a partir dessa nova orientação.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A recomendação contribuiu para o aprimoramento dos controles internos na área de RH.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Universidade Federal do Espírito Santo			425
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
14	201407317	2.1.1.1	Of. 20021/2014-CGU/REGIONAL/CGU/ES
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal do Espírito Santo			425
Descrição da Recomendação			
<p>Constatação: Pagamentos indevidos de aposentadorias e pensões decorrentes de incorreções nas revisões dos proventos de aposentadorias e nas pensões civis, determinadas pela Emenda Constitucional nº 70/2012.</p> <p>Recomendação 1: Corrigir os atos de revisão dos valores dos proventos de aposentadoria e de pensão civil dos interessados identificados nesta constatação, visando cancelar os efeitos cadastrais e financeiros dos enquadramentos desses aposentados e instituidores de pensão no Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação - PCCTAE, instituído pela Lei nº 11.091/2005, após a prévia comunicação desta constatação aos interessados e a concessão do prazo para que eles exerçam seus direitos à ampla defesa e ao contraditório.</p> <p>Recomendação 2: Ressarcir ao erário, quando for o caso, os valores pagos indevidamente aos interessados, observando o princípio da ampla defesa e do contraditório, nos termos do artigo 46 da Lei nº 8.112/1990.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas			119983
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<p>Não Acatada. Ao aplicar o disposto na Emenda Constitucional 70/2012 aos aposentados e pensionistas mencionados neste item de Auditoria, foi restabelecido o instituto da PARIDADE, possibilitando o enquadramento dos mesmos, haja vista que já haviam apresentado a opção para o ingresso no Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação no prazo estipulado nas Leis 11.091/2005 e Leis 11.233/2005. Cabe destacar que o procedimento adotado por esta Instituição Superior de Ensino encontra-se em conformidade com Orientação Normativa SEGEP nº 06, de 25 de julho de 2012, a qual estabelece aplicação aos proventos de aposentadoria as modificações na remuneração do cargo efetivo e quaisquer benefícios ou vantagens concedidas aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou da reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria, <u>após a aposentação.</u></p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A recomendação contribuiu para o aprimoramento dos controles internos na área de RH.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Universidade Federal do Espírito Santo			425
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
15	201407317	2.1.1.2	Of. 20021/2014-CGU/REGIONAL/CGU/ES
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal do Espírito Santo			425
Descrição da Recomendação			
<p>Constatação: Descumprimento dos prazos estabelecidos na IN/TCU nº 55/2007 para o encaminhamento dos processos de admissão e de concessão de aposentadoria e de pensão civil ao Controle Interno.</p> <p>Recomendação 1: Providenciar o encaminhamento dos processos de concessão dos interessados identificados nesta constatação à CGU-Regional/ES. Em cada processo, incluir no despacho de encaminhamento, quando for o caso, as justificativas para a ausência de cumprimento de eventuais solicitações contidas nas diligências emitidas pela CGU-Regional/ES.</p> <p>Recomendação 2: Realizar o cadastramento dos atos de admissão e de concessão/ alteração de aposentadoria e de pensão civil no sistema SISACNET, bem como o encaminhamento dos respectivos processos à CGU-Regional/ES, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias a contar, conforme o caso, do efetivo exercício do servidor ou da publicação do ato de concessão inicial ou de alteração no Diário Oficial da União, em obediência ao artigo 7º da Instrução Normativa TCU nº 55/2007.</p> <p>Recomendação 3: Realizar o atendimento às diligências da CGU-Regional/ES, relativas às análises de legalidade dos atos de admissão/concessão, dentro do prazo de trinta dias corridos a contar do recebimento desses processos diligenciados, prorrogável uma única vez por noventa dias corridos, em obediência ao artigo 12, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa TCU nº 55/2007.</p> <p>Recomendação 4: Estabelecer novos controles internos, ou fortalecer os controles já existentes, com o objetivo de tornar mais eficiente o acompanhamento do cumprimento dos prazos de encaminhamento/devolução dos processos de admissão e de concessão de aposentadoria e de pensão civil à CGU-Regional/ES, estabelecidos pelo Tribunal de Contas da União por meio da Instrução Normativa nº 55/2007.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas			119983
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<p>Recomendação 1: Atendida Parcialmente. Todos os processos solicitados foram enviados, com exceção dos processos nº 23068.000690/2003-80, 23068.012089/2004-10 e 23068.001049/1996-46, em razão de estarem em procedimento de revisão previsto nas Orientações Normativas nº 15 e 16/2013; e dos processos nº 23068.010704/1991-11, 23068.000400/1994-35, 23068.003346/1991-55, 23068.005568/1991-58, 23068.007557/1991-11, 23068.004098/1964-88 (Recomposição 23068.024786/2013-02) e 23068.006192/1991-90 (Recomposição 23068.000154/2014-26), em razão de estarem em procedimento de revisão da opção de função, nos termos do disposto no § 3º do artigo 5º da Orientação Normativa nº 01, de 31 de janeiro de 2014-SEGEP/MP.</p> <p>Recomendação 2: Atendida Parcialmente. Esta unidade de gestão de pessoas tem eivado esforços para registrar seus atos de admissão e de concessão/ alteração de aposentadoria e de pensão civil no sistema SISACNET, bem como encaminhar os respectivos processos à CGU-Regional/ES no prazo estipulado. Somente em situações atípicas, devidamente justificadas, os procedimentos estão sendo realizados fora do prazo.</p> <p>Recomendação 3: Atendida Parcialmente. Em razão da complexidade das ocorrências apontadas nas diligências, precisa-se de prazo maior para atender as demandas. Esta Instituição tem solicitado prorrogação de prazo para atendimento das diligências.</p> <p>Recomendação 4: Atendida Parcialmente. Esta Universidade já realiza o acompanhamento do cumprimento dos prazos de encaminhamento/devolução dos processos de admissão e de concessão de aposentadoria e de pensão civil à CGU-Regional/ES. Contudo, em situações atípicas, devidamente justificadas, os procedimentos</p>			

foram realizados fora dos prazos estipulados pelo Tribunal de Contas da União, por meio da Instrução Normativa nº 55/2007.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

A recomendação contribuiu para o aprimoramento dos controles internos na área de RH.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Universidade Federal do Espírito Santo			425
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
16	201407317	2.1.1.3	Of. 20021/2014-CGU/REGIONAL/CGU/ES
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal do Espírito Santo			425
Descrição da Recomendação			
<p>Constatação: Pagamentos indevidos de vantagens judiciais relativas às Funções Comissionadas criadas pela Portaria MEC nº 474/1987 e à Gratificação de Atividade pelo Desempenho de Função - GADF, criada pela Lei Delegada nº 13/1992, no montante de R\$ 791.896,64 no exercício de 2013.</p> <p>Recomendação 1: Revisar as alterações de pagamento implementadas nas fichas financeiras dos aposentados e dos pensionistas dos instituidores identificados, após a comunicação desta constatação aos interessados e a concessão de prazo para que eles exerçam seus direitos à ampla defesa e ao contraditório. Aos interessados deverá ser concedido o direito de opção entre dois possíveis regimes jurídicos de remuneração/proventos: (a) o regime jurídico adquirido por força das sentenças judiciais exaradas nos processos judiciais relativos às Funções Comissionadas - FC instituídas pela Portaria MEC nº 474/1987 e à Gratificação de Atividade pelo Desempenho de Função - GADF: nesse regime jurídico, os interessados têm direito a receber, conforme o caso, o valor integral das FC constantes das tabelas do sistema SIAPE, acrescido dos valores da GADF e do adicional por tempo de serviço, nos termos das sentenças judiciais exaradas nos processos identificados nesta constatação; (b) o regime jurídico das Leis nº 8.112/1990 e nº 8.911/1994, nos termos e limites definidos pelo órgão central do SIPEC: nesta situação, os interessados poderão optar pela remuneração dos respectivos cargos efetivos, acrescida do adicional por tempo de serviço, bem como, conforme o caso, da VPNI prevista no artigo 62-A da Lei nº 8.112/1990 e da vantagem prevista no artigo 2º da Lei nº 8.911/1994 ("opção de função"), ambas com valores do Cargo de Direção - CD. Ressalta-se, por oportuno, que a concessão da vantagem denominada "opção de função" deverá obedecer às regras definidas pelo órgão central do SIPEC por meio da Orientação Normativa SEGEP nº</p> <p>Recomendação 2: Ressarcir ao erário os valores pagos indevidamente aos interessados identificados nesta constatação, observando o direito à ampla defesa e ao contraditório, nos termos do artigo 46 da Lei nº 8.112/1990.</p> <p>Recomendação 3: Abster-se de alterar o regime de remuneração de servidores, aposentados e pensionistas beneficiários de ações judiciais relativas às Funções de Confiança previstas na Portaria MEC nº 474/1987, sem a prévia confirmação da legalidade dos atos de alteração por meio de consultas formais ao órgão de representação jurídica e ao órgão central do SIPEC</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas			119983
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<p>Recomendação 1: Atendida Parcialmente. Em fase de revisão para atender às orientações exaradas pela Coordenação-Geral de Inteligência e Auditoria Preventiva da Folha de Pagamento da Secretaria de Gestão Pública/MP, assim como diligências da Controladoria Geral da União no Estado do Espírito Santo.</p> <p>Submetido expediente à AGU lotada na UFES para manifestação acerca dos itens "a" e "b" da presente recomendação.</p> <p>Recomendação 2: Não atendida, uma vez que está em fase de revisão.</p> <p>Recomendação 3: Não Acatada, aguardando resposta de consulta realizada à Assessoria Jurídica da UFES.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A recomendação contribuiu para o aprimoramento dos controles internos na área de RH.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Universidade Federal do Espírito Santo			425
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
17	201407317	2.1.2.1	Of. 20021/2014-CGU/REGIONAL/CGU/ES
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal do Espírito Santo			425
Descrição da Recomendação			
<p>Constatação: Pagamentos indevidos de pensões no montante de R\$ 84.023,34 no exercício de 2013.</p> <p>Recomendação 1: Corrigir os valores das pensões dos instituidores identificados, após a comunicação desta constatação aos interessados e a concessão de prazo para que eles exerçam seus direitos à ampla defesa e ao contraditório.</p> <p>Recomendação 2: Ressarcir ao erário os valores pagos indevidamente aos pensionistas dos instituidores identificados nesta constatação, observando o princípio da ampla defesa e do contraditório, nos termos do artigo 46 da Lei nº 8.112/1990.</p> <p>Recomendação 3: Abster-se de alterar os valores das pensões concedidas com fundamento nos artigos 2º e 15 da Lei nº 10.887/2004 em razão de medidas provisórias ou de leis que instituíam novas tabelas de vencimento básico, gratificações e estruturas remuneratórias especiais ou que criem/reestruturarem carreiras e planos de carreiras ou cargos após o óbito do instituidor, em consonância com os entendimentos do órgão central do SIPEC contidos na Nota Técnica nº 248/2012/CGNOR/DENOP/SEGEP/MP.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas			119983
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<p>Recomendação 01 e 02: Atendida Parcialmente. Apenas as matrículas 0294945, 0270211 e 297552 não foram acatadas.</p> <p>Recomendação 03: Não Acatada. Aguardando posicionamento do MEC, por meio do processo nº 23068.012756/2010-01. Em decorrência das alterações promovidas pela MP nº 295/2006 e MP nº 431/2008, convertidas nas Leis nº 11.344/2006 e 11.784/2008, com efeitos financeiros foram retroativos a data do óbito dos instituidores, os valores das pensões foram recalculados considerando os aumentos concedidos por meio das referidas medidas provisórias. Entretanto, de acordo com a CGU “os efeitos financeiros retroativos dessas medidas provisórias/leis, por ausência de expressa previsão legal, não podem beneficiar os pensionistas desses instituidores, por contrariar a regra de correção dos valores das pensões estabelecida pelo artigo 15 da Lei nº 10.887/2004”. Ocorre que a exemplo que foi feito em 2006 e 2008, com a publicação da MP nº 568/2012 em 14/05/2012, a própria SEGEP/MP determinou que o valor das pensões concedidas em março e abril/2012 devem ser atualizados uma vez que os efeitos financeiros desse MP retroagiram a 01/03/2012, conforme pode ser observado no Comunica nº 551642 emitido em 15/06/2012.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A recomendação contribuiu para o aprimoramento dos controles internos na área de RH.			

11.3 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

11.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

QUADRO 71 - DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR (A.11.3.)

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	392	313	541
	Entregaram a DBR	392	313	541
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0

Fonte: SIE (UFES)

11.3.2 Situação do Cumprimento das Obrigações

No exercício de 2014 não houve caso de descumprimento da obrigação de entrega da DBR em quaisquer das condições indicadas no Quadro.

A unidade responsável pelo gerenciamento da recepção das DBR é o Departamento de Gestão de Pessoas (DGP), da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP).

O gerenciamento da entrega é realizado em conjunto com o controle das funções de confiança. A cada processo de solicitação de designação ou dispensa de ocupante de função gratificada ou de nomeação ou exoneração de ocupante de cargo de direção, o setor requerente deve anexar a Declaração de Bens e Rendas do servidor conforme normativo interno baseado na Instrução Normativa nº 67/2011 do TCU e no Estatuto da Universidade. A partir do processo, realiza-se o registro da entrega da DBR no Sistema de Informações para o Ensino (SIE). Dessa forma, evita-se o descumprimento da obrigação de entrega da DBR.

As DBRs são recebidas em papel, predominantemente, na forma de autorização de acesso aos dados de bens e rendas das declarações de ajuste anual de imposto de renda - pessoa física. No entanto, esta UJ não dispõe de acesso aos dados constantes na base de dados da Receita Federal do Brasil.

Mesmo nos casos em que foi entregue a declaração do Anexo I, da Instrução Normativa nº 67/2011 do TCU, não foi realizado nenhum tipo de análise dos dados das DBR. Atualmente as DBR são mantidas nos processos de solicitação, enquanto aqueles entregues até o exercício de 2010 são mantidas em arquivo exclusivo para tal fim, com acesso restrito aos responsáveis pelo gerenciamento das declarações.

11.4 Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário

QUADRO 72 -MEDIDAS ADOTADAS EM CASO DE DANO AO ERÁRIO EM 2014

Processo	Ação Disciplinar	Relatório	Dt_ Publicação	Apuração/servidor	Local do Fato	Conclusão
000994/2013-16	PAD	01/2014	21/10/2013	Roubo de notebook no CCS (Mapuípe)	CCS	5/2/2014
002036/2011-18	SIND	06/2014	10/12/2013	Hucam - Contratação de firma p/ reforma da Hemodiálise	HUCAM	11/4/2014
023928/2013-14	SIND	13/2014	21/11/2013	Mauro José Cardoso Júnior – Desvio de função	CEUNES	23/5/2014
013279/2013-35	PAD	17/2014	19/8/2013	Gledson Magella Trindade Moraes - Contratação irregular	HUCAM	4/6/2014
009000/2012-38	SIND	18/2014	19/8/2013	Retirada de mesa cirúrgica	HUCAM	3/6/2014
000085/2014-51	SIND	34/2014	25/4/2014	Marcos Daniel de Deus Santos - CNPJ – DE	CCS	5/8/2014
012289/2014-34	SIND	45/2014	11/8/2014	Alnecir Albino Gava – danos ao veículo oficial da Ufes	PU	3/9/2014
012789/2009-17	SIND	46/2014	13/8/2012	Endovix Importação e Com Material Hospitalar Ltda.	HUCAM	11/9/2014
009669/2014-91	SIND	61/2014	28/6/2014	Aldeide Chaves Silva – Desvio de Função	HUCAM	30/10/2014
013034/2014-99	SIND	64/2014	S/ publicação	Débora Dummer – apurar denúncias	CEUNES	12/11/2014

Ressalta-se, ainda, neste item que embora disponha de pessoal e estrutura tecnológica para TCE, tal procedimento não se aplica ao contexto da Universidade, bem como se enfatiza a inexistência de fatos que motivem a TCE.

11.5 Alimentação SIASG E SICONV – UG – 153046 - UFES



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
Pró-Reitoria de Administração
Departamento de Contratos e Convênios

DECLARAÇÃO

Eu, Hécio Ferreira Pinto, CPF n°756.710.857-72, Diretor do Departamento de Contratos e Convênios, exercido na Universidade Federal do Espírito Santo declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2014 por esta Unidade (cuja competência seja da Unidade Gestora 153046) estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - SICONV, conforme estabelece a LDO 2014 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Vitória, 31 de dezembro de 2014.

Hécio Ferreira Pinto
CPF n°756.710.857-72
Diretor do Departamento de Contratos e Convênios/UFES



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE RESTAURANTES

DECLARAÇÃO

Eu, **Amélia Lopes Lima**, CPF nº 576342547-20, **Diretora do Departamento de Gestão de Restaurantes**, exercido no **Departamento de Gestão de Restaurantes** declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2014 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece a LDO 2014 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Vitória, 31 de dezembro de 2014.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Amélia Lopes Lima', is written over the printed name.

Amélia Lopes Lima

576342547-20

Diretora/ Departamento de Gestão de Restaurantes/Ufes



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO UNIVERSITÁRIO NORTE DO ESPÍRITO SANTO
Relatório de Gestão do CEUNES – 2014**

**DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E
SICONV**

DECLARAÇÃO

Eu, Diógina Barata, CPF 079.232.047-64, vice-diretora no exercício da direção, do Centro Universitário Norte do Espírito Santo (CEUNES/UFES), declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2014 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece a LDO 2014 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

São Mateus, 31 de Dezembro de 2014.

Diógina Barata


Vice-Diretora no Exrcício da Direção do CEUNES/UFES

Diógina Barata
VICE-DIRETOR/CEUNES/UFES
SIAPE 1754497

DECLARAÇÃO

Eu, Julião Soares de Souza Lima, CPF nº 336.892.296-34, Diretor, exercido no Centro Ciências agrárias – CCA, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2014 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 31 de dezembro de 2014.


Julião Soares de Souza Lima
CPF: 336.892.296-34
Diretor/CCA-UFES

12 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

12.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

A Divisão de Patrimônio aplica no seu Sistema de Controle Patrimonial critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, desde o final do exercício de 2010. A Macrofunção 020330 norteia a reavaliação e depreciação dos ativos.

A metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo encontra-se nas páginas 12 a 15 da Macrofunção 02330, conforme Tabela 10.

TABELA 10 - DADOS DA MACROFUNÇÃO 02330

Conta	Título	Vida útil (anos)	Valor residual
14212.02.00	AERONAVES	-	-
14212.04.00	APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTACAO	15	10%
14212.06.00	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	10	20%
14212.08.00	APAR.,EQUIP.E UTENS.MED.,ODONT.,LABOR.E HOSP.	15	20%
14212.10.00	APARELHOS E EQUIP. P/ESPORTES E DIVERSOES	10	10%
14212.12.00	APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	10	10%
14212.13.00	ARMAZENS ESTRUTURAIS - COBERTURAS DE LONA	10	10%
14212.14.00	ARMAMENTOS	20	15%
14212.16.00	BANDEIRAS, FLAMULAS E INSIGNIAS	-	-
14212.18.00	COLECOES E MATERIAIS BIBLIOGRAFICOS	10	0%
14212.19.00	DISCOTECAS E FILMOTECAS	5	10%
14212.20.00	EMBARCACOES	-	-
14212.22.00	EQUIPAMENTOS DE MANOBRAS E PATRULHAMENTO	20	10%
14212.24.00	EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO	10	10%
14212.26.00	INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTISTICOS	20	10%
14212.28.00	MAQUINAS E EQUIPAM. DE NATUREZA INDUSTRIAL	20	10%
14212.30.00	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS	10	10%

14212.32.00	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRAFICOS	15	10%
14212.33.00	EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	10	10%
14212.34.00	MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	10	10%
14212.35.00	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTOS DE DADOS	5	10%
14212.36.00	MAQUINAS, INSTALACOES E UTENS. DE ESCRITORIO	10	10%
14212.38.00	MAQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSILIOS DE OFICINA	10	10%
14212.39.00	EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS E ELETRICOS	10	10%

14212.40.00	MAQ.EQUIP.UTENSILIOS AGRI/AGROP.E RODOVIARIOS	10	10%
14212.42.00	MOBILIARIO EM GERAL	10	10%
14212.44.00	OBRAS DE ARTE E PECAS PARA EXPOSICAO	-	-
14212.46.00	SEMOVENTES E EQUIPAMENTOS DE MONTARIA	10	10%
14212.48.00	VEICULOS DIVERSOS	15	10%
14212.49.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL SIGILOSO E RESERVADO	10	10%
14212.50.00	VEICULOS FERROVIARIOS	30	10%
14212.51.00	PECAS NAO INCORPORAVEIS A IMOVEIS	10	10%
14212.52.00	VEICULOS DE TRACAO MECANICA	15	10%
14212.53.00	CARROS DE COMBATE	30	10%
14212.54.00	EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSORIOS AERONAUTICOS	30	10%
14212.56.00	EQUIPAMENTOS, PECAS E ACES.DE PROTECAO AO VOO	30	10%
14212.57.00	ACESSORIOS PARA AUTOMOVEIS	5	10%
14212.58.00	EQUIPAMENTOS DE MERGULHO E SALVAMENTO	15	10%
14212.60.00	EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSORIOS MARITIMOS	15	10%
14212.83.00	EQUIPAMENTOS E SISTEMA DE PROT.VIG. AMBIENTAL	10	10%

Considerando-se a especificidade dos bens móveis permanentes desta Universidade, cadastrados no seu Sistema de Controle Patrimonial, a DIPAT não aplica a amortização e exaustão nos mesmos. Entendendo-se amortização e exaustão como: “Amortização é a redução do valor aplicado na aquisição de direitos de propriedade e quaisquer outros, inclusive ativos intangíveis, com existência ou exercício de duração limitada, ou cujo objeto sejam bens de utilização por prazo legal ou contratualmente limitado”.

“Exaustão é a redução do valor, decorrente da exploração, dos recursos minerais, florestais e outros recursos naturais esgotáveis” (Macrofunção 020330).

A metodologia e taxas para aplicação da amortização dos bens, também são baseadas nas orientações da Macrofunção 020330. Considerando a definição de depreciação de bens como: “a redução do valor dos bens pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência”, adotou-se os dados de vida útil e valor residual da tabela acima para definir as taxas utilizadas para o cálculo automático da depreciação no Sistema de Controle Patrimonial. Ressalta-se que o excelente trabalho da equipe da Divisão de Patrimônio, aliado ao apoio do Núcleo de Tecnologia da Informação, tornou possível implementar, ainda no ano de 2010, a depreciação diária dos bens patrimoniais móveis da UFES.

A Universidade, a partir do mês de maio de 2015, estará substituindo o atual Sistema de Controle Patrimonial no Sistema Integrado de Licitações, Administração e Patrimônio – SILAP, pelo Sistema de Informações do Ensino - SIE - módulo Patrimônio, ampliando também o controle para os bens imóveis. Atualmente a UFES não aplica depreciação nos bens imóveis. O novo sistema facultará um controle mais detalhado e individualizado das edificações e a aplicação de sua depreciação, atendendo melhor o especificado pela União.

Acredita-se ser extremamente positivo o impacto da aplicação dos critérios da NBC na apuração do resultado do patrimônio da UFES.

12.2 Apuração dos Custos dos Programas e das Unidades Administrativas

Existe internamente uma classificação das Unidades, denominada internamente de Unidade Gestora Responsáveis – UGR, que permite apurar os gastos com as distintas Unidades que compõem a Instituição. Entretanto, essas informações ainda não são utilizadas como parâmetros para uma avaliação mais apurada dos custos e despesas realizadas por cada uma delas. Logo, esse item também é afetado, como informado no tópico 5.5, pela ausência de um Sistema de Apuração de Custos que permita o detalhamento e o uso dessas informações para aprimorar o processo de gestão.


Reitera-se, então, que medidas já estão sendo adotadas para viabilizar a ação e institucionalização adoção do SAC – Sistema de Apuração de Custos que permita, de forma precisa, apurar esses e os demais custos relacionados à gestão institucional.

12.3 Conformidade Contábil

RELATÓRIO DE CONFORMIDADE CONTÁBIL			
UNIDADE JURISDICIONADA			CÓDIGO DA UG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO			153046
<p>A Conformidade Contábil, tendo como base os preceitos regidos pelos Princípios de Contabilidade, pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, relativos ao exercício de 2014, refletiu as seguintes restrições no exercício de 2014:</p> <p>a) Em alguns meses do ano, o saldo contábil dos bens móveis não conferiu com o saldo do Relatório de Movimentação dos Bens Móveis (RMB) da UG, sendo regularizado posteriormente;</p> <p>b) Em determinados momentos, houveram divergências entre os valores liquidados e o valores do passivo financeiro, sendo também regularizado posteriormente;</p> <p>c) Em determinados meses, não foi enviado a Divisão de Contabilidade desta UG os relatórios de movimentação do almoxarifado (RMA), de movimentação de bens (RMB) e da depreciação em tempo hábil, ou seja, antes do fechamento da contabilidade, conforme calendário de fechamento da contabilidade no SIAFI;</p> <p>d) Em determinados momentos, não foi dada a conformidade de registro de gestão.</p>			
Local	Vitória	Data	30/03/2015
Contador Responsável	Douglas Roriz Caliman	CRC n.º	012231/O-0


Douglas Roriz Caliman
Contador Geral da UFES
CRC-ES n.º 012231/O-0

RELATÓRIO DE CONFORMIDADE CONTÁBIL			
UNIDADE JURISDICIONADA			CÓDIGO DA UG
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO CASSIANO ANTÔNIO DE MORAES			153047
<p>A Conformidade Contábil, tendo como base os preceitos regidos pelos Princípios de Contabilidade, pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, relativos ao exercício de 2014, refletiu as seguintes restrições no exercício de 2014:</p> <p>a) No mês de maio de 2014, não foi enviado a Divisão de Contabilidade desta UG o relatório de movimentação do almoxarifado (RMA), em tempo hábil, ou seja, antes do fechamento da contabilidade, conforme calendário de fechamento da contabilidade no SIAFI, pois houve mudança e transição para o sistema AGHU.</p> <p>b) Em determinados momentos, não foi dada a conformidade de registro de gestão.</p>			
Local	Vitória	Data	30/03/2015
Contador Responsável	VALCERLI GERMANO GAICK	CRC n.º	12230/O-3


 Douglas Roriz Caliman
 Contador Geral da UFES
 CRC-ES n.º 012231/O-0

RELATÓRIO DE CONFORMIDADE CONTÁBIL			
UNIDADE JURISDICIONADA			CÓDIGO DA UG
RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO			153048
<p>A Conformidade Contábil, tendo como base os preceitos regidos pelos Princípios de Contabilidade, pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2014, refletiu as seguintes restrições no exercício de 2014:</p> <p>a) A depreciação referente ao mês de novembro de 2014 foi registrada de forma não tempestiva. Lançamento regularizado posteriormente.</p> <p>b) Em determinados momentos, não foi dada a conformidade de registro de gestão em tempo hábil.</p> <p>c) O saldo do Relatório de Movimentação de Almoxarifado (RMA) não estava em conformidade com os saldo do SIAFI no mês de março de 2014.</p>			
Local	Vitória	Data	30/03/2015
Contador Responsável	KAIO REGATTIERI DOS SANTOS	CRC nº	016527/O

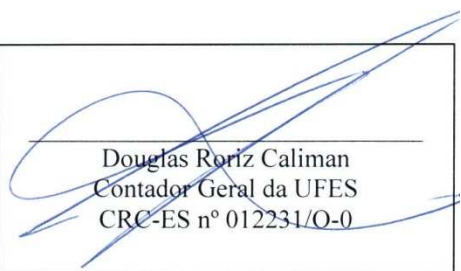


 Douglas Roriz Caliman
 Contador Geral da UFES
 CRC-ES nº 012231/O-0

RELATÓRIO DE CONFORMIDADE CONTÁBIL			
UNIDADE JURISDICIONADA			CÓDIGO DA UG
CENTRO DE CIENCIAS AGRARIAS DA UFES			153050
<p>A Conformidade Contábil, tendo como base os preceitos regidos pelos Princípios de Contabilidade, pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2014, não houveram restrições no exercício de 2014. Os meses de agosto e dezembro apresentam registros de Conformidade Contábil.</p>			
Local	Vitória	Data	30/03/2015
Contador Responsável	LUIZ HENRIQUE ROSSI TINELI	CRC nº	4325


 Douglas Roriz Caliman
 Contador Geral da UFES
 CRC-ES nº 012231/O-0

RELATÓRIO DE CONFORMIDADE CONTÁBIL			
UNIDADE JURISDICIONADA			CÓDIGO DA UG
CENTRO UNIVERSITARIO NORTE DO ESPIRITO SANTO			153049
<p>A Conformidade Contábil, tendo como base os preceitos regidos pelos Princípios de Contabilidade, pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2014, refletiu as seguintes restrições no exercício de 2014:</p> <p>a) Em determinados momentos, não foi dada a conformidade de registro de gestão em tempo hábil.</p> <p>b) Inconsistência no saldo da conta Valores Transitórios do Passivo Circulante. Conta ajustada posteriormente.</p> <p>c) O saldo do Relatório de Movimentação de Almoxarifado (RMA) não estava em conformidade com os saldo do SIAFI no mês de outubro e novembro de 2014.</p> <p>d) A Conformidade Contábil não foi registrada no mês de dezembro de 2014.</p>			
Local	Vitória	Data	30/03/2015
Contador Responsável	Valesca Scarpati	CRC nº	16561/O-4



 Douglas Roriz Caliman
 Contador Geral da UFES
 CRC-ES nº 012231/O-0

12.4 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

12.4.1 Declaração Plena

Não ocorreu

12.4.2 Declaração com Ressalva

QUADRO 73 - DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVAS SOBRE A FIDEDIGNIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVAS SOBRE A FIDEDIGNIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS			
DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO		153046	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2014, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, exceto no tocante a :</p> <p>a) Em alguns meses do ano, o saldo contábil dos bens moveis não conferiu com o saldo do Relatório de Movimentação dos Bens Móveis (RMB) da UG, sendo regularizado posteriormente;</p> <p>b) Em determinados momentos, houveram divergências entre os valores liquidados e o valores do passivo financeiro, sendo também regularizado posteriormente;</p> <p>c) Em determinados meses, não foi enviado a Divisão de Contabilidade desta UG os relatórios de movimentação do almoxarifado (RMA), de movimentação de bens (RMB) e da depreciação em tempo hábil, ou seja, antes do fechamento da contabilidade, conforme calendário de fechamento da contabilidade no SIAFI;</p> <p>d) Em determinados momentos, não foi dada a conformidade de registro de gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Vitória – ES	Data	23/02/2015
Contador Responsável	Douglas Roriz Caliman	CRC nº	012231/O-0

Douglas Roriz Caliman
Chefe de SAC/DCF/UFES
Contador CRC/ES Nº 012231/O-0

12.5 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008

Não se aplica à Instituição.

12.6 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976

Não se aplica à Instituição

12.7 Composição Acionária das Empresas Estatais

Não se aplica à Instituição

12.8 Relatório de Auditor Independente Sobre as Demonstrações Contábeis, Caso Tenha Havido a Contratação Deste Serviço pela Unidade Jurisdicionada.

Não se aplica à Instituição

13 OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

13.1 Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ

São muitas as atividades desenvolvidas pela Instituição já retratadas em outros tópicos desse Relatório. Faz-se relevante, todavia, registrar as profundas alterações que ocorreram na Estrutura Organizacional da Universidade, tendo por base as orientações do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio da Resolução nº 08, complementada pela Resolução nº 27, de 2014, do Conselho Universitário, visando ao equilíbrio e à adequação da estrutura ao potencial de atuação da Universidade.

Faz-se um registro da participação da UFES no Fórum de Dirigentes Federais do Espírito Santo, coordenado no estado pelo diretor regional do Correio e, em nível nacional, pela Secretaria de Relações Institucionais, do governo federal, configurando um espaço para o compartilhamento de soluções e de sinergias de atuação.

Em 2014, também ocorreu à instalação do ponto eletrônico, padronizando-se um componente complexo do viés trabalhista, no âmbito do setor público, com rebatimento direto na melhor realização dos produtos e oferta de serviços da Universidade.

Enfatiza-se, ainda que, embora não se configure nesse relatório macroprocessos finalísticos, a educação a distância e a formação continuada constituem importantes mecanismos de difusão da educação e do desenvolvimento promovido pela Universidade.

13.2 Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes

Criada por meio da Lei Nº 12.550 de 15 de dezembro de 2011, a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), empresa pública de interesse público e direito privado, vinculada ao Ministério da Educação, apresentou-se como alternativa para o desenvolvimento da gestão dos hospitais universitários federais.

O processo de adesão do Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes à EBSERH iniciou-se em julho de 2012 com formação de uma equipe técnica composta por 3 (três) servidores que realizaram diagnóstico situacional e subsidiaram o processo de contratualização e o plano de reestruturação do Hospital, permitindo o dimensionamento de serviços assistenciais e de ensino e pesquisa do HUCAM, bem como a estruturação inicial do Contrato firmado entre a UFES e a EBSERH.

O Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes, Órgão Suplementar da Universidade Federal do Espírito Santo, foi encampado pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), em 15 de abril de 2013, por meio do Contrato 1008/2013 e está em processo de consolidação para a gestão plena à sua nova Unidade Gestora como filial da empresa pública.

Isso posto, são apresentadas a seguir os quadros e as informações do Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes – HUCAM, encampado pela EBSERH, sendo de total responsabilidade da Unidade a natureza quantitativa e qualitativa das informações registradas.

13.2.1 Finalidades e Competências

O Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes - Hucam, encampado em 15 de abril de 2013 pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEH, empresa pública de direito privado, por meio do Contrato 1008/2013, tem por finalidade a oferta à população, de assistência médico-hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, bem como o apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão ao ensino-aprendizagem e à formação de pessoas no campo da saúde pública, vedado o atendimento de pacientes de convênios e particulares.

Enquanto hospital referência em média e alta complexidade, destaca-se pela qualidade da assistência oferecida à população do Espírito Santo e como Centro de Referência para diagnóstico e tratamento de AIDS, Tuberculose Multirresistente, Transplante Renal, Cirurgia Geral e Cardíaca, Terapia Intensiva Neonatal e de Adulto, Hemodinâmica e outros atendimentos de maior complexidade.

Fundamental para a formação dos profissionais da área de saúde, o Hucam é campo de prática para os cursos de graduação e pós-graduação do Centro de Ciências da Saúde – CCS, de Residência Médica e da Residência Multiprofissional da Universidade Federal do Espírito Santo. Além disso, possui vários programas e projetos que são referências no país, como o de atenção à saúde da mulher, aos portadores de Aids, Banco de Leite, aos dependentes químicos e às vítimas de violência sexual. Realiza cirurgias bariátricas e de mudança de sexo.

13.2.1.1 Organograma Funcional

QUADRO 74 – INFORMAÇÕES SOBRE ÁREAS OU SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS

Áreas/Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Superintendência	Praticar os atos de gestão orçamentária, financeira, contábil, patrimonial, documental e de gestão de recursos humanos necessários ao funcionamento das unidades hospitalares sob sua responsabilidade, observadas as diretrizes da Portaria EBSEH nº 125/2012.	Luiz Alberto Sobral Vieira Júnior	Superintendente	01/01/2014 – 31/12/2014
Gerência de Atenção à Saúde	Implantar as diretrizes do modelo assistencial definido pela Ebserh, bem como as políticas de saúde, coordenando o planejamento, a	Joanna Barros de Jaeger	Gerente de Atenção à Saúde	01/01/2014 – 31/12/2014

	organização e a administração dos serviços assistenciais de forma a garantir a atenção integral à saúde, articulando a integração dos processos de gestão, assistência, ensino e pesquisa.			
Gerência de Ensino e Pesquisa	Planejar, coordenar e supervisionar o trabalho dos profissionais subordinados, viabilizando a execução de propostas de ensino e pesquisa no âmbito do hospital.	Reynaldo Dietze	Gerente de Ensino e Pesquisa	01/01/2014 – 31/12/2014
Gerência Administrativa	Gerenciar e implementar as políticas de gestão administrativa, orçamentária, financeira, patrimonial, contábil, de gestão de pessoas e de logística e infraestrutura no âmbito do hospital; assinar processos financeiros para pagamento, submetendo-os à deliberação do Ordenador de Despesas.	Rogério Luiz Scapini	Gerente Administrativo	12/03/2014 – 18/12/2014
Gerência Administrativa		Maroun Simão Padilha		01/01/2014-11/03/2014-19/12/2014-31/12/2014

13.2.1.2 Macroprocessos Finalísticos

QUADRO 75 - MACROPROCESSO FINALÍSTICO

Macroprocesso	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Responsáveis
Assistência	Monitoramento e avaliação de ações relativas à (1) Atenção à Saúde, na prestação de assistência integral e humanizada aos usuários do SUS; (2) Aprimoramento da gestão, mediante planejamento, coordenação e integração de processos administrativos e assistenciais; (3) Aperfeiçoamento dos profissionais atuantes na instituição; (4) Ensino e Pesquisa, por meio de atividades de educação permanente e de pesquisa em saúde.	Assistência integral e humanizada; Gestão aprimorada; Processos administrativos e assistenciais integrados; Melhoria contínua da qualidade da assistência prestada à população; Profissionais capacitados e qualificados no quadro da instituição; Profissionais formados na área de saúde; Pesquisas na área de saúde.	Sociedade	Gerência de Atenção à Saúde, Gerência de Ensino e Pesquisa e Gerência Administrativa.
Ensino e Pesquisa	Suporte aos Programas de Residência Médica e Residência Multiprofissional em Saúde, e realização de pesquisas na área de saúde.	Médicos especializados e treinados; Pesquisas na área de saúde;	Sociedade	Gerência de Atenção à Saúde, Unidade de telessaúde.

Condução dos Macroprocessos Finalísticos

A condução dos macroprocessos finalísticos de Assistência e de Ensino e Pesquisa está balizada pelas ações definidas no Plano Diretor Estratégico, que por sua vez, embasa-se nos objetivos estratégicos do hospital num horizonte de dois anos de gestão. Assim, a Instituição encontra-se em um momento de reestruturação de seus processos de trabalho, adequando-se ao novo organograma, a fim de exercer, junto à Ebserh, um modelo compartilhado de gestão, orientado para o aprimoramento das ações de governança.

13.2.2 Governança

QUADRO 76 - AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.				X	
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.			X		
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.			X		
Informação e Comunicação					
	1	2	3	4	5

23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.			X		
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			X		
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			X		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Análise crítica e comentários relevantes da equipe de governança do Hucam: A implementação de normas e procedimentos operacionais, bem como a objetiva definição das competências e atribuições da estrutura administrativa tem oportunizado avanços no monitoramento e instrumentos de controles internos da Instituição.					
Escala de valores da Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria .					
(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria .					
(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

13.2.3 Relacionamento com a Sociedade

13.2.3.1 Canais de acesso do cidadão para os seguintes fins: elogios, solicitações, informações, reclamações e denúncias.

O acesso dos cidadãos pode ocorrer dos seguintes modos: pessoalmente, por telefone ou por meios eletrônicos (e-mail ou sistemas instituídos):

- Físico: Avenida Marechal, nº 1.355 Santa Cecília CEP 20.043-260 – Vitória/ES;
- E- mail: ouvidoria.hucam@gmail.com;
- Telefone: (027) 3335-7443

O acesso dos cidadãos pode ocorrer também pelos seguintes canais de comunicação

- SIG EBSERH (SISTEMA DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS):
<http://www.ebserh.gov.br/>
- OUVIDOR SUS: <http://portalsaude.saude.gov.br/>
- E-SIC (SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO):
<http://www.acessoainformacao.gov.br/>

Registro de dados estatísticos referentes ao exercício 2014:

No ano de 2014 foi realizado um total de 1.118 atendimentos que foram assim distribuídos:

QUADRO 77 - DADOS ESTATÍSTICOS DE 2014

DEMANDAS						
RECLAMAÇÃO	SUGESTÃO	ELOGIO	DENÚNCIA	INFORMAÇÃO	SOLIC. DIVERSAS	TOTAL ANUAL
617	8	46	30	343	74	1.118

13.2.3.2 Carta de Serviços ao Cidadão

A Carta de Serviços ao Cidadão encontra-se em fase inicial de elaboração.

13.2.3.3 Demonstração dos mecanismos para medir a satisfação dos cidadãos/usuários.

A metodologia utilizada para medir a satisfação dos usuários foi pesquisa de campo e o instrumento usado na pesquisa foi um questionário estruturado. O projeto de pesquisa de satisfação do usuário se dá por amostragem.

O questionário contém 10 perguntas claras para os entrevistados e relevantes para a gestão, sendo cada questão aplicável a todos os grupos de usuários, de forma que todas as perguntas são respondidas por qualquer entrevistado, ou seja, não há opção “não se aplica”. O questionário utilizado avalia aspectos relacionados à estrutura, atendimento e avaliação geral do hospital, que apontam questões relacionadas a cinco dimensões da prestação de serviços que são passíveis de avaliação por parte dos públicos alvos.

Nesta pesquisa são utilizados os seguintes aspectos e dimensões abaixo relacionados:

- Aspectos tangíveis: Conforto no local da recepção, higiene, limpeza e organização;
Conforto das instalações na área do atendimento médico;
- Confiabilidade: Avaliação geral, indicação para outro familiar;
- Receptividade/empatia/garantia: Atendimento da equipe de saúde, atendimento da recepção.

13.2.3.4 Detalhamento do caminho de acesso, no portal da unidade Jurisdicionada na internet

O portal do hospital está em fase final de implantação e assim que concluído poderá ser acessado no seguinte endereço: [HTTP://internet.ebserh.gov.br/web/hucam](http://internet.ebserh.gov.br/web/hucam).

13.2.3.5 Análise dos Dados Obtidos na Pesquisa de Satisfação do Usuário.**Resultado pesquisa de satisfação - 1º Ciclo - HUCAM-UFES**

Quantidade de respostas dos pacientes ao questionário aplicado = 776

Índice de Satisfação Infraestrutura 54.57 %	Índice de Satisfação Atendimento 64.55 %	Índice de Satisfação Avaliação Geral 65.46 %	Índice de Satisfação Geral 60.4 %
---------------------------------------------------	------------------------------------------------	----------------------------------------------------	-----------------------------------------

No ano de 2014 foram realizados dois ciclos de pesquisa de satisfação do usuário, conforme demonstrado nos quadros abaixo:

Resultado pesquisa de satisfação - 2º Ciclo - HUCAM-UFES

Quantidade de respostas dos pacientes ao questionário aplicado = 628			
Índice de Satisfação Infraestrutura 56,0%	Índice de Satisfação Atendimento 67,3%	Índice de Satisfação Avaliação Geral 65,7%	Índice de Satisfação Geral 62,2%

Resultado pesquisa de satisfação - 3º Ciclo - HUCAM-UFES

Quantidade de respostas dos pacientes ao questionário aplicado = 654			
Índice de Satisfação Infraestrutura 66.6%	Índice de Satisfação Atendimento 77.81%	Índice de Satisfação Avaliação Geral 71.2%	Índice de Satisfação Geral 72.06%

Para o ano de 2015 estão previstos 3 ciclos de pesquisa que acontecerá quadrimestralmente.

13.2.3.6 Medidas adotadas pelos órgãos ou entidades com vistas ao cumprimento das normas relativas à acessibilidade:

O Hospital está em processo de adequação ao novo organograma e em reestruturação do processo de trabalho. Diante dessas mudanças foi construído o Plano Diretor Estratégico, contemplando projetos de infraestrutura física que abranja às necessidades de acessibilidade física.

13.2.4 Ambiente de Atuação

Atualmente, o Hucam conta com 129 consultórios ambulatoriais e 287 leitos, distribuídos em uma área de aproximadamente 31.493,31m². Há previsão de abertura de novos leitos planejados, o que levará a capacidade instalada a um total de 310 leitos.

O Hospital presta serviços ambulatoriais e cirúrgicos nas seguintes especialidades: angiologia/dor, angiologia, clínica médica, cardiologia clínica, cirurgia torácica, dermatologia, endocrinologia, endócrino crescimento (PED), gastroenterologia e gastropediatria, ginecologia/mastologia, infectologia, nefrologia e nefropediatria, obstetrícia, oftalmologia, hematologia/oncologia, ortopedia, otorrinolaringologia, pediatria/neonatologia, neurologia, pediatria, pneumologia, urologia, reumatologia, saúde mental, medicina física e reabilitação, hospital dia AIDS, cirurgia geral e fígado cirúrgico, cirurgia cardíaca, cirurgia plástica, cirurgia bariátrica, cirurgia pediátrica, neurologia e neurocirurgia, cirurgia cardiovascular, anestesiologia, cirurgia de cabeça e pescoço e bucomaxilofacial e proctologia. Além disso, no Hospital, são desenvolvidos programas de alcoolismo, tratamento da obesidade mórbida, TDAH - transtornos de déficits de atenção e hiperatividade, insuficiência renal terminal, hepatologia, hepatites virais, visão subnormal, planejamento familiar, PAVIVIS (programa de apoio às vítimas de violência sexual), HIV, tuberculose, anemia falciforme, cefaleias, esclerose múltipla, fibromialgia, doenças reumatológicas e câncer de pele.

O Hospital é centro de referência em alta complexidade cardiovascular e em atendimento à gestação de alto risco, além de unidade de assistência em alta complexidade em nefrologia e ao paciente portador de obesidade grave. Também é referência em cirurgias hepatobiliares e pancreáticas de alta complexidade, bem como cirurgias urológicas no Estado. Realiza cirurgias oncológicas em diversas áreas, além de outras atividades de média e alta complexidade tais como: tratamento de AIDS, serviço de hematologia, vídeo cirurgias, transplante de córnea/esclera, busca ativa de tecido ocular humano, busca ativa de órgãos.

Anualmente, cerca de 10 mil internações, 06 mil cirurgias, 1,5 mil partos, 200 mil consultas ambulatoriais, 15 mil atendimentos de urgência e 250 mil exames laboratoriais de análises clínicas são realizados no Hucam.

O Hospital Escola conta com cerca de 960 alunos de graduação e 220 de pós-graduação. Atualmente, o hospital constitui-se campo de estágio para os cursos na área de saúde, além de ser o principal local de aprendizagem das residências médicas e multiprofissionais, bem como local de pesquisa para os programas de pós-graduação *strictu sensu*.

13.2.5 Planejamento da Unidade e Resultados Alcançados

No âmbito do seu Plano Diretor Estratégico – PDE, definiu-se um plano de ação com base nos objetivos estratégicos, descritos abaixo, para dois anos de gestão, buscando priorizar os maiores problemas do Hospital, observando o contexto de mudança na estrutura organizacional, cultural, comunicacional e de liderança, de forma a adequá-lo à sua missão e primando pela melhoria de qualidade da assistência, ensino e pesquisa.

- Viabilizar a assistência de excelência, favorecendo a evolução do ambiente de ensino: promover modelo assistencial focado nos usuários e alunos, ofertando estrutura física, tecnológica e de pessoal, compatibilizando as atividades de assistência e ensino;
- Promover a cultura de relevância do Hucam no SUS e na formação de profissionais para o país: desenvolver linhas de cuidados estratégicos para a rede local de atenção à saúde e atuar como agente de disseminação de conhecimento qualificando as ações de melhoria da gestão e assistência;
- Adotar padrões baseados nas melhores práticas, respeitando a autonomia responsável e a vocação do Hucam: exercer junto à EBSERH um modelo compartilhado de gestão, orientado para o aprimoramento de procedimentos de governança com critérios claros de avaliação, monitoramento e controle;
- Comprometer-se com a transparência das informações e com o cumprimento da missão pública com qualidade e eficiência: promover a gestão orçamentária e a otimização dos custos, além de garantir o cumprimento de metas e a disponibilidade de informações confiáveis sobre a atividade do hospital.

O diagnóstico realizado em agosto de 2013 pelos atores internos e externos envolvidos na construção do Plano Diretor Estratégico elencou três macroproblemas do Hucam, listados a seguir, desencadeando toda a construção dos planos de ação por meio do desdobramento em nós-críticos, ações e atividades a serem desenvolvidas em um período de 2 (dois) anos:

1º. Insuficiência de RH, infraestrutura e insumos para o atendimento aos usuários do SUS;

- 2°. Pouca qualificação da gestão;
3°. Fragilidade das relações do Hospital com o SUS.

13.2.5.1 Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados

13.2.5.2 Ação 00M1 - BENEFICIOS ASSISTENCIAIS DECORRENTES DO AUXILIO-FUNERAL E NATALIDADE

QUADRO 78 - BENEFICIOS ASSISTENCIAIS DECORRENTES DO AUXILIO-FUNERAL E NATALIDADE

Identificação da Ação						
Código	00M1				Tipo:	OP
Título	BENEFICIOS ASSISTENCIAIS DECORRENTES DO AUXILIO-FUNERAL E NATALIDADE					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	Código	2109	Tipo:	Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	
Unidade Orçamentária	26364 - Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes					
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
20.000,00	20.000,00	8.215,65	8.215,65	8.215,65	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
PESSOA BENEFICIADA		UNIDADE	1	1	1	2

Fonte: SIAPE/PROGEP/UFES

DADOS REF. AUXILIO NATALIDADE (AUX. FUNERAL EXECUTADO PELO HUCAM)

Análise crítica: A execução da ação de assistência auxílio funeral/natalidade teve em média 1 pessoa mês. A Ação alcançou no decorrer do ano uma variação entre 0 a 2 de execução. A principal dificuldade foi a previsão quanto à variação no número de servidores com dependentes no quadro de pessoal ativo.

13.2.5.3 Ação 0181 - PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - SERVIDORES CIVIS

QUADRO 79 - PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - SERVIDORES CIVIS

Identificação da Ação						
Código	0181			Tipo:	OP	
Título	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS					
Programa	Previdência de inativos e pensionistas da União	Código	0089	Tipo:	OP	
Unidade Orçamentária	26364 - Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
13.780.637,00	18.756.555,00	18.613.953,00	18.613.953,00	18.613.953,00	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Análise crítica: A execução da ação de pagamento de aposentadorias teve em média 221 pessoas por mês. Atingiu no decorrer do ano uma variação entre 210 a 237 de execução. A como maior foi à previsão no número de servidores que do quadro de pessoal ativo que passam a utilizar o benefício.						

13.2.5.4 Ação 09HB CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS

QUADRO 80 - CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS

Identificação da Ação						
Código	09HB			Tipo:	OP	
Título	CONTRIBUICAO DA UNIAO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDACOES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	Código	2109	Tipo:	Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	
Unidade Orçamentária	26364 - Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
11.558.664,00	11.558.664,00	11.251.014,66	11.251.014,66	11.251.014,66	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
PESSOA BENEFICIADA			UNIDADE	778	36	814
Análise crítica: A execução da ação de pagamento de RPPS teve em média 797 pessoas por mês. Atingiu no decorrer do ano uma variação entre 778 a 814 de execução. Existem dificuldades relacionadas à previsão no número de servidores que passam a utilizar o benefício do quadro de pessoal ativo.						

13.2.5.5 Ação 2004 – ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MILITARES E SEUS DEPENDENTES

QUADRO 81 - ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MILITARES E SEUS DEPENDENTES

Identificação da Ação						
Código	2004				Tipo:	A
Título	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MILITARES E SEUS DEPENDENTES					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	Código	2109	Tipo:	Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	
Unidade Orçamentária	26364 - Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.556.772,00	1.366.260,00	1.005.769,23	1.005.769,23	1.005.769,23	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
PESSOA BENEFICIADA		PESSOAS	481	24	505	
Análise crítica: A execução da ação de Assistência Saúde-Suplementar teve em média 490 pessoas por mês. Atingiu no decorrer do ano uma variação entre 481 a 505 de execução. Existem dificuldades relacionadas à previsão no número de servidores no quadro de pessoal ativo que utiliza o benefício.						

13.2.5.6 Ação 2010 ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITARES

QUADRO 82 – ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITARES

Identificação da Ação						
Código	2010				Tipo:	A
Título	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITARES					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	Código	2109	Tipo:	Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	
Unidade Orçamentária	26364 - Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
120.348,00	120.348,00	95.925,00	95.925,00	95.925,00	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
CRIANÇA ATENDIDA		UNIDADE	99	10	109	
Análise crítica: A execução da ação de assistência Pré-escolar teve em média 102 pessoas por mês. Atingiu no decorrer do ano uma variação entre 99 a 109 de execução. Existem dificuldades relacionadas à previsão no número de servidores com dependentes no quadro de pessoal ativo.						

13.2.5.7 Ação 2011 AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITARES

QUADRO 83 - AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITARES

Identificação da Ação						
Código	2011				Tipo:	A
Título	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITARES					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	Código	2109	Tipo:	Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	
Unidade Orçamentária	26364 - Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
59.496,00	59.496,00	18.787,15	18.787,15	18.787,15	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
PESSOA BENEFICIADA		UNIDADE	89	23	112	
<p>Análise crítica: A execução da ação de auxílio transporte teve em média 95 pessoas por mês. Atingiu no decorrer do ano uma variação entre 89 a 112 de execução. O principal problema decorre da dificuldade de previsão no número de servidores que passam a utilizar o benefício do quadro de pessoal ativo.</p>						

13.2.5.8 Ação 2012 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITARES

QUADRO 84 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITARES

Identificação da Ação						
Código	2012				Tipo:	A
Título	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITARES					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	Código	2109	Tipo:	Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	
Unidade Orçamentária	26364 - Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
3.875.988,00	3.875.988,00	3.470.932,63	3.470.932,63	3.470.932,63	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
PESSOA BENEFICIADA		UNIDADE	759	42	801	
<p>Análise crítica: A execução da ação auxílio alimentação teve em média 783 pessoas por mês. Atingiu no decorrer do ano uma variação entre 759 a 801 de execução e teve como problema maior a previsão quanto à variação no número de servidores no quadro de pessoal ativo.</p>						

13.2.5.9 Ação 20 RX REESTRUTURAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE INSTITUIÇÕES HOSPITALARES FEDERAIS

QUADRO 85 - REESTRUTURAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE INSTITUIÇÕES HOSPITALARES FEDERAIS

Identificação da Ação						
Código	20RX				Tipo:	A
Título	REESTRUTURACAO E MODERNIZACAO DE INSTITUICOES HOSPITALARES FEDERAIS					
Iniciativa	Expansão, reestruturação, manutenção e funcionamento dos hospitais universitários federais, com promoção da qualificação de recursos humanos na saúde e ampliação de programas de Residência em Saúde, nas profissões, especialidades e regiões prioritárias para o país.					
Objetivo	Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.		Código	0841		
Programa	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão		Código	2032	Tipo:	Programa Temático
Unidade Orçamentária	26364 - Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
3.517.676,00	3.674.676,00	3.660.509,70	3.172.184,79	2.657.973,69	488.324,91	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
UNIDADE APOIADA		Unidade de medida	1		1	
Análise crítica: Através da ação 20RX foram recebidos R\$ 3.674.676,00 de recursos orçamentários via LOA. Desses, R\$ 3.447.902,00 para execução via convênio com a FNS, R\$ 34.829,00 de recursos na fonte 0112 e R\$ 191.945,00 para execução de recursos próprios que foram executados próximos ao limite da arrecadação realizada. Os recursos recebidos para utilização na categoria econômica de Custeio foram utilizados para a manutenção e funcionamento hospitalar.						

13.2.5.10 Ação 20 TP PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIÃO

QUADRO 86 - PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIÃO

Identificação da Ação						
Código	20TP				Tipo:	A
Título	PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	Código	2109	Tipo:	Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	
Unidade Orçamentária	26364 - Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
58.911.386,00	59.211.386,00	58.284.463,19	58.284.266,89	58.284.266,89	196,30	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
PESSOA BENEFICIADA		PESSOAS	783	36	819	
Análise crítica: A execução da ação de pagamento de pessoal ativo teve em média 802 pessoas mês. Atingiu no decorrer do ano uma variação entre 783 a 819 de execução.						

13.2.6 Informações Sobre Indicadores de Desempenho

QUADRO 87 - INDICADORES DE DESEMPENHO

DENOMINAÇÃO	INDICE DE REFERÊNCIA	INDICE PREVISTO	INDICE OBSERVADO	PERIODICIDADE	FORMULA DE CALCULO
ÍNDICE DE FUNCIONAMENTO					
Média de pacientes-dia	163,20	230	163,20	Mensal	Total de entradas (pacientes) no Mês/ Total de dias mês
Média de leitos-dia	239,00	277	239,00	Mensal	Total de leitos hospitalares
Média geral de permanência (dias)	6,65	6	6,65	Mensal	Número de pacientes-dia/ Total de saídas (altas)
Percentual geral de ocupação (%)	68,68	85%	68,68	Mensal	Número de pacientes-dia/ Número de leitos-dia x100
Coeficiente de mortalidade hospitalar	1,91	1,5	1,91	Mensal	Número de óbitos após 24h de admissão hospitalar/ Total de saídas x 100
Número de pacientes atendidos por leito	3,16	5	3,16	Mensal	Total de pacientes internados em um período/ Total de leitos no mesmo período

Deve ser destacado que as metas da produção assistencial foram dificultadas pela greve geral dos servidores do RJU's, dos empregados da empresa terceirizada, por falta de pagamento da contratada, da manutenção de equipamentos clínicos, e da carência de profissionais técnicos em radiologia. Ademais, 2014 foi um ano de transformação com o ingresso e a substituição de grande parte da mão de obra precarizada, por profissionais de carreira da empresa pública e novos modelos de contratação de serviços, como a engenharia clínica, a ser assinada em fevereiro de 2015.

Essa identidade de um hospital voltado para alta complexidade influencia também na taxa de mortalidade, que mede a proporção de pacientes que morreram após as primeiras 24h da admissão hospitalar. No comparativo de 2014, com todos os outros estabelecimentos de saúde do estado, se manteve inferior à taxa média de 3,37%.

13.2.7 Informações Sobre Custo de Produtos e Serviços

Está, ainda, em desenvolvimento pela Unidade de Contabilidade de Custos do Hucam, com o apoio técnico da Ebserh/Sede, metodologia para apuração dos custos dos serviços da Instituição.

Ressalta-se que, em relação ao tempo médio de permanência geral, o qual impacta diretamente nos custos da Instituição, registra-se que se trata de um Hospital de Ensino, com atendimento de alta complexidade e resolutividade, causando a permanência de pacientes superior à média de outras Instituições de saúde.

13.2.8 Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira

13.2.8.1 Programação e Execução das Despesas

QUADRO 88 - PROGRAMAÇÃO DA DESPESA (A.6.6.1)

Unidade Orçamentária:		Código UO:26364		UGO: 153047	
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Correntes			
		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes	
DOTAÇÃO INICIAL		84.250.687,00		9.150.280,00	
CRÉDITOS	Suplementares	5.275.918,00		157.000,00	
	Especiais	Abertos			
		Reabertos			
	Extraordinários	Abertos			
		Reabertos			
	Créditos Cancelados				190.512,00
Outras Operações					
Dotação final 2014 (A)		89.526.605,00		9.116.768,00	
Dotação final 2013(B)		94.802.523,00		9.464.280,00	
Variação (A/B-1)*100		-5,57		-3,67	
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Capital			9 - Reserva de Contingência
		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida	
DOTAÇÃO INICIAL					
CRÉDITOS	Suplementares				
	Especiais	Abertos			
		Reabertos			
	Extraordinários	Abertos			
		Reabertos			
	Créditos Cancelados				
Outras Operações					
Dotação final 2014 (A)					
Dotação final 2013(B)					
Variação (A/B-1)*100					

FONTE: SIAFI GERENCIAL

Análise crítica: O Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes, por meio da Portaria Nº. 04 DE 29/04/08 MEC, publicada no DOU, passou, a partir de 2009, a ter gestão da programação e execução orçamentária e financeira de suas Ações e das transferências recebidas, inclusive recursos para pagamento de residência médica, bem como o pagamento da folha de pessoal lotado neste HU.

Por meio de contrato assinado em abril de 2013, o Hucam passou a ser administrado pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh). Uma empresa pública vinculada ao Ministério da Educação, criada pelo Governo Federal com a finalidade de gerenciar os hospitais universitários do país.

Os recursos que compõem o quadro em tela foram disponibilizados por diversas fontes no decorrer do exercício de 2014, sendo utilizados para assegurar o funcionamento do HUCAM, atender as demandas que ocorreram no exercício, como também foram empregados visando otimizar e melhorar a qualidade de serviços prestados à população. Quanto ao custeio, além dos recursos oriundos da Contratualização, via Secretaria de Saúde-ES, repassados pelo Fundo Nacional de Saúde – FNS, o HUCAM recebeu incremento substancial através do REHUF, EBSEH. Recursos do MEC destinados a investimentos foram recebidos e utilizados em reformas e ampliação de diversos setores deste Hospital.

Embora o HUCAM tenha recebido substancial incremento de recursos orçamentários financeiros, este HU devido ao passivo de pessoal, resultado do déficit histórico não reposto, e do crescimento e expansão das atividades desenvolvidas, continua utilizando recursos próprios (contratualização) para fazer face às despesas com pagamentos de serviços de mão de obra terceirizada (limpeza, apoio administrativo, nutrição e atividades finalísticas) necessários ao seu funcionamento, que deveriam ser utilizados para as atividades fin. Observa-se no quadro, que os recursos para pessoal e encargos sociais foram inferiores 5,57% em relação a 2013, o mesmo acontecendo com outras despesas correntes, na ordem de 3,67%.

13.2.8.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa

QUADRO 89 MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INTERNA POR GRUPO DE DESPESA (A.6.1.2.1)

Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebida		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos						
Recebidos						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebida		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos						
Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebida		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos						
Recebidos	153046	153047	12364203220RK0032			87.225,43
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebida		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos						

FONTE: SIAFI GERENCIAL

Análise crítica: O quadro demonstra as movimentações de recursos repassados pela UFES conforme diretrizes da programação orçamentária.

QUADRO 90 - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA EXTERNA POR GRUPO DE DESPESA (A.6.1.2.2)

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos						
Recebidos	26101	153047	12364203240050001			6.245.148,08
	26443	153047	12302203220RX0001			4.764.665,97
	36901	153047	10302201520G80001			15.192.576,28
	36901	153047	10302201585850032			44.984.784,44
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos	26443	153047	12302203220RX0001	1.878.837,77		
	36901	153047	10302201520G80001	3.464.001,44		

FONTE: SIAFI GERENCIAL

Análise crítica: O quadro retrata os recursos recebidos do SPO/MEC, EBSEH e FUNDO NACIONAL DE SAÚDE, para gerir as despesas com pessoal e encargos, outras despesas correntes (custeio) e aquisição de material permanente (investimentos)

13.2.8.3 Realização da Despesa

QUADRO 91 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – TOTAL (A.6.1.3.1)

Unidade Orçamentária:	Código UO: 26364		UGO: 153047	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2014	2013	2014	2013
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	3.023.586,12	4.284.613,83	2.509.375,02	3.931.405,63
a) Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
b) Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
c) Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
d) Pregão	3.023.586,12	4.284.613,83	2.509.375,02	3.931.405,63
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Contratações Diretas (h+i)	0,00	60.079,41	0,00	58.899,41
h) Dispensa	0,00	8.148,00	0,00	6.968,00
i) Inexigibilidade	0,00	51.931,41	0,00	51.931,41
3. Regime de Execução Especial	0,00	0,00	0,00	0,00
j) Suprimento de Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	92.897.659,18	87.897.809,96	92.897.659,18	87.897.809,96
k) Pagamento em Folha	92.897.659,18	87.897.809,96	92.897.659,18	87.897.809,96
l) Diárias	0,00	0,00	0,00	0,00
5. Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
6. Total (1+2+3+4+5)	95.921.245,30	92.242.503,20	95.407.034,20	91.888.115,00

FONTE: SIAFI GERENCIAL

Análise crítica: No exercício de 2014, as despesas oriundas de Créditos Originários Total possibilitaram ao HUCAM liquidar um total de R\$ 95.921.245,30, 3,99% a mais que no exercício de 2013.

QUADRO 92 - DESPESAS EXECUTADAS DIRETAMENTE PELA UJ, POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS (A.6.1.3.1.2)

Unidade Orçamentária:	Código UO:26364		UGO:153047	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2014	2013	2014	2013
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)		4.284.613,83	2.509.375,02	3.931.405,63
a) Convite				
b) Tomada de Preços		-		
c) Concorrência		-		
d) Pregão	3.023.586,12	4.284.613,83	2.509.375,02	3.931.405,63
e) Concurso		-		-
f) Consulta		-		-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas		-		-
2. Contratações Diretas (h+i)	-	60.079,41	-	58.899,41
h) Dispensa		8.148,00		6.968,00
i) Inexigibilidade		51.931,41		51.931,41
3. Regime de Execução Especial	-	-	-	-
j) Suprimento de Fundos		-		-
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	92.897.462,88	87.897.809,96	92.897.462,88	87.897.809,96
k) Pagamento em Folha	92.897.462,88	87.897.809,96	92.897.462,88	87.897.809,96
l) Diárias	-	-	-	-
5. Outros		-		-
6. Total (1+2+3+4+5)	92.897.462,88	92.242.503,20	95.406.837,90	91.888.115,00

FONTE: SIAFI GERENCIAL

Análise crítica: No exercício de 2014, nas despesas executadas diretamente o HUCAM realizou um total de R\$ 92.897.462,88.

QUADRO 93 - DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – TOTAL (A.6.1.3.3)

Unidade Orçamentária:		Código UO: 26364				UGO: 153047			
DESPESAS CORRENTES									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos		
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	
1. Pessoal									
1º elemento de despesa 319011	57.845.335,99	56.061.263,93	57.845.335,99	56.061.263,93	0,00		57.845.335,99	56.061.263,93	
2º elemento de despesa 319001	18.241.897,44	14.341.429,97	18.241.897,44	14.341.429,97	0,00		18.241.897,44	14.341.429,97	
3º elemento de despesa 319013	11.259.946,83	11.171.703,86	11.259.750,53	11.171.703,86	196,30		11.259.750,53	11.171.703,86	
Demais elementos do grupo	802.250,59	1.149.079,67	802.250,59	1.149.079,67	0,00		802.250,59	1.149.079,67	
2. Juros e Encargos da Dívida									
1º elemento de despesa									-
2º elemento de despesa									-
3º elemento de despesa									-
Demais elementos do grupo									-
3. Outras Despesas Correntes									
1º elemento de despesa 339046	3.470.915,68	3.919.391,75	3.470.915,68	0,00			3.470.915,68	3.919.391,75	
2º elemento de despesa 339039	3.394.772,49	3.752.343,32	2.914.127,58	3.752.343,32	480.644,91		2.434.693,48	3.752.343,32	
3º elemento de despesa 339093	1.005.769,23	2.179.256,28	1.005.769,23	75.893,78		2.103.362,50	1.005.769,23	72.443,78	
Demais elementos do grupo	388.681,96	1.830.870,74	381.001,96	1.764.428,92	7.680,00	66.441,82	346.224,96	1.413.490,72	
DESPESAS DE CAPITAL									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos		
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	
4. Investimentos									
1º elemento de despesa		126.694,19		6.968,00					6.968,00
2º elemento de despesa		-							
3º elemento de despesa		-							
Demais elementos do grupo		-							
5. Inversões Financeiras									
1º elemento de despesa		-							
2º elemento de despesa		-							
3º elemento de despesa		-							
Demais elementos do grupo		-							
Demais elementos do grupo		-							
	96.409.570,21	94.532.033,71	95.921.049,00	88.323.111,45	488.521,21	2.169.804,32	95.406.837,90	91.888.115,00	

FONTE: SIAFI GERENCIAL

**QUADRO 94 - DESPESAS EXECUTADAS DIRETAMENTE PELA UJ – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS
(A.6.1.3.4)**

Unidade Orçamentária:				Código UO: 26364		UGO: 153047		
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1. Pessoal	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
1º elemento de despesa 319011	57.845.335,99	56.061.263,93	57.845.335,99	56.061.263,93	0,00		57.845.335,99	56.061.263,93
2º elemento de despesa 319001	18.241.897,44	14.341.429,97	18.241.897,44	14.341.429,97	0,00		18.241.897,44	14.341.429,97
3º elemento de despesa 319013	11.259.946,83	11.171.703,86	11.259.750,53	11.171.703,86	196,30		11.259.750,53	11.171.703,86
Demais elementos do grupo	802.250,59	1.149.079,67	802.250,59	1.149.079,67	0,00		802.250,59	1.149.079,67
2. Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3. Outras Despesas Correntes								
1º elemento de despesa 339046	3.470.915,68	3.919.391,75	3.470.915,68	3.919.391,75			3.470.915,68	3.919.391,75
2º elemento de despesa 339039	3.394.772,49	3.752.343,32	2.914.127,58	3.752.343,32	480.644,91		2.434.693,48	3.752.343,32
3º elemento de despesa 339093	1.005.769,23	2.179.256,28	1.005.769,23	75.893,78		2.103.362,50	1.005.769,23	72.443,78
Demais elementos do grupo	388.681,96	1.830.870,74	381.001,96	1.764.428,92	7.680,00	66.441,82	346.224,96	1.413.490,72
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
1º elemento de despesa		126.694,19		6.968,00		119.726,19		6.968,00
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
5. Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
TOTAIS	96.409.570,21	94.532.033,71	95.921.049,00	92.242.503,20	488.521,21	2.289.530,51	95.406.837,90	91.888.115,00

FONTE: SIAFI GERENCIAL

Análise crítica: No exercício de 2014 o HUCAM executou os recursos referentes aos créditos originários (diretamente na UJ) conforme quadro acima, sendo que a principal despesa de pessoal foi com pessoal ativo, seguido dos inativos e encargos patronais. Já com despesas correntes, o principal gasto foi com auxílio alimentação, seguido de serviços de terceiro pessoa jurídica e indenizações.

QUADRO 95 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO (A.6.1.3.5)

Valores em R\$
1,00

Modalidade de Contratação de Licitação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2014	2013	2014	2013
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	56.557.260,45	49.694.666,87	50.153.726,48	34.603.660,83
a) Convite	32.894,80		32.894,80	
b) Tomada de Preços		342.100,70		
c) Concorrência				
d) Pregão	56.524.365,65	49.352.566,17	50.120.831,68	34.603.660,83
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
2. Contratações Diretas (h+i)	3.868.361,66	3.540.070,62	3.811.373,28	3.980.266,68
h) Dispensa	2.253.444,35	2.257.752,71	2.202.155,97	3.245.128,83
i) Inexigibilidade	1.614.917,31	1.282.317,91	1.609.217,31	735.137,85
3. Regime de Execução Especial	7.596,67	6.058,81	7.596,67	2.065,04
j) Suprimento de Fundos	7.596,67	6.058,81	7.596,67	2.065,04
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	99.849.645,84	93.460.914,97	99.849.645,84	5.084.980,03
k) Pagamento em Folha	99.846.831,64	93.448.847,62	99.846.831,64	5.076.735,94
l) Diárias	2.814,20	12.067,35	2.814,20	8.244,09
5. Outros		988.883,78		1.293.299,57
6. Total (1+2+3+4+5)	160.282.864,62	147.690.595,05	153.822.342,27	44.964.272,15

FONTE: SIAFI GERENCIAL

Análise crítica: Os créditos oriundos por movimentação acusaram o montante de R\$ 160.282.864,62 no exercício de 2014. Sempre preocupado em atender o princípio da economicidade, o HUCAM executou 93,53% destes na modalidade pregão eletrônico, deduzindo a despesa com pessoal. Já as despesas de contratação direta, correspondem a 6,40%, sendo que foi sempre utilizada a modalidade cotação eletrônica, quando possível.

QUADRO 96- DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO (A.6.1.3.6)

DESPESAS CORRENTES									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos		
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	
1. Pessoal									
1º elemento de despesa - 319011	57.845.335,99	56.061.263,93	57.845.335,99	56.061.263,93	0,00	0,00	57.845.335,99	56.061.263,93	
2º elemento de despesa - 319001	18.241.897,44	14.341.429,97	18.241.897,44	14.341.429,97	0,00	0,00	18.241.897,44	14.341.429,97	
3º elemento de despesa - 319113	11.259.946,83	11.171.703,86	11.259.750,53	11.171.703,86	196,30	0,00	11.259.750,53	11.171.703,86	
Demais elementos do grupo	802.250,59	1.149.079,67	802.250,59	1.149.079,67	0,00	0,00	802.250,59	1.149.079,67	
2. Juros e Encargos da Dívida									
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3. Outras Despesas Correntes									
1º elemento de despesa - 339037	28.873.424,81	31.485.678,20	27.231.455,36	25.150.252,09	1.641.969,45	6.335.426,11	26.091.187,81	21.559.106,56	
2º elemento de despesa - 339030	25.245.579,59	30.371.009,30	20.948.095,37	19.843.844,83	4.297.484,22	10.527.164,47	17.129.584,90	16.584.282,11	
3º elemento de despesa - 339039	13.645.140,49	14.240.215,87	11.165.376,32	8.122.230,18	2.479.764,17	6.117.985,69	10.607.090,18	7.462.419,90	
Demais elementos do grupo	11.683.169,24	11.927.823,63	11.616.182,54	11.843.822,52	66.986,70	84.001,11	11.615.975,84	11.843.822,52	
DESPESAS DE CAPITAL									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos		
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	
4. Investimentos									
1º elemento de despesa		4.576.796,02		6.968,00		4.569.828,02		6.968,00	
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
5. Inversões Financeiras									
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
6. Amortização da Dívida									
1º elemento de despesa - 449052	5.342.839,21	0,00	1.172.520,48	0,00	4.170.318,73	0,00	229.268,99	0,00	
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAIS	172.939.584,19	175.325.000,45	160.282.864,62	147.690.595,05	12.656.719,57	27.634.405,40	153.822.342,27	140.180.076,52	

FONTE: SIAFI GERENCIAL

Análise crítica: A execução dos recursos de créditos por movimentação, na área de pessoal foi idêntica à execução dos créditos originários, diferenciando apenas em despesas correntes, onde locação de mão de obra foi seguido por material de consumo e serviços de terceiros pessoa jurídica, e igualmente a investimentos.

13.2.8.4 Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

QUADRO 97 - RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (A.6.4)

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	27.634.405,40	23.190.925,64	2.273.435,11	2.170.044,65
2012	253.405,16	135.417,58	105.519,88	12.467,70
2011	1.313.219,50	404.607,33	908.612,17	0,00
2010	0,00	0,00		0,00
2007	1.610.588,32	0,00		1.610.588,32
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	7.510.518,53	7.402.175,27	108.343,26	0,00
2012	510.493,01	510.493,01	0,00	0,00
2011	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	176,83	0,00	176,83	0,00
2007	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SIAFI GERENCIAL

Análise crítica: Os valores registrados em restos a pagar vêm sendo liquidados normalmente pelo HUCAM, conforme o tipo de inscrição e seguindo a ordem natural das liquidações. Os saldos de restos a pagar não processados, referente a 2007, referem-se a projetos ainda não concluídos, como a obra do prédio do instituto dos olhos.

13.2.9 Suprimento de Fundos

QUADRO 98 - CONCESSÃO DE SUPRIMENTOS DE FUNDOS

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2014	153047	HUCAM			4	7.596,67	
2013	153047	HUCAM			4	6.058,81	
2012	153047	HUCAM			3	2.065,04	

Fonte: SIAFI 2014

Análise crítica: No exercício de 2014 foram gastos com o cartão corporativo do Banco do Brasil S/A um total de R\$ 7.596,67, com aquisição de materiais de consumo e execução de serviços de pronto pagamento. O uso de cartão corporativo se fez necessário, tendo em vista situações extraordinárias, a urgência na solução de pequenos reparos que surgem inesperadamente, que não podem esperar a operacionalização pelas vias normais de contratação.

QUADRO 99 - UTILIZAÇÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (A.6.2)

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
					Saque		Fatura	
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	Total (a+b)
2014	153047	HUCAM			4	0,00	7.596,67	7.596,67
								0,00
2013	153047	HUCAM			4	0,00	6.058,81	6.058,81
								0,00

Fonte: SIAFI 2014

QUADRO 100 - CLASSIFICAÇÃO DOS GASTOS COM SUPRIMENTO DE FUNDOS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
153047	HUCAM	33930	96	6.496,67
153047	HUCAM	33939	96	1.100,00
TOTAL				7.596,67

FONTE SIAFI 2014

13.2.10 Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados.

O Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes – HUCAM, no ano de 2014, até 17 de março atuou com duas chefias nomeadas para a área de gestão de pessoas: uma pela EBSERH e outra pela Universidade Federal do Espírito Santo. As ações da Divisão de Gestão de Pessoas foram concentradas na complementação de sua força de trabalho, contratando profissionais aprovados no concurso público, realizado em 02 de fevereiro para 732 vagas, distribuídas em diversos cargos e especialidades, tanto na área médica, como na assistencial e administrativa.

As novas contratações iniciaram em 12 de maio e a sequência de novas entradas ocorreu da seguinte forma: maio, julho, agosto, setembro, outubro e novembro com média de 125 profissionais por chamada, com exceção do mês de maio quando foram convocados 250 profissionais.

Com a entrada de profissionais, sob o regime celetista, vinculados à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares/Filial HUCAM, elaborou-se um cronograma de substituição dos profissionais da área de saúde, contratados da empresa Excellence, promovendo-se o desligamento dos terceirizados, à medida que os celetistas eram contratados, regularizando assim o quadro de profissionais para atividades finalísticas e cumprindo o Termo de Ajustamento de Conduta firmado com o Ministério Público Federal.

Do total das convocações realizadas no exercício de 2014, efetivaram-se 652 contratações, ficando as demais vagas a serem preenchidas em 2015, por determinação do Governo Federal. Desses, todos os novos profissionais passaram por duas avaliações de desempenho no prazo de 90 dias para confirmação no cargo.

Considerando as especificidades do Hospital e exigências legais, a Divisão de Gestão de Pessoas da Filial do Espírito Santo realizou as seguintes atividades:

Na área de Saúde do Trabalhador:

- Elaboração do PPRA – Programa de Prevenção dos Riscos Ambientais
- Elaboração do LTCAT – Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho
- Elaboração do PCSMO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional

- Composição da Comissão Eleitoral para constituição da CIPA – Comissão de Interna de Prevenção de Acidentes, realizando com sucesso o processo eleitoral e constituição da referida Comissão.
- Aquisição de EPIs para os servidores/empregados do quadro do Hucam e equipamentos para melhorar as condições de trabalho do atual NASTH/SOST
- Atendimento tanto dos servidores estatutários como empregados celetistas nos acidentes de trabalho ocorridos por diversas motivações com incidência maior nos acidentes causados por material perfurocortantes
- Orientação aos trabalhadores das normas da NR 32
- Exame admissional de todos os novos contratados
- Encaminhamentos dos profissionais estatutários para o SIASS
- Aquisição e instalação de extintores de incêndio no HUCAM

Na área de Psicologia Organizacional:

Realizou-se a avaliação de desempenho dos empregados celetistas no período de experiência em dois períodos, totalizando 1304 avaliações além das seguintes ações:

- Elaboração do Projeto de Preparação para a Aposentadoria
- Desenvolvimento do Projeto de Pesquisa de Clima Organizacional
- Elaboração do Projeto de Qualidade de Vida no Trabalho
- Desenvolvimento e implantação da entrevista de desligamento e de retorno em casos de afastamento por licenças
- Análise do perfil profissional do SAME identificando necessidades de melhorias.

Na área de Cadastro, Registro e Pagamento de pessoal:

Considerada uma das áreas de maior controle e aplicação da legislação, tanto relacionado à Lei nº 8112/90, para servidores estatutários, como celetistas, regulamento pela Consolidação da Lei do Trabalho – CLT, o trabalho sempre foi intenso, demandando das equipes esforço, dedicação e paciência para lidar com as insatisfações, os conflitos por não aceitação do ordenamento legal e maior rigor no cumprimento da jornada de trabalho e respectivas escalas. Dessa forma, foram aprimorados os mecanismos de controle de frequência, de prazos e normas para entrega das escalas de trabalho, da responsabilização dos gestores.

Outra ação importante foi a identificação dos profissionais com respectiva lotação nas novas unidades organizacionais facilitando a identificação e redirecionamento das atividades.

Nos moldes dos anos anteriores, as atividades de registros e controles relacionados aos servidores UFES lotados no HUCAM são procedidas pelo Departamento de Gestão de Pessoas – DGP/PROGEP/UFES, cabendo ao pessoal do Hucam controlar a frequência e férias registradas no sistema SIAPE, fazendo os encaminhamentos necessários para as unidades organizacionais e para a Universidade. Os afastamentos por motivo de saúde são controlados também pelo DGP/PROGEP/UFES.

Em 31 de dezembro de 2014, o HUCAM/Filial EBSEH, contava com o seguinte quadro efetivo: 786 servidores estatutários RJU/UFES e 652 empregados celetistas, 35 oriundos do DNPM, 22 cedidos do Ministério da Saúde, 03 cedidos da Prefeitura Municipal de Vitória, 80 cedidos informalmente pela Secretaria de Estado da Saúde, 107 profissionais terceirizados na área de assistência, que encerra em 28 de fevereiro de 2015 e 337 terceirizados na área de limpeza hospitalar e área administrativa, totalizando 2029 profissionais.

O quadro de comissionados e funções de confiança em 31 de dezembro de 2014 foi de: 01 superintendente, 03 gerentes, 07 chefes de divisão, 16 chefes de setor, 34 unidades com nomeados em cargo em comissão/função gratificada pela EBSEH. Registra-se que todos os cargos e funções gratificadas existentes no HUCAM, criadas no âmbito da Universidade Federal foram extintas com a consolidação da contratualização com a EBSEH.

13.2.10.1 Demonstração e Distribuição da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

QUADRO 101 - FORÇA DE TRABALHO DO HUCAM (A.7.1.1.1)

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)				
1.1. Membros de poder e agentes políticos				
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		1.541		
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		786		
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	850 EBSEH		EBSEH 652 Concurso Público	
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório		0		
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		140		
2. Servidores com Contratos Temporários		0		
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública				
4. Total de Servidores (1+2+3)				

Fonte: DIVGP/EBSEH e DGP/UFES

QUADRO 102 - DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA (A.7.1.1.2)

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)		
1.1. Servidores de Carreira (1.1.1+1.1.2+1.1.3+1.1.4)		
1.1.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		782
1.1.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	CLT - 53	CLT - 599
1.1.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	-
1.1.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	DNPM - 35	SESA 80 MS - 22
2. Servidores com Contratos Temporários		
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública		
4. Total de Servidores (1+2+3)	98	1.483

Fonte: DIVGP/EBSEH e DGP/UFES

QUADRO 103 - DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÕES E FUNÇÕES GRATIFICADAS (A.7.1.1.3)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão				
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	04		-	04
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		03		03
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado		-	-	-
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas				
1.2.4. Sem Vínculo		-	-	-
1.2.5. Aposentados			42	
2. Funções Gratificadas	73			
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão			33	33
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas			5	3
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	77			

Fonte: DIVGP/EBSERH e DGP/UFES

Análise crítica: A composição da estrutura de pessoal altera-se em relação aos exercícios anteriores em razão da entrada dos concursados celetistas advindos do concurso viabilizado para os hospitais universitários das Universidades Federais que assinaram contratos de gestão com a Ebserh. Os ingressos no exercício de 2014 possibilitaram a recomposição da força de trabalho, principalmente na área fim da Instituição.

13.2.10.2 Qualificação e Capacitação da Força de Trabalho

Foi elaborado o Plano de Desenvolvimento de Competências dos colaboradores do HUCAM, identificando as necessidades de capacitação por área e eixos estratégicos. De maio a dezembro de 2014, apesar do ritmo intenso de contratações, conseguiu-se capacitar 798 colaboradores.

Considerando os vínculos estatutários e celetistas, totalizou-se 2.939 horas de capacitação, além da constituição do Comitê de Desenvolvimento de Pessoas que passou a avaliar os pedidos de capacitação.

Os cursos realizados no âmbito do HUCAM pela área de Divisão de Gestão de Pessoas em parcerias com as áreas de assistência foram:

- Acolhimento Básico da Enfermagem;
- Implantação do Sistema MV Regulação de Leitos;
- Método Canguru;
- Treinamento "Prática em desmontagem, montagem e preparo de material de videocirurgia para esterilização";
- Sistema Manchester de Classificação de Risco;
- Oficina de Linhas de Cuidado: compartilhando conceitos e experiências de implantação;
- Oficina Implantação do POP – Descarte de Material Perfurocortante;
- III Curso de Formação de Tutores Estaduais do Método Canguru;
- Curso de Aprimoramento para Enfermeiras Obstétricas;
- Sistema Fechado de Infusão;
- Curso em Tabwin;
- Cursos/seminários/congressos – 36 servidores;
- Servidores HUCAM - RJU (Diversos Cursos realizados pela UFES) – 77 servidores.

13.2.10.3 Custos de Pessoal da Unidade

QUADRO 104 - CUSTOS DO PESSOAL (VALORES EM R\$) – SOMENTE SERVIDORES VINCULADOS A UNIDADE PAGADORA DO HUCAM (A.7.1.3)

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis					Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários				Demais Despesas Variáveis
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2014	71.160.690,85	7.799,72	7.897.577,51	27.716.373,71	7.347.022,28	4.697.206,19	167.516,46	426.899,32	77.315,52	119.498.401,56
	2013	68.482.061,05	48.098,58	7.575.994,63	26.588.515,45	7.793.574,44	4.850.348,28	74.489,44	458.992,14	91.170,12	115.963.244,13
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2013	0,00	73.647,40	6.084,70	11.713,04	0,00	0,00	507,05	3.302,11	0,00	95.254,30
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2014	2.003.423,83	14,38	272.424,22	796.968,54	111.152,39	75.827,43	1.262,74	1.831,66	0,00	3.262.905,19
	2013	234.213,98	0,00	98.598,83	127.496,75	22.733,59	4.783,39	60,67	0,00	0,00	487.887,21
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: DW-SIAPE.

13.2.11 Irregularidades na área de pessoal

Identificou-se relação mínima de servidores/funcionários em desvios de função, os quais foram objeto de ações junto às chefias imediatas em conjunto com a Direção, sendo que, na maioria dos casos apontados, profissionais com idade avançada e sem condições físicas de desenvolvimento das atividades dos respectivos cargos.

Em relação à acumulação de cargos, funções e empregos, o Hucam/Filial Ebserh constituiu uma Comissão para Avaliação de Acumulação de Cargos para identificar a existência de acumulação nos novos contratados, observando que, para os servidores estatutários, as devidas ações são realizadas pela Universidade Federal do Espírito Santo.

13.2.11.1 Terceirização Irregular de Cargos

QUADRO 105 - CARGOS E ATIVIDADES INERENTES A CATEGORIAS FUNCIONAIS DO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE JURISDICIONADA

Descrição dos Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão em que há Ocorrência de Servidores Terceirizados	Quantidade no Final do Exercício			Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	2014	2013	2012		
Contrato 037/2012 – Instituto Excellence	71	327	242	0	256
Análise Crítica da Situação da Terceirização no Órgão					
Contratação realizada por meio do Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, entre o Ministério Público Federal no Espírito Santo – MPF/ES, a Universidade Federal do Espírito Santo e a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEH, permitindo a contratação de até 444 profissionais (médicos, enfermeiros, auxiliares de enfermagem etc.), para a manutenção do atendimento e a ampliação de 200 para 259 leitos nesta unidade hospitalar. Observa-se que com o progresso na convocação dos funcionários públicos aprovados no concurso a partir de maio de 2014, houve substancial redução no quadro de terceirizados que será totalmente extinto com a consolidação das 732 vagas autorizadas para esta Filial.					

Fonte: Gerência Administrativa

13.2.12 Riscos identificados na gestão de pessoas

A principal dificuldade encontrada no âmbito de 2014, foi em relação ao escalonamento das convocações dos aprovados, dado o limite de nomeações autorizadas para cada filial. Com isso, prejudicou-se o clima organizacional dada à existência concomitante de terceirizados, em processo de desligamento, e os novos aprovados, vivenciando uma estrutura frágil devido à impossibilidade de interrupção dos serviços do Hucam.

Também, em razão da falta de flexibilidade da jornada de trabalho e salários incompatíveis com algumas especialidades de cargos médicos, verificou-se percentual significativo de saídas dos novos contratados.

13.2.13 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

Considerando que a equipe de gestão de pessoas ainda não está com seu quadro completo e que a concentração das ações foi na contratação de novos empregados, não foi possível elaborar indicadores e relatórios gerenciais para qualificar as ações na área de recursos humanos. Iniciativa, nesse sentido, está em construção no âmbito da Ebserh/Sede e em discussões com as Divisões de Gestão de Pessoas das suas filiais.

Com a implementação do Plano Diretor Estratégico, no qual constam diversas ações com metas, indicadores e resultados, certamente a área de gestão de pessoas deverá ter uma política alinhada aos objetivos estratégicos tanto na rede de Hospitais Universitários, bem como internamente.

13.2.13.1 Contratação de mão de obra de apoio e de estagiários

QUADRO 106 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA (A.7.2.1)

Unidade Contratante													
Nome: Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes													
UG/Gestão:							CNPJ: 32476164/0001-30						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	43/2009	05436371/0001-34	09/05/2009	08/05/2015	123	119	5	5	0	0	P
2014	V	O	95/2014	25183468/0003-51	08/12/2014	07/12/2015	0	0	43	35	0	0	A
Observações:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

QUADRO 107 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante													
Nome: Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes													
UG/Gestão:							CNPJ: 32479164/0001-30						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	11	O	036/2012	05436371/0001-34	28/08/2012	27/08/2015	40	31	208	175	0	0	P
2012	04	O	016/2012	05436371/0001-34	16/03/2012	15/03/2015	0	0	66	55	0	0	P
Observações: Contrato de Prestação de Serviço de Apoio Administrativo com o Instituto Excellence.													
<p>Área:</p> <p>1. Segurança;</p> <p>2. Transportes;</p> <p>3. Informática;</p> <p>4. Copeiragem;</p> <p>5. Recepção;</p> <p>6. Reprografia;</p> <p>7. Telecomunicações;</p> <p>8. Manutenção de bens móveis</p> <p>9. Manutenção de bens imóveis</p> <p>10. Brigadistas</p> <p>11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes</p> <p>12. Outras</p> <p>Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.</p> <p>Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.</p> <p>Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.</p> <p>Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.</p>													

Análise crítica dos quadros A.7.2.1 e A.7.2.2: A contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância nos quantitativos realizados é decorrente da necessidade de manutenção das áreas internas e externas considerando a grande ocupação territorial do Hucam.

Em relação aos serviços com locação de mão de obra de cargos não abrangidos pelo plano de cargos e salários da Instituição, esses respondem por atividades não finalísticas de apoio administrativo e operacional para o regular funcionamento dos serviços de recepção administrativa, clínica, movimentação de materiais e equipamentos, bem como da manutenção dos diversos serviços que demandam postos de trabalho em quantidades suficientes para o regular funcionamento ininterrupto, como a lavanderia e plantão da manutenção da infraestrutura física.

13.2.14 Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário

Gestão da frota de veículos próprios e locados de terceiros

O Hucam conta com uma frota de 11 (onze) veículos oficiais, conforme quadro a seguir, entre automóveis de passageiros, utilitários, ambulâncias e UTIs Móveis, mantidos por meio de contratos de fornecimento de combustíveis e manutenção, utilizando para a condução a força de trabalho própria, observado o estabelecido no artigo 1º da Lei 9.327, de 9 de dezembro de 1996.

TABELA 11 - FROTA DE VEÍCULOS DO HUCAM

VEÍCULO OFICIAL			PLACA
RENAULT	CLIO	2004	MPV0318
GM	D20	1986	MRK2522
VW	GOL	2003	MPV7396
RENAULT	CLIO	2004	MPV0337
GM	CORSA SEDAN	2007	MRA3758
MERCEDES BENS	UTI/MOVEL	2012	ODQ1731
FIAT	AMBULANCIA	2013	MPL4992
FIAT	AMBULANCIA	2013	MPL4994
FORD	FIESTA	2013	ORD2172
VW	KOMBI	1986	MPV0525
VW	KOMBI	2004	MPU2215

É de vital importância a utilização da frota nas atividades do Hucam, principalmente no que tange à consecução dos serviços de apoio administrativo, bem como às atividades finalísticas, como a remoção de pacientes.

Foram gastos, no exercício de 2014, R\$ 24.691,00 (vinte e quatro mil, seiscentos e noventa e um reais) com fornecimento de gasolina e óleo diesel para o funcionamento da frota oficial, uma média aproximada de R\$ 2.000,00 mensais.

De certa forma, deve ser considerada a depreciação dos automóveis e o afastamento dos riscos da interrupção dos serviços. Mas qualquer modelo de contratação de frota externa, ainda que seja à luz do sistema de registro de preços com pagamento por quilômetro rodado, incluindo ou não a disponibilidade de motoristas, incorreria em maiores despesas para a Instituição, optando de tal forma pelo uso da frota própria.

13.2.15 Gestão da Tecnologia da Informação

Não se aplica a Unidade.

13.2.16 Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental

QUADRO 108 - ASPECTOS DA GESTÃO AMBIENTAL (A.10.1)

Aspectos sobre a gestão ambiental e Licitações Sustentáveis		Avaliação	
		Sim	Não
1.	Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?		X
2.	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?		X
3.	As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?		X
4.	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.		X
5.	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?		X
6.	O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?		X
7.	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		X
	Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual o plano pode ser acessado.		
8.	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na <i>Internet</i> , apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		X
	Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual os resultados podem ser acessados.		
Considerações Gerais			

13.2.17 Atendimento de Demandas de Órgãos de Controle

Não se aplica.

13.2.17.1 Alimentação SIASG E SICONV – UG – 153046 - UFES

Quadro A.11.5 – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV
<p style="text-align: center;">DECLARAÇÃO</p> <p>Eu, Luiz Alberto Sobral Vieira Júnior, CPF nº 742.983.807-34, Suprintendente/Hucam/Ufes/Ebserh, exercido no Hospital Universitário Cassiano Antonio Moraes - HUCAM declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2014 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Renasse – SICONV, conforme estabelece a LDO 2014 e suas correspondentes.</p> <p style="text-align: center;">Vitória - ES, 31 de dezembro de 2014.</p> <p style="text-align: center;"><small>Prof. Luiz Alberto Sobral V. Júnior</small>  Luiz Alberto Sobral Vieira Junior CPF - 742.983.807-34 Suprintendente/Hucam/Ufes/Ebserh</p>

13.2.18 Informações Contábeis

INFORMAÇÃO SOBRE O SISTEMA DE APURAÇÃO DE CUSTOS DOS PROGRAMAS E UNIDADES ADMINISTRATIVAS.

Considerando a reestruturação dos processos de trabalho da instituição, a apuração dos custos dos programas e unidades administrativas do Hucam – atividade realizada pela Unidade de Contabilidade de Custos, a qual responde ao Setor de Contabilidade – encontra-se, hoje, em processo de transição de uma sistemática de demandas pontuais relacionadas com a contratualização junto à Secretaria de Saúde do Estado, para ser realizada mediante sistema informatizado. A implementação do módulo de custos do sistema AGHU é um projeto piloto, a ser replicado, a partir de setembro de 2015, em outros Hospitais Universitários sob gestão da EBSEH.

DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL

No tocante ao exercício de 2014, procedeu-se aos registros contábeis baseados nos atos e fatos administrativos, cujos documentos idôneos, encontram-se arquivados no Serviço de Contabilidade e Finanças deste Hospital, para demonstração da legitimidade do processamento dos registros que deram origem à receita e à despesa efetivamente realizadas.

Os balancetes financeiros e demais demonstrativos mensais da execução Orçamentária e Financeira, foram encaminhados mensalmente por este Hospital Universitário ao Egrégio Conselho de Curadores da UFES, bem como ao Conselho de Deliberação Superior / HUCAM, para análise e aprovação.

DA ESCRITURAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

No tocante à Execução Orçamentária da Despesa, registra-se que o total da Despesa Empenhada totalizou R\$ 173.026.809,62 (cento e setenta e três milhões, vinte e seis mil, oitocentos e nove reais e sessenta e dois centavos). O Controle da Execução Orçamentária foi exercido observando os aspectos da legalidade e autenticidade nos registros.

As despesas orçamentárias foram processadas com a devida observância aos dispositivos legais que regem à matéria.

DOS ATOS E FATOS QUE ORIGINARAM AS DESPESAS

Os procedimentos adotados para a aquisição de materiais, bem como para as execuções dos serviços destinados a manutenção das atividades hospitalares, tiveram como princípio fundamental, justiça econômica e moralidade, buscando sempre condições técnicas e econômicas mais vantajosas para o serviço público, de conformidade com os dispositivos legais vigentes.

As licitações foram efetuadas com observância da Lei n.º 8666/93 e suas alterações, e demais legislações e normas complementares que regem o assunto de conformidade com as tabelas de valores em vigor no exercício de 2014.

Mesmo nos casos de dispensa de licitação, como medida salutar, realizaram-se sempre consultas prévias de preços junto a diversos possíveis fornecedores, visando obter maior economicidade nas compras realizadas.

As despesas realizadas foram previamente empenhadas, e os pagamentos efetuados após cumprimento das formalidades processuais, através da verificação do direito adquirido pelo credor, tendo pôr base os títulos e documentos comprobatórios dos respectivos créditos, e as declarações de que as mercadorias foram recebidas e/ou os serviços efetivamente executados a contento.

Os suprimentos de fundos concedidos no exercício de 2014 foram controlados pôr verificação efetuada no próprio SIAFI, sendo as despesas realizadas dentro dos prazos previamente estabelecidos, e as baixas de responsabilidade efetivadas de conformidade com a aprovação do Ordenador de Despesas.

DA DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA DA DESPESA

Os documentos relativos à escrituração das Receitas e Despesas encontram-se arquivadas no Serviço de Contabilidade e Finanças deste Hospital à disposição das autoridades responsáveis pelo acompanhamento administrativo e fiscalização financeira, bem como dos agentes incumbidos do controle interno – CGU e controle externo, de competência do Tribunal de Contas da União. Os processos encontram-se acondicionados em caixas, permitindo sua identificação e localização, ao mesmo tempo em que demonstram a legitimidade e veracidade dos atos e fatos administrativos que deram origem à receita e despesa no exercício de 2014.

DO ALMOXARIFADO

O Almojarifado do Hospital Universitário Cassiano Antônio de Moraes registra em 31/12/2014, R\$ 6.823.544,72 (seis milhões oitocentos e vinte e três mil quinhentos e quarenta e quatro reais e setenta e dois centavos) como saldo final apurado através do Inventário de Material em Estoque e

Movimentação do Almoxarifado – RMA. A conta Material de Consumo (113180100) registra igual valor no SIAFI, na mesma data.

A dinâmica da movimentação da conta de Bens Móveis (142120000) demonstra que entre aquisições (entradas orçamentárias), entradas extra orçamentárias, doações recebidas e baixas por doação a outros órgãos, este Hospital acrescentou/incorporou ao seu patrimônio o montante líquido de R\$ 5.634.614,62 (cinco milhões, seiscentos e trinta e quatro mil, seiscentos e quatorze reais e sessenta e dois centavos) no decurso do ano de 2014, alcançando em 31/12/2014 o saldo total de R\$ 33.659.087,58 (trinta e três milhões, seiscentos e cinquenta e nove mil, oitenta e sete reais e cinquenta e oito centavos).

QUADRO 109 – DECLARAÇÃO DO CONTADOR

Quadro A.12.4.1 – Declaração do Contador Afirmativa da Fidedignidade das Demonstrações Contábeis

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, relativos ao exercício de 2014, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.			
Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	VITORIA ES	Data	31/12/2014
Contador Responsável	VALCERLI GERMANO GAICK	CRC nº	ES-12230/0-3


Valcerli Germano Gaick
Chefe de Setor de Contabilidade
Contador - CRC/ES 12230/0-3
HUCAM/EBSERH

14 GESTÃO DE FUNDOS DO CONTEXTO DE ATUAÇÃO DA UNIVERSIDADE

Não se aplica ao contexto da Universidade.

15 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Universidade é uma Instituição de gestão complexa, pois o ambiente universitário é caracterizado pela pluralidade de ideias e convicções. Essa complexidade e pluralidade, todavia, não a isenta de ser eficiente nos processos, eficaz no alcance das metas e efetiva na qualidade dos resultados.

Ademais, como já foi citado no contexto de orientações filosóficas, enquanto Instituição universitária, de caráter público, e de excelência acadêmica, requer, em função do contexto contemporâneo de suas relações, que os ideais e valores que a consubstanciam lhe permitam pensar e atuar com inserção política e atitude ética, tendo como princípio pedagógico institucional e como fundamento do projeto pedagógico de cada curso, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Também nessa perspectiva, a universidade deve ultrapassar seus limites de ser transmissora de informações para qualificar-se, em processo de constituição e superação de si mesma, fundamentalmente com a busca da verdade, com o exercício da ética e pela perspectiva da produção de novas formas de existência coletiva. Concordar com essa formulação de proposta acadêmica é conceber que a Universidade é uma Instituição social e, portanto, insere-se num contexto pleno de sociedade múltipla e complexa; que a Universidade não é o único espaço de produção e de disseminação do conhecimento e que a sala de aula não é um espaço circunscrito a sua disposição física.

Única Universidade pública do Espírito Santo, além de atuar e cumprir o seu papel como Instituição voltada ao desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão, tem o compromisso e o dever de contribuir para o progresso do Estado. Dessa forma, todas as modalidades de ensino da Universidade devem ser voltadas para a busca, produção e socialização de conhecimentos e técnicas, e devem ser utilizadas como recurso de educação, destinadas à formação ética, crítica, técnica, científica, cultural e artística.

Esse tem sido o fio condutor das ações na gestão da Universidade, cujo Relatório de Gestão, espelha não a totalidade dessa dinâmica, mas sobretudo o compromisso e determinação da gestão pelo atingimento desse propósito.

ANEXO I – PAD E SINDICÂNCIAS ADMINISTRATIVAS

CGU-PAD

Controladoria-Geral
da União

RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS INSTAURADOS

Dados do Filtro:

Assunto(s): Nenhum assunto selecionado.

Universidade Federal do Espírito Santo	
Período: 01/01/2014 a 31/12/2014	
Quadro Consolidado:	Número de Procedimentos
Total de Apurações Diretas	0
Total de Procedimentos Administrativos para Empregados Públicos	0
Total de Processos Disciplinares para Empresas Públicas / Sociedades de Economia	0
Total de Processos Administrativos Disciplinares	61
Total de Ritos Sumários	0
Total de Sindicâncias	18
Total de Sindicâncias 'Servidor Temporário'	0
Total de Sindicâncias Patrimoniais	0
Total de Procedimentos	79

Quadro Detalhado		
Número do Processo Principal	Data da Situação	Tipo de Processo
23068001958201442	17/03/2014	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068001964201408	17/03/2014	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068024583201316	17/03/2014	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068000078201459	25/04/2014	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068000080201428	25/04/2014	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068000085201451	25/04/2014	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068000086201403	25/04/2014	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068000087201440	25/04/2014	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068000090201463	25/04/2014	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068003148201421	29/04/2014	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068003150201408	29/04/2014	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068003154201488	29/04/2014	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068003103201456	30/04/2014	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068003126201461	30/04/2014	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068003129201402	30/04/2014	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068003131201473	30/04/2014	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068003135201451	30/04/2014	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068003136201404	30/04/2014	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068003139201430	30/04/2014	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068003141201417	30/04/2014	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068003143201406	30/04/2014	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)

As informações contidas no presente documento, enquanto se mantiver a natureza preparatória das mesmas, são de acesso restrito nos termos do art.7º, §3º, da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, c/c art. 20º do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012;

As informações apresentadas não consideram o eventual cancelamento do registro das penalidades

Página: 1 de 3

Data da emissão do relatório: 30/01/2015

Emitido por: Vinicius Brandao de Rezende

RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS INSTAURADOS

Quadro Detalhado		
Número do Processo Principal	Data da Situação	Tipo de Processo
23068003144201442	30/04/2014	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068003147201486	30/04/2014	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068003155201422	30/04/2014	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068003152201499	21/05/2014	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068003132201418	29/05/2014	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068003130201429	05/06/2014	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068003133201462	05/06/2014	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068003146201431	05/06/2014	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068003149201475	05/06/2014	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068003153201433	05/06/2014	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068003156201477	05/06/2014	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068010512201417	11/08/2014	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068005798201419	30/08/2014	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068005807201463	30/08/2014	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068005831201401	30/08/2014	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068005835201481	30/08/2014	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068005838201414	30/08/2014	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068005841201438	30/08/2014	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068005844201471	30/08/2014	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068005847201413	30/08/2014	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068005849201402	30/08/2014	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068007142201422	30/08/2014	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068007144201411	30/08/2014	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068007145201466	30/08/2014	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068007146201419	30/08/2014	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068007151201413	30/08/2014	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068007152201468	30/08/2014	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068007165201437	30/08/2014	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068007166201481	30/08/2014	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068007176201417	30/08/2014	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068007178201414	30/08/2014	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068009674201402	30/08/2014	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068009850201406	30/08/2014	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068011767201499	04/09/2014	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068011772201400	04/09/2014	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068014215201432	01/10/2014	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068014798201230	01/10/2014	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)

As informações contidas no presente documento, enquanto se mantiver a natureza preparatória das mesmas, são de acesso restrito nos termos do art.7º, §3º, de Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, c/c art. 20º do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012;
As informações apresentadas não consideram o eventual cancelamento do registro das penalidades

Página: 2 de 3
Data da emissão do relatório: 30/01/2015
Emitido por: Vinicius Brandao de Rezende

RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS INSTAURADOS

Quadro Detalhado		
Número do Processo Principal	Data da Situação	Tipo de Processo
23068015007201451	01/10/2014	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068002623201441	17/11/2014	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068004154201403	17/11/2014	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068701470201419	03/02/2014	Sindicância
23068009477201485	09/04/2014	Sindicância
23068005074201467	17/04/2014	Sindicância
23068003128201450	30/04/2014	Sindicância
23068006698201400	08/05/2014	Sindicância
23068006749201495	09/05/2014	Sindicância
23068009669201491	28/06/2014	Sindicância
23068008005201413	01/07/2014	Sindicância
23068011526201440	07/07/2014	Sindicância
23068012289201434	11/08/2014	Sindicância
23068013034201499	12/08/2014	Sindicância
23068017950201236	18/08/2014	Sindicância
23068021459200912	19/08/2014	Sindicância
23068005853201462	30/08/2014	Sindicância
23068005854201415	30/08/2014	Sindicância
23068015735201462	18/09/2014	Sindicância
23068761833201475	18/09/2014	Sindicância
23068011810201416	06/10/2014	Sindicância

RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS POR SITUAÇÃO

Dados do Filtro:

Assunto(s): Nenhum assunto selecionado.

Universidade Federal do Espírito Santo	
Período:	01/01/2014 a 31/12/2014
Quadro Consolidado:	Número de Procedimentos
Total de Procedimentos em "Instauração/Instrução"	22
Total de Procedimentos em "Indiciamento/Citação"	5
Total de Procedimentos "Encaminhados para Julgamento"	2
Total de Procedimentos "Julgados"	49
Total de Procedimentos "Anulados Administrativamente"	0
Total de Procedimentos "Anulados Judicialmente"	0
Total de Procedimentos em "Revisão"	0
Total de Procedimentos em "Reconsideração/Recurso Hierárquico"	0
Total de Procedimentos em "Decisão Reconsideração/Recurso Hierárquico"	1
Total de Procedimentos em "Avocação/Requisição pela CGU"	0
Total de Procedimentos em "Decisão Revisão do Processo"	0
Total de Procedimentos	79

Quadro Detalhado			
Número do Processo	Tipo de Processo	Data Instauração	Fase Atual
23068001958201442	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	17/03/2014	Processo Julgado
23068001964201408	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	17/03/2014	Processo Julgado
23068024583201316	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	17/03/2014	Processo Julgado
23068000078201459	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	25/04/2014	Processo Julgado
23068000080201428	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	25/04/2014	Processo Julgado
23068000085201451	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	25/04/2014	Processo Julgado
23068000086201403	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	25/04/2014	Instauração/Instrução
23068000087201440	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	25/04/2014	Processo Julgado
23068000090201463	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	25/04/2014	Processo Julgado
23068003148201421	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	29/04/2014	Processo Julgado
23068003150201408	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	29/04/2014	Processo Julgado
23068003154201488	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	29/04/2014	Processo Julgado
23068003103201456	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	30/04/2014	Processo Julgado

As informações contidas no presente documento, enquanto se mantiver a natureza preparatória das mesmas, são de acesso restrito nos termos do art. 7º, §3º, da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, c/c art. 20º do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012;
As informações apresentadas não consideram o eventual cancelamento do registro das penalidades

Página: 1 de 4
Data de emissão do relatório: 30/01/2015
Emitido por: Vinícius Brandão de Rezende

RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS POR SITUAÇÃO

Quadro Detalhado			
Número do Processo	Tipo de Processo	Data Instauração	Fase Atual
23068003126201461	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	30/04/2014	Processo Julgado
23068003129201402	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	30/04/2014	Processo Julgado
23068003131201473	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	30/04/2014	Processo Julgado
23068003135201451	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	30/04/2014	Processo Julgado
23068003136201404	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	30/04/2014	Processo Julgado
23068003139201430	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	30/04/2014	Processo Julgado
23068003141201417	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	30/04/2014	Processo Julgado
23068003143201406	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	30/04/2014	Processo Julgado
23068003144201442	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	30/04/2014	Processo Julgado
23068003147201486	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	30/04/2014	Processo Julgado
23068003155201422	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	30/04/2014	Processo Julgado
23068003152201499	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	21/05/2014	Processo Julgado
23068003132201418	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	29/05/2014	Processo Julgado
23068003130201429	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	05/06/2014	Processo Julgado
23068003133201462	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	05/06/2014	Processo Julgado
23068003146201431	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	05/06/2014	Processo Julgado
23068003149201475	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	05/06/2014	Processo Julgado
23068003153201433	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	05/06/2014	Processo Julgado
23068003156201477	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	05/06/2014	Processo Julgado
23068010512201417	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	11/08/2014	Instauração/Instrução
23068005798201419	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	30/08/2014	Processo Julgado
23068005807201463	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	30/08/2014	Processo Julgado
23068005831201401	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	30/08/2014	Processo Julgado
23068005835201481	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	30/08/2014	Instauração/Instrução
23068005838201414	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	30/08/2014	Processo Julgado
23068005841201438	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	30/08/2014	Instauração/Instrução
23068005844201471	Processo Administrativo	30/08/2014	Indiciamento/Citação/Defesa

As informações contidas no presente documento, enquanto se mantiver a natureza preparatória das mesmas, são de acesso restrito nos termos do art.7º, §3º, da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, c/c art. 20º do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012.
As informações apresentadas não consideram o eventual cancelamento do registro das penalidades

Página: 2 de 4
Data da emissão do relatório: 30/01/2015
Emitido por: Vinicius Brandão de Rezende

RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS POR SITUAÇÃO

Quadro Detalhado			
Número do Processo	Tipo de Processo	Data Instauração	Fase Atual
23068005847201413	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	30/08/2014	Instauração/Instrução
23068005849201402	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	30/08/2014	Instauração/Instrução
23068007142201422	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	30/08/2014	Instauração/Instrução
23068007144201411	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	30/08/2014	Instauração/Instrução
23068007145201466	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	30/08/2014	Instauração/Instrução
23068007146201419	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	30/08/2014	Instauração/Instrução
23068007151201413	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	30/08/2014	Instauração/Instrução
23068007152201468	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	30/08/2014	Processo Julgado
23068007165201437	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	30/08/2014	Instauração/Instrução
23068007166201481	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	30/08/2014	Instauração/Instrução
23068007176201417	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	30/08/2014	Processo Julgado
23068007178201414	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	30/08/2014	Processo Julgado
23068009674201402	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	30/08/2014	Processo Julgado
23068009850201406	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	30/08/2014	Processo Julgado
23068011767201499	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	04/09/2014	Processo Julgado
23068011772201400	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	04/09/2014	Instauração/Instrução
23068014215201432	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	01/10/2014	Indiciamento/Citação/Defesa
23068014798201230	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	01/10/2014	Processo Julgado
23068015007201451	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	01/10/2014	Instauração/Instrução
23068002623201441	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	17/11/2014	Instauração/Instrução
23068004154201403	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	17/11/2014	Instauração/Instrução
23068701470201419	Sindicância	03/02/2014	Instauração/Instrução
23068009477201485	Sindicância	09/04/2014	Indiciamento/Citação/Defesa
23068005074201467	Sindicância	17/04/2014	Processo Julgado
23068003128201450	Sindicância	30/04/2014	Processo Julgado
23068006898201400	Sindicância	08/05/2014	Decisão
23068006749201495	Sindicância	09/05/2014	Instauração/Instrução
23068009669201491	Sindicância	28/06/2014	Encaminhado para Julgamento
23068008005201413	Sindicância	01/07/2014	Processo Julgado

As informações contidas no presente documento, enquanto se mantiver a natureza preparatória das mesmas, são de acesso restrito nos termos do art.7º, §3º, da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, c/c art. 20º do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012.

As informações apresentadas não consideram o eventual cancelamento do registro das penalidades

Página: 3 de 4

Data da emissão do relatório: 30/01/2015

Emitido por: Vinicius Brandão de Rezende

RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS POR SITUAÇÃO

Quadro Detalhado			
Número do Processo	Tipo de Processo	Data Instauração	Fase Atual
23068011526201440	Sindicância	07/07/2014	Indiciamento/Citação/Defesa
23068012289201434	Sindicância	11/08/2014	Processo Julgado
23068013034201499	Sindicância	12/08/2014	Processo Julgado
23068017950201236	Sindicância	18/08/2014	Instauração/Instrução
23068021459200912	Sindicância	19/08/2014	Processo Julgado
23068005853201462	Sindicância	30/08/2014	Encaminhado para Julgamento
23068005854201415	Sindicância	30/08/2014	Processo Julgado
23068015735201462	Sindicância	18/09/2014	Instauração/Instrução
23068761833201475	Sindicância	18/09/2014	Indiciamento/Citação/Defesa
23068011810201416	Sindicância	06/10/2014	Instauração/Instrução

RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS INSTAURADOS

Dados do Filtro:

Assunto(s): Nenhum assunto selecionado.

Universidade Federal do Espírito Santo	
Período:	01/01/2009 a 30/01/2015
Órgão:	Consolidado
	Número de Procedimentos
Total de Apurações Diretas	0
Total de Procedimentos Administrativos para Empregados Públicos	0
Total de Processos Disciplinares para Empresas Públicas / Sociedades de Economia	0
Total de Processos Administrativos Disciplinares	201
Total de Ritos Sumários	1
Total de Sindicâncias	56
Total de Sindicâncias 'Servidor Temporário'	0
Total de Sindicâncias Patrimoniais	0
Total de Procedimentos	258

ANEXO II – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO – UG – 153046 – UFES (A.2.4)

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		X			
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.		X			
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.		X			
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir				X	

ao gestor tomar as decisões apropriadas.					
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		X			
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.		X			
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Análise crítica e comentários relevantes:					
Escala de valores da Avaliação:					
<p>(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.</p>					

ANEXO III – PROJETOS DESENVOLVIDOS COM FUNDAÇÕES DE APOIO

QUADRO 110 - RELAÇÃO DE PROJETOS DESENVOLVIDOS PELAS FUNDAÇÕES DE APOIO (B.64.1-A)

FUNDAÇÃO DE APOIO													
NOME: FUNDAÇÃO CECILIANO ABEL DE ALMEIDA								CNPJ: 27.414.879/0001-74					
PROJETO		INSTRUMENTO CONTRATUAL											
Nº DO PROCESSO	TIPO	Nº	OBJETO	CONTRATO				CONVÊNIO					
				VIGÊNCIA		VALOR		Nº DO PROCESSO	OBJETO	VIGÊNCIA		VALOR	
				INÍCIO	FIM	BRUTO	REPASSADO			INÍCIO	FIM	BRUTO	REPASSADO
424590786	Ensino	34/2008	Prestação de apoio ao projeto de implantação de cursos de licenciatura em Artes Visuais, Física e Química; bacharelado em Ciências contábeis; especialização em gestão de Agonegócios e Logística e Aperfeiçoamento em Dimensões da Humanização para 1º e 2º sistemas livres do sistema UAB na UFES	13/06/2008	13/06/2014	7149078,18	7149078,18	-	-	-	-	-	-
461450833	Desenvolvimento Institucional	54/2008	Prestação de apoio por parte da contratada ao projeto de desenvolvimento Institucional do Teatro universitário	18/08/2008	18/02/2014	46141673	20024683	-	-	-	-	-	-
461490811	Desenvolvimento Institucional	53/2008	Prestar apoio ao gerenciamento e execução do projeto denominado "cinéclube metrópolis cinema, educação e cultura"	18/08/2008	18/02/2014	20184791	6346824	-	-	-	-	-	-
655490826	Desenvolvimento Institucional	56/2009	Prestação de apoio à execução do projeto de desenvolvimento institucional "Operação do POPES da Rede Nacional de Ensino Pesquisa pela UFES"	25/06/09	26/02/2014	30024092	29330438	-	-	-	-	-	-
588260844	Extensão	75/2009	Apoio ao "Projeto de Extensão: Corpo Humano: uma abordagem anatomofuncional para iniciantes"	25/08/2009	24/08/2015	508995	508995	-	-	-	-	-	-
135400911	Extensão	109/2010	Execução do Projeto de Extensão e	4/10/2010	30/11/2013	1.85809566	1.93009566						

			Aperfeiçoamento: "Curso Educação para Diversidade; Curso Educação para as Relações Étnico-Raciais: A história e cultura Afro-brasileira; Curso de formação continuada de professores na temática culturais e histórias dos povos indígenas; Curso Gênero e Diversidade na Escola e Curso de Educação em Direitos Humanos".										
5497/10-53	Extensão	14/7/2010	Prestação de apoio à execução do PROJETO de extensão com vistas à elaboração do Projeto do curso " PROLIND – LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA"	14/12/2010	14/08/2014	61.571,40	59.999,00	--	--	--	--	--	--
1079609-76	Desenvolvimento Institucional	29/2012	Prestação de apoio à execução do projeto de desenvolvimento institucional "Píloto Universitário Segundo Tempo"	24/1/2012	24/01/2015	108.650,00	108.650,00	--	--	--	--	--	--
1380611-03	Ensino	4/1/2012	Prestação de apoio ao projeto de ensino "Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação (Mestrado) em Educação".	16/2/2012	16/02/2017	88.970,20	75.723,14	--	--	--	--	--	--
66612-21	Ensino	10/9/2012	Prestação de apoio ao projeto de Desenvolvimento Institucional "Píloto Universitário Segundo Tempo"	19/7/2012	30/06/2014	351.196,01	336.475,14	--	--	--	--	--	--
4212407-68	Ensino	11/4/2012	Prestação de apoio ao projeto de ensino "Desenvolvimento do Ensino da Pós - Graduação (mestrado) em educação"	31/7/2012	30/05/2014	180.312,00	141.984,00	--	--	--	--	--	--
11384/11-78	Ensino	11/6/2012	Prestação de apoio à execução do projeto de extensão "Inclusão digital de jovens das áreas de Reforma Agrária no ES resultante do termo de cooperação nº12/2011, celebrado entre a UFES e o Ministério de Comunicações	9/8/2012	30/05/2014	254.352,40	176.724,02	--	--	--	--	--	--
1380611-40	Ensino	11/9/2012	Prestação por parte da contratada ao projeto intitulado "ESTUDOS E REVISÃO AS CARREIRAS DO	24/8/2012	24/08/2017	77.410,20	43.500,20	--	--	--	--	--	--

			SERVIDORES DAS SAUDE, DA EDUCACAO, DA GUARDAMUNICIPAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA"										
1964812-12	Extensão	25/2013	Prestação de apoio por parte da contratada ao projeto de extensão intitulado "Implementação e oferta dos cursos da Rede SECADI, modalidade a distância na UHES"	29/12/2013	01/03/2014	150469537	150469537	-	-	-	-	-	-
2283712-72	Pesquisa	27/2013	Prestação de apoio ao projeto de pesquisa intitulado "Análise espaço-temporal de dados epidemiológicos de tuberculose em regiões metropolitanas do Brasil-2001-2011"	19/2/2013	01/03/2014	17209600	17209600	-	-	-	-	-	-
352911-67	Ensino	35/2013	Prestação de apoio por parte da contratada ao projeto de ensino do curso de pós-graduação Lato sensu em História, Linguagens e novas tecnologias de informação e saúde	22/3/2013	22/03/2015	24500000	000	-	-	-	-	-	-
1437212-86	Extensão	52/2013	Prestação de apoio por parte da contratada ao projeto de extensão "Capacitação de docentes em EAD-2012 na UHES"	25/4/2013	25/07/2014	72662,08	72662,08	-	-	-	-	-	-
2429211-58	Ensino	06/2013	Prestação de apoio ao projeto de Ensino Curso de pós-graduação lato sensu em especialização em engenharia de transporte de oleogás em dutos	11/6/2013	591.16500	591.16500	000	-	-	-	-	-	-
328313-95	Extensão	64/2013	Prestação de apoio por parte da contratada ao projeto de extensão X seminário Capivara sobre o ensino da Arte e II Encontro de Licenciatura em Artes (EAD)	12/6/2013	12/06/2014	2366000	1503280	-	-	-	-	-	-
1297512-43	Ensino	10/2013	Prestação de apoio ao Projeto de Ensino intitulado "Curso de Pós-Graduação Lato Sensu Especialização em Educação Especial na perspectiva da Inclusão".	30/09/2013	30/09/2016	101097,79	50661,48	-	-	-	-	-	-
1332713-95	Extensão	10/6/2013	Prestação de apoio ao Projeto de Extensão intitulado "Curso de Formação do Aluno Integrado".	08/10/2013	08/10/2013	35000000	35000000	-	-	-	-	-	-

1535513-47	Extensão	12/2013	Prestação de apoio ao Projeto de Extensão intitulado O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA-MINHAS GERAIS	18/11/2013	18/12/2014	71656594	44543642	-	-	-	-	-	-
Total						87221.76692	54.284.243,11	Total				251632370	251632370
Recursos Pertencentes a IFES Envolvidos nos Projetos													
Projeto		Recursos da IFES											
Nº do Processo	Tipo	Financeiros		Materiais (*)			Humanos (*)						
		Valor		Tipo	Valor		Quantidade	Valor					
4245907-86	Ensino	7.149078,18		ND(*)	ND(*)		ND(*)		ND(*)				
4614508-33	Desenvolvimento Institucional	461.41673		ND(*)	ND(*)		ND(*)		ND(*)				
4614908-11	Desenvolvimento Institucional	201.84791		ND(*)	ND(*)		ND(*)		ND(*)				
6554908-26	Desenvolvimento Institucional	30024092		ND(*)	ND(*)		ND(*)		ND(*)				
5882608-44	Extensão	508995		ND(*)	ND(*)		ND(*)		ND(*)				
1354009-11	Extensão	1.858095,66		ND(*)	ND(*)		ND(*)		ND(*)				
549710-53	Extensão	61.571,40		ND(*)	ND(*)		ND(*)		ND(*)				
1079609-76	Desenvolvimento Institucional	108.650,00		ND(*)	ND(*)		ND(*)		ND(*)				
1380511-03	Ensino	88970,20		ND(*)	ND(*)		ND(*)		ND(*)				
66612-21	Ensino	351.19601		ND(*)	ND(*)		ND(*)		ND(*)				
4212407-68	Ensino	18031200		ND(*)	ND(*)		ND(*)		ND(*)				
1138411-78	Ensino	254.352,40		ND(*)	ND(*)		ND(*)		ND(*)				
1380611-40	Ensino	77410,20		ND(*)	ND(*)		ND(*)		ND(*)				
1964812-12	Extensão	1.504.695,37		ND(*)	ND(*)		ND(*)		ND(*)				
2283712-72	Pesquisa	172096,00		ND(*)	ND(*)		ND(*)		ND(*)				
352911-67	Ensino	245000,00		ND(*)	ND(*)		ND(*)		ND(*)				

14372/12-86	Extensão	7266208	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
24292/11-58	Ersino	591.165,00	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
3283/13-95	Extensão	23660,00	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
12975/12-43	Ersino	101.097,79	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
13327/13-95	Extensão	350.000,00	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
15355/13-47	Extensão	716565,94	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
Total		14875.173,74	—	—	—	—

(*) Observação: O envolvimento das fundações nos projetos listados restringe-se exclusivamente à prestação de serviço de apoio. Principalmente sob a forma de apoio logístico e apoio na realização de atividades de compras e contratações. A gestão dos projetos está a cargo das unidades da UFES e sua realização se confunde com as atividades ordinárias da instituição. Nenhum razão pela qual não é realizado o controle centralizado dos recursos não financeiros da instituição aportados em cada um dos projetos. Este controle é descentralizado e a cargo de cada um dos respectivos coordenadores, motivo pelo qual a informação não está disponível de forma consolidada e centralizada.

QUADRO 111 - RELAÇÃO DE PROJETOS DESENVOLVIDOS PELAS FUNDAÇÕES DE APOIO (B.64.1-B)

FUNDAÇÃO DE APOIO													
NOME: FUNDAÇÃO DE APOIO AO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO CASSIANO ANTÔNIO MORAES								CNPJ: 03.323.503/0001-96					
PROJETO		INSRUMENTO CONTRATUAL											
		CONTRATO						CONVÊNIO					
Nº DO PROCESSO	TIPO	Nº	OBJETO	VIGÊNCIA		VALOR		Nº	OBJETO	VIGÊNCIA		VALOR	
17295/10-54	Ersino	34/2012	Prestar apoio à execução do PROJETO DO CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO "LATU SENSU" ESPECIALIZAÇÃO EM REUMATOLOGIA.	08/02/2012	08/02/2014	7751850	4408464	—	—	—	—	—	—
23372/11-96	Pesquisa	08/2012	Prestação de apoio ao projeto de pesquisa "Fornecimento e monitoramento contínuo da performance do teste rápido para diagnóstico sorológico da sífilis a ser utilizada no projeto REDE CEGONHA"	29/12/2011	29/12/2014	12510000,00	12510000,00	—	—	—	—	—	—
2432/12-18	Pesquisa	125/2012	Prestação de apoio por parte da contratada ao projeto de pesquisa, monitoramento e	17/9/2012	17/08/2014	26350000,00	26350000,00	—	—	—	—	—	—

			desenvolvimento Utilização de Rapid Check HIV 1 & 2 nas redes cegonhas e programafiquesbendo										
14845/13-26	Pesquisa	130/2013	Prestação de apoio ao projeto de pesquisa intitulado "Aperfeiçoamento, otimização e obtenção de um aglomerante vegetal a partir de resíduos da agroindústria"	13/12/2013	13/12/2016	1.09504200	93647700	-	-	-	-	-	-
18719/13-41	Extensão	116/2013	Prestação de apoio ao projeto de extensão intitulado "Manutenção e Ampliação do Centro Regional de Referência Sobre Drogas do Espírito Santo, parceria UHES-PMV-PMVV(CRRRES)"	25/11/2013	25/05/2015	37000000	37000000	-	-	-	-	-	-
014846/13-71	Ensino	064/2014	A prestação de apoio por parte da contratada ao projeto de ensino do "Desenvolvimento do ensino do "Desenvolvimento do ensino de pós-graduação na áreas Ciências Sociais"	01/08/2014	01/08/2017	30.000,00	456785	-	-	-	-	-	-
018391/13-62	Extensão	069/2014	A prestação de apoio por parte da contratada ao projeto de extensão "Curso de aperfeiçoamento prevenção do uso de drogas para educadores de escolas públicas"	19/08/2014	19/05/2015	72.000,00	7200000	-	-	-	-	-	-
011714/14-78	Ensino	071/2014	A prestação de apoio por parte da contratada ao projeto de ensino "Curso de Pós-Graduação Lato Sensu Especialização em Fisioterapia em Terapia Intensiva"	21/08/2014	21/12/2014	44.447,06	3899633	-	-	-	-	-	-
009812/14-45	Extensão	074/2014	A prestação de apoio por parte da contratada ao projeto de extensão "Projeto para infraestrutura	29/08/2014	29/08/2015	224.050,00	000	-	-	-	-	-	-

			e educação pelo trabalho para a saúde UFES/SEMUS - VITÓRIA"										
011598/14-97	Ensino	093/2014	PRESTAÇÃO DE APOIO AO PROJETO DE "DESENVOLVIMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO NA ÁREA DE ODONTOLOGIA"	29/10/2014	29/10/2017	22.500,00	66030	-	-	-	-	-	-
016887/14-82	Pesquisa	098/2014	A prestação de apoio por parte da contratada ao projeto de pesquisa "Levantamento de dados epidemiológicos sobre saúde da população prisional no Brasil - Segunda parte"	11/11/2014	11/11/2016	500.000,00	5000000	-	-	-	-	-	-
016703/14-84	Ensino	100/2014	APOIO AO PROJETO DE ENSINO "VII SIMPÓSIO BRASILEIRO DE DOENÇA FALCIFORME"	19/11/2014	19/11/2016	1.000.000,00	10000000	-	-	-	-	-	-
Total						42295557560	4183281612	Total				000	000
Recursos Pertencentes a IFES Envolvidos nos Projetos													
Projeto			Recursos do IFES										
Nº do Processo	Tipo	Financeiros		Materiais (*)			Humanos (*)						
		Valor Previsto		Tipo	Valor	Quantidade	Valor						
1725/10-54	Ensino	77518,50		ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)						
2337/11-96	Pesquisa	12510000,00		ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)						
2432/12-18	Pesquisa	26350000,00		ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)						
14845/13-26	Pesquisa	10950420,00		ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)						

187191341	Extensão	370000,00	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
148461371	Ensino	30000,00	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
183911362	Extensão	72000,00	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
117141478	Ensino	44447,06	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
98121445	Extensão	224050,00	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
115981497	Ensino	22500,00	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
168871482	Pesquisa	500000,00	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
167031484	Ensino	1.000.000,00	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
Total		42295557,56	—	—	—	—

(*) Observação: O envolvimento das fundações nos projetos listados restringe-se exclusivamente à prestação de serviço de apoio. Principalmente sob a forma de apoio logístico e apoio na realização de atividades de compras e contratações. A gestão dos projetos está a cargo das unidades da UFES e sua realização se confunde com as atividades ordinárias da instituição. Nenhum razão pela qual não é realizado o controle centralizado dos recursos não financeiros da instituição aportados em cada um dos projetos. Este controle é descentralizado e a cargo de cada um dos respectivos coordenadores, motivo pelo qual a informação não está disponível de forma consolidada e centralizada.

QUADRO 112 - RELAÇÃO DE PROJETOS DESENVOLVIDOS PELAS FUNDAÇÕES DE APOIO (B.64.1-C)

FUNDAÇÃO DE APOIO													
NOME: FUNDAÇÃO ESPÍRITO SANTENSE DE TECNOLOGIA								CNPJ: 02.980.103/0001-90					
PROJETO		INSTRUMENTO CONTRATUAL											
Nº DO PROCESSO	TIPO	CONTRATO				CONVÊNIO							
		Nº	OBJETO	VIGÊNCIA		VALOR		Nº	OBJETO	VALOR			
20895/11-11	Pesquisa	26/2011	Prestação de apoio à execução do PROJETO de pesquisa "Desenvolvimento de reator a plasma e concepção de sistema de geração elétrica com captura de carbono sólido".	04/03/2011	04/09/2013	980000,00	980000,00	-	-	-	-	-	-
23890/11-18	Pesquisa	40/2012	Prestação de apoio por parte da contratada ao projeto de pesquisa "Desenvolvimento e Aplicação de Novas Tecnologias na Área de Química de Petróleo Relacionada ao Segmento de Exploração e Produção" resultante do convênio celebrado entre a UHES e a Petrobras em 13/12/2011.	16/02/2012	16/02/2015	2044878,38	1533688,77	-	-	-	-	-	-
14300/11-58	Pesquisa	44/2012	Prestação de apoio por parte da contratada ao projeto de pesquisa, resultante do convênio 010/2011.	16/02/2012	16/02/2014	740436,10	763336,19	-	-	-	-	-	-
1184/11-15	Pesquisa	54/2011	Prestação de apoio à execução do Projeto de Pesquisa "Modelo de Arquitetura".	13/5/2011	13/05/2014	692511,63	71683891	-	-	-	-	-	-
4367/10/01	Extensão	6/2011	"Aplicação de técnicas de solução numérica em modelos gráficos: simulação da propagação de ondas através do método dos volumes finitos, aplicação do procedimento recursivo do método dos elementos de contorno em dinâmica e otimização da representação de superfícies, potenciais e conjunto de dados discretos através de funções de base radial".	16/2011	31/05/2014	933534,00	933534,00	-	-	-	-	-	-
4198/12-63	Pesquisa	133/2012	Prestação de apoio por parte da contratada ao projeto de pesquisa Diagnóstico	16/10/2012	16/10/2014	2614476,72	2614476,72	-	-	-	-	-	-

			Socioeconômico das comunidades Pesqueiras da Baía do Espírito Santo e porção norte da baía de Campos										
1897511-76	Pesquisa	135/2012	Prestação de apoio ao projeto de pesquisa intitulado "Hidroremediação de metais pesados"	19/10/2012	19/10/2016	1.027.158,95	587.706,68	-	-	-	-	-	-
1638/12-21	Ensino	168/2012	Dar apoio ao projeto de Desenvolvimento Ensino de Pós graduação na área de política social (Mestrado e Doutorado)	12/12/2012	12/12/2015	396.000	174.274,9	-	-	-	-	-	-
18425/12-38	Pesquisa	181/2012	Prestação de apoio ao projeto de pesquisa Aplicação de técnicas analíticas alternativas e quimiocatalisação no desenvolvimento de novos métodos de avaliação de petróleos	4/12/2012	04/12/2016	4.488.524,45	3.435.778,24	-	-	-	-	-	-
17512/12-78	Extensão	173/2012	Prestação de apoio ao projeto Pro-letamento/ pacto nacional pela alfabetização na idade certa	4/12/2012	31/03/2015	932.507,32	196.486,38	-	-	-	-	-	-
2875/10-47	Pesquisa	108/2010	Prestação de apoio a execução do projeto de pesquisa "PROJETO E PLANEJAMENTO DE REDESÓPTICAS DE NOVA GERAÇÃO".	30/9/2012	30/09/2012	264.495,09	264.495,09	-	-	-	-	-	-
2535109-91	Desenvolvimento Institucional	37/2010	Prestação de apoio ao projeto "Desenvolvimento Institucional Científica e Tecnológico do Centro de Ciências Exatas UHES para o quadriênio 2009-2012"	27/4/2010	27/04/2014	2.124.300,00	256.688,93	-	-	-	-	-	-
2032809-18	Ensino	33/2010	Prestação de apoio ao projeto de ensino e pesquisa "programa institucional da UHESem Petróleo e Gás".	14/2/2010	14/2/2014	2.102.165,26	2807.709,00	-	-	-	-	-	-
1852509-69	Ensino	51/2010	Apoio ao ensino "Pós - Graduação Lato Sensu em controle gerencial e finanças para pequenos e médias empresas".	21/6/2012	21/06/2012	349.433,49	166.827,72	-	-	-	-	-	-
2513609-90	Extensão	107/2010	Prestação de apoio por parte ao projeto de extensão intitulado "Escola que protege"	30/12/2011	31/12/2014	593.287,37	545.769,00	-	-	-	-	-	-
1546/10-89	Pesquisa	148/2010	Prestação de apoio ao Projeto de pesquisa: "Quantificação e Caracterização Química de Partículas Sedimentáveis".	3/12/2012	03/12/2012	283.162,93	312.085,57	-	-	-	-	-	-
5453/10-23	Pesquisa	144/2010	Prestação de apoio à execução do PROJETO de	3/12/2010	15/09/2014	254.777,92	228.755,27	-	-	-	-	-	-

			pesquisa "Desenvolvimento de Coletor Automático de Partículas Sedimentáveis".										
16329/12-55	Pesquisa	30/2013	Prestação de apoio ao projeto de pesquisa "Estudos do comportamento do perfil de velocidades na seção de medição de gás flare e sua influência sobre a qualidade da medição"	22/2013	22/05/2015	1.320.738,80	1.100.104,80	-	-	-	-	-	-
13811/12-33	Pesquisa	033/2013	Prestação de apoio por parte da contratada ao Projeto de pesquisa intitulado "Desenvolvimento de um sistema de automação, supervisão e de SISP em poços de petróleo Onshore"	5/3/2013	05/09/2015	1.253.293,35	804.403,91	-	-	-	-	-	-
13529/12-56	Pesquisa	34/2013	Prestação de apoio por parte da contratada ao projeto de pesquisa intitulado Sensor de fibra ótica para medição simultânea de temperatura e nível de óleo em tanques de produção terrestre	5/3/2013	05/03/2016	2.089.547,89	1.140.015,69	-	-	-	-	-	-
1381/13-98	Extensão	59/2013	Prestação de apoio por parte da contratada ao Projeto de extensão para a organização do 8º Encontro Nacional de Política Social	27/5/2013	30/03/2014	110.000,00	24.400,50	-	-	-	-	-	-
7299/13-77	Extensão	60/2013	Dar apoio ao projeto de extensão "Conferências municipais, intermunicipais e de educação"	5/6/2013	05/06/2017	385.000,00	385.000,00	-	-	-	-	-	-
00019/13-08	Ensino	68/2013	Dar apoio ao projeto do II curso de Ensino de Graduação Lato Sensu em Controladoria e Finanças	4/7/2013	4/07/2015	386.250,00	129.804,00	-	-	-	-	-	-
3660/13-96	Pesquisa	74/2013	Apoio ao Projeto de pesquisa intitulado "Estudo da reciclagem de materiais poliméricos"	24/7/2013	24/09/2015	551.491,98	480.298,91	-	-	-	-	-	-
24594/11-26	Pesquisa	96/2012	Prestação de apoio por parte da contratada à execução do Projeto de Pesquisa "Modelagem e Simulação do Efeito Eletromagnético Mitigação da Inrustação Carbonática".	20/1/2012	20/01/2015	214.731,00	214.791,00	-	-	-	-	-	-
15305/12-89	Pesquisa	76/2013	Prestação de apoio ao projeto de pesquisa : "Desenvolvimento de sistema analítico - qualitativo de presença-ausência para análise de uma microcistinas em amostras de águas utilizando metodologia de	5/8/2013	05/08/2016	100.000,00	100.000,00	-	-	-	-	-	-

			inibição enzimática e detecção visual comoligênci										
189791235	Ensino	79/2013	Prestação de apoio por parte da contratada ao Projeto de Desenvolvimento de Pós-graduação Latu Sensu em Cálculo de Estruturas Metálicas	88/2013	88/2015	31428000	7344483	-	-	-	-	-	-
1084213-13	Extensão	09/2013	Prestação de apoio ao projeto de extensão extra muros programa institucional de 4 cursos e eventos de extensão na UFES	99/2013	99/2013	74800000	63322838	-	-	-	-	-	-
152901259	Ensino	108/2013	Prestação de apoio ao Projeto de Ensino "Curso de Especialização MBA Energia".	14/10/2013	14/10/2016	45414000	000	-	-	-	-	-	-
6611208-18	Extensão	46/2009	Prestar apoio a execução do projeto de extensão "Formação na metodologia Escola Ativa e Plano de desenvolvimento da Escola" para os técnicos da secretaria estadual de educação e Secretaria Municipal de Educação" doravante denominado Projeto.	26/5/2009	26/05/2014	130019809	145256990	-	-	-	-	-	-
177491259	Extensão	170/2012	Prestação de apoio ao projeto de extensão intitulado Programa Nacional de Capacitação dos Conselheiros Municipais de educação	12/12/2012	31/01/2014	4844026	4739503	-	-	-	-	-	-
23068.024294/2013-17	Pesquisa	012/2014	Prestação de apoio por parte da contratada ao projeto de pesquisa "Implantação da unidade de reprodução e produção de organismos marinhos para fins de aquicultura(REPAQ)"	04/02/2014	04/02/2016	2.109.678,65	81190851	-	-	-	-	-	-
23068.022869/2013-59	Extensão	016/2014	Prestação de apoio por parte da contratada ao projeto de extensão "Programa ensino médio inovador"	21/02/2014	21/02/2015	676.850,94	67685094	-	-	-	-	-	-
23068.019585/2013-85	Ensino	025/2014	A prestação de apoio por parte da contratada ao projeto do "Curso de Pós-Graduação Latu Sensu em Coordenação Pedagógica"	26/03/2014	26/09/2015	350.000,00	3500000	-	-	-	-	-	-
23068.024408/2013-11	Pesquisa	031/2014	A prestação de apoio por parte da contratada ao projeto de pesquisa intitulado "Desenvolvimento de	25/04/2014	25/04/2016	855.194,84	11740454	-	-	-	-	-	-

			técnicas analíticas de caracterização e quantificação de parafinas em petróleos com foco nas atividades de logística e abastecimento"										
23068.001803/ 2014-14	Pesquisa	032/2014	A prestação de apoio por parte da contratada ao projeto de pesquisa "Impacto acústico sobre a ictiofauna, proveniente dos disparos dos canhões de ar, durante a atividade sísmica no Espírito Santo	29/04/2014	28/04/2015	470.250,00	3032845	-	-	-	-	-	-
23068.001731/ 2010-73	Extensão	034/2014	A prestação de apoio por parte da contratada ao projeto de extensão "Labor - Laboratório de Orçamentos"	19/05/2014	19/05/2015	1.800.000,00	72561293	-	-	-	-	-	-
23068.023420/ 2013-16	Ensino	036/2014	A prestação de apoio por parte da contratada ao projeto de ensino "Curso de aperfeiçoamento em propostas curriculares para educação integral"	28/05/2014	28/05/2015	102.000,00	1020000	-	-	-	-	-	-
23068.023422/ 2013-05	Ensino	037/2014	A prestação de apoio por parte da contratada ao projeto de ensino "Curso de escola e cidade para uma educação integral e integradora"	28/05/2014	28/05/2015	102.000,00	1020000	-	-	-	-	-	-
23068.008186/ 2014-70	Ensino, Pesquisa e Extensão	042/2014	A prestação de apoio por parte da contratada ao projeto intitulado "Centro de Línguas - Projeto Integrado de Ensino, Extensão e Pesquisa"	02/06/2014	02/01/2016	7.162.710,00	23500000	-	-	-	-	-	-
23068.010686/ 2012-18	Pesquisa	044/2014	A prestação de apoio por parte da contratada ao projeto de pesquisa "Desenvolvimento de ações para a recuperação de áreas degradadas no sul do Espírito Santo"	09/06/2014	09/06/2016	599.920,00	2873000	-	-	-	-	-	-
23068.004800/ 2014-21	Extensão	045/2014	A prestação de apoio por parte da contratada ao projeto de extensão que	16/06/2014	30/05/2015	95.700,00	6668763	-	-	-	-	-	-

			consiste na organização do "2º encontro internacional de política social e 9º encontro nacional de política social"										
23068.018767/ 2013-39	Extensão	046/2014	A prestação de apoio por parte da contratada ao projeto de extensão intitulado "Elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico e do plano regional de saneamento básico"	29/05/2014	29/05/2017	1.339.496,40	2433833	-	-	-	-	-	-
23068.008185/ 2014-25	Ensino	047/2014	A prestação de apoio por parte da contratada ao projeto de ensino de curso de pós-graduação Lato Sensu "Especialização em cálculo estrutural e fundações"	18/06/2014	18/06/2016	359.114,03	9382783	-	-	-	-	-	-
23068.007747/ 2014-13	Pesquisa	051/2014	A prestação de apoio por parte da contratada ao projeto de pesquisa intitulado "AMBES- Caracterização ambiental da bacia do Espírito Santo e Porção Norte da Bacia de Campos (sistema pelágico e físico-química da água e sedimento)"	02/07/2014	02/02/2016	6.249.374,95	2497498	-	-	-	-	-	-
23068.023395/ 2012-81	Ensino	052/2014	A prestação de apoio por parte da contratada ao projeto de ensino do curso de aperfeiçoamento "Campos de experiência e saberes e ação de pedagógica na educação infantil"	07/07/2014	07/09/2016	123.689,39	000	-	-	-	-	-	-
23068.010046/ 2014-61	Extensão	053/2014	A prestação de apoio por parte da contratada ao projeto de extensão intitulado "Ensaio e análises laboratoriais - ITUFES"	11/07/2014	11/12/2014	635.886,67	500000	-	-	-	-	-	-
23068.023423/ 2013-41	Ensino	055/2014	A prestação de apoio por parte da contratada ao projeto de ensino "Curso de aperfeiçoamento em docência em educação integral"	14/07/2014	14/04/2015	102.000,00	1020000	-	-	-	-	-	-

23068.009747/ 2014-58	Ensino	056/2014	A prestação de apoio por parte da contratada ao projeto de ensino "Curso de especialização em engenharia de segurança do trabalho"	14/07/2014	14/01/2016	174.000,00	957237	-	-	-	-	-	-
23068.013464/ 2012-20	Extensão	057/2014	A prestação de apoio a execução do projeto de extensão "O processo de modernização da prefeitura municipal de Itapemirim"	21/07/2014	21/10/2015	832.931,47	15560624	-	-	-	-	-	-
23068.009487/ 2014-11	Pesquisa	061/2014	A prestação de apoio por parte da contratada ao projeto de pesquisa intitulado "Montagem da unidade de destilação manual para determinação de evolução de cloretos em petróleos brasileiros"	24/07/2014	24/09/2015	519.198,30	500000	-	-	-	-	-	-
23068.009486/ 2014-76	Pesquisa	062/2014	A prestação de apoio por parte da contratada ao projeto de pesquisa intitulado "Métodos Analíticos de Avaliação Petróleo para utilização da Área de Ambiental"	24/07/2014	24/07/2016	655.642,27	1936040	-	-	-	-	-	-
23068.009490/ 2014-34	Pesquisa	063/2014	A prestação de apoio por parte da contratada ao projeto de pesquisa intitulado "Consolidação do Laboratório de Ressonância Magnética Nuclear do NCQP/UFES"	24/07/2014	24/11/2014	579.725,50	37816275	-	-	-	-	-	-
23068.009488/ 2014-65	Pesquisa	066/2014	A prestação de apoio por parte da contratada ao projeto de pesquisa intitulado "Caracterização de asfaltenos e parafinas por espectrometria de massas de altíssima resolução e exatidão"	06/08/2014	06/02/2016	889.300,18	000	-	-	-	-	-	-
23068.000133/ 2014-19	Extensão	067/2014	A prestação de apoio por parte da contratada ao projeto de extensão "Capacitação para operadores do sistema única de assistência social do Espírito"	07/08/2014	07/08/2016	359.044,00	1292584	-	-	-	-	-	-

			Santo"										
23068.009493/ 2014-78	Ensio	068/2014	A prestação de apoio por parte da contratada ao projeto de ensino de "Aperfeiçoamento Ensino de Pós-Graduação na Área de Direito Processual Civil"	11/08/2014	11/08/2019	233.144,30	500000	-	-	-	-	-	-
23068.011930/ 2014-13	Extensão	072/2014	A prestação de apoio por parte da contratada ao projeto de extensão "Laboratório de ensaios em materiais de construção do centro tecnológico - LEMAC"	26/08/2014	26/08/2016	597.430,00	221812	-	-	-	-	-	-
23068.009467/ 2014-40	Extensão	073/2014	A prestação de apoio por parte da contratada ao projeto de extensão "Formação continuada de dirigentes municipais de educação"	26/08/2014	26/04/2015	70.000,00	700000	-	-	-	-	-	-
23068.024973/ 2013-88	Desenvolvimento Institucional	078/2014	A prestação de apoio por parte da contratada ao projeto de "Desenvolvimento institucional das atividades integradas de cultura e comunicação da UFES"	16/09/2014	16/09/2015	323.618,55	700000	-	-	-	-	-	-
23068.025125/ 2013-96	Pesquisa	080/2014	A prestação de apoio por parte da contratada ao projeto de pesquisa "Estudo dos impactos da criação de novas energias e de combustíveis alternativos na economia capixaba"	17/09/2014	17/09/2016	100.000,00	000	-	-	-	-	-	-
23068.022025/ 2012-27	Ensio	082/2014	A prestação de apoio por parte da contratada ao projeto de ensino do curso de especialização Lato Sensu "Engenheiro de campo SMS"	24/09/2014	24/09/2016	328.248,00	534834	-	-	-	-	-	-
23068.011971/ 2014-18	Extensão	083/2014	A prestação de apoio por parte da contratada ao projeto de extensão "Laboratório de	26/09/2014	26/05/2015	76.396,60	141424	-	-	-	-	-	-

			Fisiologia do Exercício - LAFEX"										
23068.013615/ 2014-21	Desenvolvimento Institucional	084/2014	APOIO AO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL "IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE CURSOS NO ÂMBITO DO SISTEMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL - UAB 2014: 1º E 2º SEMESTRES DOS CURSOS NA UFES.	02/10/2014	02/10/2016	3.635.802,10	1000000	-	-	-	-	-	-
23068.013614/ 2014-86	Desenvolvimento Institucional	085/2014	APOIO AO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL "PROJETO IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE CURSOS NO ÂMBITO DO SISTEMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL-UAB INCLUSIVE DESPESAS DO NUCLEO UAB DA UFES: IMPLEMENTAÇÃO DO 9º SEMESTRE DOS CURSOS DE LICENCIATURA EM QUÍMICA E BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS; IMPLEMENTAÇÃO DOS 1º E 2º SEMESTRES DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EM SAÚDE; IMPLEMENTAÇÃO DOS 1º E 2º SEMESTRES DA OFERTA DO CURSO DE APREFEIÇOAMENTO EM DIMENSÕES DA HUMANIZAÇÃO: FILOSOFIA, PSICANÁLISE E EDUCAÇÃO".	01/10/2014	02/10/2016	1.231.043,76	687210	-	-	-	-	-	-

23068.013612/ 2014-97	Desenvolvimento Institucional	086/2014	APOIO AO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL "IMPLEMENTAÇÃO E OFERTA DOS MÓDULOS IX E X DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA, MODALIDADE A DISTÂNCIA, NO ÂMBITO DO PROGRAMA PRÓ-LICENCIATURA, FASE II".	02/10/2014	02/04/2016	512.478,12	412.781,2	-	-	-	-	-	-
23068.014321/ 2014-16	Ensino	087/2014	APOIO AO PROJETO DE ENSINO "CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO"	03/10/2014	03/10/2017	50.436,31	142.000	-	-	-	-	-	-
23068.022932/ 2012-76	Ensino	088/2014	PRESTAÇÃO DE APOIO POR PARTE DA CONTRATADA AO PROJETO DE ENSINO "CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE SUPRIMENTOS EM NÍVEL DE ESPECIALIZAÇÃO - LATO SENSU".	10/10/2014	10/10/2016	433.008,00	100.190,64	-	-	-	-	-	-
23068.001074/ 2014-98	Pesquisa	090/2014	PRESTAÇÃO DE APOIO POR PARTE DA CONTRATADA AO PROJETO DE PESQUISA "PESCA CAPIXABA: PROGRAMA DE MONITORAMENTO DO DESEMBARQUE PESQUEIRO NO LITORAL NORTE DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO".	14/10/2014	14/12/2016	1.972.755,60	206.164,97	-	-	-	-	-	-
23068.011496/ 2014-59	Ensino	094/2014	PRESTAÇÃO DE APOIO POR PARTE DA CONTRATADA AO PROJETO DE GESTÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS	29/10/2014	29/10/2018	990.364,86	0,00	-	-	-	-	-	-

			ENVIADOS PELO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC) PARA CUSTEAR A EXECUÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO.										
23068.014593/2014-16	Pesquisa	097/2014	Prestação de apoio por parte da contratada ao projeto de pesquisa intitulado "Educação em tempo integral na educação infantil: um estudo das concepções e práticas no Estado do Espírito Santo	11/11/2014	11/03/2015	512.795,60	000	-	-	-			
23068.013302/2014-72	Pesquisa	099/2014	PRESTAÇÃO DE APOIO POR PARTE DA CONTRATADA AO PROJETO DE PESQUISA EXPANSÃO DOS MECANISMOS DE APRENDIZADO NA METODOLOGIA DE RECONHECIMENTO DE PADRÕES DE DEFEITOS EM SISTEMAS DE BOMBEIO CENTRÍFUGO SUBMERSO.	13/11/2014	13/11/2017	1.094.282,64	3289088	-	-	-	-	-	-
23068.018469/2014-20	Extensão	102/2014	PRESTAÇÃO DE APOIO POR PARTE DA CONTRATADA AO PROJETO DE EXTENSÃO "CIRCUITO MULTICULTURAL DA UFES"	24/11/2014	24/05/2015	100.000,00	1000000	-	-	-	-	-	-
23068.000133/2014-19	Ensino	103/2014	Apoio ao projeto de curso especialização lato sensu "Atendimento educacional especializado na perspectiva da educação inclusiva"	24/11/2014	24/11/2017	100.800,00	000	-	-	-	-	-	-
23068.011804/2014-69	Extensão	104/2014	APOIO AO PROJETO DE EXTENSÃO INTITULADO "FORMAÇÃO CONTINUADA EM CONSELHOS ESCOLARES"	28/11/2014	28/05/2016	89.496,00	000	-	-	-	-	-	-

23068.002210/ 2014-67	Ensino	106/2014	Prestação de apoio por parte da contratada ao projeto de ensino curso de especialização de Latu Sensu "Uniafro - Política da Promoção da Igualdade Racial na Escola"	02/12/2014	02/12/2016	141.120,00	141.120,00	-	-	-		
23068.023655/ 2013-08	Pesquisa	114/2014	Prestação de Apoio por parte da CONTRATADA ao Projeto de Pesquisa intitulado "Caracterização e Monitoramento Ambiental Marinho da Bacia do Espírito Santo (Oceanografia Biológica e Química"	16/12/2014	16/12/2016	862.706,65	0,00	-	-	-	-	-
Total						70341.055,06	21.856.696,42	Total			0,00	0,00
Recursos Pertencentes a IFES Envolvidos nos Projetos												
Projeto		Recursos da IFES										
Nº do Processo	Tipo	Financeiros		Materiais (*)			Humanos (*)					
		Valor		Tipo	Valor		Quantidade	Valor				
2095/11-11	Pesquisa	98000,00		ND(*)	ND(*)		ND(*)	ND(*)				
2389/11-18	Pesquisa	2044878,38		ND(*)	ND(*)		ND(*)	ND(*)				
1430/11-58	Pesquisa	740436,10		ND(*)	ND(*)		ND(*)	ND(*)				
1184/11-15	Pesquisa	692511,63		ND(*)	ND(*)		ND(*)	ND(*)				
4367/1001	Extensão	933534,00		ND(*)	ND(*)		ND(*)	ND(*)				
4198/12-63	Pesquisa	2614476,72		ND(*)	ND(*)		ND(*)	ND(*)				
18975/11-76	Pesquisa	1.027.158,95		ND(*)	ND(*)		ND(*)	ND(*)				
1638/12-21	Ensino	39600,00		ND(*)	ND(*)		ND(*)	ND(*)				
18425/12-38	Pesquisa	4.488.524,45		ND(*)	ND(*)		ND(*)	ND(*)				
17512/12-78	Extensão	932507,32		ND(*)	ND(*)		ND(*)	ND(*)				
2875/10-47	Pesquisa	264.495,09		ND(*)	ND(*)		ND(*)	ND(*)				

2535109-91	Desenvolvimento Institucional	2124300,00	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
2032809-18	Ensino	2102166,26	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
1852509-69	Ensino	349433,49	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
2513609-90	Extensão	593287,37	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
15461089	Pesquisa	283162,93	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
54531023	Pesquisa	254777,92	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
1632912-55	Pesquisa	1320738,80	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
1381112-33	Pesquisa	1253293,35	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
1352912-56	Pesquisa	2089547,89	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
138113-98	Extensão	110000,00	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
729913-77	Extensão	385000,00	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
0001913-08	Ensino	386250,00	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
36013-96	Pesquisa	551491,98	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
2459411-26	Pesquisa	214731,00	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
1530512-89	Pesquisa	100000,00	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
1897912-35	Ensino	314280,00	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
1084213-13	Extensão	748000,00	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
1529012-59	Ensino	454140,00	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
6611208-18	Extensão	1300198,09	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
1774912-59	Extensão	48440,26	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
2429413-17	Pesquisa	2109678,65	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
2286913-59	Extensão	676850,94	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
1988513-85	Ensino	350000,00	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
2440813-11	Pesquisa	855194,84	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
180314-14	Pesquisa	470250,00	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)

1731/10-73	Extensão	180000,00	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
2342/13-16	Ensino	102000,00	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
2342/13-05	Ensino	102000,00	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
8186/14-70	Ensino, Extensão e Pesquisa	7.162710,00	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
10686/12-18	Pesquisa	599920,00	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
4800/14-21	Extensão	95700,00	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
18767/13-39	Extensão	1.339.496,40	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
8185/14-25	Ensino	359.114,08	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
7747/14-13	Pesquisa	6249374,95	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
23395/12-81	Ensino	123.689,39	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
10046/14-61	Extensão	635.886,67	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
23423/13-41	Ensino	102000,00	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
9747/14-58	Ensino	174000,00	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
13464/12-20	Extensão	832931,47	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
9487/14-11	Pesquisa	519.198,30	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
9486/14-76	Pesquisa	655.642,27	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
9490/14-34	Pesquisa	579.725,50	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
9488/14-65	Pesquisa	889.300,18	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
133/14-19	Extensão	359.044,00	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
9493/14-78	Ensino	233.144,30	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
11930/14-13	Extensão	597.430,00	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
9467/14-40	Extensão	70000,00	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
24973/13-88	Desenvolvimento Institucional	323.618,55	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
25125/13-96	Pesquisa	100000,00	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
22025/12-27	Ensino	328.248,00	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)

11971/14-18	Extensão	76396,60	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
13615/14-21	Desenvolvimento Institucional	3635802,10	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
13614/14-86	Desenvolvimento Institucional	1231043,76	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
13612/14-97	Desenvolvimento Institucional	512478,12	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
14321/14-16	Ersino	5043631	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
22932/12-76	Ersino	43300800	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
1074/14-98	Pesquisa	1972755,60	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
11496/14-59	Ersino	99036486	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
14593/14-16	Pesquisa	512795,60	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
13302/14-72	Pesquisa	1.094282,64	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
18469/14-20	Extensão	100000,00	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
133/14-19	Ersino	100800,00	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
11804/14-69	Extensão	89496,00	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
2210/14-67	Ersino	141.120,00	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
23665/13-08	Pesquisa	862706,65	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
Total		69.407.461,66	—	—	—	—

(*) Observação: O envolvimento das fundações nos projetos listados restringe-se exclusivamente à prestação de serviço de apoio. Principalmente sob a forma de apoio logístico e apoio na realização de atividades de compras e contratações. A gestão dos projetos está a cargo das unidades da UFES e sua realização se confunde com as atividades ordinárias da instituição. Nenhum razão pela qual não é realizado o controle centralizado dos recursos não financeiros da instituição aportados em cada um dos projetos. Este controle é descentralizado e a cargo de cada um dos respectivos coordenadores, motivo pelo qual a informação não está disponível de forma consolidada e centralizada.